

DOUTORAMENTO

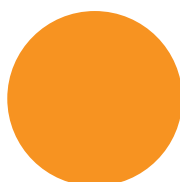
PSICOLOGIA

A Avaliação do Risco de Violência Juvenil: Um Contributo para o seu Estudo

Ana Sofia Ferreira de Castro Oliveira

D

2015



A AVALIAÇÃO DO RISCO DE VIOLÊNCIA JUVENIL: UM CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO

AUTORA: ANA SOFIA FERREIRA DE CASTRO OLIVEIRA

Tese apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP), para obtenção do grau de Doutor em Psicologia (SFRH/BD/71974/2010).
Orientação científica: Prof. Doutor Jorge Negreiros.

RESUMO

Em Portugal, não existem instrumentos específicos para avaliar o risco de violência juvenil. Da revisão da literatura sobre a avaliação do risco de violência juvenil e da análise dos instrumentos existentes, o *Structured Assessment of Violence Risk in Youth - SAVRY* (Borum, Bartel, & Forth, 2006) é o instrumento que mais tem sido utilizado mundialmente, procurando colmatar variações culturais e de género, e obter dados internacionalmente comparáveis.

A partir da tradução, adaptação e estudo de validade e fiabilidade do SAVRY numa amostra de jovens portugueses de diferentes contextos, esta investigação pretendeu contribuir para a elaboração de um protocolo específico para a avaliação do risco de violência juvenil, para diferentes contextos de avaliação, nomeadamente: nos gabinetes da Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais (DGRSP), no âmbito dos processos tutelares-educativos; em saúde mental forense, nos processos de promoção e de proteção; e em situações de avaliação e de intervenção em contexto escolar.

A tradução e a retroversão do SAVRY foram asseguradas por duas tradutoras bilingues distintas. O protocolo do SAVRY foi submetido a análise de um painel de oito peritos, experientes na adaptação, validação e aferição de instrumentos, nas práticas de avaliação e intervenção psicológica clínica e forense com jovens e adultos, e no Direito de Família e Menores, nomeadamente nas práticas tutelares-educativas, e os seus contributos foram integrados na versão final do instrumento.

Foram contratados dois avaliadores externos (finalistas do mestrado em psicologia da justiça), que receberam formação e treino adequados para utilizar o SAVRY e o YLS/CMI – *Youth Level of Service/ Case Management Inventory* (Hoge & Andrews, 2002; Hoge, 2008) e que em colaboração com a investigadora principal, realizaram a recolha dos dados. O acordo intercotadores realizado com o SAVRY foi obtido a partir da selecção de 30 jovens da amostra global, de sexo feminino e masculino, institucionalizados em centros educativos. Obtiveram-se os seguintes índices de correlação intraclasse (ICC): Fatores de Risco Históricos = .95; Fatores de Risco Sociais/ Contextuais = .86; Fatores de Risco Individuais/ Clínicos = .86; Fatores Protetores = .60; SAVRY Risk Total = .89; Resumo do Risco (Violência) = .97.

Para o estudo da validade e fiabilidade do SAVRY, recorreu-se a 300 jovens, entre os 12 e os 18 anos, sem restrições etnográficas, de género, ou sexuais, institucionalizados em centros educativos (N=150), e da comunidade escolar (N=150). A versão Portuguesa do SAVRY apresentou resultados de consistência interna e fiabilidade satisfatórios. A qualidade de ajustamento do modelo na amostra global foi considerada boa ($\chi^2/df=2.052$, CFI=.995, TLI=.995, RMSEA=.065). O Alfa de Cronbach do SAVRY (Risk Total) na amostra é de .98. O estudo da validade concorrente entre o SAVRY e o YLS/CMI revelou que a correlação entre as duas variáveis é positiva e estatisticamente significativa ($r=.620$, $p < .001$, $n=150$), indicando que o SAVRY tem validade de critério concorrente com o YLS/CMI.

O SAVRY demonstrou resultados de consistência interna e de fiabilidade muito satisfatórios. A versão Portuguesa do instrumento (da responsabilidade de Ana Castro e Jorge Negreiros, 2012) está disponível para comercialização, e pode ser utilizada na prática clínica e forense, e em investigação, em diversas áreas – psicologia, psiquiatria, educação, assistência social, saúde mental, entre outras.

ABSTRACT

In Portugal there are no specific instruments for the assessment of violence risk in youth. According to the literature review of the risk assessment of violence in youth and the existing instruments, the Structured Assessment of Violence Risk in Youth - SAVRY (Borum, Bartel, & Forth, 2006) is the most worldwide used, and is looking to address cultural and gender variations, and obtain internationally comparable data.

From the translation, adaptation and the study of SAVRY's validity and reliability on a Portuguese sample from different contexts, this research will contribute to the development of a specific protocol for assessing the risk of violence in youth at different contexts of assessment, including: in the offices of probation and prison services, under the tutelary-educational processes; in forensic mental health; in promotion processes and protection; and in situations of assessment and intervention in schools.

The translation and retroversion of SAVRY were carried out by two different bilingual translators. The SAVRY protocol was submitted to the analysis of a panel of eight experts, experienced in the adaptation and validation of instruments, in the practices of clinical and forensic psychological assessment or intervention with young people and adults, and in the Family and Juvenile Law, particularly in tutelary-educational practices. Their contributions were incorporated in the final version of the SAVRY.

Two external evaluators were recruited (Masters finalists in psychology of justice). The evaluators received appropriate education and training to use the SAVRY and the YLS / CMI - Youth Level of Service / Case Management Inventory (Hoge & Andrews, 2002; Hoge, 2008), and in collaboration with the principal investigator, carried out the data collection. The interrater agreement with the SAVRY was obtained from the selection of 30 young people, female and male, institutionalized in educational centers, from the sample. We obtained the following intraclass correlation coefficients (ICC): Historical Risk Factors = .95; Social/ Contextual Risk factors = .86; Individual/ Clinical Risk Factors = .86; Protectors Factors = .60; SAVRY Risk Total = .89; Risk Summary (Violence) = .97.

To study the validity and reliability of SAVRY we used 300 young people, between 12 and 18 years, without ethnographic, gender, or sexual restrictions, institutionalized in educational centers (N= 150), and from the school community (N= 150). The Portuguese version of SAVRY presented satisfactory results of consistency and reliability. The quality model adjustment in the total sample was considered good ($\chi^2/df = 2.052$, CFI = .995, TLI = .995, RMSEA = .065). The Cronbach's alpha of SAVRY (Risk Total) in the sample is .98. The study of concurrent validity between the SAVRY and the YLS / CMI revealed that the correlation between the two variables is positive and statistically significant ($r = .620$, $p < .001$, $n = 150$), indicating that the SAVRY has validity criterion concurrent with the YLS/ CMI.

The SAVRY demonstrated very satisfactory results of internal consistency and reliability. The Portuguese version of the instrument (responsibility of Ana Castro and Jorge Negreiros, 2012) is commercially available, and can be used in clinical and forensic practice, and research in several areas - psychology, psychiatry, education, welfare, health mental, among others.

RESUMÉ

Au Portugal, il n'y a pas d'outils spécifiques pour évaluer le risque de violence chez les jeunes. La revue de la littérature de l'évaluation de risque de violence chez les jeunes et l'analyse des instruments existants, de *Structured Assessment of Violence Risk in Youth - SAVRY* (Borum, Bartel, & Forth, 2006) est l'instrument qui a été le plus utilisé dans le monde entier, à la recherche aborder variations culturelles et de genre, et d'obtenir des données comparables au niveau international.

De la traduction, l'adaptation et l'étude de la validité et la fiabilité des SAVRY un échantillon portugais de la nature multi-contextuelle, cette recherche visait à contribuer à l'élaboration d'un protocole spécifique pour évaluer le risque de violence chez les jeunes à différents contextes d'évaluation, y compris: dans les bureaux de l'Office de probation et les services pénitentiaires, dans le cadre des processus de tuteurs-éducatif; en santé mentale médico-légale, dans les processus et la protection de promotion; et dans des situations d'évaluation et d'intervention dans les écoles.

La traduction et la rétroversion du SAVRY ont été réalisées par deux traducteurs différents bilingues. Le protocole de SAVRY a été soumis à l'analyse d'un panel de huit experts, a connu dans l'adaptation, la validation et l'étalonnage des instruments dans les pratiques d'évaluation et l'intervention clinique et médico-légale psychologique avec les jeunes et les adultes, et de droit de la famille et de la jeunesse, en particulier dans pratiques tuteur-éducatifs, et leurs contributions ont été intégrées dans la version finale de l'instrument.

Deux évaluateurs externes ont été embauchés (Maîtres finalistes en psychologie de la justice), qui a reçu l'éducation et de la formation pour utiliser le SAVRY et les YLS/ CMI – *Youth Level of Service/ Case Management Inventory* (Hoge & Andrews, 2002; Hoge, 2008) et en collaboration avec le chercheur principal, procédé à la collecte de données. L'accord de intercotadores conclu avec le SAVRY a été obtenu à partir de la sélection des 30 jeunes de l'échantillon en vrac des femmes et des hommes institutionnalisés dans les centres éducatifs. Nous avons obtenu les coefficients suivants de corrélation intraclasse (CCI): Facteurs de risque historiques = .95; Les facteurs de risque de la vie sociale / contextuelle = .86; Facteurs de risque individuel / clinique = .86; Facteurs Protecteurs = .60; SAVRY risque total = .89; Résumé du risque (de la violence) = .97.

Pour étudier la validité et la fiabilité des SAVRY, nous avons utilisé 300 jeunes, entre 12 et 18 ans, sans restrictions ethnographique, le sexe ou sexuelle, institutionnalisée dans les centres éducatifs (N = 150), et de la communauté scolaire (N = 150). La version portugaise du SAVRY a présenté une cohérence des résultats et une fiabilité satisfaisante. L'ajustement de modèle de qualité dans l'échantillon total était considérée comme bonne ($X^2/df = 2,052$, CFI = 0,995, TLI = .995, RMSEA = .065). L'alpha de Cronbach du SAVRY (*Risk Total*) dans l'échantillon est .98. L'étude de la validité concurrente entre le SAVRY et les YLS/ CMI a révélé que la corrélation entre les deux variables est positive et statistiquement significative ($r = .620$, $p < 0,001$, $n = 150$), indiquant que le SAVRY est critère valable en même temps que le YLS/ CMI.

Le SAVRY a démontré des résultats de la cohérence interne et de fiabilité 3rês satisfaisant. La version portugaise de l'instrument (la responsabilité de Ana Castro et Jorge Negreiros, 2012) est disponible dans le commerce, et peut être utilisé dans la pratique clinique et médico-légale, et de la recherche dans plusieurs domaines – la psychologie, la psychiatrie, l'éducation, le bien-être, santé mentale, entre autres.

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIAS

Todos aqueles que acompanharam a construção deste trabalho de investigação, certamente reconhecerão, que as palavras circunstanciais, a que este ato de agradecimento público conduz, não transmitem a importância dos sentimentos e emoções partilhadas. Os doutoramentos não se fazem com os familiares e amigos, mas apesar deles. Terem-se mantido durante estes anos, é sinal de que vale a pena sê-lo.

Um profundo agradecimento ao Professor Doutor Jorge Negreiros. Pela partilha do seu saber e experiência. Pelo privilégio de o ter conhecido e, pela amizade construída no tempo e no trabalho conjunto.

Ao Alberto Pimentel, pelas reflexões conjuntas, pelos ensinamentos históricos e científicos, e de quem me tornei amiga.

À Inês Fernandes e ao Pedro Barbosa, pelo apoio na recolha dos dados, na administração e cotação dos testes, e na realização das entrevistas.

À Ana Lúcia Marôco, pelo apoio nas análises estatísticas e na construção das tabelas. Ao Pedro Pechorro, pela partilha de saberes.

Ao Miguel Pinto, pela construção de uma plataforma informática de suporte para o Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada. Pela sua paciência, e dedicação.

Aos peritos que aceitaram colaborar neste trabalho, como juizes independentes, na fase da tradução e adaptação do SAVRY. Pelas reflexões conjuntas, e pelas sugestões produtivas.

À Dr.^a Carolina Tito Garcia, pela autorização concedida para a recolha de dados nos Centros Educativos. À Ana Vieira, pelo apoio, e mediação deste processo. Aos dirigentes e técnicos dos Centros Educativos Santo António, Santa Clara, Olivais, Navarro de Paiva e Bela Vista, por me terem permitido a recolha de dados na sua instituição.

À Dr.^a Alexandra Marques, pela autorização concedida para a recolha de dados nas Escolas. Aos Diretores das Escolas Inês de Castro, Castelo da Maia, e Aurélia de Sousa, por me terem permitido a recolha de dados.

À Ana Sofia Neves, pelas certas manifestações de amizade e pelo suporte na frenética fase final do doutoramento.

Ao Ivandro Soares Monteiro, pela amizade inquietada, pela cooperação e permanente disponibilidade, e pela revisão do texto. Ao Pedro Teixeira, pela extraordinária partilha de experiências, e pelo suporte ao nível da análise de dados, numa fase final da dissertação.

À Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), pelo financiamento deste projeto de investigação, ao longo de dois anos.

A todos os que aceitaram colaborar neste estudo, quer respondendo a entrevistas e inquéritos, quer ela narrativa de aspetos íntimos da sua história de vida. Porque, se é verdade que um trabalho desta natureza não é exequível sem a colaboração dos colegas, muito menos sem a palavra dos participantes.

Aos meus Pais, por me ter ensinado a amar o saber, por me terem ensinado a esperar e a saber reflectir.

Ao Miguel, por ter sobrevivido a este “período de doutoramento”, na esperança, agora realizada, de que esta viagem conturbada teria o seu fim.

DESCODIFICAÇÃO DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

ACASI	Audio Computer Assisted Audio Self-Interview
ADI	Adolescent Diagnostic Interview
APA	American Psychiatric Association
APS	Adolescent Psychopathology Scale
APSD	Antisocial Process Screening Device
APSD	Antisocial Process Screening Device – Rating Scale
ASEBA	Achenbach System of Empirically Based Assessment
ASSET	Young Offender Assessment Profile
CAFAS	Child and Adolescent Functional Assessment Scale
CAI	Competency to Stand Trial Assessment Instrument
CAPI	Computer Assisted Personal Interview
CASI	Computer Assisted Self-Administered Interview
CAWI	Computer Assisted Web Interview
CBCL	Child Behavior Checklist
CC	Código Civil
CID-10	Classificação Internacional de Doenças Mentais
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CPCJ	Comissões de Proteção de Crianças e Jovens
CPP	Código de Processo Penal
CRS-R	Conner's Rating Scale – Revised
CSS-M	Criminal Sentiments Scale – Modified
CST	Competency Screening Test
DGIDC	Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular
DGRSP	Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais
DICA	Diagnostic Interview for Children and Adolescents
DISC	Diagnostic Interview Schedule for Children
DSMD	Devereux Scales of Mental Disorder
DSM-IV-TR	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Health Disorders Disorders, Fourth Edition, Text Revision

DSM-V	Manual de Diagnóstico das Perturbações Mentais, 5ª Edição
EARL-20B	Early Assessment Risk Lists for Boys
EARL-21G	Early Assessment Risk Lists for Girls
ERASOR	Estimate of Risk of Adolescent Sexual Offense Recidivism
FP	Fatores de Proteção.
FRH	Fatores de Risco Históricos
FRIC	Fatores de Risco Individuais/ Clínicos
FRSC	Fatores de Risco Sociais/ Contextuais
GNR	Guarda Nacional Republicana
HCR-20	Historical Clinical Risk Management – 20
HIQ	Hostile Interpretations Questionnaire
HIT-Q	How I Think Questionnaire
ICAP	Integrated Cognitive Antisocial Potencial Theory
ICC	Índice de correlação Intraclass
IFI-R	Interdisciplinary Fitness Interview-Revised
JI-R	Jesness Inventory - Revised
LAQ-R	Revised Legal Attitudes Questionnaire
LPCJP	Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo
LPP	Lei de Promoção e Proteção
LS/CMI	Level of Service/ Case Management Inventory
LSI	Level of Service Inventory
LTE	Lei Tutelar Educativa
MacCAT-CA	MacArthur Competency Assessment Tool-Criminal Adjudication
MACI	Millon Adolescent Clinical Inventory
MAYSI-2	Massachusetts Youth Screening Instrument – 2
MCMI-III	Millon Clinical Multiaxial Inventory – 3rd Edition
MMPI	Minnesota Multiphasic Personality Inventory;
MMPI-2	Minnesota Multiphasic Personality Inventory – 2
MMPI-A	Minnesota Multiphasic Personality Inventory – Adolescents
MMPI-A-RF	Minnesota Multiphasic Personality Inventory – Adolescent -Restructured Form
MHS	Multi-Health Systems
MP	Ministério Público

OASys	Offender Assessment System
OGRS	Offender Group Reconviction Scale
OTM	Organização Tutelar de Menores
PAI	Personality Assessment Inventory
PCL:YV	Psychopathy Checklist – Youth Version
PCL-R	Psychopathy Checklist Revised
PCL-SV	Psychopathy Checklist Short Version
16 PF	16 Personality Factors
PEP	Projeto Educativo Pessoal
PIY	Personality Inventory for Youth
PSP	Polícia de Segurança Pública
RATC	Roberts Apperception Test for Children
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
RBPC	Revised Behavior Problem Checklist
R-CRAS	Rogers Criminal Responsibility Assessment Scales
RGDCE	Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos
RIOC	Relative Improvement Over Chance
RM2000	Risk MATRIX 2000
RNR	Risk-Need-Responsivity
ROC	Receiver Operating Characteristics
SAT	Situational Action Theory
SAVRY	Structured Assessment of Violence Risk in Youth
S-B-R	Stanford-Binet-Revised
SORAG	Sex Offender Risk Appraisal Guide
SPJ –	Structured Professional Judgment
SVR-20	Sexual Violence Risk – 20
TAT	Thematic Apperception Test
TEIP	Território Educativo de Intervenção Prioritária
TRF	Teacher’s Report Form
VRAG	Violence Risk Appraisal Guide
VRS	Violence Risk Scale
WISC	Wechsler Intelligence Scales
WISC-III	Wechsler Intelligence Scale for Children 3rd Edition

WLSMV	Mean and variance adjusted weighted least squares
YLS/CMI	Youth Level of Service/ Case Management Inventory
YSR	Youth Self Report

ÍNDICE

Introdução	19
Capítulo I: Enquadramento Legal	24
1. A Evolução da Justiça de Menores em Portugal e na Europa.	25
2. Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Risco	34
3. Lei Tutelar Educativa	39
3.1. As Medidas Cautelares	40
3.2. As Medidas Tutelares Educativas	40
3.3. O Processo Tutelar Educativo: a fase de inquérito e a fase jurisdicional	43
3.4. A Aplicação de Medidas Tutelares Educativas	47
4. O Perito e o Valor da Prova Pericial: Perícia Psicológica e Perícia de Personalidade.....	52
Capítulo II: Enquadramento Conceptual.	56
1. Natureza e Extensão da Violência Juvenil	57
2. Definição/ Operacionalização de Conceitos-Chave	65
3. Fatores de Risco e Fatores de Proteção.	84
3.1. História de Comportamento Agressivo	86
3.2. Dinâmicas Familiares/ Parentais Disfuncionais	86
3.3. Associação a Pares Antissociais.....	88
3.4. Fatores de Comportamento e de Personalidade Disfuncional.	89
3.5. Atitudes, Crenças e Valores Antissociais	89
3.6. Outros Fatores de Risco/ Necessidade.....	91
3.7. Fatores de Responsividade.....	91
3.8. Fatores de Proteção.....	92

3.9. Outras Considerações sobre Risco, Necessidade, Responsividade e Resiliência...	93
4. Métodos e Sucessivas Gerações de Avaliação do Risco.....	94
4.1. Métodos Clínicos.....	96
4.2. Métodos Actuariais.....	97
4.3. Gerações de Avaliação do Risco	98
5. Avaliação do Risco: Críticas Teóricas e Metodológicas	104
Capítulo III: Prática Pericial.....	108
1. Estado da Arte	109
2. Características, Problemas Técnicos e Questões Éticas.....	119
3. Procedimentos e Instrumentos de Avaliação	124
4. Interpretação.....	144
5. Relatório e Testemunho.....	150
Capítulo IV: Objetivos e Metodologia da Investigação	158
1. Objetivos Questões da Investigação.....	159
2. Procedimentos da Investigação.....	161
3. Instrumentos da Investigação	168
3.1. <i>The Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY)</i>	168
3.2. <i>The Youth Level of Service/ Case Management Inventory (YLS/CMI)</i>	177
3.3. Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada	179

Capítulo V: Resultados da Investigação	195
1. Tradução e adaptação cultural do SAVRY	196
2. Análise Fatorial Confirmatória.....	198
2.1. Validade Discriminante do SAVRY entre Escolas Públicas e Centros Educativos	200
3. Fiabilidade Intercotadores.....	203
4. Regressão Ordinal	206
4.1. Fatores de Risco Históricos.....	206
4.2. Fatores de Risco Sociais/ Contextuais.....	208
4.3. Fatores de Risco Individuais/ Clínicos.....	193
5. Validade de Critério Concorrente entre o SAVRY e o YLS/CMI.....	211
Capítulo VI: Discussão dos Resultados	212
1. Tradução e Adaptação do SAVRY ao contexto Português.....	213
2. Validade e Fiabilidade do SAVRY numa amostra heterogénea de jovens Portugueses	
.....	220
3. Itens de risco (SAVRY) melhor preditores de violência futura numa amostra heterogénea	
de jovens Portugueses	227
4. Validade de critério concorrente entre o SAVRY e o YLS/CMI	235
Capítulo VII: Conclusões.	237
Bibliografia	244

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Blousons noirs	28
Figura 2. Halbstarken	28
Figura 3. <i>Hooligan</i>	28
Figura 4. <i>Nozem</i>	28
Figura 5. <i>Teddy-boys</i>	28
Figura 6. Síntese da Fase de Inquérito.....	45
Figura 7. Fase Jurisdicional	46
Figura 8. <i>Dynamic Cascade Model of the Development of Serious Violence in Adolescence</i>	60
Figura 9. Estrutura de avaliação de Bailey (2002)	115
Figura 10. Normas e medidas da distribuição normal (T-scores).....	145
Figura 11. Tabela de contingência.....	148
Figura 12. Acesso à base de dados geral do Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada	182
Figura 13. <i>Website</i> do Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada	183
Figura 14. Excerto da base de dados do Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada.....	183
Figura 15. Questões para o item “história de autoagressão ou de tentativas de suicídio” (Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada).....	223
Figura 16. Questão para o item “Rejeição pelo Grupo de Pares” (Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada).....	225

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição da amostra por setting de avaliação	184
Gráfico 2. Distribuição da idade pelo setting de avaliação	185
Gráfico 3. Distribuição do sexo dos jovens por setting de avaliação.	186
Gráfico 4. Distribuição da raça/ etnia dos jovens pelo setting de avaliação	186
Gráfico 5. Distribuição da zona geográfica pelo setting de avaliação	187
Gráfico 6. Risco de violência na amostra (N=300).....	187
Gráfico 7. Distribuição do risco de violência pelo setting de avaliação	188
Gráfico 8. Distribuição o risco de violência pela zona geográfica	189
Gráfico 9. Distribuição do risco de violência pela raça etnia	189
Gráfico 10. Distribuição do risco de violência pelo sexo.	190
Gráfico 11. Distribuição do risco de violência pela idade.....	190
Gráfico 12. Risco de reincidência criminal dos jovens (N=150)	191
Gráfico 13. Relação entre as variáveis “risco de violência” e “risco de reincidência” (N=150)...	192
Gráfico 14. Relação entre as variáveis “risco de reincidência” e “risco de violência” (N=150)...	192
Gráfico 15. Distribuição do risco de violência por setting de avaliação.....	202

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Categorias de ofensores do sistema de classificação de Quay's	69
Tabela 2. Escalas dos domínios de personalidade e das síndromes clínicas do sistema de Millon	70
Tabela 3. Dimensões das versões do sistema de Achenbach para pais e professores.....	72
Tabela 4. Exemplo de instrumento de avaliação estática do risco.....	73
Tabela 5. Teorias tradicionais da delinquência	75
Tabela 6. Principais categorias de fatores de risco e de necessidade.....	85
Tabela 7. Exemplos de constructos de práticas parentais disfuncionais, relacionados com a delinquência.....	87
Tabela 8. Exemplos de disfunções de personalidade, cognitivas e de comportamento associadas à delinquência.....	89
Tabela 9. Exemplos de fatores de proteção	93
Tabela 10. Checklist de Tiffin e Kaplan's.....	117
Tabela 11. Entrevistas padronizadas estruturadas úteis em contexto forense.	125
Tabela 12. Guia de entrevista de Sattler e Hoge	126
Tabela 13. Testes recomendados, aceitáveis ou inaceitáveis em avaliações forenses.....	128
Tabela 14. Testes usados por psicólogos forenses em avaliações do risco de violência e de psicopatia em crianças, jovens e adultos.....	129
Tabela 15. Uso e limitações dos instrumentos clínicos em contexto forense	130

Tabela 16. Testes de personalidade úteis em contexto forense	131
Tabela 17. Itens da PCL:YV (Psychopathy Checklist: Youth Version)	134
Tabela 18. <i>Checklists</i> úteis em contexto forense.....	135
Tabela 19. Medidas de Autorrelato para a avaliação de atitudes antissociais, crenças e valores	137
Tabela 20. Instrumentos de avaliação do risco de banda-larga	138
Tabela 21. Vantagens e desvantagens dos instrumentos específicos para avaliação forense..	141
Tabela 22. Exemplo de uma bateria de avaliação para avaliação do risco.....	141
Tabela 23. Itens do SAVRY (Tradução e adaptação autorizada, da responsabilidade de Ana Castro e Jorge Negreiros, 2012).....	169
Tabela 24. Resumo da validade preditiva do SAVRY para a violência institucional ou comunitária	175
Tabela 25. Síntese descritiva do risco de reincidência criminal dos jovens institucionalizados (N=150).....	193
Tabela 26. Síntese do processo de tradução e de adaptação cultural dos Itens do SAVRY.....	196
Tabela 27. Correlações entre os quatro domínios/ categorias do SAVRY.....	198
Tabela 28. Índices de ajustamento do modelo SAVRY aplicado à amostra global (N=300).....	198
Tabela 29. Resultados da Análise Fatorial Confirmatória na amostra global (N=300).....	199
Tabela 30. Percentagem, média e desvio-padrão dos itens e sumário de risco do SAVRY na amostra global (N=300)	201
Tabela 31. Consistência intercotadores	203
Tabela 32. Fiabilidade intercotadores (binómios)	203

Tabela 33. Coeficientes de Correlação Intraclassa para menores ofensores em cumprimento de medida tutelar-educativa (N=30).....	204
Tabela 34. Estimativas e significância do modelo Fatores de Risco Históricos (SAVRY).....	207
Tabela 35. Estimativas e significância do modelo Fatores de Risco Sociais/ Contextuais (SAVRY)	208
Tabela 36. Estimativas e significância do modelo Fatores de Risco Individuais/ Clínicos (SAVRY)	210
Tabela 37. Coeficientes de Correlação Intraclassa (SAVRY)	220
Tabela 38. Validade de critério concorrente entre o SAVRY e o YLS/CMI	236

ÍNDICE DE ANEXOS

1. Autorizações	131
1.1. Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)	134
1.2. Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC)	135
1.3. Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais (DGRSP)	137
1.4. <i>Mental Health Systems (MHS)</i>	138
1.5. <i>Psychological Assessment Resources, Inc. (PAR Inc.)</i>	141
2. Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada	141
3. <i>Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY)</i> – versão Portuguesa	169
4. <i>Youth Level Service/ Case Management Inventory (YLS/CMI)</i> – versão experimental Portuguesa	175

INTRODUÇÃO

“How dangerous is it that this man goes loose!” (Shakespeare, cit. in Hamlet, 1603)

A ideia de que em algum momento da história humana, houve ou haverá, uma época de perfeita paz, ou sem qualquer tipo de manifestação agressiva, é uma das fantasias mais persistentes da imaginação humana. A intemporalidade deste estado quase “onírico”, resulta do facto da segurança se assumir como uma necessidade universal da nossa espécie (Almeida, 2000).

Nas últimas três décadas, com o intuito de responder às exigências objectivas da avaliação do comportamento violento, a Psicologia Forense tem vindo a desenvolver um conjunto de metodologias e de instrumentos que procuram operacionalizar a avaliação e a gestão do risco de violência (e.g.: Monahan, 1981, 1996; Andrews, 1982; Bonta, 1996, 2002; Borum, 1996; Webster, Douglas, Eaves, & Hart, 1997; Douglas, Cox, & Webster, 1999; Worting & Curwen, 2001; Douglas & Kroop, 2002; Andrews & Bonta, 2006; Andrews, Bonta, & Wormith, 2006).

A violência está relacionada com uma expressão emocional que materializa um afeto primário que lhe está subjacente, a agressividade. Etiológica e biologicamente, a agressão é entendida como uma forma de comportamento social, não exclusiva da espécie humana, e fundamental a todos os seres vivos (Vieira, 2002; Monteiro, 2009). A agressão torna-se exclusiva do ser humano quando serve as finalidades da violência, ou seja, quando o comportamento agressivo é intencionalmente dirigido para causar dano. Qualquer animal pode ser agressivo com vista à concretização de um objetivo - agressão instrumental -, mas apenas o ser humano é agressivo com a intenção de provocar dano na vítima - agressão hostil -, ou para satisfazer uma necessidade crónica de estimulação sensorial intensa - agressão impulsiva (Mawson, 1999; Englander, 2007).

Até meados dos anos 60, pouca atenção foi dada à forma como os profissionais de saúde mental avaliavam o risco de violência em indivíduos com perturbações mentais. Presumia-se que quase todos os loucos eram perigosos, e a avaliação da perigosidade era vista mais como uma prática da atividade clínica. Os psicólogos e psiquiatras recolhiam informações sociais, clínicas e históricas como procedimento de rotina (e não enquanto procedimento estruturado), e, com base nestes dados, faziam inferências sobre a perigosidade do indivíduo. A tomada de decisão sobre

a perigosidade baseava-se na experiência profissional dos clínicos, e na capacidade destes para sintetizar e interpretar a informação (Campbell, French, & Gendreau, 2007). Nestas condições, perante o mesmo caso clínico, seria extremamente difícil dois psicólogos ou psiquiatras chegarem exatamente às mesmas conclusões (Dawes, Faust, & Meehl, 1989; Grove, Zald, Lebow, Snitz, & Nelson, 2000; Douglas & Lavoie, 2006). Foram vários os estudos conclusivos de que os psiquiatras e os psicólogos tinham pouco rigor e precisão na predição do comportamento violento (Cocozza & Steadman, 1976; Thornberry & Jacoby, 1979).

Mas em 1966, no âmbito do caso Braxstrom em Nova Iorque, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos da América legislou sobre a obrigatoriedade legal de determinação da perigosidade, para libertação de detidos em Hospitais de Saúde Mental, após cumprimento da pena de prisão. Braxstrom cumpria pena de prisão quando lhe foi diagnosticada uma perturbação psicopática da personalidade, e atendendo à sua elevada perigosidade, foi institucionalizado numa unidade hospitalar, de máxima segurança, para doentes mentais. Braxstrom apelou para o Supremo Tribunal alegando uma grande restrição de liberdade, e por falta de validade técnica da avaliação da predição do seu comportamento violento, foi decretada a sua libertação. Este precedente conduziu à transferência de centenas de pacientes detidos em hospitais de máxima segurança, para a comunidade, ou para instituições de menor segurança, surgindo uma maior consciencialização da necessidade de se avaliar com maior precisão e rigor a possibilidade de violência, nomeadamente em doentes mentais (Waldman & Yaren, 2003).

Nos anos 70 e 80, multiplicaram-se os estudos sobre o conceito de perigosidade, com foco na arbitrariedade e nas predições de comportamento futuro (Litwack, Kirschner, & Wack, 1993).

A obra de J. Monahan *"Predicting Violent Behavior: an assessment of clinical techniques."* (1981) foi um marco incontornável na história da evolução da avaliação do risco de perigosidade. Ao concluir que os psiquiatras e os psicólogos avaliavam corretamente o risco de violência, uma em cada três vezes¹, Monahan descredibiliza o tradicional método clínico usado até à década de 70, e demonstra a necessidade de desenvolver técnicas, instrumentos e procedimentos para avaliar o risco de violência em doentes mentais (Douglas & Webster, 1999).

Entre a década de 80 e a década de 90, ocorreu um movimento de transição. E no início dos anos 90, assistiu-se a uma mudança de paradigma relativo à avaliação do risco de violência. As bases conceptuais e os pressupostos destas avaliações evoluíram de um modelo de predição da

¹ "Psychiatrists and psychologists are accurate in no more than one out of three predictions of violent behavior" (Monahan, 1981, p.47).

violência para um modelo de avaliação e gestão do risco, clinicamente mais relevante, e com importantes implicações práticas (Borum, 1996; Monahan, 1996; Heilbrun, 1997; Webster, Douglas, Eaves, & Hart, 1997; Melton, Petrila, Poythress, & Slobogin, 2007). O modelo preditivo focava-se na avaliação do grau de “perigosidade” do indivíduo. O pressuposto era o de que os indivíduos, ou são perigosos, ou não são, e a tarefa básica do examinador era a determinação em termos de “sim” ou “não”. O grau de perigosidade era visto como estático, e não sujeito a mudança. Na conceptualização mais contemporânea, o “risco”, enquanto constructo, é visto como contextual, isto é, altamente dependente de situações e circunstâncias; dinâmico, ou sujeito a mudança; e contínuo, ou seja, variando ao longo de um *continuum* de probabilidade (National Research Committee on Risk Perception and Communication, Commission on Behavioral and Social Sciences and Education, Commission on Physical Sciences, Mathematics, and Resources, 1989).

Portanto, se anteriormente, a tarefa do avaliador era determinar se um indivíduo era ou não uma “pessoa perigosa”, atualmente, a sua tarefa é determinar a natureza e o grau de risco que um dado indivíduo pode apresentar para o comportamento violento (específico ou não), à luz de condições e contextos antecipados (Monahan, 1996; Webster et al., 1997; Melton et al., 2007).

E com estas mudanças nos procedimentos e nas práticas de avaliação do risco de violência, emergiram duas tendências de avaliação (Borum, 1996; Heilbrun, 1997; Borum, 2000): a aplicação de fórmulas actuariais (Quinsey, Harris, Rice, & Cormier, 1998) e o juízo profissional estruturado (SPJ – *Structured Professional Judgment*). Alguns autores defendem que os métodos actuariais (equações estatísticas) são o método preferencial para tomar decisões acerca da probabilidade de violência futura (Douglas & Lavoie, 2006). Outros creem que as limitações estatísticas e práticas das fórmulas actuariais pesam mais, no momento presente, do que os seus potenciais benefícios enquanto árbitros definitivos dos julgamentos de risco em casos individuais (Otto, Borum, & Hart, 2001).

O grande avanço dos instrumentos SPJ em relação aos instrumentos clínicos e actuariais deve-se à inclusão de fatores de risco dinâmicos, tornando-os sensíveis às mudanças que vão ocorrendo nos agressores (particularmente nos mais jovens). Os instrumentos de avaliação estruturada evidenciam as necessidades criminógenas que devem ser intervencionadas, tendo por isso, uma forte implicação para o tratamento (Dolan & Doyle, 2000; Gretton & Abramowitz, 2002; Borum & Verhaagen, 2006; Lodewijks, Doreleijers, & Ruiters, 2008). Estudos empíricos recentes indicam que as avaliações estruturadas são mais eficazes do que os julgamentos

clínicos não estruturados, e podem ser tão eficazes, ou mais, do que alguns preditores actuariais (Dempster, 1998; Hanson, 1998; Kropp, Hart, Webster, & Eaves, 1999; Lewis & Webster, 2004).

Apesar dos avanços consideráveis na avaliação do risco de violência em adultos, a integração entre ciência e prática – especificamente no campo da violência juvenil – desenvolveu-se a um ritmo muito mais lento. Embora algum do progresso conseguido com adultos possa ser aplicado para melhorar as avaliações do risco de violência em crianças e adolescentes, são necessárias adaptações desenvolvimentais tanto no processo, como no conteúdo (Monahan & Steadman, 1994, 2001; Borum, 1996, 2000, 2006; Borum, Swartz, & Swanson, 1996; Douglas et al., 1999; Otto, 2000; Monahan et al., 2001).

A avaliação do risco de violência juvenil constitui parte crítica e necessária das práticas tutelares-educativas e de processo penal, dos serviços de (pedo)psiquiatria, e de clínicos com pacientes em ambulatório. Em qualquer um destes contextos de avaliação, podem existir políticas e requisitos diferentes de avaliação, pode variar a quantidade e a qualidade da informação, e a natureza e exigências dos limiares decisórios podem diferir. Apesar de cada um destes fatores poder influenciar a forma de execução de uma avaliação do risco de violência, é útil para o avaliador dispor de um guia à avaliação (Borum, 2000).

Em Portugal, a Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais (DGRSP) tem apostado na qualificação da intervenção tutelar educativa, procurando que os instrumentos utilizados pelos técnicos de reinserção social obedeçam a critérios de rigor, no sentido de uma crescente eficácia e eficiência. Em 2013 foi consolidada a validação do *Youth Level of Service/ Case Management Inventory* (YLS/CMI - Hoge & Andrews, 2002; Hoge, 2008) para a avaliação do risco de reincidência, e implementado o “Manual de Assessoria Pré-Sentencial” como documento orientador da atividade operativa baseado no modelo *Risk-Need-Responsivity* – RNR (Andrews & Bonta, 2006). No entanto, uma vez que o YLS/CMI não é específico para a avaliação do risco de violência, do ponto de vista do rigor científico e do processo de tomada de decisão, a área da avaliação do risco de violência juvenil em Portugal permanece frágil.

O último Relatório Anual de Segurança Interna (RASI, 2013) e o relatório estatístico da Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais (DGRSP, 2013) sugerem que a violência interpessoal está longe do fim. A criminalidade violenta, incluindo a violência juvenil, tem assumido uma expressão cada vez maior, e mais mediática. Os crimes contra as pessoas, particularmente os roubos e as ofensas contra a integridade física graves, posicionam-se, respetivamente, em primeiro e em segundo lugar, na lista dos crimes mais registados em 2013.

Atendendo a que a violência juvenil é um fenómeno social, cuja pressão se faz sentir, quer pelas suas consequências imediatas e severas, quer pelas suas consequências a longo prazo em crianças, adolescentes, e na própria sociedade (Regoli, Hewit & Delisi, 2014), é fundamental e necessário, estruturar procedimentos e dispor de instrumentos específicos para a avaliação do risco de violência juvenil, adaptados e validados à população Portuguesa.

Da revisão da literatura sobre a avaliação do risco de violência juvenil e da análise dos instrumentos existentes, o *Structured Assessment of Violence Risk in Youth - SAVRY* (Borum, et al., 2006) é o instrumento que mais tem sido utilizado em termos internacionais, procurando colmatar variações culturais e de género, e obter dados internacionalmente comparáveis. Num estudo de revisão sistemática e meta-análises de 9 instrumentos de avaliação do risco², foram recolhidos dados de 68 estudos baseados em 25980 participantes, e o SAVRY foi o instrumento que produziu maiores níveis de validade preditiva (Singh, Grann, & Fazel, 2011).

O objetivo desta investigação é o de contribuir para a produção de um protocolo específico para a avaliação do risco de violência, a partir da tradução, adaptação e validação do SAVRY para a realidade portuguesa.

Partindo com a evolução do sistema de justiça juvenil em Portugal e na Europa, até à descrição dos seus dispositivos legais, no capítulo I, é feito o enquadramento legal desta investigação. O capítulo II é dedicado à definição e operacionalização de conceitos no âmbito da avaliação do risco de violência juvenil. O capítulo III remete para o estado da arte sobre as práticas de avaliação do risco de violência juvenil, com uma compilação dos melhores procedimentos de avaliação e gestão do risco, e dos instrumentos com melhor validade e fiabilidade. Os capítulos IV, V, VI e VII são relativos à parte prática desta investigação.

² *Historical, Clinical, Risk Management – 20 (HCR-20; Webster et al., 1997; Webster et al., 1995), Level of Service Inventory – Revised (LSI-R; Andrews & Bonta, 1995), Psychopathy Checklist – Revised (PCL-R; Hare, 1991; Hare, 2003), Sex Offender Risk Appraisal Guide (SORAG; Quinsey et al., 1998; Quinsey et al., 2006), Sexual Violence Risk – 20 (SVR-20; Boer, Hart, Kropp, & Webster, 1997), Spousal Assault Risk Assessment (SARA; Kropp et al., 1994, Kropp et al., 1995; Kropp et al., 1999), Static-99 (Harris, Phenix, et al., 2003; Hanson & Thornton, 1999), Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY; Borum et al., 2006), Violence Risk Appraisal Guide (VRAG; Quinsey et al., 1998; Quinsey et al., 2006).*

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO LEGAL

1. A EVOLUÇÃO DA JUSTIÇA DE MENORES EM PORTUGAL E NA EUROPA

Em Portugal, a referência à prevenção e correção educativa dos jovens delinquentes aparece com o surgimento dos primeiros códigos penais (1837, 1852 e 1886). Portanto, ainda que de forma imperfeita e rudimentar, nas antigas ordenações já se previam normas de proteção de crianças e jovens em relação ao direito penal. A efetiva proteção judiciária surgiu com mais relevo e expressão com a Lei de Proteção à Infância, aprovada pelo Decreto-lei de 27 de Maio de 1911. Este diploma remetia para um sistema educativo com a pretensão de um estudo profundo do menor e a tomada de medidas (se o caso exigisse) sem pressupostos de responsabilidade ou irresponsabilidade. Este diploma introduziu no sistema judiciário Português os primeiros tribunais de menores, designados tutorias de infância, e um direito substantivo e adjetivo para menores de 16 anos. Com esta medida aplicou-se um regime tutelar educativo. A Lei de Proteção à infância era um direito largamente preventivo, exercendo-se a ação jurisdicional dos tribunais antes que o menor fosse delinquente, bastando que existisse perigo ou risco da prática de um crime. Distinguia os menores em perigo moral dos agentes de crimes, previa algumas garantias processuais, os fatos praticados por crianças e jovens assumiam relevo para a escolha da medida das penas e a aplicação de medidas apresentava-se com uma finalidade maioritariamente educativa, fixando a lei, relativamente a algumas delas, limites de duração ou a possibilidade de serem substituídas. Portanto, em 1925 a Lei de Proteção à Infância tinha um carácter bastante inovador no contexto de tradição jurídica portuguesa e europeia (Santos et al., 2004).

Em 1962, a necessidade de reunir num só texto legal as normas respeitantes às crianças com comportamentos delinquentes, ou com outro tipo de problemas ligados à infância, levou à aprovação da Organização Tutelar de Menores (OTM). A intervenção do estado em relação aos jovens passou a orientar-se por um modelo de proteção maximalista (*“Welfare Model”*), apesar de não ter existido uma alteração substancial dos princípios da Lei de 27 de Maio de 1911. O modelo assumido com a entrada em vigor da OTM (1962) continuou a vigorar mesmo após a reforma de 1978, até à entrada em vigor das Leis Tutelar Educativa e de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo em 2001 (Epifânio & Farinha, 1997).

As transformações ocorridas na sociedade, com o surgimento de novas formas de criminalidade juvenil, e nas estruturas do Estado, assim como a publicação de um conjunto de instrumentos de direito internacional sobre os direitos da criança e sobre a administração da justiça juvenil determinaram alterações significativas na resposta do Estado à situação das crianças e jovens

em risco e à criminalidade juvenil. A mediatização de alguns casos de criminalidade juvenil no final dos anos 90 constitui um fator decisivo para a aceleração do processo de reforma do Direito dos Menores (Figueiredo, 2001a).

Em 1996, o Governo Português iniciou um processo de reforma de todo o sistema tutelar de menores, que distinguisse situações de risco, carência social de outras relacionadas com a prática de crimes. Importa referir que esta reforma é consequência das muitas posições que defendiam a caducidade do modelo de justiça juvenil, previsto na OTM, quer legislativamente, quer no âmbito da aplicação e execução das normas jurídicas, e em consonância com um conjunto de diretrizes oriundas de instrumentos de direito internacional, que Portugal ratificou (Albino, 2003).

Antes da entrada em vigor da reforma do direito de menores, o Conselho de Ministros, em 27 de Julho de 2000, considerou urgente a entrada em vigor da legislação já aprovada de crianças e jovens em perigo e tutelar educativa, e aprovou o programa de ação para a entrada em vigor da reforma do direito de menores, com a finalidade de assegurar a criação de condições jurídicas, técnicas, humanas e físicas que permitam a integração e aplicação da Lei Tutelar Educativa, promovendo assim a educação e inserção social de jovens que, tendo cometido fatos qualificados pela Lei como crime, tenham revelado necessidade de uma intervenção tutelar, e prosseguindo objetivos de prevenção da delinquência juvenil e de proteção da sociedade; e da Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, contribuindo assim para a promoção do seu bem-estar e desenvolvimento integral (Santos et al., 2004).

A Recomendação 2003-20 do Comité de Ministros do Conselho da Europa, de 24 de Setembro de 2003, parte da verificação de que a delinquência juvenil constitui um motivo de grande preocupação num certo número de países europeus, para recomendar aos Estados-Membros uma abordagem mais estratégica do problema e a procura de novas respostas e soluções, sem deixar de apostar na prevenção, mas focando a necessidade de combater infrações graves, violentas ou repetidas praticadas por menores (Figueiredo, 2001a).

Perante o alegado aumento da gravidade e quantidade da prática de fatos qualificados como crimes por menores, o endurecimento das reações sociais e estaduais acentuou-se. Esta tendência traduziu-se de várias formas ao nível do ordenamento jurídico de vários países europeus: a descida da idade a partir da qual o menor pode ser responsabilizado pela sua conduta, através da imposição de uma sanção; a previsão de penas ou medidas privativas ou crescentemente restritivas da liberdade; o aumento da duração deste tipo de medidas; o

alargamento da rede de controlo, ao admitir-se que, ao mesmo menor, ainda que pela prática de um só fato sejam aplicadas medidas diferentes, de execução simultânea ou sucessiva (Gersão, 1997).

A este respeito, a partir dos anos 80, em alguns países, estabeleceram-se linhas de fratura com a visão até então do menor agente de fatos considerados crimes, como irresponsável, vítima do complexo de condicionantes psicossociais e económicas explicativas (senão mesmo determinantes) da sua conduta, e por isso, mais carecido de proteção do que castigo, que modelava a maioria dos ordenamentos jurídicos europeus ocidentais, mesmo se nestes se previam medidas de cariz consideravelmente restritivo e constrangedor, justificadas a título de prevenção criminal (Pedroso et al., 1998).

Nas últimas décadas do século XX, registou-se uma intensa procura de consenso, no plano internacional, com vista à consagração e aplicação de princípios e regras modeladoras dos direitos das crianças, de onde resultaram importantes instrumentos jurídico-diplomáticos que tentavam evitar que a criança por via da sua conduta pudesse pôr em causa a sua segurança, tranquilidade pública, tornando-se a partir desse momento um risco a gerir. A criança já não é apenas vista como um destinatário de deveres, mas também como um sujeito de direitos, aos quais correspondem deveres pessoais e sociais, e pelos quais ela deve ser responsabilizada (Carvalho, 2000).

A esta política não é indiferente o crescente generalizado sentimento social de insegurança, sobretudo urbana, gerado pela amplificação dada pela comunicação social de atos violentos, cometidos por adolescentes e jovens, isoladamente ou em grupo influenciando e determinando as opções de política legislativa (Albino, 2003).

Imersa numa crise económica persistente, a sociedade europeia deste início de século, revela uma enorme desconfiança e um profundo temor relativamente ao que é jovem e aparenta ser diferente. A violência e a hostilidade juvenil é socialmente (pre)sentida na sua forma de vestir, de exprimir e de comunicar, ou, simplesmente de estar. A mensagem que acompanha certos estilos musicais é inequivocamente violenta ou incita à violência. As marcas das roupas e complementos de vestuário funcionam como códigos mais ou menos suspeitos e inquietantes. Os *tags* e *grafitti* nos muros e paredes de escolas ou habitações, as perturbadoras mensagens tatuadas em partes descobertas do corpo, confirmam o pressentimento de que a violência começa por se manifestar através do verbo. Por vezes, a decoração corporal, muitas vezes (pre)sentida como pintura de guerra, é complementada por uma multiplicidade de *pearcings* que

violentam a integridade do corpo, até em locais convencionalmente intocáveis (como a língua, os mamilos, os órgãos genitais e os lábios), de uma forma ousada e provocadora, que aparenta constituir um desafio à dor física do comum das pessoas. *Dreads*, *freaks*, góticos e outras etiquetas que se ligam a formas específicas como os adolescentes e jovens se exteriorizam, inspiram na atualidade a mesma desconfiança ou receio, com ou sem razão, que os *blousons noirs*, os *halbstarken*, os *hooligans*, os *nozem*, ou os *teddy-boys* inspiravam a Europa após a 2ª Guerra Mundial (Founier, 2004).



Figura 1. *Blousons noirs*



Figura 2. *Halbstarken*



Figura 3. *Hooligan*



Figura 4. *Nozem*



Figura 5. *Teddy-boys*

Os adolescentes e jovens continuam a ser imaginativos até nas formas de infringir a lei, procurando reinventar modos de delinquir, utilizando as novidades que a sociedade lhes proporciona, e não param, assim, de surpreender e de amedrontar as sociedades. No Reino Unido foi noticiado uma nova forma de delinquência juvenil urbana, a qual os ingleses designaram por *happy slapping*. Trata-se de uma partilha juvenil do divertimento através da agressão: em regra quando alguns jovens agridem física ou sexualmente um transeunte ou utente de transporte público, independentemente da idade, os seus companheiros filmam a cena com os seus telemóveis e divulgam-na na internet, para ser partilhada (Pinheiro, 2004).

Ao longo do século, a proteção das crianças e jovens com dificuldades nos seus processos de desenvolvimento e de crescimento tem sido objeto de particular atenção, no sentido de se evitarem situações de perigo que se acreditava conduzirem, naturalmente, ao desenvolvimento de condutas marginais. Mesmo quando justificada por uma conduta delinvente, a intervenção

promovia a proteção da criança ou do jovem e não a punição, intimidação ou reprovação social. Os tribunais de menores são competentes para decretar medidas relativamente a menores, que tendo completado 12 anos, e antes de perfazer 16, se encontrem em situação de paradelinquência ou mesmo já de delinquência e, ainda, para decretar medidas relativamente a menores que se encontrem em situação de perigo para a sua segurança, saúde, formação moral e educação. A competência dos tribunais de menores abrange não só situações em que o menor é vítima de ações ou omissões que põem em causa o seu processo de socialização, como também situações em que o comportamento do menor é resultado da sua desconformidade com os valores fundamentais da vida em comunidade. Ainda que as providências tutelares aplicáveis a crianças em perigo possam ser, em princípio, pelo menos parcialmente distintas das que se aplicam aos menores autores de fatos qualificados pela lei penal como crime, já as regras processuais e, sobretudo, a prática encurtaram as diferenças e aproximam as respostas tornando possível que “crianças vítimas” e “crianças agentes de fatos qualificados como crime” sejam internadas nas mesmas instituições (Duarte-Fonseca, 2006).

Em Portugal, o modelo de proteção entrou em crise, e tem vindo a ser progressivamente abandonado, tal como acontece em outros países, como a Bélgica, o Canadá e a Espanha. Nos anos 80 assistiu-se a um debate entre o modelo de justiça que privilegia a defesa da sociedade, com respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos menores, e o modelo de proteção que privilegia a intervenção do estado na defesa do interesse do menor sem que lhe seja formalmente reconhecido o estatuto de sujeito processual. Em instrumentos internacionais adotados pelas Nações Unidas a que Portugal se encontra vinculado, como a Convenção sobre os Direitos da Criança, assinada em Nova Iorque, em 1989, e aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República nº 20/90, de 12 de Setembro, ou as «Regras *Beijing*», recomendadas pelo VII Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento de Delinquentes e aprovadas pela Resolução da Assembleia Geral n.º 40/33, de 1985, e pela recomendação do Conselho da Europa adotada pela Resolução (R) 87 20 de 1987, traçam-se as linhas de força que vão inspirar as principais reformas que têm vindo a ser empreendidas. Novos modelos de justiça de menores emergem, com apelo à participação ativa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado - Estado parceiro e cidadão - estimulante de energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social. Neste contexto, o epicentro da justiça de menores desloca-se da mera proteção da infância para a promoção e proteção dos direitos das crianças e dos jovens sequência do despacho conjunto dos Ministros da Justiça e da Solidariedade e Segurança Social, de 2 de Outubro de 1996, procedeu-se a um

diagnóstico das insuficiências do atual sistema e apresentaram-se propostas de ação para a reforma legal, institucional e de articulação entre os serviços dos dois Ministérios na área das crianças e jovens em risco. Essas propostas foram acolhidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 193/97, de 3 de Outubro de 1997, que aprovou um processo interministerial e interinstitucional de reforma do sistema de proteção de crianças e jovens em risco assente em cinco vertentes, abrangendo a reforma legal, o enquadramento institucional, o desenvolvimento e coordenação das respostas sociais, auditorias e estudos e dinamização e coordenação da reforma. Assim, a par da criação, pelo Decreto-Lei n.º 98/98, de 18 de Abril, da rede nacional de centros de acolhimento temporário e de emergência e da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, a que foi atribuída a função de acompanhar e apoiar as comissões de proteção, procedeu-se à elaboração da presente proposta de lei tendo por objeto a definição de um regime jurídico de promoção dos direitos e de proteção da criança e do jovem em perigo. Na formulação da proposta, adota-se, desde logo, o conceito jurídico de «crianças e jovens em perigo», inspirado no artigo 1918º do Código Civil, em detrimento do conceito mais amplo de «crianças em risco», dado que nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimam a intervenção do Estado e da sociedade na sua vida e autonomia e na sua família. Limita-se, assim, a intervenção às situações de risco que ponham em perigo a segurança, a saúde, a formação, a educação ou o desenvolvimento da criança ou do jovem (Santos et al., 2004).

A intervenção junto de crianças e jovens que se encontram nestas situações funda-se, desde logo, no artigo 69º da Constituição, que confere a sociedade e ao Estado o dever de os proteger contra todas as formas de abandono, de discriminação e opressão e contra o exercício abusivo da autoridade, com vista ao seu desenvolvimento integral. Sendo tarefa dos pais, da família e da sociedade, que o Estado deve apoiar e enquadrar, a cooperação de todas estas entidades e o seu envolvimento nas situações suscetíveis de pôr em perigo a segurança, a saúde, a formação moral e a educação das crianças e dos jovens constituem formas de promover os seus direitos (Gersão, 1997).

Implicando restrições a direitos fundamentais dos pais, designadamente do direito à educação e à manutenção dos filhos, e à liberdade e autodeterminação pessoal destes, o regime de intervenção reconhece a seu carácter excecional e, em conformidade com o disposto no artigo 18º, n.º 2, da Constituição, subordina-se rigorosamente aos princípios da necessidade e proporcionalidade (Pedroso et al., 2004).

Deste modo, a promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em perigo competem, em primeira linha, as entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude e às comissões de proteção e, em última instância, aos tribunais, quando a intervenção das comissões de proteção não possa ter lugar por falta de consentimento dos pais, do representante legal ou de quem tem a guarda de fato da criança ou do jovem ou por não dispor dos meios para aplicar ou executar a medida adequada. Em obediência às normas constitucionais e da Convenção sobre os Direitos da Criança estabelecem-se, como princípios orientadores, os princípios superiores da criança e do jovem, da privacidade, da intervenção precoce, mínima, proporcional e atual, da responsabilidade parental, da prevalência da família, da obrigatoriedade da informação, da audição obrigatória e da participação e subsidiariedade (Moura, 2000).

Com base na experiência adquirida e no balanço positivo que se reconhece à sua ação, enquanto forma participada, interinstitucional e interdisciplinar de proteger as crianças e jovens em perigo, reestruturam-se as comissões de proteção de menores, que passam a denominar-se comissões de proteção de crianças e jovens, respondendo, por esta forma, às sugestões identificadas nos relatórios e encontros anuais de avaliação das comissões, constituindo instituições oficiais não judiciárias que visam a proteção de crianças e jovens em perigo, com a participação dos principais agentes da comunidade, as comissões de proteção no verdadeiro centro do novo sistema e passam a funcionar nas modalidades de comissão alargada, vocacionada para desenvolver ações de âmbito geral de promoção dos direitos e de prevenção das situações de perigo, e de comissão restrita com competência para intervir nas situações concretas em que uma criança ou jovem está em perigo. Deste modo, procura-se, por um lado, envolver simultaneamente o Estado, as autarquias e a sociedade não só nos problemas concretos, mas também na prevenção das situações de perigo para as crianças e jovens e, por outro, ao atribuir à comissão restrita a intervenção nas situações concretas, proteger a privacidade das crianças e das suas famílias. Pretende-se ainda dotar as comissões, conforme as suas necessidades, de técnicos a tempo inteiro ou parcial, de modo a facilitar o trabalho com as crianças e jovens e suas famílias (Furtado & Guerra, 2001).

Com esta renovação de estratégia, tipificam-se as medidas aplicáveis pelas comissões de proteção e pelos tribunais apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para autonomia de vida, acolhimento familiar e acolhimento em instituição, estabelecendo-se sempre um critério de preferência que colham a adesão e incentivem a responsabilização dos pais e se executem no meio natural de vida. Para o efeito, com o objetivo

de estudar o projeto de vida da criança ou jovem, dá-se preferência ao acolhimento de curta duração em casas de acolhimento temporário e de emergência dinamizados e financiados pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade (Pedroso et al., 2004).

Ainda no contexto de reatualização desta estratégia, pormenorizam-se, os conteúdos das medidas e regula-se com rigor a sua duração, revisão e cessação. Consagra-se um particular cuidado na previsão do regime das comunicações entre os vários intervenientes e o Ministério Público, evitando-se repetição de atuações ou a sua descoordenação e permitindo ao Ministério Público a apreciação da legalidade, tempestividade e adequação das medidas adotadas pelas comissões de proteção (Rodrigues, 1997).

A posição do Ministério Público é recentrada de acordo com o seu estatuto e funções de controlo da legalidade e de defesa dos interesses das crianças e jovens em perigo. Assim, deixa de ser membro das comissões de proteção, mas deve acompanhar a atividade destas e apreciar a legalidade e o mérito das deliberações, suscitando, quando entender necessário, a respetiva apreciação judicial, podendo ainda estar presente nas reuniões e dar parecer quando entender oportuno. O Ministério Público é ainda o garante da boa articulação das comissões de proteção com os tribunais e do funcionamento harmónico do regime de promoção e proteção de direitos das crianças e jovens em perigo e do processo tutelar educativo, nomeadamente de modo a que as crianças e jovens que pratiquem fatos qualificados pela lei como crimes e que estejam com medidas de promoção e de proteção beneficiem das necessárias medidas de proteção. Cria-se um procedimento para situações de urgência quando exista perigo atual ou eminente para a vida ou integridade física da criança ou do jovem, de modo a garantir-se a celeridade e a tempestividade das intervenções. A intervenção judicial deverá privilegiar as decisões negociadas, mas, quando o acordo não seja possível, haverá lugar a um debate judicial em tribunal composto pelo juiz do processo e por dois juizes sociais. Tendo em vista a coerência e a eficácia da aplicação do novo direito de menores, seja no que se refere ao processo tutelar educativo, seja em matéria de promoção de direitos e proteção de crianças ou jovens em perigo, a competência para os respetivos processos judiciais é atribuída a tribunais de família e menores e, fora das áreas abrangidas por esta jurisdição especializada, a tribunais de comarca, que passam a funcionar como tribunais de família e menores (Duarte-Fonseca, 2000).

Por último, importa salientar que a proteção da criança e do jovem em perigo não raro suscita e envolve a intervenção direta ou indireta de largos setores da comunidade e o interesse dos meios de comunicação social. Sem se pretender reduzir a participação que todos devem ter na

defesa e proteção das crianças e jovens, em obediência aos princípios que sustentam e modelam o Estado de direito, visa-se orientar os intervenientes nas atitudes a tomar perante as situações concretas, considerando que nelas se encontra uma criança ou um jovem que carece de proteção, cujos direitos individuais, sociais, económicos e culturais necessitam de ser promovidos e realizados (Santos et al., 2004).

2. LEI DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

A existência de uma lei de promoção e protecção de crianças e jovens em risco capaz de operacionalizar os meios e processos pelos quais estes são protegidos é de fundamental importância, na medida em que uma intervenção ativa dos vários agentes envolvidos é muito mais eficaz no combate aos fatores de risco, do que uma intervenção individual com a criança ou jovem (Figueiredo, 2001c).

O novo modelo de proteção de crianças e jovens em risco, em vigor desde Janeiro de 2001 (com a publicação da Lei n.º147/99, de 1 de Setembro) apela à participação ativa da comunidade, numa nova relação de parceria com o Estado, concretizada nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (adiante designadas, CPCJ), capaz de estimular as energias locais potenciadoras de estabelecimento de redes de desenvolvimento social (Duarte-Fonseca, 2005).

Nos termos do disposto na Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral. Neste contexto, a função do Ministério Público (MP) é recentrada nas suas funções estatutárias de controlo da legalidade e de defensor dos interesses das crianças e jovens em perigo, devendo para o efeito, nomeadamente, acompanhar a atividades das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e apreciar a legalidade e mérito das suas deliberações, suscitando, quando entender necessário, a sua apreciação judicial. A promoção dos direitos e a proteção da criança e do jovem em risco compete, subsidiariamente, às entidades públicas e privadas com atribuições em matéria de infância e juventude, às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens e, em última instância aos tribunais, quando a intervenção das comissões de proteção não possa ter lugar por falta de consentimento dos pais representante legal ou de quem tenha a guarda de fato da criança ou do jovem, ou por não dispor dos meios a aplicar ou executar a medida adequada (Gersão, 1997).

Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando se encontra numa das seguintes situações: (1) está abandonada ou vive entregue a si própria; (2) sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; (3) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; (4) é obrigada a atividade ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; (5) está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua

segurança ou o seu equilíbrio emocional; (6) assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de fatos lhes oponham de modo adequado a remover essa situação (Duarte-Fonseca, 2006).

A intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo obedece aos seguintes princípios:

1. Interesse superior da criança - a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem;
2. Privacidade - a promoção dos direitos da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
3. Intervenção precoce - a intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
4. Intervenção mínima - a intervenção deve ser desenvolvida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo;
5. Proporcionalidade e atualidade - a intervenção deve ser a necessária e ajustada à situação de perigo e só pode interferir na sua vida e na vida da sua família na medida em que for estritamente necessário a essa finalidade;
6. Responsabilidade parental - a intervenção deve ser efetuada de modo a que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;
7. Prevalência da família - na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a adoção;
8. Obrigatoriedade da informação - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a guarda de fato têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
9. Audição obrigatória e participação - a criança e o jovem, bem como os pais, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e proteção;
10. Subsidiariedade - a intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria de infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais (Duarte-Fonseca, 2006).

Seguindo com a explicação de conceitos específicos. Considera-se “criança” ou “jovem” a pessoa com menos de 18 anos ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos; “Guarda de facto” é a relação que se estabelece entre a criança ou o jovem e a pessoa que com ela vem assumindo, continuamente, as funções essenciais próprias de quem tem responsabilidades parentais; “Entidades” designa as pessoas singulares ou coletivas públicas, cooperativas, sociais ou privadas que, por desenvolverem atividades nas áreas da infância e juventude, têm legitimidade para intervir na promoção dos direitos e na proteção da criança e do jovem em perigo; “Consentimento” é o consentimento expreso dos pais, do representante legal ou da pessoa que tenha a guarda de fato, de que depende a intervenção das comissões de proteção das crianças e jovens em perigo; “Medida de promoção dos direitos e de proteção” é a providência adotada pelas comissões de proteção de crianças e jovens ou pelos tribunais, nos termos do presente diploma, para proteger a criança e o jovem em perigo; “Acordo de promoção e proteção” é o compromisso reduzido a escrito entre as comissões de proteção de crianças e jovens ou o tribunal e os pais, representante legal ou quem tenha a guarda de fato e, ainda, a criança e o jovem com mais de 12 anos, pelo qual se estabelece um plano contendo medidas de promoção de direitos e de proteção (Gersão, 2001).

As medidas de promoção e proteção são as seguintes: a) Apoio junto dos pais; b) Apoio junto de outro familiar; c) Confiança a pessoa idónea; d) Apoio para a autonomia de vida; e) Acolhimento familiar; f) Acolhimento em instituição; g) Confiança a pessoa selecionada para a adoção ou a instituição com vista a futura adoção (Lei nº 31/2003, de 22 de Agosto). Estas medidas podem ser executadas no meio natural de vida ou em regime de colocação, consoante a sua natureza, e podem ser decididas a título provisório. Consideram-se medidas a executar no meio natural de vida as previstas nas alíneas a), b), c) e d) e medidas de colocação as previstas nas alíneas e) e f). A medida prevista na alínea g) é considerada a executar em meio natural de vida no primeiro caso e de colocação no segundo. A aplicação das medidas de promoção e proteção é de competência exclusiva das comissões de proteção e dos tribunais; a aplicação da medida prevista na alínea g) é da competência exclusiva dos tribunais (Código de Processo Penal [CPP], 2006).

As medidas aplicadas pelas comissões de proteção ou em processo judicial, por decisão negociada, integram um acordo de promoção e proteção que, em meio natural de vida, deve incluir (CPP, 2006):

1. Cuidados de alimentação, higiene, saúde (incluindo consultas médicas e de orientação psicopedagógica) e conforto a prestar;
2. Identificação do responsável pela criança ou jovem durante o período de impossibilidade dos pais ou das pessoas a quem esteja confiada;
3. Plano de escolaridade, formação profissional, trabalho e ocupação de tempos livres;
4. Apoio económico a prestar, sua modalidade, duração e entidade responsável pela atribuição.

As medidas aplicadas pelas comissões de proteção ou em processo judicial, por decisão negociada, integram um acordo de promoção e proteção que, em regime de colocação, deve incluir (CPP, 2006):

1. Modalidade de acolhimento e o tipo de família ou de lar;
2. Direitos e deveres dos intervenientes, nomeadamente a periodicidade das visitas e os montantes da prestação correspondentes aos gastos necessários a ter com a criança ou jovem;
3. Periodicidade e o conteúdo das informações a prestar às entidades administrativa e às autoridades judiciais, bem como identificação da pessoa ou entidade que a deve prestar.

Qualquer pessoa que conheça situações de perigo pode comunicá-las às entidades competentes em matéria de infância e juventude, às entidades policiais, às CPCJ ou às autoridades judiciais. As autoridades policiais e judiciais comunicam às CPCJ as situações de crianças e jovens em perigo que conheçam no exercício das suas funções. As entidades com competência em matéria de infância e juventude (nomeadamente, as autarquias locais, segurança social, escolas, serviços de saúde, forças de segurança, associações desportivas culturais e recreativas) comunicam às CPCJ as situações de perigo que conheçam no exercício das suas funções sempre que não possam assegurar atempadamente a proteção que a circunstância possa exigir (Duarte-Fonseca, 2000).

As CPCJ comunicam ao Ministério Público quando considerem adequado o encaminhamento para adoção; quando não haja ou sejam retirados os consentimentos para a intervenção, bem como no incumprimento dos acordos; quando não existam os meios para aplicar ou executar a medida adequada; quando findo o período de 6 meses após conhecimento da situação não tenha sido proferida decisão; quando justifiquem procedimento cível; quando as situações que consideram adequadas o encaminhamento para a adoção (Duarte-Fonseca, 2005).

De acordo com o regulamentado no CPP (2006) as CPCJ dão conhecimento aos organismos de Segurança Social das situações de crianças e jovens que se encontrem em situação suscetível de determinar a confiança com vista a futura adoção e de outras situações que entendam dever encaminhar para adoção. De acordo com o princípio da subsidiariedade as comunicações obrigatórias não determinam a cessação da intervenção das entidades e instituições (salvo quando os consentimentos forem negados ou retirados).

A intervenção judicial tem lugar quando não está instalada uma CPCJ, ou quando a comissão não tenha competência nos termos da lei para aplicar a medida de promoção e proteção adequada; não seja prestado/retirado o consentimento necessário, ou haja oposição da criança/jovem; o acordo de promoção e proteção seja reiteradamente não cumprido; a CPCJ não obtenha a disponibilidade de meios necessários para aplicar/executar a medida; ausência de decisão da CPCJ nos 6 meses seguintes ao conhecimento da situação; o MP considere a decisão da CPCJ ilegal/inadequada; o Tribunal apense processo da CPCJ ao processo judicial (CPP, 2006).

3. LEI TUTELAR-EDUCATIVA

O legislador Português consagrou um tratamento diferenciado consoante a criança ou o jovem tenha 12, 16, ou 21 anos de idade, considerados como *“marcos etários que originam reações diversas, que atendem ao diferente desenvolvimento do jovem e do jovem-adulto. Traduz-se pois na lei o que é um dado empírico indiscutível: a evolução da capacidade adaptativa do menor”* (Moura, 2000, p.102). O legislador optou por *“(...) atender à gradação da formação da personalidade do menor, recorrendo a medidas não penais mas mesmo assim responsabilizantes”* (Moura, 2000, p. 106).

A Lei Tutelar Educativa (LTE) é aplicada a jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos, que pratiquem um ato qualificado pela lei como crime (cf. artigo 1º e 3º da LTE). Atos qualificados como contraordenações não têm enquadramento na aplicação da LTE (Código de Processo Penal [CPP], 2006).

O Tribunal de Família e Menores é responsável pela *“prática de atos jurisdicionais relativos ao inquérito”*; *“a apreciação de fatos qualificados pela lei como crime, praticados por menor com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, com vista à aplicação de medida tutelar”*; *“a execução e a revisão das medidas tutelares”*, e *“declarar a cessação ou a extinção das medidas tutelares”* (artigo 28º, nº 1, da LTE).

A Lei Tutelar Educativa determina a organização de um processo único por cada jovem (artigo 34º da LTE), independentemente do número de fatos praticados e do lugar da sua prática, desde que se encontrem simultaneamente na mesma fase processual (fase de inquérito, fase jurisdicional ou fase de execução). Nos casos em que vários jovens tenham cometido um ou mais factos em comparticipação ou que tenham entre si uma relação de causa efeito uns dos outros, ou destinando-se uns a continuar ou a ocultar os outros, o legislador optou pela organização de um só processo relativamente aos vários jovens, desde quem também aqui, estejam na mesma fase processual (artigo 35º da LTE). Quando razões de celeridade e de proteção do interesse do jovem o exijam, a autoridade judiciária pode determinar a separação dos processos (artigo 36º da LTE). Quando não é possível a organização de um processo único relativo a um jovem, após o trânsito em julgado da decisão, os processos são apensados àquele cuja decisão tenha transitado em primeiro lugar (artigo 37º, nº 2, da LTE). Por último, o legislador determina, ainda, a apensação dos processos sempre que os jovens forem irmãos ou estiverem sujeitos à guarda de facto da mesma pessoa (artigo 37º, nº 1, da LTE).

3.1. AS MEDIDAS CAUTELARES

Em qualquer fase do processo tutelar educativo podem ser aplicadas medidas cautelares, com o propósito de prevenir a reincidência criminal, ou a fuga do jovem. A aplicação de uma medida cautelar exige: *“a existência de indícios do facto”, “a previsibilidade de medida tutelar”, e “a existência fundada de perigo de fuga ou de cometimento de outros factos qualificados pela lei como crime”* (artigo 58º, nº1, da LTE). Estas medidas podem consistir: na *“entrega do menor aos pais, representante legal, pessoa que tenha a sua guarda ou outra pessoa idónea, com imposição de obrigações ao menor”*; na *“guarda do menor em instituição pública ou privada”*; ou na *“guarda em Centro Educativo”* (artigo 57º, da LTE).

No que respeita à medida cautelar de guarda em Centro Educativo, o Tribunal só poderá optar pela sua determinação quando existam indícios claros de que o jovem tenha cometido um facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima ou de prisão superior a cinco anos, ou que tenha cometido dois ou mais factos qualificados como crimes contra as pessoas a que corresponda uma pena superior a três anos. Esta medida cautelar deve ser executada em regime semiaberto quando o jovem tenha menos de 14 anos, ou e, regime semiaberto ou fechado quando o jovem tenha idade igual ou superior a 14 anos (artigo 58º, nº 2 e 3, da LTE). O prazo máximo da medida cautelar é de três meses, podendo ser prorrogada por mais três meses em casos devidamente fundamentados (artigo 60º, nº 2, da LTE). Nos demais casos, o prazo de duração é de seis meses até à decisão do Tribunal de primeira instância e um ano até ao trânsito em julgado da decisão (artigo 60º, nº 2, da LTE). A medida cautelar é revista bimensalmente, podendo o juiz, oficiosamente ou a requerimento, substituí-las se concluir que a mesma não está a servir as finalidades para que foi aplicada e cessando assim que se deixarem de verificar os pressupostos da sua aplicação (artigos 61º e 62º da LTE).

3.2. AS MEDIDAS TUTELARES EDUCATIVAS

O legislador distinguiu as medidas tutelares educativas que podem ser aplicadas, em institucionais e não institucionais. O internamento em Centro Educativo é a única medida institucional existente. As seguintes medidas são as não institucionais: admoestação; privação do direito de conduzir ciclomotores; reparação ao ofendido; realização de prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; imposição de regras de conduta; imposição de obrigações; frequência de programas formativos; e acompanhamento educativo (Figueiredo, 2001b).

A admoestação é a sanção mais leve e consiste na repreensão solene feita pelo juiz ao jovem. Nesta medida, o juiz reporta-se ao carácter ilícito da conduta do jovem e às suas consequências, *“exortando-o a adequar o seu comportamento às normas e valores jurídicos e a inserir-se, de forma digna e responsável, na vida e comunidade”* (artigo 9º, da LTE).

A medida de privação do direito de conduzir pode implicar a cassação da licença de condução ou a proibição de obter tal licença, e pode ser aplicada por um período mínimo de um mês e máximo de um ano (artigo 10º, da LTE).

A reparação ao ofendido pode implicar um pedido de desculpas ao ofendido, ou a reparação económica total ou parcial pelo dano patrimonial sofrido, ou, a prática de uma atividade que se relacione com o dano, em benefício do ofendido (artigo 11º, nº1, da LTE)³.

A medida tutelar de prestações económicas ou tarefas a favor da comunidade⁴ consiste em atividades a favor de uma entidade, pública ou privada, de fim não lucrativo, num total de sessenta horas, distribuídas por um período máximo de três meses, ou, num montante pecuniário que pode ser pago em prestações, e que é calculado sempre de acordo com a disponibilidade financeira do jovem (artigo 12º, da LTE).

A medida de imposição de regras de conduta pretende criar condições que permitam ao jovem ter um comportamento adequado às normas e valores fundamentais da vida em comunidade. Por exemplo: *“não frequentar certos meios, locais ou espetáculos”, “não acompanhar determinadas pessoas”, “não consumir bebidas alcoólicas”, “não frequentar certos grupos ou associações”, “não ter em seu poder certos objetos”,* entre outras. Estas regras não podem exceder o tempo máximo de dois anos, ou representar uma limitação abusiva ou não razoável da autonomia de decisão e de condução de vida do jovem (artigo 13º da LTE).

A medida tutelar de imposição de obrigações tem a duração máxima de dois anos, podendo consistir na frequência de um estabelecimento de ensino, com controlo de assiduidade e aproveitamento; na frequência de um centro de formação profissional ou de uma formação profissional; na frequência de sessões de orientação psicopedagógica e seguimento das orientações prescritas; na frequência de atividades de clubes ou associações juvenis; ou na submissão a programas médicos, em instituição pública ou privada, em regime de internamento

³ A lei regula a forma de realizar cada uma das modalidades (artigo 11º, nº 2, da LTE).

⁴ As tarefas a favor da comunidade têm que respeitar, por exemplo, o período e repouso do jovem, bem como a frequência da escola e de outras atividades de formação que o Tribunal considere importantes.

ou ambulatório. Estes programas médicos⁵ estão vocacionados para o tratamento de consumo abusivo de álcool ou estupefacientes, doença infecto-contagiosa ou sexualmente transmissível, ou anomalia psíquica (artigo 14º da LTE).

A medida de frequência de programas formativos tem a duração máxima de seis meses, exceto quando o programa em causa tenha uma duração maior, não podendo exceder o máximo de um ano. Consiste na participação do jovem em programas de ocupação dos tempos livres, de orientação psicopedagógica, de educação sexual, de educação rodoviária, de orientação vocacional, de desenvolvimento de competências pessoais ou sociais, ou em programas desportivos. A título excecional, se for considerado relevante para a execução da medida, o jovem pode residir junto de pessoa idónea ou em instituição de regime aberto onde seja possível o *“alojamento necessário para a frequência do programa”* (artigo 15º da LTE).

O acompanhamento educativo tem a duração mínima de três meses e máxima de dois anos. O Tribunal fixa determinadas áreas de intervenção e impõe ao jovem a frequência de um Projeto Educativo Pessoal (PEP⁶) que percorre os pontos de intervenção prescritos (artigo 16, nºs 1, 3 5 da LTE).

A medida de internamento (medida institucional) é executada em Centro Educativo, e visa *“a interiorização e valores conformes ao direito e aquisição de recursos que permitam ao jovem, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável”*. Consiste no afastamento temporário do jovem do seu local de residência habitual e na frequência de programas e métodos pedagógicos (artigo 17º, nºs 1 e 2 da LTE). A medida de internamento em regime semiaberto é aplicável ao jovem que tenha praticado um *“facto qualificado como crime contra as pessoas a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a três anos”* ou que tenha *“cometido dois ou mais factos qualificados como crimes a que corresponda a pena máxima, abstratamente aplicável, superior a três anos”* (artigo 17º, nº 3 da LTE). A medida de internamento em regime fechado é aplicável quando se verificarem os seguintes pressupostos: *“ter e menor cometido facto qualificável como crime, a que corresponda pena máxima (...) de prisão superior a cinco anos, ou ter cometido dois ou mais factos contras a pessoas qualificados como crimes a que corresponda pena máxima (...) de prisão superior a três anos”*, e *“ter o menor idade superior a 14 anos de idade à data de aplicação da medida”* (artigo 17º, nº 4 da LTE). A medida de internamento em regime aberto e semiaberto tem a duração mínima de três meses e máxima de dois anos, e medida de internamento em regime fechado,

⁵ Exigem o consentimento do jovem quando tenha mais de 14 anos de idade.

⁶ O PEP é elaborado pelos serviços de reinserção social e homologado pelo juiz.

entre os seis meses e os dois anos, podendo atingir os três anos de duração máxima, quando ao facto qualificado como crime corresponda uma pena máxima superior a oito anos, ou que dois ou mais dos crimes contras as pessoas praticados correspondam a pena máxima superior a cinco anos (artigo 18º da LTE).

3.3.O PROCESSO TUTELAR EDUCATIVO: A FASE DE INQUÉRITO E A FASE JURISDICIONAL

O processo tutelar educativo é constituído por duas fases, sendo a primeira a fase de inquérito, e a segunda a jurisdicional (Martins, 2006).

A fase de inquérito é dirigida pelo Ministério Público, coadjuvado por órgãos de polícia criminal e por serviços de reinserção social, com vista à investigação da prática do facto e à determinação da necessidade de educação do jovem para o direito. Para se iniciar um processo tutelar educativo é necessário que exista uma denúncia ao Ministério Público ou a órgão de polícia criminal (ex. Guarda Nacional Republicana [GNR], Polícia de Segurança Pública [PSP]) sobre um jovem com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos que cometeu um facto que a lei considera como crime⁷. Esta fase deverá ter a duração máxima de três meses, prorrogáveis por mais três meses em casos de especial complexidade, visando sobre a aplicação de medida tutelar (cf. artigo 75º, nº3 da Lei Tutelar Educativa [LTE]). A fase de inquérito pode ser encerrada com o arquivamento do processo, ou com um requerimento de abertura de fase jurisdicional, quando o Ministério Público entende que o processo deve prosseguir (artigos 86º e 89º da LTE).

A fase jurisdicional é conduzida pelo juiz e envolve a comprovação judicial dos factos, a avaliação da necessidade de aplicação de medida tutelar, a determinação da medida tutelar e a sua execução (artigo 92º da LTE). O processo tutelar educativo pode comportar uma fase (facultativa) – a fase de recurso - e uma fase eventual – a fase de execução da medida tutelar -, caso haja lugar à aplicação de uma medida tutelar educativa (Código de Processo Penal [CPP], 2006).

Se o Ministério Público, em qualquer momento do processo tutelar educativo, concluir que o jovem se encontra em situação de perigo (artigo 3º, nº 2 da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Risco), deve participar esta situação à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

⁷ A idade mínima para intervenção tutelar foi fixada em 12 anos, porque se considera que abaixo dessa idade as condições psicobiológicas do menor exigem uma intervenção não consentânea com o sistema de justiça. Comportamentos delinquentes de menores com menos de 12 anos serão, eventualmente, objeto de intervenção do sistema de proteção, comunicando-se o fato à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (CPCJ), ou ao Tribunal, se aquela não estiver instalada na área de residência do menor.

em Risco ou, em casos de urgência, pode requerer, no próprio processo tutelar educativo, a aplicação de uma medida de proteção (ex.: regulação do exercício do poder paternal), a título provisório, que deverá, no prazo máximo de 30 dias, ser confirmada em processo próprio de proteção ou em ação tutelar cível (artigo 43º da LTE). São consideradas situações de perigo para o menor, as seguintes:

(1) Está abandonado ou vive entregue a si próprio; (2) sofre de maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; (3) não recebe os cuidados ou a afeição adequados à idade ou situação pessoal; (4) é obrigado a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento; (5) está sujeito, direta ou indiretamente, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional; (6) assume comportamentos ou entrega-se a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a sua guarda de facto se lhe oponham de modo adequado a remover essa situação (Martins, 2006, p. 391).

Em qualquer fase do processo tutelar educativo, se for verificada a existência de anomalia psíquica que impossibilite o menor de compreender o sentido da intervenção tutelar, o processo é arquivado, devendo o Ministério Público proceder ao reencaminhamento do menor para serviços de saúde mental, podendo até, decretar, se for o caso, o seu internamento compulsivo (artigo 49º da LTE).

Segue-se uma esquematização em traços gerais dos atos que compõem o processo tutelar educativo (figuras 6 e 7).

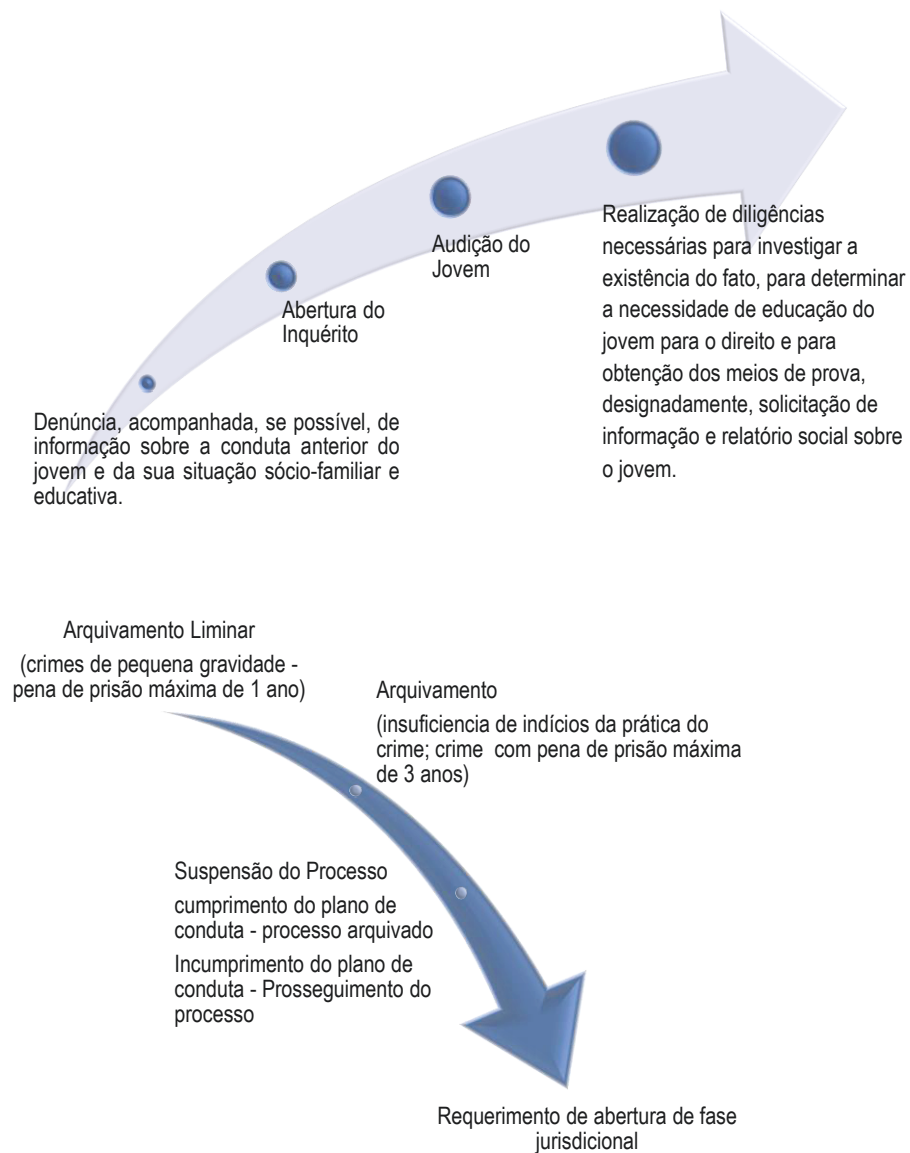


Figura 6. Síntese da Fase de Inquérito⁸

⁸ (Santos et al., 2004, p. 181).

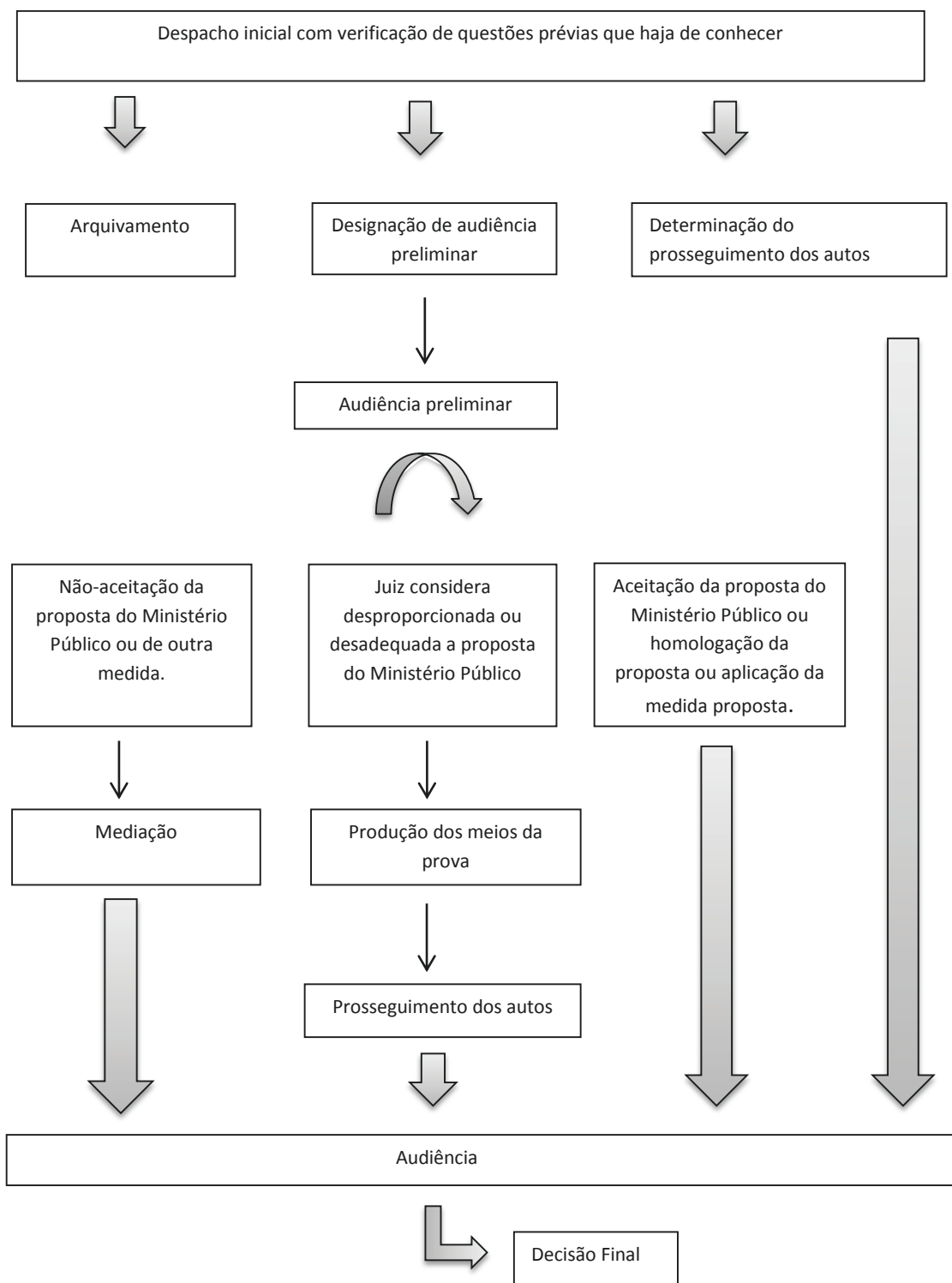


Figura 7. Fase Jurisdicional⁹

⁹ (Santos et al., 2004, p. 182).

3.4. A APLICAÇÃO DE MEDIDAS TUTELARES EDUCATIVAS

A aplicação de uma medida tutelar educativa exige o preenchimento de quatro requisitos: (1) que até à data de decisão em 1ª instância o menor não tenha completado 18 anos; (2) que não tenha sido aplicada pena de prisão efetiva ao menor com idade compreendida entre os 16 e os 18 anos pela prática de crime; (3) a prática de facto considerado crime pela lei; (4) a necessidade de educar o menor para o direito. Cumpridos estes pressupostos deve ser aplicada uma medida tutelar educativa com base no critério fixado pelo artigo 6º e 7º, nº 1 da Lei Tutelar Educativa (LTE), ou seja, a(s) medida(s) tutelar(es) aplicada(s) deve(m) respeitar os princípios da adequabilidade, intervenção mínima, da adesão dos jovens e dos pais ou representantes legais, da proporcionalidade e da legalidade. Por um mesmo facto não pode ser aplicada, de forma cumulativa, ao mesmo jovem mais do que uma medida tutelar educativa, à exceção da medida de acompanhamento tutelar educativo que pode comportar a imposição de regras e de obrigações, assim como a frequência de programas formativos, e para a medida de privação de conduzir ou de obter permissão para conduzir ciclomotores, que pode ser cumulado com qualquer outra medida. Num determinado processo tutelar educativo, podem ser aplicadas mais do que uma medida tutelar, desde que o menor tenha praticado mais do que um facto qualificado pela lei como crime e que tal se ache necessário para promover a educação do jovem para o direito (artigo 19º da LTE). Nestes casos, a simultaneidade das medidas só será determinada pelo Tribunal quando se entender que as medidas são compatíveis, não podendo o tempo de duração total das medidas exceder o *“dobro do tempo de duração da medida mais grave aplicada”* (artigo 8º, nºs 1, 2 e 5 da LTE).

O processo tutelar educativo pode comportar uma fase de recurso, que pode ser ordinário ou extraordinário para fixação de jurisprudência ou de revisão (artigos 121º e 127º da LTE).

Após o trânsito em julgado da decisão final, inicia-se a fase de execução da(s) medida(s) tutelare(s) educativa(s), durante a qual compete ao juiz uma série de competências fiscalizadoras e participativas (artigo 28º, nº 1, alínea c e artigo 39º, da LTE), nomeadamente: *“ordenar os procedimentos que considere adequados face a ocorrências que comprometam a execução e que sejam levadas ao seu conhecimento”, “acompanhar a evolução do processo educativo do menor através de relatórios de execução das medidas”, “decidir sobre os pedidos e queixas apresentados sobre quaisquer circunstâncias da execução das medidas suscetíveis de pôr em causa os direitos dos menores”, e “realizar visitas aos centros educativos e contactar com os menores internados”*.

As entidades escolhidas para assegurar a execução das medidas têm o dever de informar o Tribunal, periodicamente, sobre a execução a medida, a evolução do processo educativo do jovem e todas as circunstâncias suscetíveis de fundamentar a revisão da medida aplicada (artigo 131º, nº 1 da LTE).

A execução de medida de acompanhamento educativo e de internamento em Centro Educativo é regulada com mais pormenor pela Lei Tutelar Educativa. Para estes casos, é organizado um *dossier* individual que acompanha o jovem sempre que haja transferência ou mudança de Centro Educativo, e onde consta toda a informação sobre o educando. Este *dossier* é obrigatoriamente destruído logo que sejam decorridos cinco anos após o jovem perfazer 21 anos de idade (artigo 132º da LTE).

Atendendo ao regime de execução da medida de internamento, se ao jovem tiver sido aplicada medida de internamento em regime fechado, o mesmo é conduzido ao Centro Educativo por entidades policiais. Caso contrário, se ao jovem tiver sido aplicada uma medida de internamento em regime aberto ou semiaberto, incumbe aos pais ou representante legal a apresentação do jovem em centro educativo, recorrendo-se à intervenção das entidades policiais quando o jovem não se apresente voluntariamente por causa a si imputável ou ao seu representante (artigo 151º da LTE).

O direito penal dos jovens imputáveis deve, tanto quanto possível, aproximar-se dos princípios e regras do direito reeducador de menores. O Decreto-lei n.º 401/82 de 23 de Setembro consagra, no artigo 5.º, um princípio que, não sendo inovador face ao nosso sistema penal, colhe o mais largo consenso doutrinal, assim como se coloca nas zonas mais avançadas do tratamento penal de jovens inimputáveis. O princípio geral imanente em todo o texto legal é o da maior flexibilidade na aplicação das medidas de correção que vem permitir que a um jovem imputável até aos 21 anos possa ser aplicada tão-só uma medida corretiva. Trata-se, em suma, de instituir um direito mais reeducador do que sancionador, sem esquecer que a reinserção social, para ser conseguida, não poderá descurar os interesses fundamentais da comunidade, e de exigir, sempre que a pena prevista seja a de prisão, que esta possa ser especialmente atenuada, nos termos gerais, se para tanto concorrerem sérias razões no sentido de que, assim, se facilitará aquela reinserção. A inconveniência dos efeitos estigmatizantes das penas aconselha a que se pense na adoção preferencial de medidas corretivas para os delinquentes a que o diploma se destina. Tais medidas comportam uma grande amplitude, já que nelas se consagra a possibilidade de o juiz, segundo o seu prudente arbítrio, ordenar o cumprimento de uma

obrigação de *facere* ou *omittere* ao jovem imputável. Pode ainda, nesta linha, o juiz, quando assim o julgar conveniente, decidir-se pelo internamento em centros de detenção, internamento que, também ele, pode ser extremamente variável, conforme mostra o diploma sobre a aplicação das medidas privativas de liberdade. Pretende-se, com tudo isto, consagrar um tratamento diferenciado que permita uma adequada individualização das reações da sociedade (Decreto-lei n.º 401/82 de 23 de Setembro).

As medidas propostas não afastam a aplicação da pena de prisão aos imputáveis maiores de 16 anos, quando isso se torne necessário, para uma adequada e firme defesa da sociedade e prevenção da criminalidade, e esse será o caso de a pena aplicada ser a de prisão superior a 2 anos. Para além desta pena, deve, todavia, o juiz dispor de um arsenal de medidas de correção, tratamento e prevenção que tornem possível uma luta eficaz contra a marginalidade criminosa juvenil (Decreto-lei n.º 401/82 de 23 de Setembro).

O Decreto-lei n.º 401/82 de 23 de Setembro aplica-se a jovens que tenham cometido um facto qualificado como crime. É considerado jovem para efeitos deste diploma o agente que, à data da prática do crime, tiver completado 16 anos sem ter ainda atingido os 21 anos. O disposto no presente diploma não é aplicável a jovens penalmente inimputáveis em virtude de anomalia psíquica. Se for aplicável pena de prisão, deve o juiz atenuar especialmente a pena nos termos dos artigos 73.º e 74.º do Código Penal, quando tiver sérias razões para crer que da atenuação resultem vantagens para a reinserção social do jovem condenado. Sempre que ao caso corresponda pena de prisão inferior a 2 anos pode o juiz, consideradas a personalidade e as circunstâncias do facto, aplicar ao jovem com menos de 18 anos, isolada ou cumulativamente, as medidas previstas no artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro. Quando sejam aplicadas as medidas previstas nas alíneas i) a l) do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de Outubro, pode o juiz, a pedido do jovem e ouvida a direcção do respetivo estabelecimento, autorizá-lo a permanecer nele depois de completar 18 anos, quando daí resultem inequívocas vantagens para a sua formação e educação, não podendo essa permanência prolongar-se para além da data em que o interessado completar 21 anos. Quando das circunstâncias do caso e considerada a personalidade do jovem maior de 18 anos e menor de 21 anos resulte que a pena de prisão até 2 anos não é necessária nem conveniente à sua reinserção social, poderá o juiz impor-lhe medidas de correção. São unicamente medidas de correção, para os efeitos do número anterior, as seguintes:

- a) Admoestação;
- b) Imposição de determinadas obrigações;
- c) Multa;
- d) Internamento em centros de detenção.

A admoestação consiste numa solene advertência, que deverá ser efetuada de forma pública, mas com um mínimo de resguardo pela esfera social do jovem, tendo em consideração a sua dignidade e os fins da sua reinserção social. As obrigações impostas pelo juiz deverão ter em conta a dignidade e a reinserção social do jovem, devendo ainda, tanto quanto possível, ser obrigações cujo cumprimento não se protele demasiado no tempo. O não cumprimento culposo de qualquer das obrigações impostas pelo juiz determinará o internamento em centros de detenção, pelo tempo que for considerado necessário, dentro dos limites prescritos no artigo 10.º Na fixação da multa serão aplicáveis os princípios da lei geral, devendo, todavia, tanto quanto possível, procurar afetar-se unicamente o património do jovem. Sempre que o não pagamento da multa seja motivado por simples e notórias dificuldades económicas do jovem, não censuráveis, deverá ser-lhe imposta uma obrigação nos termos do artigo 8.º O internamento em centros de detenção pode ter lugar por um período mínimo de 3 meses e máximo de 6 meses. Findo o período de internamento decretado na sentença, poderá o juiz decidir que se lhe seguirá um período de orientação e vigilância em liberdade não excedente a 1 ano. O internamento em centros de detenção pode ter lugar em regime de internato ou semi-internato ou ser cumprido em regime de detenção de fim de semana, consoante for considerado mais conveniente, tendo em conta a situação pessoal do jovem. Durante o período de orientação e vigilância em liberdade pode o jovem ficar sujeito à obrigação de frequentar o centro durante um determinado número de horas por semana, não excedente a 6 horas (Martins, 2006).

A medida de internamento em centros de detenção pode ser revogada pelo juiz, sob proposta do centro, caso o jovem se ausente ilegítimamente da instituição, não cumpra, voluntária e repetidamente, os horários e regulamentos fixados, assuma com frequência condutas que afetem gravemente a disciplina interna da instituição ou não mantenha bom comportamento em sociedade. Em caso de revogação da medida, o juiz aplicará a pena correspondente ao crime, podendo descontar, na sua duração, o tempo de internamento contínuo que tiver sido efetivamente cumprido.

As matérias a contemplar nos regulamentos internos dos centros educativos encontram-se minuciosamente sistematizadas, e estão estabelecidas no artigo 18º do Regulamento Geral e

Disciplinar dos Centros Educativos (RGDCE), que se constitui num importante instrumento de operacionalização da LTE (Lei Tutelar-Educativa). Martinez e colaboradores (2005) destacaram a pormenorizada regulamentação dos instrumentos necessários à operacionalização da LTE e a ausência da definição de necessidades, monitorização e avaliação dos regimes de internamento previstos na Lei de Proteção das Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). E neste sentido, questionam se apesar dos princípios e da filosofia que orientam a reforma do sistema de justiça de menores, se continua a dar destaque às situações de fim de linha, quando a prática de ilícitos já se concretizou, requerendo-se intervenções que procuram remediar, em vez de apostar em situações de proteção e de prevenção.

3. O PERITO O VALOR DA PROVA PERICIAL: PERÍCIA PSICOLÓGICA E PERÍCIA DE PERSONALIDADE

Em direito civil e em direito penal, quando são necessários conhecimentos específicos que não integram o âmbito de formação de quem tem de decidir, são nomeados peritos que possuam o saber técnico científico ou artísticos exigidos (artigo 388º do Código Civil [CC] e artigo 151º do Código Penal [CP]).

Em direito penal, o despacho que ordena a perícia contém obrigatoriamente a *indicação sumária de objeto*, podendo ser *formulados quesitos quando a sua existência se revelar conveniente* (artigos 154º, nº 1 e 156º, nº 1 do Código de Processo Penal [CPP]).

Existem perícias, como é o caso da perícia da personalidade, cujo objeto decorre da lei. A perícia de personalidade foca as características psíquicas do arguido, independentes de causas patológicas, e o seu grau de socialização, tendo em vista a avaliação da sua personalidade e perigosidade (artigo 160º, nº 1, do CPP), ou, pode ser também dirigida a pessoas com idade inferior a 18 anos que devam depor em processo por crime contra a liberdade e autodeterminação sexual de menor (artigo 131º, nº 3 do CPP).

A perícia sobre a personalidade é referenciada nos artigos 1º g), 128º nº2, 204º c), 213º nº4, 369º nº 1 e 371º nº2 do CPP, e constitui-se como um importante meio de prova. Entende-se aqui personalidade não apenas como carácter, mas também a atitude interna donde o facto promana e que, nessa aceção, o fundamenta (Carmo, 2011). No artigo 131º nº 3 (CPP) prevê-se a realização de perícia sobre a personalidade que visa verificar a aptidão física e mental de menor de 18 anos para depor em crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores, designadamente quando deles foi vítima, para avaliar a sua personalidade.

No direito processual penal¹⁰, enquanto a prova pericial é qualificada como um meio de prova, os *exames* constituem um meio de obtenção e prova. Os exames de pessoas, lugares ou de coisas, consistem na recolha de vestígios que possam estar no local do crime, e de todos os indícios relacionados ao modo e ao lugar onde o crime foi praticado, às pessoas que o cometeram ou sobre as quais foi cometido (artigo 171º, nº 1 do CPP). Através dos exames investigam-se e recolhem-se meios de prova dos fatos (vestígios e demais indícios obtidos e que podem vir a ser objeto de perícia), a prova pericial é um meio de prova em si mesma, é a própria prova (Carmo, 2013).

¹⁰ As regras do processo penal referidas neste texto aplicam-se ao processo tutelar educativo.

A prova pericial também se distingue de *informações, relatórios e inquéritos sociais*, que visam a obtenção de informações respeitantes às pessoas e à sua situação social, familiar, habitacional, laboral e/ou escolar (Carmo, 2011). No direito de família e das crianças e dos jovens é frequente o recurso a informações, relatórios e inquéritos sociais em processos tutelares cíveis, nomeadamente: (a) os processos de adoção, de regulação, limitação ou inibição do exercício das responsabilidades parentais, de alimentos devidos a menores, de entrega judicial de menor, de averiguação oficiosa de maternidade ou de paternidade – em que são um meio de obtenção de informações recolhidas no terreno, imprescindíveis ao conhecimento da situação e à construção da decisão (artigos 146º e seguintes do decreto-lei nº 314/78); e (b) no processo de promoção e proteção de crianças e jovens e no processo tutelar educativo (artigos 108º da Lei de Promoção e Proteção [LPP] e da Lei Tutelar Educativa [LTE]).

O relatório social é definido como “*informação sobre a inserção familiar e socioprofissional do arguido e, eventualmente, da vítima, elaborado pelos serviços de reinserção social, com o objetivo de auxiliar o tribunal ou o juiz no conhecimento da personalidade do arguido* (artigo 1, g) e h) do CPP). Embora exijam conhecimentos técnicos e constituam um meio de recolha de informação relevante, os relatórios e inquéritos sociais não integram o conceito de prova pericial (CPP, 2006).

O relatório social com avaliação psicológica é obrigatório sempre que é decretada medida de internamento e regime fechado ou semiaberto. A avaliação psicológica que terá que integrar o relatório social, nos termos do artigo 71º, nº 5 da LTE, é uma perícia, ainda que na lei não seja indicado qualquer sentido para a avaliação psicológica (Rodrigues & Duarte-Fonseca, 2000).

A avaliação da perigosidade é uma medida de segurança aplicável a quem tiver praticado um facto ilícito típico e for considerado inimputável nos termos do artigo 20º do CP, sempre que, por virtude de anomalia psíquica e da gravidade do facto praticado, houver fundado receio de que venha a cometer outro facto da mesma espécie. Compete ao perito estabelecer as bases de decisão que o tribunal venha a tomar, mas não mais do que isso. Não cabe ao perito decidir sobre a questão da perigosidade. Um dos meios adequados para o tribunal obter aquelas bases é, pois, a perícia do artigo 160º do CPP (Rodrigues & Duarte-Fonseca, 2003).

Em processo penal e em processo civil, quando a perícia não é feita em *estabelecimento, laboratório ou serviço oficial*, é nomeado um perito de um lista existente em cada comarca, ou, *por pessoa de honorabilidade e de reconhecida competência na matéria em causa* (art.º 152º do

CPP; art.º 586º do Código de Processo Civil [CPC]). Em casos de maior complexidade pode ser nomeado mais do que um perito (perícia colegial), ou quando se exija o conhecimento de matérias distintas uma perícia interdisciplinar (art.º 152º, nº 2 do CPP; art.º 569º, nº1 do CPC).

Em processo penal, os peritos são designados pela autoridade judiciária que ordena a perícia, podendo o Ministério Público (com exceção nos casos em que foi este quem a ordenou), o arguido, o assistente, e as partes civis, designar *um consultor técnico de sua confiança* que assistirá à sua realização e que pode *propor a efetivação de diligências e formular observações e objeções*. Devido ao juízo técnico-científico que lhe está inerente, a prova pericial deve ser isenta de qualquer suspeita de parcialidade, o que se reflete no regime de impedimentos, recusas e escusas dos juízes, e que é válido para o perito individual e para o perito que desempenha funções num *estabelecimento, laboratório ou serviço oficial* (art.º 153º, nº 1 e art.º 47º, nº 1 do CPP; art.º 571º, nº 1 do CPC).

Em processo penal, o perito deverá apresentar ao tribunal declaração de impedimento quando (artigos 39º e 41º do CPP):

- a) For, ou tiver sido, conjugue ou representante legal do arguido, do ofendido ou de pessoa com a faculdade de se constituir assistente ou parte civil ou quando com qualquer dessas pessoas viver ou tiver vivido em condições análogas às dos conjugues;
- b) O próprio ou o seu conjugue, ou a pessoa que com ele viver em condições análogas às dos conjugues, for ascendente, descendente, parente até ao 3º grau, tutor ou curador, adotante ou adotado do arguido, do ofendido ou de pessoa com a faculdade de se constituir assistente ou parte civil ou for afim destes até àquele grau;
- c) For conjugue, viva em condições análogas às dos conjugues, for parente ou afim até ao 3º grau do juiz ou do magistrado do Ministério Público do processo;
- d) Já tiver intervindo no processo como representante do Ministério Público, órgão de polícia criminal, defensor, advogado do assistente ou da parte civil ou perito;
- e) Tiver sido ouvido no processo, ou dever sê-lo, com testemunha.

Quando a intervenção do perito correr o risco de ser suspeita, por existir motivo, sério e grave, adequado a gerar desconfiança sobre a sua imparcialidade, esta pode ser recusada a pedido do Ministério Público, do arguido, do assistente ou de parte civil (CPP, 2006).

Na lei processual penal, *“perante um juízo cientificamente provado, de acordo com as exigências legais, o Tribunal guarda a sua inteira liberdade no que toca à apreciação da base de facto pressuposta”* (Dias, 2001, p. 209-210), ou seja, o juízo técnico, científico ou artístico

só pode ser afastado com argumentação igualmente técnica, científica ou artística (Carmo, 2011).

A lei Portuguesa procura criar e potenciar mecanismos de prevenção de condutas desviantes e antissociais, de prevenção do litígio e do seu tratamento de forma mediada. Julgar é compreender, e por esse motivo, o recurso a uma série de saberes se torna fundamental na prática de um magistrado (Machado & Gonçalves, 2011).

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL

1. NATUREZA E EXTENSÃO DA VIOLÊNCIA JUVENIL¹¹

No final do século XX, apesar da criminalidade juvenil na Europa¹² e nos Estados Unidos da América (EUA) ter estabilizado, a violência juvenil sofreu um aumento desastroso. Em Inglaterra e no País de Gales, entre 1986 e 1994, a prevalência de jovens entre os 14 e os 16 anos detidos ou condenados pela prática de atos violentos, subiu de 30% para 60%. O mesmo sucedeu na Alemanha, cuja prevalência da violência juvenil aumentou entre 60% a 80%, e na Suécia, que apesar de proibir o uso da força física dos pais contra crianças, e o boxe profissional, aumentou dramaticamente o número de jovens condenados por agressão (Regoli, Hewitt, & Delisi, 2014).

Fontes oficiais, inquéritos realizados a vítimas, e estudos de autorrelato, sugerem as vítimas de violência juvenil são, frequentemente, outros jovens (Blumstein, 2002). Na Holanda, por exemplo, jovens entre os 15 e os 17 anos, tinham quatro vezes mais probabilidades de serem vítimas de agressão, do que os adultos. Na Alemanha, os jovens têm maior probabilidade de serem vítimas de crimes violentos, do que qualquer outra pessoa. Em qualquer país, jovens do sexo masculino têm maior probabilidade de serem vítimas de crimes violentos, do que jovens do sexo feminino. No entanto, na Bulgária, Croácia, República Checa, Hungria, Polónia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia, as vítimas de homicídio são tipicamente pessoas de meia-idade, por oposição aos adolescentes ou jovens adultos (Regoli & Hewitt, 1997).

As explicações sobre o crescimento da prevalência de crimes violentos praticados por jovens na Europa e nos EUA apontam para fatores contextuais ou situacionais, individuais e clínicos, tais como, o desemprego, o consumo de álcool e drogas, o fácil acesso a armas de fogo, e a exposição à violência familiar (Zingraff, Leiter, Myers & Johnson, 1993; Smith & Thornberry, 1995; Snyder & Sickmund, 1995; Kakar, 1996; Lemmon, 1999; Braga & Kennedy, 2001; Perkins, 2003; Braga & Pierce, 2005; Robertson, Baird-Thomas, & Stein, 2008). Nalguns países, como é o caso da França, durante os anos 90 com o fluxo crescente de imigrantes que viviam em países comunistas, o problema do desemprego foi exacerbado. Os imigrantes que não conseguiram vencer obstáculos como a língua e barreiras culturais, tinham maior probabilidade de perpetrar crimes violentos, do que aqueles que conseguiam um emprego e integrar-se em sociedade. Na Alemanha, após a queda do muro de Berlim, as autoridades reportam um aumento do consumo de drogas e álcool entre os jovens e do uso e acesso a armas de fogo. Muitos dos crimes violentos praticados na Alemanha estão associados a ofensores de classes sociais

¹¹ Neste capítulo e seguintes, o termo “ofensor” implica a prática de ato qualificado como crime pela Lei Penal Portuguesa.

¹² Áustria, Dinamarca, Inglaterra e País de Gales, França, Alemanha, Holanda, Itália, Polónia, Suécia, e Suíça.

desfavorecidas, e com história de violência familiar, nomeadamente maus-tratos e violência doméstica (Regoli et al., 2014).

Nos EUA, a forma mais grave e séria de violência juvenil, o homicídio, tem vindo a aumentar. Os homicidas juvenis são maioritariamente jovens afro-americanos, do sexo masculino, com motivação instrumental. Estes crimes são perpetrados geralmente por múltiplos ofensores, com armas de fogo, e as vítimas são maioritariamente desconhecidos. A população afro-americana representa 12% da população americana em geral, e é responsável por 50% dos homicídios perpetrados nos EUA. A prática elevada de atos violentos graves e sérios por jovens afro-americanos, impede uma leitura estatística correta da prevalência de jovens americanos, em geral, na prática de atos de violência graves (Miethe & Regoeczi, 2004).

Vazsonyi e colaboradores (2007) compararam diferenças raciais e sociais entre jovens ofensores violentos dos EUA, Suíça, Holanda, Japão, e Hungria, e encontraram níveis de violência muito semelhantes. No entanto, numa escola de alunos afro-americanos residentes em zonas rurais, o envolvimento destes jovens em atos de violência era dramaticamente superior aos dos outros grupos.

Num estudo encomendado pelo Estado de Chicago¹³ - *Project on Human Development in Chicago Neighborhoods* -, Sharkey analisou o efeito da exposição ao crime de homicídio no desempenho cognitivo de crianças entre os 5 e os 17 anos de idade. Aproximadamente 40% a 70% destes jovens tinham testemunhado homicídios por disparo de arma de fogo, durante a infância ou adolescência. O autor concluiu que, comparativamente ao grupo de controlo, estes jovens demonstravam vocabulário pobre e capacidade de leitura e interpretação reduzida (Sharkey, 2010).

Numa análise de quinze anos de estudos sobre o impacto da exposição à violência na violência juvenil futura, Flannery e colaboradores verificaram níveis elevados de exposição à violência na sociedade, geralmente com níveis de testemunho mais elevados, em comparação aos de vitimação. Nos rapazes, verificaram-se níveis de exposição à violência (testemunho e vitimização) superiores, comparativamente às raparigas. No entanto, estas raparigas têm a mesma probabilidade que os rapazes em experienciar sintomatologia mental clinicamente significativa, e de perpetrar atos violentos. Os jovens de idades mais precoces reportam mais vitimização por violência, do que os jovens mais velhos, mas ambos têm níveis de testemunho

¹³ Em Chicago é frequente a ocorrência de homicídios por disparo de arma de fogo. Muitos destes homicídios estão relacionados com a atividade de *gangs*, e envolvem vítimas e ofensores de idades precoces.

de violência semelhantes. Os autores concluem que existe uma forte associação entre exposição à violência e risco aumentado de agressão e de violência futura, mesmo após a gestão e a monitorização de fatores contextuais e demográficos. (Flannery, Singer, Dulmen, Kretschmar, & Belliston, 2007).

Em 2008, Finkelhor e colaboradores conduziram um estudo - *Nacional Survey of Children's Exposure to Violence* -, onde inquiriram 4549 crianças, com idade igual ou inferior a 17 anos, de vários estados Americanos. Os autores concluíram que (Finkelhor, Turner, Ormrod, Hamby, & Kracke, 2009):

- a) Mais de 60% das crianças inquiridas foram expostas a violência direta ou indireta no ano anterior, pelo menos uma vez;
- b) Aproximadamente 46% das crianças inquiridas foram agredidas no ano anterior, e mais de 10% de forma grave, com ocorrência de ferimentos corporais;
- c) Aproximadamente 25% das crianças inquiridas foram vítimas de roubo, 10% sofreram maus-tratos na infância, e aproximadamente 6% foram vítimas de agressão sexual;
- d) Mais de 25% das crianças inquiridas testemunharam atos violentos, e 10% testemunharam um familiar a ser agredido por outro;
- e) Algumas das crianças inquiridas eram vítimas de exposição à violência crónica e repetida;
- f) Aproximadamente 11% das crianças experienciaram cinco ou mais vitimizações diretas, no ano anterior, e, menos de 2% experienciaram dez ou mais vitimizações, no ano anterior.

Finkelhor e colaboradores compararam os dados recolhidos no *Developmental Victimization Survey* (2003), com os dados obtidos no *Nacional Survey of Children's Exposure to Violence* (2008). Os autores concluíram que entre 2003 e 2008, o número de crianças e jovens vítimas ou testemunhas de violência diminuíram, nomeadamente nas seguintes áreas: grupo de pares com atividade antissocial ou delinquente, *bullying*, testemunho de agressões com o uso de arma, e testemunho de agressões sem uso de arma. Os autores verificaram ainda uma redução significativa dos crimes de roubo, maus-tratos emocionais, e de agressões sexuais (Finkelhor, Turner, Ormrod, & Hamby, 2010).

Uma das causas com maior impacto sobre o aumento do fenómeno da violência juvenil na Europa, nos últimos anos, é a mudança do estilo de vida de muitos países para uma cultura de

“vencedor-perdedor” (“*winner-loser*”). Nesta cultura, muitos dos jovens com desvantagens contextuais e económicas sentem-se perdedores (Barberet et al., 2004).

As crianças e adolescentes que apresentam maior número de fatores de risco de violência juvenil são os mesmos que estão em maior risco de serem vítimas de violência. A delinquência violenta e séria e a vitimização representam dois lados da mesma moeda que caracteriza a maioria dos jovens antissociais. Apesar de existirem muitas teorias explicativas para o desenvolvimento da delinquência violenta e séria, uma das abordagens mais influentes na explicação deste fenómeno, diz respeito a um modelo conceptual, que integra elementos e etapas de múltiplas teorias, explicativos do desenvolvimento da violência. O *Dynamic Cascade Model of the Development of Serious Violence in Adolescence* foi desenvolvido por Kenneth Dodge e colaboradores (2008) durante um estudo sobre problemas de comportamento (*Conduct Problems Prevention Research Group*). Este modelo permite perceber através de sete etapas, como interagem as características antissociais no desenvolvimento da violência juvenil e da vitimização (fig. 3).



Figura 8. *Dynamic Cascade Model of the Development of Serious Violence in Adolescence*

Com o objetivo de recolher a informação necessária para descrever e explicar problemas comportamentais em múltiplas áreas de vida de um pequeno número de jovens, Dodge e colaboradores (2008) testaram o *Dynamic Cascade Model of the Development of Serious Violence in Adolescence* através de um inquérito específico, administrado a 754 crianças (50%

rapazes; 43% afro-americanos), de 27 escolas, localizadas em quatro zonas geográficas. Estas crianças foram seguidas, anualmente, desde os 5 até aos 18 anos de idade. Os dados foram recolhidos de múltiplas fontes de informação, nomeadamente: criança/jovem, parentes, professores e grupo de pares, observação direta, e relatórios escolares. A análise dos dados¹⁴ revelou uma cascata de predições e de mediações entre variáveis, que deram origem às setes etapas do modelo. Especificamente:

1. Inserção em comunidades marginalizadas: os jovens que se tornam perpetradores e vítimas de violência são criados em contextos de pobreza, e com uma vizinhança socialmente desorganizada;
2. Práticas parentais inconsistentes: os jovens que se tornam perpetradores e vítimas de violência são frequentemente expostos a práticas parentais inconsistentes e ineficazes. A disciplina é pobre, e quando existe é sob a forma de punição física. O relacionamento entre pais e filhos é pouco envolvente e sem grande suporte emocional;
3. Fracas competências escolares: os jovens que se tornam perpetradores e vítimas de violência têm menor acesso a materiais de leitura e apresentam frequentemente défice cognitivo. Ainda denunciam menores competências para a resolução de problemas, e frequentemente menor inteligência, nomeadamente verbal. Para compensar estes défices sociais e cognitivos, utilizam frequentemente a agressão como forma de resolução de conflitos interpessoais;
4. Problemas de conduta: os jovens que se tornam perpetradores e vítimas de violência têm dificuldade acrescida de autorregulação, tornando-se socialmente menos imparciais. Consequentemente têm maior probabilidade em exibir problemas de conduta sérios, com início em idade precoce;
5. Fraco sucesso académico: os jovens que se tornam perpetradores e vítimas de violência usam a agressão como estilo cognitivo dominante, nomeadamente se sofreram de abuso na infância e sobretudo de exposição à violência. Estas experiências de maus-tratos são responsáveis pela criação de códigos através dos quais as crianças descodificam e interpretam de forma negativa normas e regras, interações, e dinâmicas sociais, reagindo em confronto, através da agressão. As crianças tornam-se limitadas nas suas competências sociais, na aquisição de competências escolares, e geralmente apresentam fraco sucesso académico;

¹⁴ Foram realizadas análises de equações estruturais, através do algoritmo *Partial Least Squares (PLS)*. O PLS permitiu estimar trajetórias do Modelo, a partir de constructos latentes observados pelos múltiplos indicadores supracitados.

6. Fraca supervisão parental: os jovens que se tornam perpetradores e vítimas de violência são frequentemente criados por pais com fraca capacidade de supervisão. São pais que direcionam muito pouco ou nenhum do seu tempo para participar de forma ativa nas atividades dos filhos, e que mostram desapego na sua relação com os filhos. Os jovens ficam entregues aos seus próprios juízos e têm maior probabilidade de delinquir e de cometer atos violentos;
7. Associação a pares com comportamento desviante: os jovens que se tornam perpetradores e vítimas de violência são frequentemente rejeitados por pares convencionais, e mais cedo ou mais tarde, associam-se a jovens que partilham a mesma psicopatologia. Esta etapa constitui um forte preditor de violência.

A maioria das ofensas violentas são protagonizadas por ofensores de sexo masculino, e por essa razão, a investigação sobre a violência e o risco de violência, tem sido essencialmente sobre ofensores de sexo masculino (Farrington, 2007).

De entre os vários estudos longitudinais que se dedicam à observação dos fatores e processos na infância e adolescência, que se relacionam com ofensas futuras, o estudo de Cambridge sobre o comportamento delinquente (*Cambridge Study in Delinquent Behavior*), é dos mais influentes na área. Este estudo, que durante 40 anos acompanhou 411 rapazes nascidos no final da década de 50, conclui que: 3% de jovens rapazes condenados pela prática de crimes violentos não apresentam fatores de risco; 31% de jovens rapazes condenados pela prática de crimes violentos apresentavam estatuto económico baixo, famílias numerosas, baixo Q.I. (Quociente de Inteligência), e fraca supervisão parental. Farrington concluiu que parece existir um efeito cumulativo entre fatores de risco e risco de violência, em que quanto maior é o número de fatores de risco a que o sujeito está exposto, maior a probabilidade de condenação futura pela prática de crimes violentos (Farrington, 2003). O autor identificou os seguintes fatores de risco: 1) baixo estatuto económico e condições precárias de habitação; 2) habitação em áreas urbanas deterioradas; 3) nível elevado de impulsividade e hiperatividade; 4) baixa inteligência e baixa escolaridade; 5) fraca supervisão parental e práticas disciplinares severas e erráticas; 6) conflito parental e famílias desestruturadas (Farrington, 2000).

Numa metanálise de estudos longitudinais sobre fatores de risco preditores de violência ou de delinquência severa em adolescentes e jovens adultos, Lipsey e Derzon (1998) concluíram que os melhores preditores de violência diferem de acordo com a faixa etária. Entre os 6 e os 11 anos de idade, a variável preditora mais importante é a prática de ofensa (violenta ou não

violenta), seguida pelo uso de substâncias (principalmente tabaco e álcool). Fatores de risco moderados para esta faixa etária (6-11 anos) são: sexo masculino, estatuto sócioeconómico da família, e pais ou cuidadores com comportamento antissocial. Entre os 12 e os 14 anos, os preditores mais importantes são: fracas competências sociais, pares antissociais, e prática de ofensa de carácter geral. Outros fatores de risco incluem alguns fatores familiares, nomeadamente pais abusivos ou antissociais, fraca interação pai-criança, alguns fatores individuais, particularmente baixa inteligência e atitudes e crenças antissociais, e alguns fatores contextuais, nomeadamente criminalidade e desorganização social na comunidade de habitação.

É importante reconhecer existem exceções à regra, e que os fatores de risco inerentes ao comportamento ofensivo não são iguais de jovem para jovem (McNeill & Batchelor, 2004). Alguns ofensores têm famílias relativamente equilibradas, e apresentam problemas ao nível da escola e do grupo de pares (antissociais). Noutros casos, os fatores associados às atitudes e comportamentos desviantes dos pais, podem ser a chave do problema. Importa também considerar variações das necessidades, dos atos e das características dos diferentes tipos de ofensores. Atualmente existe pouca evidência sobre os padrões diferenciais de risco para raparigas ofensoras e para ofensores de minorias étnicas. Uma rapariga de raça negra, por exemplo, pode envolver-se em violência por motivos diferentes dos de um rapaz de raça caucasiana. (Lanctot e LeBlanc, 2002). Vários estudos têm destacado a importância da vitimação para a compreensão do aparecimento e envolvimento continuado na violência por raparigas e jovens mulheres (Baskin & Sommers, 1998; Miller, 2001; Chamberlain & Moore, 2002; Ryder, 2003; Batchelor, 2005, 2007).

Num estudo sobre delinquência infantil e juvenil e justiça em Portugal, Carvalho verificou que entre 1993 e 2011, a prática de atos qualificados como crime pela lei, por crianças e jovens menores de 16 anos de idade, representam 1% a 2% do total da criminalidade registada. No entanto, verificou-se também um aumento do número de ocorrências na segunda metade da década de 1990, que culminou com um pico no ano de 2000, a partir do qual se observa uma tendência para o decréscimo (mais acentuado de 2000 para 2002, de 2006 para 2007 e de 2010 para 2011). A autora revela ainda a existência de um padrão de evolução diferenciado do seguido pelo total da criminalidade registada, e pressupõe que a delinquência participada apresenta determinadas especificidades. Carvalho conclui que a delinquência registada entre 1993 e 2011 é um fenómeno juvenil, praticado essencialmente em contexto urbano/suburbano, com forte representação do género masculino, mais em grupo, que se reveste de carácter fundamentalmente patrimonial (Carvalho, 2013).

A identificação de jovens ofensores violentos requer uma definição de atos violentos e o seu enquadramento na Lei Penal e na Lei Tutelar Educativa. Mas, a descrição do jovem ofensor, a avaliação do risco de reincidência ofensiva, ou a avaliação do risco de violência requerem uma compreensão de alguns conceitos-chave que permitam uma melhor compreensão do jovem.

2. DEFINIÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONCEITOS-CHAVE¹⁵

Neste ponto serão abordados e discutidos conceitos subjacentes à avaliação do risco de violência juvenil, nomeadamente, a definição de violência e de atos violentos, e serão descritos sistemas alternativos usados para descrever jovens que se envolvem em atividades antissociais graves.

No DSM-IV-TR¹⁶ (*American Psychiatric Association [APA], 2000, p.94*), o comportamento agressivo é definido como “aquele ameaça ou causa sofrimento às pessoas ou aos animais” (e.g.: intimidação, roubos, agressão sexual, crueldade física para com pessoas ou animais, lutas físicas). Os termos “ato agressivo” e “ato violento” são frequentemente utilizados de forma aleatória, no entanto, este último é reservado para agressão física grave ou severa (Hoge & Andrews, 2010).

Alguns analistas defendem que os atos de violência devem ser entendidos em termos de motivação ou intenção inerente ao ato e às suas consequências (e.g.: Tolan & Gorman-Smith, 2002; Vitaro & Brendgen, 2005). A este respeito, na literatura distingue-se “agressão reativa” de “agressão proativa”. A “agressão reativa” é motivada pela raiva, e surge como resposta a ameaças reais ou percebidas pelo ofensor. Este tipo de agressão é muito comum nos adolescentes, e em muitos dos jovens com propensão para a violência. A “agressão proativa” é direcionada e motivada pela percepção de uma recompensa desejável. Por exemplo, o jovem que assalta outro, com o intuito de furtar/ roubar droga (Hoge & Andrews, 2010).

Tolan (2007) propõe uma categorização para os atos violentos, baseado em quatro formas de agressão: (1) *situacional* – surge em resposta a fatores contextuais ou sociais, como por exemplo, a prática de atos agressivos em associação com o grupo de pares, ou como resposta a situações de provocação extrema; (2) *relacionamento* – ocorre nas relações sociais, tais como, entre família ou em situações de namoro; o ato de violência pode decorrer de experiências de frustração experienciadas no relacionamento ou pode refletir a violência predatória ou patológica, seguidamente descritas; (3) *predatória* – é uma agressão instrumental, cometida de forma a obter uma recompensa desejada; apenas um pequeno número de adolescentes exibe um padrão de violência predatória crónica, no entanto, estes tendem a ser os ofensores violentos mais severos (Tolan & Gorman-Smith, 1998, 2002); (4) *patológica* – esta forma de violência surge aparentemente na ausência de “gatilhos situacionais”; os atos violentos não aparecem

¹⁵ Neste ponto e seguintes, os termos “jovem ou juvenil” são referentes à faixa etária 13-19 anos; “criança ou infância” 0-12 anos.

¹⁶ *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Health Disorders Disorders, Fourth Edition, Text Revision (DSM-IV-TR)*.

necessariamente no contexto de relacionamentos ou enquanto atos instrumentais para atingir objetivos desejáveis; a violência parece ter um fim próprio; felizmente, este tipo de agressão é considerado rara entre os adolescentes.

As formas de agressão propostas por Tolan (2007) apresentam uma certa sobreposição entre si, e não são mutuamente exclusivas. Alguns jovens com história de prática de agressão revelam propensão para mais do que uma forma de agressão. No entanto, para a compreensão da violência juvenil, pode ser importante fazer a distinção entre formas de violência.

Rotular um ato violento como crime qualificado, depende, geralmente, da motivação subjacente e das consequências do ato em causa. Rotular um indivíduo de ofensor severo, depende da cronicidade, periodicidade e severidade dos atos praticados. Rotular um jovem de ofensor severo ou violento, porque cometeu um ato criminal severo ou violento, não indicada grande informação sobre o jovem. Assim como, indicar que um jovem tem um risco elevado de cometer um ato violento na ausência de uma base lógica de predição, tem valor questionável. É exigida uma compreensão mais cuidadosa para uma efetiva predição e gestão do risco (Loeber, Farrington, & Waschbusch, 1998).

Ao longo dos anos têm sido desenvolvidos sistemas descritivos e de diagnóstico para jovens ofensores. Apesar da maioria destes sistemas descreverem jovens que praticam crimes em geral, alguns informam sobre as características de personalidade, comportamento e as circunstâncias em que o jovem que comete (ou está em risco de cometer) crimes severos ou violentos (Hoge & Andrews, 2010).

Os sistemas baseados na ofensa (*Offense-Based Systems*) descrevem os jovens em termos de padrão de atividade antissocial. A categorização mais simples distingue ofensores de não ofensores. Os sistemas mais complexos baseiam-se no tipo de atividade antissocial em que o jovem se envolve, tal como, ofensa de menor gravidade/ severidade, ofensa violenta, ofensa contra a propriedade, ofensa severa, ofensa sexual, ou ofensa sobre o efeito de droga. No entanto, até mesmo este tipo de categorização mais complexa apresenta problemas. Identificar atos como violentos ou severos nem sempre é uma tarefa simples, porque nenhum deste tipo de atos representa categorias homogêneas. Por exemplo, colocar na mesma categoria um jovem que pratica uma ofensa à integridade física simples (agressão simples) e outro jovem que protagoniza uma ofensa à integridade física grave (agressão violenta), é problemático. Da mesma forma que rotular um ofensor sexual pode ser problemático, tendo em consideração que as ofensas sexuais podem ir desde o exibicionismo inadequado de órgãos genitais ao abuso

sexual com violência. Por vezes, o conceito de cronicidade é usado para refinar categorizações que se baseiam na ofensa, mas também neste contexto emergem preocupações. Frequentemente, o jovem antissocial comete diferentes tipos de atos, principalmente aquele que pratica ofensas severas e violentas (Farrington, 1994; Tolan, 2007; West & Farrington, 1977).

O padrão antissocial dos atos praticados ao longo do tempo também permite descrever jovens ofensores. A distinção é feita entre os ofensores de curso de vida persistente (*life-course-persistent*) cuja atividade antissocial tem início na infância, e persiste na adolescência e na adultícia, e os ofensores de início na adolescência (*adolescents-onset-offenders*) cuja atividade criminal tende a ser confinada à adolescência. Uma vez mais, apesar da natureza das ofensas cometidas ou das características de comportamento, personalidade e circunstâncias, estas categorias não são totalmente homogêneas (Moffitt, 2003).

Uma segunda abordagem usada para descrever jovens que praticam crimes severos e violentos baseia-se na experiência clínica de profissionais de saúde mental (*Clinically-Based Systems*). O manual de Classificação Internacional de Doenças Mentais ([CID-10]; *World Health Organization*, 1992) e o manual de Diagnóstico das Perturbações Mentais, 5ª Edição ([DSM-V]; *American Psychiatric Association*, 2013) são os mais relevantes para o diagnóstico clínico de jovens ofensores, e são frequentemente usados em contexto clínico e forense. Por ser o mais utilizado pelos profissionais de psicologia em contexto forense, o DSM-IV-TR (*American Psychiatric Association*, 2000) irá servir de ilustração para os sistemas baseados na experiência clínica. Neste manual existem duas categorias de diagnóstico particularmente relevantes para os jovens ofensores: a Perturbação de Comportamento e a Perturbação de Oposição.

Os jovens diagnosticados com Perturbação de Comportamento exibem um padrão de comportamento antissocial persistente e repetitivo, que inclui a quebra de regras ou normas sociais e atos agressivos. Estes comportamentos integram-se em quatro categorias: (1) comportamento agressivo; (2) comportamento não agressivo (e.g.: destruição de propriedade); (3) falsificação ou roubos; e (4) violação séria de regras ou normas, incluindo fugas da escola e de casa (*American Psychiatric Association*, 2000).

A severidade da Perturbação de Comportamento depende do número e da seriedade das transgressões. Muitos dos jovens que cometem crimes severos e violentos recebem o diagnóstico de Perturbação de Comportamento. A maioria dos jovens que exibem um padrão persistente de crimes violentos ou severos durante a adolescência apresenta sintomas de Perturbação de Comportamento desde idade precoce. Existem várias características associadas

ao diagnóstico de Perturbação de Comportamento, nomeadamente: falta de empatia e de remorso, irritabilidade, impulsividade, comportamento sexual precoce, e abuso de substâncias. Estas duas últimas são frequentemente observadas em jovens com atividade criminal violenta (*American Psychiatric Association*, 2000).

Os sintomas da Perturbação de Oposição incluem um padrão persistente de comportamento hostil e negativo perante figuras de autoridade, tais como, progenitores, professores, forças policiais, ou juizes. Estes comportamentos podem, ou não, ser acompanhados de conduta agressiva e destrutiva. Os ofensores violentos apresentam frequentemente um padrão de comportamento de oposição e de desafio em escalada durante a adolescência (*American Psychiatric Association*, 2000).

Os sintomas de Perturbação de Comportamento e de Perturbação de Oposição são geralmente robustos em termos de género e de cultura. No entanto, são mais observados em rapazes. Também a expressão dos sintomas tende a ser mais externalizadora nos rapazes (e.g.: lutas, destruição de propriedade), e internalizadora, ou de forma relacional, nas raparigas (e.g.: fugas, prostituição, agressão relacional).

Os sistemas baseados na experiência clínica apresentam benefícios, mas também algumas limitações. Se por um lado, procuram compreender e transmitir comportamentos problemáticos nos jovens (contexto clínico) e são úteis para auxiliar as decisões judiciais (contexto forense), por outro lado:

- a) Os sintomas da Perturbação de Comportamento e da Perturbação de Oposição não implicam necessariamente a prática de crime, assim como não é transparente a forma como estas categorias de diagnóstico se relacionam com o comportamento criminal;
- b) A Perturbação de Comportamento e a Perturbação de Oposição representam um conjunto de comportamentos desajustados, cuja etiologia e dinâmicas carecem de fundamentação. Quando se pretende perceber porque é que estes comportamentos se desenvolvem ou quais as suas implicações para ajustamento futuro, o simples diagnóstico do jovem de Perturbação de Comportamento pouco significa;
- c) Têm-se levantado dúvidas sobre a validade destas duas categorias de diagnóstico, e sobre a fiabilidade com que as mesmas foram formadas (Nathan & Langenbucher, 1999);

- d) O DSM-IV-TR assenta num modelo de categorização de natureza médica e centra-se sobretudo no indivíduo, negligenciando a influência de importantes fatores ambientais sobre o indivíduo.

O desenvolvimento de tipologias ou descrições de ofensores com base nos traços de personalidade (*Personality-Based Systems*) tem uma longa história na Psicologia e na Criminologia. Em seguida serão descritos os principais sistemas desta categoria (Andrews & Hoge, 2010).

Quay's (1966, 1987) desenvolveu um sistema de categorização de ofensores com base nos traços de personalidade (*Quay's Personality-Based Systems*) que se tem mostrado popular ao longo dos anos (tabela 1). Cada uma destas cinco categorias define um tipo de ofensor diferente. Os jovens com atividade criminal severa e violenta são geralmente do tipo agressivo-psicopata.

Tabela 1

Categorias de ofensores do Sistema de Classificação de Quay's (1966, 1987)

Agressivo-Psicopata	Ofensores agressivos que demonstram pouca preocupação com as vítimas, violam constantemente regras, e procuram a excitação.
Manipulador	Semelhante ao agressivo-psicopata, mas com preferência pelo uso da manipulação e da vigarice, por oposição aos métodos agressivos.
Situacional	Ofensores relativamente confiáveis, com história criminal curta, que não se vêm como criminosos e que consideram o seu conflito com a lei penal transitório.
Inadequado-Dependente	Ofensor passivo, vitimizado (mais) por ofensores agressivos, submisso, e com tendência a criar relacionamentos imaturos com os outros.
Neurótico-Ansioso	Ofensor tenso e deprimido, incapaz de lidar com o <i>stress</i> de forma adaptativa, e vitimizado (mais) por ofensores agressivos.

Millon (1993) desenvolveu um sistema particularmente relevante para descrever perturbações mentais em jovens ofensores, baseado no seu inventário clínico para adolescentes (*Millon Adolescent Clinical Inventory*). O sistema abrange uma série de disfunções de personalidade e de comportamento associadas à atividade antissocial, e inclui padrões de personalidade, preocupações expressas, e síndromes clínicas (Craig, 2013). Seguem-se as escalas dos domínios de personalidade e das síndromes clínicas do sistema de Millon (tabela 2).

Tabela 2*Escalas dos domínios de personalidade e das síndromes clínicas do Sistema de Millon*

Domínio	Escalas
Padrões de Personalidade	Introvertido
	Inibido
	Desesperado
	Submisso
	Dramático
	Egocêntrico
	Desregrado
	Determinado
	Conformista
	Opositor
Síndromes Clínicas	Perturbações de alimentação
	Abuso de substâncias
	Predisposição para a delinquência
	Propensão para a Impulsividade
	Sentimentos de ansiedade
	Deprimido afetivo
	Tendência suicida

Fonte: Millon Adolescent Clinical Inventory, by T. Millon, 1993, Minneapolis, MN: National Computer Systems

Uma importante linha de investigação com foco no conceito de traços calosos/ não emocionais (*callous and unemotional traits*) procura identificar características de personalidade de jovens com atividade criminal violenta. Os jovens com estes traços exibem falta de empatia em geral ou de capacidade para experienciar sentimentos de culpa. Os traços calosos/ não emocionais são considerados características de uma síndrome que descreve jovens com dificuldades de aprendizagem de base neurológica, e que interfere no processo de socialização. São reflexos desta síndrome vulnerabilidades temperamentais, fraco processamento de informação social e tendências impulsivas. Estas características são frequentes em muitos dos jovens com perturbação de comportamento em idade precoce e com elevado risco de violência durante a adolescência e a adultícia. Uma pequena parte dos jovens com manifestações de perturbação neurológica em idade precoce apresenta um padrão de traços calosos/ não emocionais, mas são particularmente estes que estão em risco de se envolverem em crimes violentos. A experiência clínica e a investigação indicam que o tratamento da síndrome traços calosos/ não emocionais é particularmente difícil, no entanto, não é impossível (Essau, Sasagawa, & Frick, 2006).

O constructo de personalidade psicopata é íntimo da síndrome dos traços calosos/ não emocionais. Hare (1998, 2003) desenvolveu o conceito de psicopatia como parte das perturbações de personalidade severas associadas à criminalidade. O conceito de psicopata identifica um conjunto de traços e condições associadas ao comportamento antissocial severo (e.g.: mentira patológica, falta de remorso, impulsividade, e irresponsabilidade). Embora com algumas modificações, nomeadamente com a eliminação de traços que eram apenas relevantes em adultos e com a modificação de outros (de forma a torná-los relevantes para os jovens), o conceito de psicopatia tem sido aplicado a adolescentes (Forth, 2005). Apesar das críticas que têm surgido neste domínio, o constructo de psicopatia pode ser avaliado em jovens através da PCL:YV (*Psychopathy Checklist – Youth Version*; Forth, Kosson & Hare, 2003).

As críticas convergem para o fato de alguns dos traços designados psicopáticos surgirem na adolescência em contexto do desenvolvimento normal deste período de vida, representando estados transitórios que tendem a perder significado, ou força, no fim da adolescência (e.g.: Edens, Skeem, Cruise, & Cauffman, 2001; Grisso, 2005b).

Outros autores (e.g.: Butcher et al., 1992; Archer, Bolinsky, Morton, & Farris, 2003) desenvolveram outros sistemas capazes de descrever a personalidade e o funcionamento emocional de jovens ofensores. Mas se por um lado estes sistemas são úteis na identificação de fatores de responsividade para a gestão do risco (por exemplo, um jovem caracterizado como psicopata agressivo requer uma abordagem diferente de um outro jovem identificado como inadequado e dependente), por outro lado, apresentam limitações ao nível da predição da violência.

Uma terceira abordagem usada para descrever o comportamento violento juvenil são os sistemas que se baseiam na análise empírica da informação sobre o comportamento do jovem – os sistemas baseados no comportamento (*Behavior-Based Systems*). Têm sido desenvolvidos vários sistemas que descrevem dimensões do comportamento do jovem. Muitos dos sistemas surgem da observação programada do comportamento, ou de escalas de avaliação do comportamento (*checklists*). E refletem um tipo de abordagem para perturbação de comportamento ou antissocial, onde a atividade criminal é apenas uma das dimensões do comportamento disfuncional (Le Banc, 1998; Hoge, 1999a, 1999b, 2001; Sattler & Hoge, 2006). O sistema de Achenbach irá servir de ilustração (*Achenbach's System of Empirically Based System*; Achenbach, 1999).

O Sistema de Achenbach baseia-se na recolha de dados a partir de três *checklists* sobre o comportamento da criança (*Child Behavior Checklist Instruments*): uma a ser preenchida pelos pais, outra pelos professores, e outra pela própria criança. Os itens do instrumento focam-se em manifestações concretas de comportamento desajustado (e.g.: envolvimento frequente em lutas; infeliz, triste ou deprimido) e o respondente deve assinalar quando o item é verdadeiro em relação ao comportamento da criança. Este sistema permite identificar problemas de comportamento nos jovens, principalmente naqueles que praticam crimes violentos. Seguem-se as dimensões das versões para pais e para professores (tabela 3).

Tabela 3

Dimensões das versões do Sistema de Achenbach para pais e professores

Scores de banda larga	
	Internalização
	Externalização
Scores de Internalização	
	Ansioso/ Deprimido
	Introverso/ Deprimido
	Queixas somáticas
	Problemas sociais
	Problemas ao nível do pensamento
	Problemas de atenção
Scores de Externalização	
	Quebra de regras e das normas sociais
	Comportamento agressivo

Fonte: Adaptado do Manual ASEBA School-Age Forms and Profiles, by T.M. Achenbach and L.A. Rescorla, 2001, Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, and Families.

A vantagem dos sistemas baseados no comportamento é a de fornecer informação específica sobre a tendência para a prática de comportamentos antissociais, e por essa razão, estes sistemas têm sido particularmente úteis na avaliação de necessidades, no âmbito da gestão do risco (Hoge & Andrews, 2010).

A investigação sugere uma evidência crescente do envolvimento de fatores de risco e de proteção no desenvolvimento e manutenção do comportamento antissocial dos jovens. Alguns destes fatores são individuais (e.g.: temperamento, inteligência, atitudes), e outros circunstanciais (e.g.: relação com os pais, associação a grupo de pares, serviços da comunidade). Os sistemas descritos anteriormente para a caracterização de jovens ofensores baseiam-se na história de ofensas (*Offense-Based Systems*), na personalidade (*Personality-*

Based Systems), ou no comportamento (*Behavior-Based Systems*). Mas a evidente e reconhecida variabilidade individual do jovem na manifestação destes fatores, implica que na descrição de jovens ofensores devemos considerar não apenas o padrão das ofensas, comportamento ou traços de personalidade, mas antes, todos os fatores circunstanciais e individuais conhecidos, e associados à atividade criminal (Wiebush, Baird, Krisberg, & Onel, 1995).

Como reflexo destas considerações surgiram os sistemas baseados no risco (*Risk-Based Systems*). Os primeiros sistemas apresentam um *score* de risco geral baseado num conjunto de fatores de risco estáticos, tais como, a idade da primeira detenção, e o número de convicções (Hoge & Andrews, 1996; Le Blanc, 1998; Hoge, 1999a, 2001). Segue-se um exemplo de um instrumento de avaliação do risco baseado em fatores estáticos (tabela 4).

Tabela 4

Exemplo de instrumento de avaliação estática do risco

Item de Risco			Score
1.	Severidade da ofensa atual	Homicídio, violação, rapto, fuga.....	10
		Outro (violento).....	5
		Outros.....	0
2.	Severidade de ofensas anteriores	Ofensa violenta.....	5
		Ofensa contra a propriedade.....	3
		Outra/ nenhuma.....	0
3.	Número de ofensas anteriores	Duas ou mais.....	5
		Menos de duas.....	0
		Total Itens 1-3	
4.	Idade do primeiro contacto com o sistema de justiça	12-13 anos.....	2
		14 anos ou idade superior.....	0
5.	História de cuidados de saúde mental em ambulatório	Sim.....	1
		Não.....	0
6.	O jovem vivia sozinho ou com amigos no momento da atual ofensa	Sim.....	1
		Não.....	0
7.	Estadias fora de casa anteriores	Sim.....	1
		Não.....	0
Total Itens 1-7			
Regras cotação:			
10+ Considerado seguro			
5-9 Internamento a curto prazo			
0-4 Internamento imediato			

Estes primeiros sistemas de risco foram considerados insatisfatórios, devido ao número limitado de fatores de risco e de necessidade associados ao risco de violência futura (Andrews & Bonta, 2006).

Os sistemas de risco mais atuais foram desenvolvidos com base na investigação mais recente sobre os fatores associados à criminalidade juvenil, e consideram vários fatores circunstanciais e individuais. Estes sistemas incorporam fatores de risco históricos e estáticos, tais como a idade da primeira detenção, e fatores de risco que são passíveis de alteração de forma a reduzir o nível de risco (e.g.: atitudes antissociais e práticas de supervisão parental). A investigação conduzida paralelamente ao *Youth Level of Service/ Case Management Inventory – YLS/CMI* (Hoge, 2001; Hoge & Andrews, 2002) representa este tipo de sistemas baseados num *score* global de risco, e que inclui a análise de fatores de risco e de necessidade de acordo com oito áreas específicas: delitos e medidas anteriores e atuais; Contexto familiar/ Práticas parentais; Educação/ Emprego; Relação com os pares; Abuso de substâncias; Tempos livres; Personalidade/ Comportamento; e Atitudes/ Orientação. A vantagem desta abordagem é a de encorajar uma avaliação compreensiva do risco e das necessidades do indivíduo.

Apesar das vantagens dos sistemas de avaliação do risco anteriormente referidas, também são reconhecidas algumas limitações a estes sistemas, nomeadamente:

- a) A existência de lacunas na compreensão dos fatores subjacentes ao processo de socialização do jovem;
- b) O processo de mudança que ocorre na adolescência; os traços de personalidade, ou as características de comportamento do jovem num determinado período, podem não se repercutir no futuro;
- c) A relatividade da idade na adolescência; isto é, a emergência de uma suposta síndrome de base neurológica pode estar associada ao processo de desenvolvimento normal do adolescente. Por exemplo, um jovem que inicia um comportamento persistente de mentira, e que está profundamente dececionado pode constituir um problema clínico severo, mas também pode ser reflexo de uma necessidade de afirmação de independência junto dos pais;
- d) A descontinuidade das síndromes; ou seja, as síndromes podem ser transitórias e de pouca importância para o desenvolvimento tardio. Por exemplo, um período de decepção crónica pode seguir o seu curso, como também pode não evoluir para uma depressão;

- e) A comorbilidade psiquiátrica; ou seja, a possibilidade de uma síndrome poder ocultar outras condições clínicas mais severas. Por exemplo, a perturbação de abuso de substâncias tem sido associada a estados de depressão ou de raiva;
- f) A estrutura cerebral dos jovens é menos desenvolvida que a dos adultos, ou seja, as características estruturais de um cérebro jovem estão associadas às limitações cognitivas e psicossociais dos adolescentes (Nelson, 2003).
- g) A imaturidade psicossocial (limitações emocionais) e cognitiva dos jovens pode ser resultado da experiência de vida e do desenvolvimento neurológico associado. Antes do processo de maturação cognitiva ser adquirida, o jovem tem frequentemente dificuldade em lidar com constructos abstratos, ou em avaliar pontos de vista alternativos. Esta última condição é frequentemente constatada em atitudes egocêntricas e de autocentração. Estão ainda em desenvolvimento as seguintes capacidades: tomada de decisões, autogestão, e autocontrolo (sendo por isso limitadas na adolescência). Crianças e adolescentes são também limitados na capacidade de interpretar problemas sociais com detalhe (Dogde, 1982, 1991; Rutter, Giller, & Hagell, 1998; Dodge & Rabiner, 2004).
- h) Culturalmente, a intervenção clínico com jovens ofensores, tem sido, na sua maioria, realizado em jovens do sexo masculino. Apesar de nos últimos anos, assistirmos a uma maior incidência nos estudos relacionados com o género, a compreensão existente sobre jovens ofensores do sexo feminino, ainda é limitada.

O contributo do júzo profissional sobre o risco de violência e sua gestão em contexto forense depende da compreensão dos fatores que contribuem para a prática da violência. Apesar da importância da experiência clínica, enquanto guia para a formação deste tipo de júzos, esta ganha força quando é baseada em fundamentos científicos sólidos. Avanços significativos na compreensão do comportamento juvenil antissocial, incluindo o comportamento violento, têm sido notórios, e têm surgido da teoria e investigação em psicologia, psiquiatria e criminologia (Hoge & Andrews, 2010).

A teoria em torno da compreensão das causas da violência juvenil tem uma longa história, desde a perspectiva analítica de Freud, até às teorias contemporâneas e mais integrativas. Apesar destas teorias terem sido desenvolvidas para explicar comportamentos antissociais em geral, também podem ser aplicadas à análise do comportamento violento. Segue-se uma descrição das perspectivas teóricas mais tradicionais sobre as causas da criminalidade juvenil (tabela 5).

Tabela 5*Teorias tradicionais da delinquência*

Teorias Clássicas	O comportamento criminal é intencional, ocorre de livre e espontânea vontade. O sujeito pratica crimes, com um propósito, e porque assim o decide.
Teorias Biológicas	O comportamento criminal, incluindo atos violentos são o produto de influências genéticas ou biológicas, influenciadas por características de personalidade e emocionais.
Teorias Psicodinâmicas	O comportamento criminal representa o comportamento desviante que, por sua vez, pode ser explicado por processos psicológicos.
Teorias da Aprendizagem Social	A aquisição de atitudes e comportamentos antissociais é explicada pela aprendizagem através da interação social.
Teorias de Controlo	O comportamento criminal é explicado em termos da relação do indivíduo com o ambiente social. As variáveis-chave são a falha no desenvolvimento de vínculo a instituições sociais, e a falta de compromisso com os valores convencionais.
Teorias Económicas/ Sociológicas	Este amplo grupo de teorias localiza as causas do comportamento criminal no contexto social, económico, ou cultural. São exemplo a Teoria da Anomia Social, A Teoria da Rotulagem, e a Teoria Marxista.

Apesar destas teorias terem sido substituídas por teorias modernas, em alguns pontos, elas mantêm-se influentes. Com exceção na intervenção em jovens, estas teorias continuam a ser os guias práticos das forças policiais americanas (Shoemaker, 1996; Andrews & Bonta, 2006).

Compas, Hinden e Gerhardt (1995) identificaram três temas emergentes da investigação e teorias sobre jovens ofensores, particularmente relevantes para o desenvolvimento da propensão para a delinquência violenta, e com um forte impacto na avaliação e gestão do risco de violência:

- a) A formulação de modelos ecológicos;
- b) A descoberta de trajetórias desenvolvimentais que relacionam os comportamentos na infância, na adolescência e na idade adulta;
- c) A identificação de fatores de risco e de proteção associados ao desenvolvimento normal e desajustado.

Um quarto tema identificado por Guerra, Williams, Tolan e Modecki (2008a) envolve uma mudança de concentração única nos preditores de início de comportamento ofensivo, para uma preocupação com os fatores associados à desistência deste comportamento.

As teorias que se focam numa única variável para explicar a criminalidade juvenil (e.g.: pobreza, fraco autocontrolo, anomalias no cromossoma XXY) são, reconhecidamente, inadequadas. A investigação e a prática clínica mostram que existe um conjunto de fatores que podem influenciar a prática de crimes. Alguns destes fatores são intrínsecos ao indivíduo (e.g.: temperamento, competências sociais, formas de perceção), e outros são extrínsecos (e.g.: influência do grupo de pares, características da situação em que o ato ocorre). Mas estes fatores não operam isoladamente, ou seja, o impacto causal destes fatores sobre o comportamento humano ocorre a partir de uma interação complexa entre os mesmos. Por exemplo, as predisposições relacionadas com a impulsividade e a agressividade são provavelmente resultado de uma interação complexa entre influências genéticas, biológicas e ambientais. Muitos dos desenvolvimentos teóricos recentes tentam incorporar um conjunto de variáveis de banda larga relacionadas com o indivíduo, o seu ambiente social imediato, e fatores distais próximos de um ambiente social mais amplo. Estas teorias refletem um modelo ecológico amplo do desenvolvimento humano defendido por alguns autores, tais como, Bronfenbrenner (1979, 1986) e Lerner (1991, 1995).

As teorias contemporâneas mais satisfatórias são as do ciclo vital, ou seja, são as que aplicam a perspetiva da teoria da aprendizagem social num amplo quadro integrado (e.g.: Jessor, 1992; Tolan, Guerra & Kendall, 1995; Catalano & Hawkins, 1996; Farrington, 2003, 2004; Rutter, 2003; Andrews & Bonta, 2006; Frick, 2006; Boxer & Frick, 2008; Guerra et al., 2008a). O Modelo de Desenvolvimento Social de Catalano e Hawkins (1996) servirá de exemplo para ilustrar estas teorias.

O Modelo de Desenvolvimento Social (Catalano & Hawkins, 1996) integra um amplo conjunto de variáveis interativas, de fatores de risco e de fatores de proteção, aplicadas ao ciclo vital. Desde a violência ao abuso de substâncias, este modelo, aplicável a um vasto conjunto de comportamentos antissociais, descreve duas trajetórias: (a) a crença na ordem moral e num estilo de vida prossocial; e (b) a crença em valores antissociais, com propensão para comportamentos antissociais. Por sua vez, estas duas trajetórias são o resultado de quatro processos (Andrews & Bonta, 2006):

- 1) As oportunidades individuais para o envolvimento em atividades prossociais ou antissociais;
- 2) O envolvimento atual em atividades prossociais ou antissociais;

- 3) A experiência anterior em recompensas e punições pela prática de atividades prossociais ou antissociais;
- 4) O grau de vinculação a instituições ou indivíduos prossociais ou antissociais.

Apesar da semelhança com outras teorias de controlo social, este modelo difere pela inclusão de fatores constitucionais individuais, ou seja, o tipo de características ou competências sociais que o jovem exhibe. Por exemplo, o jovem pode estar vinculado a modelos positivos em casa e na escola, mas não ter as competências necessárias que lhe permitam um bom funcionamento nestes dois ambientes. E esta condição poderá afetar o tipo de experiências compensatórias às quais o jovem está exposto. A investigação mostra que muitos dos fatores de risco e de proteção têm efeitos diferentes nos jovens, devido às variáveis constitucionais individuais. Assim, a inclusão de fatores constitucionais neste modelo constitui um importante progresso (Andrews, 1995).

As teorias descritas são importantes para gerar e testar hipóteses sobre quais os fatores de base para os comportamentos antissociais, e sobre os fatores relacionados com a desistência da prática continuada deste tipo de comportamentos. A complexa interação anteriormente mencionada entre variáveis requer uma análise teórica e empírica diferente, das que serviram de base às teorias anteriores (Hoge & Andrews, 2010).

Nos modelos teóricos anteriormente descritos, os traços de personalidade relacionados com a impulsividade, défice de atenção, e procura constante de sensações prazerosas, estão diretamente relacionadas com a propensão para a prática de crimes graves e violentos. A origem destes traços de personalidade envolve considerações biológicas, genéticas e ambientais. Moffitt (2001, 2003) sugere que o comportamento consequente a traços de personalidade disfuncionais é causado, em parte, por défices neurológicos geneticamente determinados.

Gottfredson e Hirschi (1990) sugerem que as práticas parentais estão diretamente associadas com a propensão do jovem ou da criança para a violência, nomeadamente, os castigos severos e punitivos. No entanto, podemos questionar quais são os mecanismos implícitos nesta associação punição-violência. As explicações para esta relação envolvem a aprendizagem social, a genética, e constructos de vinculação emocional (Widom, 1994).

A investigação contemporânea é clara em relação à associação entre fatores genéticos, não genéticos, biológicos e neurológicos para a prática de comportamentos agressivos e violentos (Rhee & Waldman, 2002; Andrews & Bonta, 2006).

Caspi e colaboradores (2002) demonstram a associação entre uma variação de um gene envolvido no funcionamento dos neurotransmissores com o risco elevado de violência, e da mediação desta associação pelo ambiente familiar. Jovens com este genótipo, que crescem num ambiente familiar salutar, positivo e de suporte, evidenciam menos comportamentos agressivos do que outros jovens, envolvidos em ambientes disfuncionais e com famílias abusivas.

A investigação na área da Criminologia do Desenvolvimento demonstra a existência de padrões e trajetórias de comportamento antissocial relativamente estáveis, que descrevem grupos de indivíduos com trajetórias de comportamento criminal semelhantes (Loeber, 1988; Arseneault, Tremblay, Boulerice, & Saucier, 2002; Moffitt, 2001, 2003; Frick, 2006; Reisig, Holfreter & Morash, 2006).

Uma das trajetórias particularmente relevantes é a dos jovens ofensores violentos e severos. O padrão persistente ao longo da vida (*life-course-persistent pattern*) caracteriza o jovem que exhibe dificuldades de temperamento na infância, várias formas de Perturbação do Comportamento e de Perturbação de Oposição na infância, e uma escalada de comportamentos antissociais em termos de frequência e de severidade desde a infância até à idade adulta. Estes jovens têm uma longa história de comportamentos problemáticos, e constituem a maioria dos ofensores severos e crónicos. Este tipo de padrão de comportamento traduz-se em atos de violência severa, mas também pode refletir-se em atos criminais não violentos (Moffitt, 2001, 2003).

Um outro padrão identificado é a trajetória limitada à adolescência (*adolescent-limited trajectory pattern*). Esta trajetória é caracterizada por jovens que tiveram um desenvolvimento normal na infância, mas que exibem comportamentos antissociais (mais ou menos súbitos) durante a adolescência. São jovens que usualmente não praticam atos violentos severos, e que geralmente desistem da prática de crimes no fim da adolescência ou no início da idade adulta. Apesar do súbito envolvimento em problemas durante a adolescência, a maioria destes jovens tornam-se em adultos com um estilo de vida prossocial. Os atos agressivos destes indivíduos são geralmente de natureza proativa. Este padrão de comportamento é motivo de preocupação, mas representa um desafio menor do que o padrão persistente ao longo da vida (Moffitt, 2001, 2003).

Os dois padrões de comportamento acima apresentados não caracterizam a totalidade dos jovens que se envolvem em atividades criminais. Alguns não iniciam atividade criminal séria antes da adolescência, mas mantêm a atividade na idade adulta. Um outro padrão, por vezes observado, envolve atividade criminal crónica e persistente, mas não severa. São pessoas que

nunca se envolvem em crimes severos, mas que mantêm conflitos com o sistema de justiça (Hoge & Andrews, 2010).

Apesar da existência de suporte científico e clínico para estes padrões de comportamento, devem ser consideradas algumas notas. Nenhum destes padrões tem a capacidade de descrever a totalidade dos indivíduos que se envolvem em atividades criminais. A maioria dos indivíduos que se envolvem em atividades antissociais durante a infância e adolescência, independentemente do padrão de comportamento exibido, desistem destas atividades na idade adulta (Nagin & Tremblay, 1999; Sampson & Laub, 2005). A análise destas trajetórias de comportamento deve considerar que o curso do desenvolvimento é afetado não somente pelas características do indivíduo, como também pelos contextos onde estas trajetórias ocorrem. Por exemplo, um jovem com características de comportamento e de personalidade associadas à violência, pode-se desviar de um padrão de comportamento violento se encontrar uma forte influência positiva (Guerra et al., 2008a).

A avaliação do risco é central em muitas das decisões tomadas no âmbito do processo de justiça criminal. Desde as decisões relativas à sentença, liberdade condicional, cumprimento efectivo da pena de prisão sentenciada, até às medidas tomadas nos Estabelecimento Prisionais ou Centros Educativos. O mesmo sucede na Lei de Saúde Mental, em que o risco é um fator decisivo para o internamento compulsivo, influenciando todas as decisões que envolvam o nível de segurança ou de liberdade que deve ser atribuída a cada paciente (Hoge & Andrews, 2010).

Na década de 80, as discussões em torno da avaliação do risco incidiam sobre duas perspetivas: o perigo do indivíduo em relação a si próprio (*risk of self-harm*), como por exemplo a automutilação, e a probabilidade de detenção pela prática de crime (*risk of custody*). Nos anos 90, mereceram especial destaque, quer na justiça juvenil, quer na fase de pré-sentencial, a avaliação do risco de recidiva ou de reincidência criminal (*risk of re-offending*), e a avaliação do risco de ofensa agravada a outrem (*risk of serious harm to potential victims*). O risco de recidiva (*risk of re-offending*) pressupõe a probabilidade de recorrência futura de uma ofensa, e o risco de ofensa agravada a outrem implica o impacto, ou as consequências, resultantes da ocorrência de ofensa agravada. O risco evolui assim para um novo paradigma conceptual, passando a ser considerado um atributo dos ofensores, ainda que sujeito à interferência de certos contextos (Robinson, 2003).

O atual foco de avaliação do risco surgiu de uma influência ideológica e de uma série de estudos que reativaram o interesse na reabilitação, e que desafiaram a doutrina dominante em Inglaterra,

e um pouco por toda a parte, do “*nothing works*” (“nada funciona”) nos anos 80. O novo movimento emergente “*what works*” (“o que funciona”) foi influenciado por críticos que retomaram o conceito da reabilitação do ofensor da obsolescência (Ward & Maruna, 2007). Grande parte da investigação responsável por este novo movimento foi conduzida por investigadores canadianos, que através de meta-análises aplicadas a vários estudos empíricos, identificaram um número considerável de efeitos positivos e promissores no tratamento de ofensores, e na consequente redução do risco. Para estes resultados contribuíram as abordagens psicológicas usadas para a compreensão do comportamento ofensivo, e em particular, o trabalho de Andrews e Bonta (2006) que sugere a integração de fatores sociais, e de características cognitivas e de personalidade, nos modelos de tratamento de ofensores. Os programas “*what works*” para ofensores têm como alvo o comportamento ofensivo, e direcionam-se mais para o combate das necessidades criminógenas do que das necessidades sociais. Implicam uma intervenção planeada durante um período específico de tempo, e caracterizam-se por uma sequência de actividades, concebidas para objetivos específicos definidos. Estes programas, influenciados por abordagens cognitivo-comportamentais, visam assegurar a mudança de comportamento do ofensor, através da exploração da associação entre cognição e comportamento, e do desenvolvimento e construção de novas competências de pensamento e de repertório comportamental pelo ofensor (Raynor, 2004; McNeill & Whyte, 2007).

O modelo emergente no Canadá é conhecido como o Modelo de Risco-Necessidade-Responsividade (*Risk-Need-Responsivity Model*), e envolve três princípios básicos¹⁷ para a reabilitação de ofensores (Andrews & Bonta, 2006):

1. Princípio do Risco (*Risk principle*)– ofensores com risco elevado de recidiva requerem níveis superiores de serviço, sugerindo a necessidade de adequar os diferentes níveis de risco dos ofensores com a quantidade de tratamentos que recebem.
2. Princípio da Necessidade (*Need principle*)– os programas de reabilitação devem ter como alvo as necessidades criminógenas, ou seja, aquelas que estão relacionadas com a condenação.
3. Princípio da Responsividade (*Responsivity principle*)– sugere a necessidade de adequar o programa de reabilitação à capacidade e estilo de aprendizagem do ofensor, com vista à maximização dos resultados esperados.

¹⁷ Recentemente foi acrescentado a este modelo um quarto princípio: o da discrição profissional (*Professional discretion*).

Andrews e Bonta (2003) sugerem que uma reabilitação de sucesso com ofensores, através do Modelo de Risco-Necessidade-Responsividade (também designado por RNR), deve ser baseada em seis princípios: (1) ter uma orientação cognitivo-comportamental, (2) ser altamente estruturada com uma definição clara de objetivos, (3) ser implementadas por profissionais treinados, (4) envolver um tratamento íntegro, (5) ser baseada no manual, (6) ser conduzida por instituições ou organizações consideradas ideais para a reabilitação.

Ward e Maruna (2007) reconhecem a força do modelo RNR, que advém dos estudos empíricos realizados, e a sua importância na avaliação e intervenção com ofensores. No entanto, estes autores defendem o modelo RNR é incompleto do seu ponto de vista teórico, produzindo práticas demasiado orientadas para o papel dos fatores de risco na produção do comportamento criminal, mas deixando os profissionais com pouca orientação sobre a forma como estes fatores operam individualmente, em interação com outros, e em interação com influências contextuais ou situacionais, para causar a ofensa. Esta lacuna, segundo os autores, limita os profissionais na gestão e agrupamento dos vários fatores de risco que os ofensores apresentam. Mais acrescentam que esta limitação, enfraquece a motivação dos ofensores para a mudança e o desenvolvimento da aliança terapêutica entre o profissional e o ofensor.

A crítica de Ward e Maruna (2007) ao modelo RNR não é uma rejeição ao próprio modelo, mas antes um encorajamento ao refinamento do mesmo.

As meta-análises usadas em vários estudos empíricos na década de 90, sugerem que os programas de reabilitação munidos com elevado nível de intervenção devem ser direccionados para ofensores de alto risco. Estes mesmos estudos, também indicam que intervenções intensivas com ofensores de baixo risco são contraproducentes (Andrews, 1995; McGuire, 1995; Chapman & Hough, 1998).

Identificar fatores individuais e situacionais associados à criminalidade grave é um ponto-chave na avaliação do risco de reincidência, e na identificação de fatores que podem ser alterados de forma a reduzir a probabilidade do jovem se envolver neste tipo de crimes (Hoge & Andrews, 2010). O comportamento violento resulta da interação dinâmica entre fatores de ordem social, familiar, clínica, caracterial e ambiental, presentes em determinadas situações e num determinado intervalo de tempo (Vieira, 2002). As pessoas podem ser violentas por apenas um momento nas suas vidas, e após esses períodos, não serem mais criadas condições de perigo eminente. Na maioria dos estudos sobre fatores de risco de violência existem alguns denominadores comuns que sempre que presentes aumentam ou diminuem o risco de violência.

Na base destas investigações estão dois grandes conjuntos de fatores de risco: os fatores estáticos e os fatores dinâmicos (Monteiro, 2009). No próximo ponto serão abordados e discutidos os fatores de risco e os fatores de proteção associados ao risco de violência juvenil.

3. FATORES DE RISCO E FATORES DE PROTEÇÃO

Existe atualmente um conjunto de conhecimentos resultantes de estudos longitudinais e ao longo da vida que permitiram a identificação e a compreensão de fatores importantes que predizem a probabilidade aumentada de comportamento ofensivo e de recidiva deste comportamento (e.g.: Kazdin, Kraemer, Kessler, Kupfer, & Offord, 1997; Farrington, 1997; Hawkins, 1998; Lipsey & Derzon, 1998; Heilbrun, 2005).

Os fatores de risco estáticos (ou seja, os fatores de risco históricos), são aqueles que não se alteram, e que são considerados por muitos autores, como indicadores suficientemente fiáveis para o risco futuro da prática de crime. Efetivamente, as escalas que se baseiam em fatores de risco estáticos são usadas para avaliar o potencial de recidivismo a longo prazo (Farrington & Welsh, 2007).

A reconceptualização das necessidades criminógenas como fatores de risco, com vista à identificação de um grau de mudança nos ofensores, e consequente redução do comportamento ofensivo, designa os fatores de risco dinâmicos. Os fatores de risco dinâmicos são aqueles que mudam, ou que são passíveis de mudança ao longo do tempo, tais como, atitudes, crenças, uso de drogas, idade, estado civil, entre outros. Desde os anos 70, que os investigadores têm identificado fatores de risco dinâmicos para a recidiva em geral, e que estes fatores têm sido organizados em escalas actuariais de risco (Andrews & Bonta, 2006).

Tem sido demonstrado que a avaliação combinada do risco com as necessidades criminógenas melhora a capacidade de predição de futura recidiva (Andrews & Bonta, 2006; Andrews, Bonta & Wormith, 2006).

Apesar dos avanços consideráveis na identificação de fatores de risco associados à reincidência ofensiva juvenil (e.g.: Farrington, 1998, 2004, 2006; Hawkins et al., 1998; Loeber & Farrington, 1998, 2000; Rutter et al., 1998; Hoge, 2001; Heilbrun et al., 2005), existe pouca informação disponível sobre fatores de risco específicos. A investigação sugere que a acumulação de fatores de risco, ou o número total de fatores, constitui o melhor preditor único de atividade criminal futura.

Tabela 6*Principais categorias de fatores de risco e de necessidade*

Fatores Proximais	Padrão anterior de perturbações de comportamento/ atos criminais <i>Prior pattern of conduct disorders/ criminal actions</i> Práticas parentais disfuncionais <i>Dysfunctional parenting</i> Baixa escolaridade/ Aquisições vocacionais <i>Poor School/ vocational achievement</i> Associação a pares antissociais <i>Antisocial peer associations</i> Abuso de substâncias <i>Substance abuse</i> Fraco uso dos tempos de lazer <i>Poor use of leisure time</i> Comportamento e traços de personalidade disfuncionais <i>Dysfunctional behavior and personality traits</i> Atitudes, crenças e valores antissociais <i>Antisocial attitudes, values, and beliefs</i>
Fatores Distais	Problemas criminais/ psiquiátricos na família de origem <i>Criminal/ psychiatric problems of family of origin</i> Problemas financeiros na família <i>Family financial problems</i> Fracas condições de alojamento <i>Poor accommodations</i> Ambiente de vizinhança negativo <i>Negative neighborhood environments</i>

Na tabela 6 estão representados dois tipos de fatores:

- a) Fatores de risco estáticos - incluem a história de perturbação de comportamento e de atividade criminal (e.g.: idade da primeira detenção, número de detenções). Apesar de relevantes para a predição do comportamento futuro, estas características não têm qualquer relevância ao nível do tratamento;
- b) Fatores de risco dinâmicos ou de necessidade – aqueles que são passíveis de mudança.

Os fatores identificados na tabela estão igualmente divididos em fatores proximais – aqueles que têm impacto direto no ato criminal – e em fatores distais – aqueles que operam através dos fatores proximais. Por exemplo, o nível de criminalidade na vizinhança pode afetar a probabilidade de um jovem se envolver em crimes, através da influência parental e das atitudes e comportamentos do grupo de pares (Hoge & Andrews, 2010).

Apesar dos fatores individuais e circunstanciais identificados na tabela X serem potencialmente relevantes para a propensão do jovem se envolver em criminalidade severa e violenta, as cinco categorias seguintes, merecem especial atenção.

3.1. HISTÓRIA DE COMPORTAMENTO AGRESSIVO

A investigação sugere que a história de comportamentos antissociais é um preditor significativo para a atividade criminal em geral e para a criminalidade com violência (Lipsey & Derzon, 1998; Loeber & Farrington, 1998, 2000; Farrington, 2004; Heilbrun et al., 2005). O início precoce de perturbações de comportamento e a escalada de atos de agressão durante a infância constituem um fator de risco maior para a violência na adolescência e na idade adulta. Esta evidência surge da investigação sobre a delinquência persistente ao longo da vida, que sugere que uma elevada percentagem de indivíduos que se envolvem em atos violentos na idade adulta apresentam perturbação de comportamento agressivo anterior.

A maioria dos jovens é exposta a consequências negativas pelos seus atos agressivos, e de fato, a tendência é o declinar dos atos agressivos durante a adolescência. Existem duas possíveis explicações para os casos nos quais a violência persiste: ou o jovem experienciou uma recompensa favorável consequente ao ato agressivo, ou, sofreu de uma dificuldade de aprendizagem que interfere com o próprio processo de aprendizagem (Moffitt, 2001, 2003; Guerra et al., 2008).

O uso da história de comportamento antissocial anterior na avaliação do risco é qualificado pela evidência científica de que muitos dos jovens com perturbações de comportamento anterior desistem do comportamento antissocial na adolescência e na idade adulta. Se dependêssemos apenas da história criminal anterior para avaliar o risco, iríamos obter um número elevado de falsos positivos. Porque representa um fator estático, a história de comportamento antissocial anterior também é de valor limitado para o desenvolvimento da intervenção ou de estratégias de reabilitação. No entanto, por ser um importante preditor de delinquência severa e de necessidades, esta variável histórica deve ser incluída na avaliação do risco (Hoge & Andrews, 2010).

3.2. DINÂMICAS FAMILIARES/ PARENTAIS DISFUNCIONAIS

É inquestionável o papel crucial que os progenitores ou cuidadores têm no desenvolvimento emocional e social dos jovens. Os pais biológicos transmitem as vulnerabilidades biológicas e o genótipo. Por exemplo, as manifestações de dificuldade de temperamento na infância estão relacionadas com a genética, e, uma mãe que abusa de álcool ou drogas durante a gravidez pode potenciar défices neurológicos na criança. Por sua vez, os défices neurológicos e as

dificuldades temperamentais podem ser relacionados com a propensão para a violência (Morgan & Lilienfeld, 2000; Moffitt, 2001, 2003; Guerra et al., 2008).

As características estruturais e circunstâncias da família também podem ser associadas ao desenvolvimento (e.g.: ausência de um dos pais; tamanho da família; doença mental de um parente; condições de acomodação; estatuto socioeconómico). Apesar de poderem ter impacto direto na experiência de socialização, estes fatores funcionam mais frequentemente como variáveis distais, afetando o relacionamento direto dos pais com o jovem. As práticas de socialização e a relação emocional pais-filhos têm um impacto major no desenvolvimento do jovem, incluindo no desenvolvimento da sua propensão para a violência. Seguem-se alguns constructos que representam práticas parentais disfuncionais relacionadas com a delinquência severa e violenta – tabela 7 (Hoge & Andrews, 2010).

Tabela 7

Exemplos de constructos de práticas parentais disfuncionais, relacionados com a delinquência

Fraca supervisão *Poor supervision*

Técnicas disciplinares inapropriadas *Inappropriate disciplinary techniques*

Práticas parentais inconsistentes *Inconsistent parenting*

Fraca comunicação com o jovem *Poor communication with youth*

Fraca relação pais-jovem *Poor parent-youth relationship*

Abuso emocional *Emotional abuse*

Abuso físico/ sexual *Physical/ sexual abuse*

Geralmente, a influência dos pais no desenvolvimento do jovem é maior durante a infância, e tende a declinar ao longo da adolescência. É durante a infância que ocorre o processo de vinculação. Se este processo decorrer de forma normal, a criança tem tendência a desenvolver comportamentos prossociais, traços de personalidade e atitudes positivas. Se por qualquer motivo, o processo de vinculação não decorrer normalmente, poderá haver prejuízo no processo de aprendizagem social e podem ocorrer disfunções quer no desenvolvimento emocional, quer no desenvolvimento social. Existe evidência de que a propensão para as formas de criminalidade mais severas/ graves, se refletem numa orientação calosa e não emocional, e que ocorre quando a normal vinculação pais-filhos não está presente (Frick, 2006; Boxer & Frick, 2008).

Apesar da influência da família e dos pais declinar durante a adolescência, a experiência precoce de socialização continua com o seu impacto indireto através dos padrões emocionais e

sociais adquiridos. O sucesso dos pais na supervisão e influência no comportamento do jovem durante a adolescência é uma determinante importante na participação ou desistência do jovem em atividades criminais. Qualquer explicação para a associação entre o estilo parental e o desenvolvimento do jovem requer conhecimento recíproco da natureza da relação pais-criança. O relacionamento dos pais para com o jovem é afetado pelo comportamento dos mesmos. Por outro lado, os sentimentos dos pais pelo jovem são afetados pelos comportamentos do jovem. Esta condição é particularmente importante em jovens com padrão persistente ao longo da vida. Estes jovens apresentam frequentemente dificuldades de temperamento e tendência para perturbação de comportamento em idade precoce. O que significa que estes jovens são difíceis de se lidar, particularmente por pais com conhecimento limitado de práticas parentais eficazes ou com experiências significativas de *stress* (Patterson, 1982).

Apesar de poder ser realizado algum controlo sobre os aspetos estruturais da família, os fatores de risco associados à parentalidade são passíveis de mudança, e por essa razão, são considerados fatores dinâmicos ou de necessidade. Por exemplo, a efetiva supervisão do comportamento do jovem pode reduzir o risco de delinquência, e pode ser conseguida através de programas de treino de competências parentais (Patterson, Reid, & Dishion, 1992).

3.3. ASSOCIAÇÃO A PARES ANTISOCIAIS

A associação a pares antissociais é um preditor significativo para a delinquência em geral e para a delinquência severa/ grave. É considerada um dos fatores de risco major da adolescência, com um importante papel na delinquência limitada à adolescência. No entanto, as formas de associação e as dinâmicas de vínculo a pares antissociais podem variar. Nalguns casos, a propensão precoce para a violência conduz o jovem à procura de outros jovens com propensão semelhante ou que legitimam a prática de comportamentos antissociais. Noutros casos, o jovem pode exibir uma pequena inclinação para a violência, mas pode ser conduzido para atos violentos pela associação a pares antissociais (por exemplo, quando o requisito para que um jovem se torne membro de um *gangs* seja o seu envolvimento em delinquência severa). Existe alguma evidência que a influência negativa do grupo de pares pode ser mais forte nas raparigas do que nos rapazes (Pepler & Craig, 2005).

A associação a pares antissociais é um fator de risco importante, e deve ser considerado um fator de risco dinâmico. Nem sempre é fácil separar a rapariga do namorado antissocial, ou “desatar” um jovem do *gang*, mas existem ações que podem ser tomadas e que quando são bem-sucedidas podem reduzir o nível de risco (Dodge, Dishion, & Lansford, 2006).

3.4. FATORES DE COMPORTAMENTO E DE PERSONALIDADE DISFUNCIONAL

Existem certos traços de personalidade e comportamentos intimamente relacionados com a prática de ofensas severas/ graves e violentas. Os jovens que praticam crimes severos e violentos apresentam frequentemente sinais de dificuldades de aprendizagem, baixo autocontrolo, e níveis elevados de emoções agressivas. Estes traços são comuns em todos os jovens que praticam crimes, mas são particularmente pronunciados naqueles que apresentam um padrão persistente ao longo da vida e que praticam atos violentos. Estes jovens exibem desde idade precoce níveis elevados de impulsividade, procura de sensações e traços calosos. Foi avançada a hipótese destes traços estarem associados com uma limitação mais generalizada na capacidade de aprendizagem (Morgan & Lilienfeld, 2000; Moffitt, 2001, 2003; Guerra et al., 2008a). Esta dificuldade pode estar relacionada com défices neurológicos que interferem na aprendizagem, o que significa que o indivíduo é incapaz de adquirir modelos positivos de resposta durante o processo de socialização. O conceito de traços calosos/ não emocionais identifica jovens com falta de empatia ou de capacidade para experienciar sentimentos de culpa (Essau, Sasagawa & Frick, 2006; Frick, 2006; Boxer & Frick, 2008). Estes traços estão relacionados com a criminalidade violenta (Kruh, Frick, & Clements, 2005).

Seguem-se alguns exemplos de disfunções de personalidade, cognitivas e de comportamento associados à delinquência – tabela 8 (Hoge & Andrews, 2010).

Tabela 8

Exemplos de disfunções de personalidade, cognitivas e de comportamento associadas à delinquência

Problemas de atenção/ concentração	<i>Attention/concentration problems</i>
Impulsividade	<i>Impulsivity</i>
Fraca tolerância à frustração	<i>Poor frustration tolerance</i>
Procura de sensações/ elevada ousadia	<i>Sensation seeking/ high daring</i>
Autoestima inflacionada	<i>Inflated self-esteem</i>
Fraco Q.I. verbal/ não verbal	<i>Low verbal/ nonverbal IQ</i>
Conduta altamente agressiva	<i>High aggressive drive</i>
Traços calosos/ não emocionais	<i>Callous/unemotional</i>

Independentemente da fonte do comportamento ou dos traços de personalidade disfuncionais, estes representam fatores de risco para o início e persistência de atividades antissociais severas. Estes padrões de comportamento e de personalidade também podem ser considerados fatores de necessidade, uma vez que podem ser modificados, e quando o são, podem reduzir o nível de risco. Apesar da resolução de problemas como a impulsividade e o controlo da raiva não

sere fácil, particularmente no caso da violência juvenil, técnicas para esta gestão (Tate, Reppucci, & Mulvey, 1995).

3.5. ATITUDES, CRENÇAS E VALORES ANTISOCIAIS

A investigação sobre correlações e causas de crimes severos/ graves e violentos sugere que as crenças e atitudes do jovem estão intimamente associadas aos comportamentos antissociais, incluindo os violentos. As crenças e as atitudes podem refletir-se em sentimentos negativos sobre os pais, professores, forças policiais, juízos, ou outras figuras de autoridade. Uma característica importante do jovem com propensão para a violência é a desvinculação ou a alienação de símbolos de autoridade. Esta alienação pode estar associada a experiências negativas com a autoridade, mas está frequentemente relacionada com uma alienação mais geral estabelecida precocemente no processo de socialização. Uma medida de autorrelato de atitudes e pensamento antissocial, ilustra este tipo de atitudes, é o *How I Think – HITQ* (Gibbs, Barriga, & Potter, 2001), nomeadamente os seguintes itens do questionário: *“Toda a gente infringe a lei, não é nada de especial”*; *“se realmente quero fazer algo, não me importa se isso é legal ou não”*; *“As lojas fazem muito dinheiro, por isso não há nenhum problema em tirares as coisas que precisas”* (Veloso, 2013). A teoria e a investigação de Kohlberg (1984) sugerem que o processo de raciocínio moral dos adolescentes explica, em parte, o seu envolvimento em atividades antissociais. Este trabalho tem sido consideravelmente ampliado por estudos mais recentes sobre o processo de perceção social e de raciocínio moral em crianças e adolescentes.

Certos aspetos do raciocínio moral desenvolvem-se gradualmente ao longo dos anos, e antes de a maturidade ser alcançada, os adolescentes podem apresentar limitações de raciocínio e na capacidade de tomar decisões. Estas limitações incluem a capacidade limitada para a tomada de decisões independentes, uma perspetiva a curto-prazo em detrimento do longo-termo, uma capacidade limitada para experienciar empatia, e uma capacidade limitada para exercer autocontrolo ou restrições. Todos os adolescentes exibem estas limitações, independentemente do grau, mas quando combinados com outros fatores de risco, conduzem frequentemente a atos antissociais severos (Scott, Reppucci, & Woolard, 1995; Cauffman & Steinberg, 2000).

Uma outra linha de investigação, que remete para o processo de perceção social (Dodge, 1986; Dodge & Rabiner, 2004), sugere que os comportamentos antissociais, particularmente aqueles que envolvem agressão, por vezes, derivam das tendências inerentes à limitação do processo social, tais como, a tendência para interpretar abordagens neutras ou ambíguas como hostis, foco em interpretações sociais agressivas, e a manutenção de crenças positivas sobre a

agressão. Este tipo de pensamento é ilustrado nos seguintes itens do *How I Think Questionnaire* (HITQ): “As pessoas precisam de levar um abanão de vez em quando”; “Não vale a pena tentar ficar fora de discussões/ lutas”; “As pessoas estão sempre a tentar implicar comigo” (Veloso, 2013).

Atitudes, crenças e valores antissociais devem ser considerados fatores dinâmicos, pois podem ser modificados através de aconselhamento e psicoterapia adequadas, de forma a serem substituídas por pensamentos mais positivos que possam reduzir os comportamentos antissociais.

3.6. OUTROS FATORES DE RISCO/ NECESSIDADE

A tabela 6 (p.75) identifica alguns fatores de risco e de necessidade que estão associados à delinquência violenta e severa/ grave, apesar da maioria representar um papel suplementar em detrimento de uma influência direta. Por exemplo, as falhas escolares e o pobre uso dos tempos de lazer são frequentemente consequência do envolvimento em atividades antissociais. A exceção é o abuso de substâncias, um fator que pode contribuir diretamente para a prática de crime severo quando a recompensa do crime é para obter droga ou álcool ou a própria substância provoca desinibição para a prática do crime (Hoge & Andrews, 2010).

A investigação que existe atualmente sobre a identificação de fatores de risco associados às ofensas sexuais perpetradas por adolescentes é limitada (e.g.: Ryan & Lane, 1997; Barbaree & Marshall, 2006). Muitos dos fatores de risco acima descritos associados ao comportamento violento, também podem ser exibidos por jovens que praticam ofensas sexuais. Worling & Langstrom (2006) identificaram os seguintes fatores de risco adicionais: História anterior de ofensas sexuais / *History of sexual offenses*; Interesses sexuais desviantes/ *Deviant sexual interests*; Atitudes que legitimam a ofensa sexual/ *Attitudes supportive of sexual offending*; Preocupação sexual/ *Sexual preoccupation*; e Isolamento social/ *Social isolation*.

3.7. FATORES DE RESPONSABILIDADE

Os fatores de responsividade têm sido definidos como as características dos jovens ou das circunstâncias. Apesar de não terem uma relação direta com a atividade criminal, os fatores de responsividade devem ser considerados para o planeamento da intervenção. Por exemplo, uma jovem pode envolver-se num crime em resposta a conflitos com os pais, e pelo seu envolvimento com um *gang* antissocial. No entanto, a jovem pode sofrer de depressão, e esta condição clínica deve ser conhecida para o desenvolvimento do planeamento da intervenção para lidar com a

família, e com os pares. Outros exemplos são a inteligência, a capacidade de leitura, a preparação para o tratamento, e condições patológicas para a perturbação de ansiedade (Hoge, 2008).

Nem todas as intervenções são apropriadas a todos os jovens, e é precisamente neste contexto que questões como a sensibilidade às características emocionais e de personalidade se tornam particularmente importantes. Por exemplo, uma jovem que tenha sido sexualmente abusada por um homem, pode não responder da mesma forma a um terapeuta masculino e a um terapeuta feminino (Hoge, 1999b).

3.8. FATORES DE PROTEÇÃO

Os fatores de proteção são definidos como aqueles que amortecem ou medeiam os efeitos dos fatores de risco. A presença destes fatores permite ao indivíduo lidar melhor com circunstâncias adversas. Um temperamento positivo, o interesse em desportos e a disponibilidade de adultos idóneos, são exemplos de fatores de resiliência que podem moderar ou anular os efeitos do risco. Existe, porém, alguma incerteza em relação à forma como cada fator de risco e de proteção interagem um com o outro. Por exemplo, não se sabe bem quando é que um fator de proteção protege o indivíduo do risco, ou melhora os efeitos tóxicos do risco. Não obstante, é importante identificar as características protetoras ou resilientes durante o processo de avaliação (Rutter et al., 1998; Rutter, 2000). Seguem-se alguns fatores de proteção (tabela 9).

Tabela 9*Exemplos de fatores de proteção*

Fatores Individuais	Autoestima elevada <i>High self-esteem</i>
	Atitudes positivas, prossociais <i>Positive, prosocial attitudes</i>
	Competências sociais <i>Good social skills</i>
	Competências de resolução de problemas <i>Good problem-solving skills</i>
	Fortes competências académicas, motivação <i>Strong academic skills, motivation</i>
	Interesse em desporto, passatempos <i>Interest in sport, hobby</i>
	Saúde física <i>Physical health</i>
Fatores Familiares	Pais competentes <i>Competent parents</i>
	Pais cooperantes <i>Cooperative parents</i>
	Outro membro da família que possibilite suporte <i>Other supportive family member</i>
	Estabilidade financeira <i>Financial stability</i>
	Família de tamanho pequeno <i>Small family size</i>
Fatores Situacionais	Boas escolas <i>Good schools</i>
	Bons serviços de saúde mental <i>Good mental health services</i>
	Vizinhança positiva <i>Positive neighborhood</i>
	Facilidades recreativas <i>Recreational facilities</i>
	Pares que possibilitam suporte, positivos <i>Positive, supportive peers</i>

3.9. OUTRAS CONSIDERAÇÕES SOBRE RISCO, NECESSIDADE, RESPONSABILIDADE, E RESILIÊNCIA

A investigação e a prática clínica permitiram um avanço notável sobre a compreensão da responsividade, resiliência, e particularmente, em relação ao risco e às necessidades. No entanto, existem algumas considerações merecedoras de especial atenção, para a compreensão destes conceitos (Hoge & Andrews, 2010).

O conhecimento sobre os fatores de risco e de necessidade associados ao risco de delinquência violenta e severa/ grave é extenso e crescente. Na sua maioria, estes conhecimentos surgem da investigação realizada com adolescentes caucasianos e afro-americanos da América do norte. Apesar de evidência limitada, a investigação sugere que os fatores de risco são semelhantes para os jovens afro-americanos, e para os jovens caucasianos (e.g.: Redding & Arrigo, 2005). É provável que os níveis elevados de comportamentos antissociais observados nos afro-americanos sejam resultado do número elevado de fatores de risco. A investigação também sugere que os fatores de risco são os mesmos em adolescentes de sexo feminino e de sexo masculino. Apesar da investigação com minorias étnicas na América do norte e noutras culturas e sociedades não ser extensa, a experiência clínica sugere que os fatores de risco e

necessidade identificados na tabela 6 têm uma generalização cultural considerável (Simourd & Andrews, 1994; Rowe et al., 1995; Moffitt et al., 2001).

A influência dos fatores de risco e de necessidade pode variar de acordo com o nível de desenvolvimento. Enquanto os fatores familiares têm um poder soberano durante a infância, os pares assumem uma importância maior durante a adolescência. De forma semelhante, as atividades em tempo de lazer e o abuso de substâncias aumentam a sua influência durante os últimos anos. As características de personalidade e comportamento, e as atitudes, são importantes durante a infância e a adolescência, mas são alvo de mudança. Por exemplo, é expectável que a capacidade de raciocínio moral se torne mais madura com o avançar da idade (Schwalbe, 2008).

A natureza e a influência da responsividade e dos fatores de proteção podem mudar ao longo do tempo. Por exemplo, as perturbações de humor como a depressão, são mais comuns na adolescência, e a disponibilidade de modelos de pares positivos pode ser um importante fator protetor (Hoge & Andrews, 2010).

Um estudo longitudinal sobre os fatores de risco associados à desistência da atividade criminal no fim da adolescência, e no início da idade adulta, procurou perceber o papel da maturidade, das mudanças ao longo da vida, e do envolvimento no sistema de justiça na desistência do crime. Este estudo foi iniciado no ano 2000, e envolveu 1354 jovens ofensores entre os 13 e os 18 anos, condenados pela prática de ofensas severas/ graves. A descoberta mais surpreendente desta investigação foi o fato do comportamento futuro dos jovens não se correlacionar muito bem com as sanções recebidas, sugerindo que as medidas punitivas podem não ser as melhores abordagens quer para manter a segurança na comunidade, quer para a reabilitação de jovens com problemas com a lei. Mulvey e colaboradores (2004) constataram que os jovens persistentes e os jovens desistentes da atividade criminal têm penas semelhantes, e permanecem em instituições semelhantes. Um jovem que se envolveu numa ofensa menor, a instituição eleva o nível da sua ofensa, pela estatística geral que representa. Seguem-se as principais conclusões deste estudo (Mulvey et al., 2004):

- a) Os adolescentes que praticam crimes severos/ graves não representam um grupo específico, mas antes um grupo heterogéneo, à semelhança dos seus pares não ofensores. Diferem substancialmente uns dos outros num elevado número de dimensões: estilos parentais, desenvolvimento social, desenvolvimento psicológico, saúde mental, atitudes perante a lei, e o nível de abuso de substâncias. Estas diferenças

são raramente consideradas pelos tribunais, e muito menos pelos serviços responsáveis pela intervenção;

- b) Nenhuma característica psicológica de base ou social destes adolescentes constitui um forte preditor para o risco elevado de reincidência ofensiva, nem mesmo, no futuro próximo, como também nenhuma destas garante a redução do nível de ofensa após o envolvimento com o tribunal;
- c) A longa estadia em centros educativos não parece reduzir a probabilidade de ofensa futura. No entanto, a supervisão continuada pelos serviços de apoio à justiça de menores, após a saída do jovem de centro educativo, faz a diferença, pelo menos nos seis meses após a saída;
- d) O abuso de substâncias é um fator de risco major para a atividade criminal continuada. O tratamento do abuso de substâncias pode reduzir a probabilidade de ofensa futura;
- e) Se os tribunais e os serviços de apoio considerarem as diferenças individuais e desenvolvimentais, os efeitos na redução do risco poderão ser mais efetivos.

Existem duas abordagens teórico-práticas para a avaliação do risco: métodos clínicos e métodos actuariais, ambos com vantagens e desvantagens (Kemshall, 2002). No ponto seguinte serão descritos os métodos e as sucessivas gerações de avaliação do risco de violência dos últimos 30 anos.

4. MÉTODOS E SUCESSIVAS GERAÇÕES DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Na literatura sobre a avaliação do risco encontramos dois métodos distintos – o método clínico e o método actuarial -, e quatro gerações de instrumentos de avaliação do risco.

4.1. MÉTODOS CLÍNICOS

O método clínico que vigorava até à década de 80 implicava o diagnóstico de uma perturbação mental com base numa avaliação não estruturada. Este juízo clínico estava dependente do conhecimento, competências e experiência do profissional, e o seu rigor foi muito questionado em termos de subjectividade e de preconceitos individuais. Alguns estudos sugeriram que este método clínico era considerado menos fiável do que o método actuarial, e meta-análises recentes quantificaram uma fraca validade preditiva das avaliações clínicas não estruturadas (Andrews, Bonta, & Wormith, 2006).

Entre a década de 80 e 90, o método clínico sofreu um período de transição. O risco altera-se ao longo do tempo, espaço e circunstâncias, e para que a sua gestão efetiva tenha lugar, é necessário avaliar o risco de forma dinâmica. Ou seja, uma avaliação do risco que integre fatores de risco estáticos e fatores de risco dinâmicos é promissora em termos de predição do risco. Alguns fatores de risco dinâmicos, tais como, a desviância, as atitudes negativas, entre outros, aumentam a capacidade preditiva do risco quando combinadas com os fatores de risco estáticos. (Beech, Friendship, Erikson & Hanson, 2002; Dempster & Hart, 2002; Hudson, Wales, Bakker, & Ward, 2002; Thornton, 2002).

A evidência empírica e científica sobre a avaliação do risco conduziu o método clínico para uma nova abordagem: o juízo clínico estruturado (SCJ – *Structured Clinical Judgement*). Esta nova abordagem implica uma avaliação estruturada do risco, com referência a fatores de risco estáticos e dinâmicos, mas sem o envolvimento do cálculo mecânico do nível de risco (Andrews et al., 2006).

Atualmente, o método clínico (ou seja, o juízo clínico estruturado) usado na avaliação do risco, é realizado por profissionais com treino e competências específicos (perito), e integra uma abordagem multidisciplinar (em detrimento do juízo profissional de apenas um avaliador), diminuindo assim a subjectividade do avaliador (Friedrich, Lysne, Sim & Shamos, 2004). O juízo clínico estruturado pode fornecer informações importantes sobre comportamentos de risco individuais, situações de vida *stressantes* relacionadas com fatores ambientais, e auxiliar planos de tratamento e de gestão do risco (Hoge & Andrews, 2010). É um método usado

extensivamente no Canadá, e desempenha um papel importante na avaliação do risco na justiça criminal na Escócia, nomeadamente na fase de julgamento e de liberdade condicional (Kemshall, 2001).

4.2. MÉTODOS ACTUARIAIS

As abordagens actuariais têm a sua origem em cálculos estatísticos de probabilidade, nomeadamente da correlação entre fatores de risco específicos e dados de recondenação, ou seja, estes métodos, usam técnicas estatísticas para gerar preditores de risco. A predição actuarial do risco baseia-se na informação do grupo de risco de recidiva, analisada em estudos com uma grande extensão populacional, através do uso de técnicas de meta-análise. A avaliação actuarial avalia em que medida um indivíduo partilha as características chave de um grupo que estão associadas aos diferentes níveis de risco, tais como, a idade, o género, a história criminal, entre outras (Hanson & Bussiere, 1996; McNeil et al., 1998; Hood et al., 2002).

A limitação chave das técnicas actuariais reside no uso de informação generalizada da população para aplicação a um determinado indivíduo (Hart et al., 2007). Devido à variabilidade que existe entre populações, os métodos actuariais oferecem apenas um guia genérico para a avaliação do risco individualizada. Na prática, o rigor depende de vários fatores: a quantidade e a qualidade da informação disponível sobre o indivíduo; em que medida é que o indivíduo partilha as características do grupo de risco medido pelo instrumento administrado; a fiabilidade e validade do instrumento utilizado em populações com características semelhantes à do indivíduo (Worling, 2004).

As abordagens actuariais prevêm a frequência de condenação esperada para certos grupos de ofensores, dentro de prazos específicos. A *Offender Group Reconviction Scale* (OGRS¹⁸), baseia-se (apenas) em fatores de risco estáticos – idade, sexo, e história criminal –, e estima a probabilidade estatística de uma ou mais recondenações de ofensores (pertencentes a um padrão conhecido), dois anos após cumprimento da pena de prisão ou de serviço a favor da comunidade. Por exemplo, um *score* de 75% na OGRS significa que $\frac{3}{4}$ dos ofensores de uma certa idade, sexo e história criminal semelhante serão recondenados dentro de 2 anos. No entanto, este *score* não indica ao profissional se o sujeito em causa pertence aos 25% que não irão reincidir, ou aos 75% que irão reincidir, porque este *score* é calculado para um padrão genérico de indivíduos (Robinson, 2003).

¹⁸ Instrumento implementado em Inglaterra e no País de Gales no final dos anos 90, usado pelos serviços de Reinserção Social e por investigadores em contexto prisional.

Um outro problema reconhecido dos instrumentos actuariais (principalmente os fatores de risco) é o de serem validados por referência a um critério: o da informação da condenação. A condenação é o resultado de uma série de processos sociais influenciados pela potencial discriminação (seja inconsciente ou de outra forma) encenada por uma ampla gama de atores sociais (vítimas, testemunhas, policiais, advogados, juízes, entre outros). A condenação não avalia, por si só, o comportamento criminoso e, portanto, prever a condenação não é o mesmo que prever a reofensa. Embora os instrumentos actuariais avaliem a probabilidade de condenação, nada informam sobre o tipo ou a gravidade da condenação prevista. Além disso, o rigor da avaliação actuarial de risco diminui quando os comportamentos específicos em causa são menos prevalentes na população sobre a qual foi validado o instrumento, dificultando assim a predição de crimes mais graves (Tuddenham, 2000). Não obstante, os instrumentos actuariais têm um maior historial de consistência, precisão e predição do que o juízo clínico que vigorou até à década de 70 (Andrews et al., 2006).

Resumindo, a principal diferença entre o método clínico e o método actuarial encontra-se no processo usado, e não nas variáveis consideradas, já que as variáveis clínicas podem ser utilizadas em ambas as abordagens (e.g: diagnóstico de abuso de substâncias). Os juízos clínicos que decorrem de simples avaliações clínicas sobre o nível de risco dos ofensores, têm sido considerados menos fiáveis, do que os métodos actuariais. Mas, se estes juízos clínicos forem decorrentes de uma avaliação estruturada do risco, então o seu potencial aumenta (Bonta et al., 1996; Monahan, 1996; Janus & Meehl, 1997; Dolan & Doyle, 2000).

4.3. GERAÇÕES DE AVALIAÇÃO DO RISCO

Nos últimos 25 anos¹⁹, Andrews e colaboradores (2006) identificaram quatro gerações de instrumentos, com sustentação teórica e empírica, para a avaliação do risco de ofensores. Importa referir que grande parte deste trabalho foi feito por psicólogos Canadianos que trabalham no sistema prisional e na justiça criminal (Andrews, Bonta, & Hoge, 1990; Gendreau & Andrews, 1990; Andrews & Bonta, 2006).

A primeira geração de instrumentos de avaliação do risco surgiu em meados do século XX (Bonta, 2002) e consistia, principalmente, na formulação de juízos clínicos não estruturados sobre a probabilidade de ocorrência de determinado comportamento ofensivo. Esta geração de instrumentos implicava uma tomada de decisão baseada na experiência profissional dos clínicos, e no seu poder de síntese de informação, com a finalidade de produzir uma conclusão ou

¹⁹ Aproximadamente entre 1980 e 2005.

decisão (Hoge & Andrews, 1996). O juízo clínico foi usado até à década de 70. Apelidada de informal, impressionista e subjetiva, (Grove & Meehl, 1996), a principal limitação desta geração residia no fato de não se poder replicar nas mesmas condições. Seria extremamente difícil dois psicólogos clínicos chegarem às mesmas conclusões numa avaliação clínica não estruturada. Alguns investigadores afirmavam que os juízos clínicos não são muito mais rigorosos do que as previsões feitas ao acaso (Dawes et al., 1989; Douglas & Lavoie, 2006).

Entre a década de 50 e 70, questionava-se a constitucionalidade da predição da violência, e a validade da predição clínica. Contudo, com a mediatização de alguns casos judiciais (e.g.: Baxstrom v. Herold, 1966) tornou-se claro para os tribunais que mesmo confrontados com 20% a 35% de verdadeiros-positivos, seria preferível manter as constitucionalidade das leis baseadas na predição clínica da violência. Deixou-se de questionar se é ou não possível prever a violência, passando-se a interrogar como é que a predição da violência pode ser melhorada e desenvolvida (Grisso & Appelbaum, 1992).

Entre 1970 e 1980 assistiu-se a um movimento que Bonta (1996) designou de transição do juízo profissional clínico do risco (primeira geração de avaliação do risco) para a avaliação actuarial de risco (segunda geração de avaliação do risco).

A segunda geração de avaliação do risco corresponde a instrumentos empiricamente sustentados, que integram fatores estáticos (ou seja, fatores de risco históricos), tais como, o número e o tipo de condenações. Surgiu para colmatar as várias limitações apresentadas pela primeira geração de instrumentos de avaliação, aumentando a sua validade científica e possibilidade de replicação. A abordagem actuarial envolve um conjunto de regras pré-determinadas e explícitas de tomada de decisão estatisticamente derivadas, que permitem obter uma formulação de um juízo final (Meehl, 1954; Monahan, 1981, 1984; Dawes et al., 1989). O processo actuarial é mecânico, algorítmico e completamente reproduzível (Grove et al., 2000).

Todos os instrumentos actuariais contêm preditores, cuja validade empírica terá que ser demonstrada anteriormente à sua utilização, ou seja, durante o processo de construção e validação do instrumento. Os preditores têm que estar relacionados com a violência de forma independente (Campbell et al., 2007). Os instrumentos actuariais consideram itens individuais (e.g.: história de uso de substâncias) que aumentam o risco de novas agressões, associando a esses itens *scores* quantitativos, ou seja, à presença de um fator de risco pode ser atribuída a classificação de 1 e à sua ausência a classificação de zero. As pontuações obtidas são

somadas, os scores mais elevados significam que o risco do agressor voltar a cometer atos violentos é elevado.

Os instrumentos actuariais são mais objetivos e melhor preditores do que os métodos usados na primeira geração, mas devido à sua dependência exclusiva a fatores de risco estáticos, estes instrumentos têm sido fortemente criticados. Instrumentos actuariais como o *OGRS* (referido anteriormente) baseiam-se em fatores de risco estáticos que não são passíveis de mudança, quer pelo ofensor, quer pelo avaliador, e esta conceptualização, origina sérias limitações ao nível da intervenção no risco (Hannah-Moffat & Maurutto, 2003). São exemplos de alguns instrumentos de avaliação de risco actuarial:

- a) *LSI - Level of Service Inventory* (Andrews, 1982);
- b) *VRAG - Violent Risk Appraisal Guide* (Quinsey, Harris, Rice, & Corneir, 1998);
- c) *SORAG - Sex Offender Risk Appraisal Guide* (Quinsey et al., 1998).

Os instrumentos de avaliação actuarial não fornecem as informações mais adequadas para os programas de prevenção da violência, intervenção e gestão do risco (Hart, 1998; Dvoskin & Heilbrun, 2001).

O reconhecimento das limitações da segunda geração de avaliação do risco, e o diagnóstico de necessidades específicas, conduziram os investigadores a desenvolver instrumentos com fatores de risco dinâmicos (Bonta & Wormith, 2007), surgindo em meados dos anos 90, uma terceira geração de instrumentos: Juízo Profissional Estruturado (*Structured Professional Judgment* – SPJ). Esta geração combina o método clínico com o actuarial, e avalia de forma sistemática e objetiva fatores de risco estáticos e fatores de risco dinâmicos (necessidades criminógenas). Os instrumentos de terceira geração são teóricamente mais sustentados do que os instrumentos de segunda geração (Andrews et al., 2006).

Ao destacar necessidades criminogénicas específicas, a terceira geração de instrumentos pretende individualizar os instrumentos, de forma a torná-los numa espécie de guia para a intervenção. Ao captarem as mudanças nos níveis de risco ao longo do tempo, estes instrumentos também têm um papel muito importante ao nível da monitorização e avaliação sobre a eficiência das intervenções (Raynor, Kynch, Roberts, & Merrington, 2000; McIvor, Moodie, Perrott, & Spencer, 2001).

Os instrumentos *SPJ* valorizam a fiabilidade e o rigor dos instrumentos actuariais e valorizam aquilo que é singular em cada caso, herdando esta característica do juízo clínico (Douglas &

Kroop, 2002; Borum & Douglas, 2003; Douglas & Ogloff, 2003). Os instrumentos *SPJ* devem (Douglas & Lavoie, 2006):

- a) especificar o conjunto de fatores de risco importantes que irão ser considerados;
- b) operacionalizar esses fatores de risco e desenhar o melhor método para obter a informação necessária;
- c) utilizar critérios fixos de cotação de fatores; e disponibilizar linhas orientadoras para a tomada de decisão final sobre risco baixo, moderado e elevado.

A terceira geração de instrumentos de avaliação de risco também é conhecida como “*Risk-Need*”, porque é sensível às mudanças que vão ocorrendo nos ofensores, ao mesmo tempo que fornece informação às equipas de técnicos sobre as necessidades que devem ser intervencionadas. A investigação demonstra que algumas das mudanças nos *scores* dos instrumentos “*Risk-Need*” estão associadas a mudanças de reincidência (Raynor et al., 2000, 2007).

Os instrumentos *SPJ* têm como objetivo primordial a gestão do risco por oposição à predição do risco. Estes instrumentos têm uma ligação objetiva com a avaliação e tomada de decisão, permitem um elevado controlo sobre o indivíduo após a avaliação inicial, e têm uma forte implicação para a planificação e para o tratamento (Dolan & Doyle, 2000). São exemplos de instrumentos de terceira geração:

- *HCR-20 - Historical Clinical Risk Management – 20* (Webster et al., 1997);
- *SVR-20 - Sexual Violence Risk – 20* (Boer, Hart, Kropp, & Webster, 1997);
- *ERASOR - Estimate of Risk of Adolescent Sexual Offense Recidivism* (Worling & Curwen, 2001);
- *SAVRY - Structured Assessment of Violence Risk in Youth* (Bartel, Borum, & Forth, 2006).

Alguns dos instrumentos *SPJ* apresentam um novo conceito, designado por constelações de alto risco, que não são mais do que a presença de fatores com peso preditivo superior em relação aos demais, e que permitem ao avaliador atribuir um perfil de risco elevado contabilizando apenas 3 ou 4 fatores (e.g.: *SVR-20*).

A esta terceira geração de instrumentos também têm sido apontadas algumas críticas, nomeadamente: (1) a fadiga que estes instrumentos provocam nos avaliadores (quer académicos, quer profissionais), pela sua exigência e complexidade; (2) a dificuldade no

equilíbrio entre a compreensão e o rigor preditivo do risco; (3) a reintrodução de elementos do juízo profissional e sua relação com questões de consistência e preconceitos; e (4) preocupações sobre a sensibilidade destes instrumentos às diversidades étnicas e de género (Aye-Maung & Hammond, 2000; Roberts et al., 2001).

Nos últimos anos, tem-se assistido à introdução de uma quarta geração de instrumentos de avaliação do risco. Estes novos instrumentos privilegiam o planeamento, a gestão individualizada de um vasto número de fatores de risco. Têm como objetivo principal a reunião sistemática de informação sobre a história e necessidades do ofensor, com vista ao desenvolvimento de um plano de tratamento e à atribuição de níveis de supervisão (Andrews et al., 2006). Para além disso, estes instrumentos também integram características de responsividade de forma a permitir ao avaliador uma melhor correspondência entre o nível de risco do ofensor e o seu plano de intervenção (Bonta, 2002). São exemplos de instrumentos de quarta geração:

- *YLS/CMI - Youth Level of Service/ Case Management Inventory* (Hoge & Andrews, 2002)
- *VRS - Violence Risk Scale* (Wong & Gordon, 2003);
- *LS/CMI - Level of Service/ Case Management Inventory* (Andrews et al., 2004);

Relativamente aos instrumentos de quarta geração Douglas, Hart, Groscup e Litwack (2013) referem que:

- a) Devem ser administrados em múltiplas ocasiões, uma vez que é necessário efetuar várias avaliações;
- b) Fornecem informação acerca das alterações e da identificação de necessidades criminógenas, que poderão ocorrer logo que o ofensor entre em contacto com o sistema de justiça, mas também durante a permanência do ofensor no sistema até à sua saída;
- c) Fornecem informação sobre o potencial global de risco.

Devido à sua recência, ainda não existem muitas publicações sobre a validade e fidelidade dos instrumentos de quarta geração. A investigação mais sustentada sobre a avaliação do risco defende cada vez mais que a combinação do método actuarial com o método clínico estruturado, e consequentemente, atualmente a maioria dos instrumentos de avaliação do risco integra elementos da predição actuarial e elementos clínicos, como meio de aumentar a defensibilidade das decisões sobre o risco (Douglas et al., 2013).

5. AVALIAÇÃO DO RISCO: CRÍTICAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

O modelo *Risk-Need-Responsivity*²⁰ (RNR), bem como, o amplo campo da avaliação do risco, têm atraído bastantes críticas académicas, teóricas e metodológicas.

Hannah-Moffat e Maurutto (2003) observam que os princípios de Andrews e Bonta (1998) sobre classificação e avaliação (risco, necessidades, responsividade e discricção profissional) fornecem uma nova lógica de gestão governamental do risco. Conforme descrito anteriormente, existem fortes argumentos para que o juízo profissional estruturado seja visto como a melhor abordagem disponível para a avaliação do risco, mas Hannah-Moffat e Maurutto (2003) expressam alguma preocupação com o princípio da discricção profissional, e em particular, sobre o significado de juízo profissional neste contexto:

“[o princípio do juízo profissional] reafirma estrategicamente a importância em manter o juízo profissional, desde que este não seja utilizado de forma irresponsável, e que seja sistematicamente monitorizado. Neste contexto, o termo profissional, inclui uma série de praticantes (ou para-profissionais), com pouco ou nenhum treino profissional na avaliação do risco, e, nos casos mais extremos, técnicos de reinserção social ou prisional” (Hannah-Moffat & Maurutto, 2003, secção 2).

A preocupação dos autores baseia-se numa série de estudos internacionais que têm levantado dúvidas sobre uma ampla gama de práticas de risco em justiça criminal. Ainda que alguma desta literatura não analise de forma consistente se os instrumentos são válidos e se os seus preditores são fiáveis, têm sido levantadas preocupações sobre: o processo, justiça e proporcionalidade (Rose, 1998; Hudson, 2001, 2003); dimensões políticas e morais do risco (Stenson & Sullivan, 2001; Gray et al., 2002; Ericson & Doyle, 2003); discriminação racial, de género e cultural; rotulação de populações marginalizadas; redistribuição de recursos baseada em perfis de risco (Rose, 1998; O'Malley, 1999; Silver & Miller, 2002); e a ténue relação entre risco e reabilitação, ou “o que funciona” (Hannah-Moffat & Maurutto, 2003; Kemshall, 1996, 1998).

Kemshall (2003) sublinha que as discussões em torno da avaliação do risco refletem frequentemente pressupostos epistemológicos desarticulados, mas importantes para a distinção entre o risco artefato (modelo científico que identifica traços e características relativamente estáveis) e o risco construtivista (o risco como uma construção social, contingente a todos os

²⁰ Risco-Necessidade-Responsividade.

tipos de contextos e processos). Recentemente, Boeck, Fleming, Hine e Kemshall (2006) num estudo empírico e detalhado sobre o desenvolvimento de trajetórias de jovens - *Pathways into and out of Crime for Young People*²¹-, sugerem que a importância e o significado dos fatores de risco estão, efetivamente, altamente circunscritos ao contexto e a casos específicos. Também Laub e Sampson's (2003) numa análise retrospectiva sobre as vivências de adultos (sobre quem recolheram informação relevante desde a infância), concluíram que adultos com perfis de risco semelhantes na infância, desenvolveram trajetórias de vida diferentes, e que estas diferenças não foram, de forma alguma, previsíveis.

Grande parte do trabalho realizado sobre o paradigma “o que funciona” é baseado em meta-análises, ou seja, numa síntese quantitativa dos resultados da investigação de uma série de estudos, permitindo assim, aumentar o tamanho da amostra para avaliação. As meta-análises são consideradas uma ferramenta útil para o desenvolvimento de fatores de risco, e para sintetizar informação. Considerando os *effect sizes* de vários estudos, independentemente do seu significado estatístico, as meta-análises evitam o problema do esquecimento dos efeitos de amostras de tamanho mais pequeno (Lipsey, 1999; Lipsey & Wilson, 2001). Qualquer meta-análise está recetiva a replicação por outros investigadores, seja com os mesmos dados, ou com dados diferentes, permitindo assim uma avaliação independente das decisões ou dos estudos incluídos (Cullen & Gendreau, 2000).

As meta-análises clarificaram o conhecimento sobre fatores de risco (Bonta et al., 1998; Lipsey & Derzon, 1998), possibilitaram uma linguagem comum entre psicólogos, criminologistas, e profissionais de saúde mental e da justiça, e proporcionaram uma base de conhecimento e de tecnologia partilhada do modelo *RNR* (Andrews et al., 2006).

As meta-análises, como qualquer técnica metodológica, têm limitações e por vezes, são usadas inapropriadamente. A validade das conclusões produzidas pelas meta-análises dependem da qualidade da revisão da literatura e dos estudos em que se baseiam. Apesar de permitirem analisar as diferenças metodológicas e de resultados dos estudos, as meta-análises não pode compensar as limitações inerentes aos estudos em que se baseiam, uma vez que, eles próprios, têm erros, sistemáticos e aleatórios, que não são corrigidos pela sua análise conjunta, sendo, pelo contrário, aditivos (Schwalbe, 2007, 2008).

Uma boa meta-análise procura uma cobertura o mais completa possível de todos os estudos relevantes na área, e a presença de heterogeneidade. Apesar das meta-análises serem úteis na

²¹ Trajetórias Juvenis dentro e fora do Crime.

produção de temas emergentes dos estudos que lhe serviram de base, elas devem ser consideradas sugestivas, e não, definitivas. O uso de meta-análises para o desenvolvimento de preditores de risco, pode produzir resultados excessivamente simplistas, que não conseguem captar a complexidade do processo de geração e de resposta ao risco (Edens et al., 2001; Kemshall, 2001; Edens, Campbell, & Weir, 2007).

Os instrumentos de avaliação do risco resultam da investigação em amostras com um número elevado de participantes, e são centrais para fazer corresponder níveis de tratamento com níveis de risco. Comparativamente aos métodos que se baseiam na avaliação subjetiva e individualizada, os instrumentos actuariais demonstram uma capacidade preditiva muito superior, por serem mais objetivos, eliminando assim o enfiamento e o pensamento arbitrário, e promovendo um juízo profissional mais racional e eficiente. Os defensores deste tipo de instrumentos acreditam que estas práticas promovem: a fidelidade das decisões clínicas, intervenções direcionadas para um público-alvo específico, melhores classificações do nível de risco, avaliação de programas, protocolos de avaliação padronizados, e alocação eficiente de recursos (Andrews et al., 1990).

As questões colocadas sobre quais os passos razoáveis e os métodos fiáveis para a avaliação do risco são contestadas (Grubin, 1999). Não existem modelos de predição do risco perfeitos, e muito provavelmente nunca existirão, mas justifica-se um olhar atento e cuidadoso sobre os métodos mais apropriados de avaliação do risco, de forma a evitar sérias consequências provenientes de decisões de risco incorrectas (Loza & Simourd 1994; Andrews & Bonta, 2006).

A partir do trabalho de Kemshall (1998), Robinson (2003) afirma:

“Reconhecida a imprevisibilidade do comportamento futuro, é geralmente aceite que o objetivo da prática de avaliação do risco seja uma avaliação defensível em detrimento de uma certeza sobre a avaliação do risco. Uma avaliação do risco defensível é aquela que foi julgada da forma mais precisa possível e que aguenta ser escrutinada, se for alvo de uma investigação....” (Robinson, 2003, p.103)²².

Para Kemshall (2002), uma decisão defensível acontece quando:

- a) foram tomados todos os passos necessários para a avaliação em causa;
- b) foram usados métodos de avaliação fiáveis;

²² “In recognition of the inherent unpredictability of future behavior, it is generally accepted that defensibility rather than certainty is the goal of risk assessment practise. A defensible risk assessment is one which is judged to be as accurate as possible and which would stand up to scrutiny if the handling of the case were to be investigated....” (Robinson, 2003, p.103).

- c) a informação recolhida é minuciosamente avaliada;
- d) as decisões são gravadas;
- e) os profissionais trabalham de acordo com as políticas e procedimentos da instituição a que pertencem; e os profissionais comunicam uns com os outros, e procuram informação da qual não dispõem.

A avaliação do risco deve ser entendida como um processo contínuo e cíclico, sujeito a revisão e reiteração (Hackett, 2004). É crucial assegurar que o instrumento selecionado foi avaliado como apropriado para as características chave do indivíduo em causa (Baker, 2007). A avaliação do risco requer, no mínimo, o uso correto do instrumento apropriado para o ofensor e para o tipo de ofensa. É igualmente importante distinguir os instrumentos que fazem o rastreio de risco elevado de ofensa séria, com aqueles que permitem a avaliação de intervenções orientadas (Kemshall & Woods, 2007).

Uma avaliação do risco fiável requer a troca de informação entre instituições, e especial atenção para os seguintes tópicos (Kemshall & Wood, 2007):

- Vítimas: quem foi vítima no passado; quem poderá ser vítima no futuro; como são encontradas as vítimas e como são controladas; as circunstâncias em que os ofensores conseguem aceder, criar proximidade e confiança das vítimas;
- Condições e circunstâncias em que o risco ocorreu no passado, e em que condições e circunstâncias pode vir a ocorrer no futuro;
- Iminência, isto é, se existe alguma oportunidade que esteja a ser criada, ou se existe alguma lacuna ao nível do locus de controlo interno, ou ainda se existem falhas ao nível do locus de controlo externo;
- Nível de motivação para o comportamento ofensivo e o nível de motivação para colaborar com o plano de tratamento;
- Qual é o ponto de vista do ofensor sobre o seu próprio risco;
- Escalada do risco. Será o programa de gestão do risco capaz de conter o risco, ou não? O que funcionou no passado e o que não funcionou?

Resumindo, nos capítulos II e III, foram explorados os princípios subjacentes à avaliação do risco contemporânea, as suas características e sucessivas abordagens teórico-práticas. Nos últimos 30 anos, assistimos a um enorme progresso no que diz respeito à avaliação de ofensores/ agressores violentos. Com vista a um maior rigor de validade científica e de poder discriminatório, foram desenvolvidos vários modelos teóricos e instrumentos para a avaliação do

risco, com o objetivo de reduzir o erro, sistematizar procedimentos, e construir um corpo teórico-conceptual robusto.

A combinação de evidências emergentes sobre os princípios da prática efetiva em justiça juvenil, e as preocupações crescentes com a proteção da sociedade civil, mudaram o foco de detenção do risco para o próprio risco e para o risco de reincidência. Ao mesmo tempo, as novas tecnologias de avaliação de risco desenvolveram-se de tal forma, que a avaliação clínica (ou primeira geração) foi contestada pelo surgimento da avaliação atuarial (ou segunda geração).

Mais recentemente, os instrumentos de avaliação estruturada de risco/necessidades (ou terceira geração) combinaram elementos da avaliação clínica e atuarial. Abordagens emergentes (quarta geração) pretendem ir mais longe, de forma a poder dar uma melhor resposta às questões relacionadas com a responsividade, e de fortalecer a adesão ao princípio de tratamento eficaz e de supervisão clínica.

Foram ainda descritas uma série de preocupações sobre cada uma destas abordagens, que põem em causa não apenas a eficácia técnica da avaliação de risco, mas também o seu contexto moral, político, social, e cultural. Preocupações estas que se tornam mais nítidas quando surgem danos de maior gravidade.

No capítulo seguinte é apresentado o estado da arte relativo à prática pericial de avaliação do risco de violência juvenil, e são disponibilizadas linhas orientadores de boas práticas em *setting* forense, nomeadamente, a elaboração do relatório e a preparação do perito para o testemunho em tribunal, e os procedimentos e instrumentos de avaliação mais relevantes nesta área.

CAPÍTULO III

PRÁTICA PERICIAL

1. ESTADO DA ARTE

Em colaboração com o Centro de Investigação em Criminologia da Universidade de Oxford, o Departamento de Justiça Juvenil Inglês e do País de Gales desenvolveu um instrumento de avaliação estruturada para ser usado nos ofensores que entram em contacto com o sistema de justiça juvenil: o *ASSET – Young Offender Assessment Profile*²³.

Com foco no ofensor e no tipo de ofensa(s), o *ASSET* permite identificar uma infinidade de fatores ou circunstâncias, que vão desde a fraca supervisão parental aos problemas de saúde mental, que possam ter contribuído para tal(ais) comportamento(s). Este instrumento permite recolher informação útil para os relatórios forenses, e destaca necessidades ou dificuldades especiais do jovem ofensor. O *ASSET* também permite perceber a alteração de necessidades e do risco de recidiva ao longo do tempo, sendo também por isso, adequado para programas de intervenção (Roberts, Baker, Merrington, & Jones, 2001).

A pedido do Departamento de Justiça Juvenil Inglês e do País de Gales, a validade e a fiabilidade do *ASSET* têm sido sujeitas a um escrutínio considerável em vários estudos realizados (e.g.: Baker, Jones, Roberts, & Merrington, 2002; Backer, 2004, 2004a, 2005).

A este propósito, Backer Jones, Merrington e Roberts (2005) conduziram o estudo mais recente e robusto sobre o *ASSET*, e concluíram que:

- a) A validade preditiva do instrumento, durante 24 meses, é de 69,4%;
- b) A precisão preditiva do *ASSET* para subgrupos populacionais (ofensores femininas, minorias étnicas, e ofensores muito jovens) mantêve-se durante 24 meses;
- c) O *ASSET* é sensível a mudanças positivas e negativas ao longo do tempo;
- d) O aumento dos *scores* do *ASSET* está correlacionado com a probabilidade de recondenação, e a diminuição dos seus *scores* está fortemente associada à redução da probabilidade de recondenação.
- e) A fiabilidade intercotadores do *ASSET* é boa. No entanto, particularmente no caso de ofensores do sexo feminino com necessidades significativas, os avaliadores basearam as sua cotações na compreensão dos problemas percebidos, e não na associação destes problemas com a probabilidade de ofensa futura.

²³ Avaliação do Perfil de Ofensores Juvenis.

Roberts e colaboradores (2001) observaram alguns problemas do ASSET relativamente ao seu uso, nomeadamente:

- 1) Dificuldades relacionadas com a falta de informação (e.g.: condenações anteriores) e que afetam a qualidade da avaliação, e a falta de informação em algumas áreas nos próprios formulários;
- 2) Apesar da maioria dos profissionais ter reconhecido e aceite a utilidade de uma avaliação estruturada, as políticas institucionais, a estrutura da equipa, o volume de trabalho, os recursos disponíveis, e o treino prático dos profissionais, afetaram a forma como o instrumento foi usado;
- 3) Os profissionais desapreciaram as formas detalhadas e de longa duração do ASSET, particularmente em casos de ofensas de menor gravidade²⁴;
- 4) Os profissionais consideraram a escala de cotação de ofensas altamente subjetiva, em certas áreas, demonstrando dificuldades de cotação. Na perspetiva destes profissionais, o ASSET precisa de se tornar mais flexível, de forma a que seja possível adaptar determinadas perguntas a cada caso concreto, nomeadamente, em minorias étnicas;
- 5) A parte do instrumento que recebeu mais opiniões favoráveis pelos avaliadores foi a de auto-avaliação (“o que é que tu achas?”), uma vez que permitia envolver o jovem na discussão.

O ASSET também é usado na Escócia, no âmbito da avaliação do risco de jovens ofensores, bem como o YLS/CMI (*Youth Level of Service/ Case Management Inventory*). Estes dois instrumentos têm sido alvo de vários estudos longitudinais de validação e fiabilidade (particularmente no Reino Unido), e de estudos sucessivos de comparação da validade preditiva com o SAVRY - *Structured Assessment of Violence Risk in Youth* - e a PCL:YV - *Psychopath Checklist: Youth Version* (Andrews & Bonta, 2003).

A propósito da utilização generalizada de instrumentos na Escócia e no Reino Unido, desenvolvidos no Canadá, num estudo recente realizado por Hannah-Moffat e Maurutto (2003) sobre a prática da avaliação do risco de jovens no Canadá, foram evidenciadas preocupações de natureza metodológica sobre o uso deste tipo de instrumentos, nomeadamente:

²⁴ Existe uma versão reduzida do ASSET (*Final Warning ASSET*) para ser usada com jovens em situação de admoestação ou de último aviso (medidas alternativas à acusação, disponíveis apenas para jovens). Também foi disponibilizado um instrumento (*screening*) para crianças e adolescentes, envolvidas no sistema de justiça juvenil, com perturbações mentais associadas (*ASSET Mental Health Screening Tool* – 2011).

- a) o facto de não ter sido demonstrada adequada fiabilidade e validade destes instrumentos em algumas populações de jovens no Canadá. A ausência de investigação suficiente sobre a validade dos itens dos instrumentos, sugere a possibilidade de alguns itens poderem ser desvantajosos e desproporcionais, e ainda, serem experienciados de forma diferente por grupos minoritários, e de refletirem valores morais e sociais que foram rejeitados por certos segmentos da população juvenil;
- b) instrumentos desenvolvidos em Ontário²⁵ que foram usados noutras províncias do Canadá, sem estudos de validação apropriados. O uso de amostras de conveniência para validar instrumentos de uso generalizado, para toda uma população que pode diferir substancialmente, é altamente problemático;
- c) ausência de investigação sobre a validade externa e de constructo. Algumas jurisdições usam os instrumentos na fase pré-sentencial, e no entanto, nenhum destes instrumentos foi criado para ofensores nesta fase.

Hannah-Moffat e Maurutto (2003) referiram ainda que alguns dos instrumentos de avaliação do risco considerados no estudo, apresentavam critérios vagos, tais como: “poderia fazer melhor uso do seu tempo”; “relações parentais não compensatórias”, “práticas parentais inconsistentes”, “relação com o grupo de pares”, “atitudes que legitimam o crime”, “fracas competências sociais”, “insucesso”, “problemas com os professores”, “sem interesses pessoais”, “sentimentos de culpa inadequados”. Apesar destes instrumentos terem manuais com critérios de cotação, os autores comentaram:

“é difícil determinar se estes critérios são interpretados de forma consistente. Estes critérios podem envolver uma quantidade substancial de especulação e de moralidade associadas a avaliações subjectivas. A escolha dos avaliadores sobre os seus informantes e as interpretações que fazem sobre a autenticidade das suas queixas não é transparente. As auditorias não são realizadas de forma consistente, e existem grandes variações no tipo e qualidade do treino que os avaliadores recebem” (2003, secção 4.1).

Hannah-Moffat e Maurutto (2003) concluíram que muitas das questões associadas à fiabilidade e validade destes instrumentos de avaliação do risco se mantêm, particularmente em relação ao género e à etnicidade. Os autores observaram que a generalidade dos profissionais sente que o aumento do uso de instrumentos de avaliação do risco em jovens ofensores, permite a gestão do

²⁵ É a mais populosa província do País. Cerca de um terço da população do Canadá vive em Ontário.

risco, e aumenta a eficiência da avaliação e da reabilitação, resultando em decisões mais consistentes e defensíveis. No entanto, estes profissionais também revelaram algumas preocupações, nomeadamente:

“A tendência para misturar risco e necessidade, o potencial para o género, inconsistência dos praticantes nas interpretações e na compreensão dos scores na avaliação do risco/ necessidade, treino insuficiente, ausência de auditorias uniformes, inconsistência no uso de over-rides²⁶ sobre a probabilidade de risco indicada nas escalas, e preocupação sobre a disponibilidade de recursos na comunidade, necessários a uma adequada gestão do risco e das necessidades dos jovens” (Hannah-Moffat & Maurutto, 2003, executive summary).

No âmbito da prática de justiça criminal, tem-se assistido à adoção de “linguagem de risco”, e a um rápido crescimento do conhecimento na avaliação do risco, com o uso de técnicas cada vez mais sofisticadas. No entanto, estas técnicas têm algumas limitações que foram diagnosticadas e demonstradas, e que por isso, requerem ser criteriosamente usadas de profissionais com fortes competências e treino adequado (Robert et al., 2001; Hannah-Moffat & Maurutto, 2003; Kemshall, 2011).

Apesar de “avaliação” não ser sinónima de “previsão”, inúmeros investigadores argumentam que, no que diz respeito à área mais complexa e duvidosa da avaliação do risco (a avaliação de ofensas graves e severas), os instrumentos atuais são de uso limitado (Raynor et al., 2000; Kemshall, 2001, 2002; McIvor et al., 2001). Não se trata da probabilidade de um evento ocorrer no futuro, mas antes de antecipar a severidade do seu impacto (Tuddenham, 2000). Instrumentos generalistas que predizem a recondenação (tais como o *ASSET*, *LSI-R*, *OASys - Offender Assessment System* - e o *YLS/CMI*) têm menos a oferecer. McIvor e Kemshall (2002) observaram que o *YLS/CMI* e o *LSI-R (Level of Service Inventory – Revised)* podem revelar-se menos eficientes nas raparigas do que nos rapazes, uma vez que as necessidades criminógenas diferem entre géneros.

Instrumentos mais especializados, como por exemplo, o *Risk MATRIX 2000 – RM2000* (Hanson & Thornton, 2000) – um instrumento que avalia o risco de reincidência de ofensores sexuais adultos – e o *Historical, Clinical, Risk Management-20 - HCR-20* (Webster et al., 1997) – um instrumento de juízo profissional estruturado que avalia o risco de violência em adultos -, são

²⁶ *Over-ride* é um procedimento inerente ao juízo profissional estruturado, e remete para uma avaliação pessoal (fundamentada) do nível geral do risco/ necessidades.

adaptados ao tipo de ofensa e de ofensor, e são concebidos através de estudos com populações específicas, permitindo gerar fatores de risco com evidência empírica. Por vezes, estes instrumentos são usados na avaliação do risco de violência severa e grave. No entanto, Kemshall e Maguire (2001) demonstraram que estes instrumentos podem gerar, inadvertidamente, mais casos de alto risco do que os recursos disponíveis podem aguentar. A evidência sugere que os profissionais que avaliam casos de ofensas graves e severas são levados a tomar decisões defensivas, pelo receio de culpa e de sobrevivência institucional.

As avaliações de risco de ofensores violentos, e as decisões sobre o pedido de soltura destes ofensores, podem ter consequências severas para o ofensor e para a sociedade, e por esta razão, exige-se que o rigor nestes procedimentos de avaliação esteja em alta demanda (Kemshall & Wood, 2007). Os autores identificaram três grandes problemas na avaliação do risco de ofensores violentos:

- a) “*rate base problem*”, ou seja, as escalas actuariais de avaliação do risco têm *scores* baixos do nível base de risco, gerando uma probabilidade aumentada de falsos positivos. Para superar este problema, quando se pretende avaliar a eficácia da previsão global de uma avaliação de risco actuarial tem-se recorrido a análises ROC (*Receiver Operating Characteristic*) que relacionam o nível de risco e a escolha da decisão. As análises ROC comparam a sensibilidade do instrumento (percentagem de ofensores reincidentes corretamente identificados de risco elevado) com a especificidade do mesmo (percentagem de ofensores não reincidentes corretamente identificados de risco baixo), permitindo assim, o cálculo da sua precisão preditiva (Leam, Brown, Stringer & Beech, 2004);
- b) Uso de instrumentos de risco concebidos para populações específicas (como por exemplo, ofensores de sexo masculino, detidos em instituições, com jurisdições) em ofensores de sexo feminino (Kemshall, 2004);
- c) Quando os fatores de risco derivam de dados sobre a recondenação (como é geralmente o caso), será a recondenação (e não a reincidência) que irão prever.

No caso de crianças e jovens, o tipo de ofensor violento é menos comum do que na população adulta. Para além disso, os estudos com populações juvenis específicas são limitados, sendo que as suas conclusões não são diretamente aplicáveis, ou transferíveis, para outros jovens, tipos de ofensas, e contextos culturais. O que significa que na avaliação do risco de violência juvenil, os problemas identificados por Kemshall e Wood (2007), se tornam exacerbados.

McIvor e Kemshall (2002) defendem que a adaptação de instrumentos a novas populações deve envolver a revisão por pares, uma consideração atenta da metodologia para validação do instrumento e dos seus fatores dinâmicos e estáticos, e a diferenciação precisa e consistente do risco baixo, médio e elevado, de forma a assegurar intervenções apropriadas e proporcionais, e a validade intercotadores.

Reconhecendo os riscos associados às idiosincrasias dos avaliadores em todas as formas de avaliação do risco, Tuddenham (2000) defende um modelo de avaliação do risco - *Reflexive Risk Assessment* -, em que os avaliadores reconhecem que o seu conhecimento é emergente, ténue e aberto a revisão, que as definições e discussões sobre o risco são contestáveis e culturalmente relativas, e que avaliação do risco funciona de acordo com uma série de políticas contextuais, numa sociedade cada vez mais preocupada com o risco e a sua predição. De acordo com este modelo de avaliação, os avaliadores - *reflexive risk assessors* - devem manter consciente o seu próprio potencial para a negação do risco, manter a capacidade de questionar o inquestionável, pensar o impensável, imaginar o imaginável (Prins, 1999), encorajar e permitir que os ofensores digam coisas difíceis por fazerem as perguntas certas, e ouvir o que o ofensor quer relatar, transmitindo a confiança de que as suas respostas, independentemente do seu conteúdo, serão toleradas. Apesar do trabalho de Tuddenham ser com ofensores adultos de alto risco, o seu modelo e conclusões parecem igualmente pertinentes jovens ofensores de alto risco (Roberts et al., 2001).

No Reino Unido, os modelos clínicos e os procedimentos de avaliação e gestão do risco para crianças e jovens que cometem crimes violentos, têm sido propostos por Sheldrick (1999), Bailey (2002), Tiffin e Kaplan (2004).

Sheldrick (1999) sugere a abordagem forense tradicional. Como foi referido anteriormente, a história passada de ofensas (violentas, ou não) é um dos fatores mais significativos associados ao comportamento violento futuro e, portanto, especial deve ser prestada especial a esta parte da avaliação. Influências de nível situacional, que raramente são medidas em estudos longitudinais, também são importantes, pois podem indicar possíveis desencadeadores de violência (Sampson & Lauritson, 1994) que devem ser incluídos no plano de gestão do jovem. A avaliação da atitude em relação à ofensa, da empatia para com a vítima, e da compaixão pelos outros deve ser contextualizada de acordo com o estado de desenvolvimento do jovem.

O modelo de Sheldrick também reconhece a importância da história pessoal, da educação, do contexto, dos fatores clínicos e dos fatores de proteção. Há um considerável corpo de

evidências que sugere que os comportamentos violentos estão associados a dificuldades intelectuais e educacionais, problemas ao nível da parentalidade, e do uso / abuso de substâncias (Lipsey & Derzon, 1998). Fatores contextuais, tais como, a disponibilidade de drogas ou armas também são importantes considerar, uma vez que estes também podem contribuir para o risco de violência (Hawkins et al., 1998).

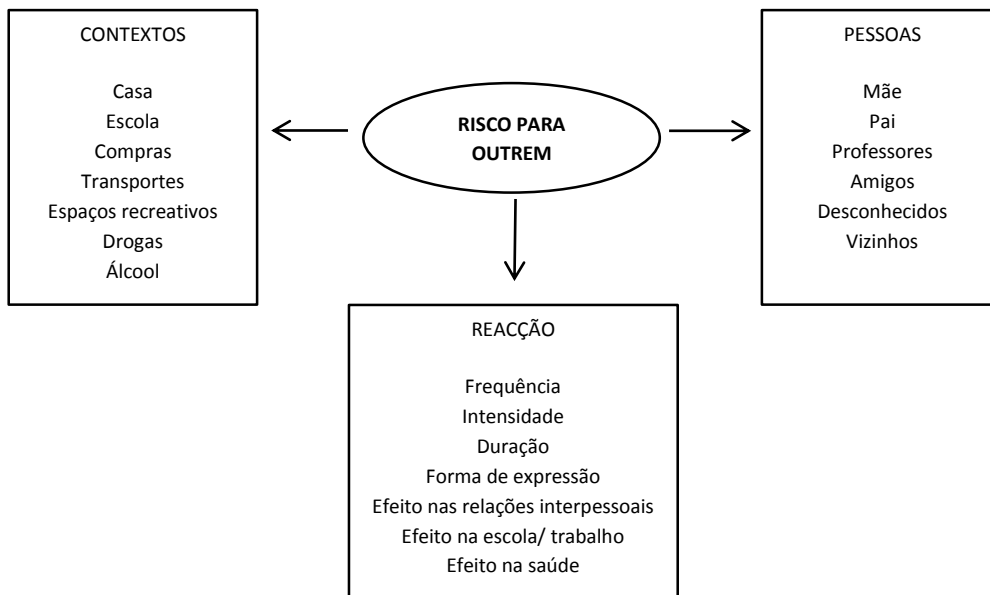


Figura 9. Estrutura de avaliação de Bailey (2002)

Bailey (2002), com base na sua experiência profissional com crianças e adolescentes, e na literatura sobre a avaliação do risco de adultos e a gestão de risco, defende que na avaliação de jovens com risco de violência e problemas de saúde mental devem ser considerados alguns fatores-chave, tais como: quem faz a avaliação (têm que ser clínicos?); o uso de informantes; qual é a estabilidade da avaliação; mantém-se por meses?; fiabilidade e validade; e diferença entre os sintomas atuais e risco de violência futura. Na visão de Bailey "o risco deve ser previsto apenas para o futuro imediato / a curto prazo" (figura 9).

Bailey (tal como Sheldrick, 1999) destaca a importância de fatores situacionais para qualquer avaliação de ofensa futura:

"Independentemente do tipo de avaliação de risco utilizada pelo clínico, a equipa de agências múltiplas precisa conhecer os fatores situacionais. Será que o comportamento ocorre em domínio público / doméstico, com / sem provocação, nas imediações ou na vizinhança alargada? Será que a vítima é percebida pelos jovens como vulnerável? Será que a vítima é hostil para com o jovem? Será que o vítima

representa un certo significado para o jovem, por exemplo, uma figura de autoridade, um agressor, um bully? Será que a vítima vais estar no imediato ou na vizinhança alargada? Quem são as potenciais vítimas? (fazer sempre uma lista). Será que o jovem tem falta de emoção e/ ou fracas competências de resolução de problemas? Será que o jovem usa substâncias, envolve-se em comportamentos de alto risco, e que se irrita facilmente?" (Bailey 2002, p. 99).

Tiffin e Kaplan (2004) usam uma *checklist*, baseada em tópicos que identificaram numa revisão de literatura, para entrevistar crianças com idade inferior a 16 anos, pais e professores, quando suspeitam de risco para outrem (tabela 10):

Tabela 10*Checklist de Tiffin e Kaplan's (2004)*

Por favor indique quais dos seguintes fatores foram indagados, colocando um visto à esquerda da categoria, um segundo visto no comportamento específico (se presente), e introduza observações, se relevantes, após as perguntas.

Agressão atual	Procura ativamente oportunidades para ser agressivo Facilmente provocável para a agressão Carrega regularmente uma arma (tipo: _____) Provoca regularmente danos contra a propriedade, incluindo a própria casa (frequência: _____)
Agressão anterior	Frequência* Uso de arma (tipo: _____) Dano grave a outrem (breve descrição: Outros danos provocados (breve descrição: Contacto anterior com as autoridades policiais Atos de crueldade para com animais Agressão sexualizada (breve descrição:
Fogo posto	Frequência Fogo posto grave (breve descrição: Uso de acelerante (e.g. gasolina)
Fatores relacionados com o carácter	Impulsivo Manipulador Fracas competências sociais Insensível para com o grupo de pares/ irmãos Fantacias violentas Fraca empatia
Uso incorreto de substâncias	Substâncias usadas (incluindo tabaco, álcool e solventes ou dissolventes)
Fatores relacionados com a Escola	Fracos resultados escolares Q.I. baixo ou borderline Requisição de educação especial Suspensões temporárias (duração: _____) Expulsões (breve descrição:
Fatores relacionados com a família	Exposição à violência doméstica Abuso anterior (sexual, físico, emocional) Fraca definição parental de limites Criminalidade parental Tempo gasto nos serviços de ação social
Fatores protetores	Desempenho académico Interesses pessoais Pelo menos uma relação com adulto idóneo Amizades com pares não delinquentes

**Nota: A frequência pode ser expressa pelo número de incidentes por dia, semana, mês ou ano.*

Apesar do conjunto de metodologias e de instrumentos que têm vindo a ser desenvolvidos nos últimos 30 anos, e que procuram dar uma resposta operativa à questão da avaliação e gestão do risco de agressores/ ofensores violentos, os profissionais que trabalham nesta área ainda têm um longo caminho a percorrer na resposta às várias questões em torno da avaliação do risco. Minimizar e reduzir o risco torna-se um imperativo, mas por vezes surgem questões de ordem ética e técnica que dificultam este trabalho, e que serão discutidas no próximo ponto.

2. CARACTERÍSTICAS, PROBLEMAS TÉCNICOS E QUESTÕES ÉTICAS

Para uma melhor compreensão deste ponto, importa referir que a origem da Psicologia Forense remonta ao princípio do século XX, altura em que a ciência psicológica passou a contribuir para a compreensão das limitações das declarações de testemunhas. O grande desenvolvimento da Psicologia Forense nos últimos 50 anos permitiu-lhe o seu reconhecimento público, promovendo as competências dos psicólogos enquanto peritos nos tribunais (Archer, Stredny & Wheeler, 2013).

O termo “Psicologia Forense” é referente à prática profissional do psicólogo que trabalhe em qualquer área da psicologia (e.g. clínica, social, cognitiva, de desenvolvimento), quando os conhecimentos técnicos, científicos ou especializados da psicologia são aplicados à lei, para auxiliar assuntos legais, contratuais, e administrativos (*American Psychological Association*, 2010, 2013).

Desta forma, há um conjunto de circunstâncias que caracterizam a avaliação psicológica forense, nomeadamente (Machado & Gonçalves, 2011):

- a) A falta de confidencialidade quanto aos resultados da avaliação, e que se reflete, por exemplo, na possibilidade que o arguido, ou o seu advogado, têm ao relatório elaborado, e na divulgação do mesmo entre outros profissionais ou pelos meios de comunicação social;
- b) A participação coerciva do cliente;
- c) O fato de os tempos e objetivos da avaliação serem determinados pelo Tribunal, e não estabelecidos pelo próprio avaliador;
- d) O carácter estático da avaliação, tonando-a num juízo definitivo que o avaliador não tem possibilidade posterior de monitorizar ou reformular; a falta de articulação que muitas vezes existe entre avaliação e intervenção; a necessidade de “tradução” conceptual e de adaptação da linguagem psicológica a um destinatário externo ao nosso campo do saber;
- e) A exposição externa da avaliação quer pela possibilidade de o perito ser inquirido e lhe serem pedidos esclarecimentos, quer pela possibilidade de nomeação de um consultor técnico para seguir o processo de avaliação.

As especificidades da avaliação psicológica forense acarretam um conjunto de problemas técnicos e éticos com os quais o psicólogo forense tem que lidar (e.g.: Ávila & Rodríguez, 1995; Blackburn, 1996).

O carácter coercivo e potencial do dano causado pela perícia forense suscita, desde logo, problemas ao nível da cooperação e da veracidade das alegações dos avaliados. A resistência a e a mentira são alvos frequentes com que o psicólogo forense se depara, mas que não devem ser considerados assunto de valoração moral, nem influenciar o parecer formulado. É contudo, necessário que o psicólogo desenvolva estratégias para o ultrapassar. É essencial a utilização de estratégias de avaliação multi-método, a triangulação dos informantes, e a despistagem de simulação através dos indicadores que alguns instrumentos e a literatura têm sugerido (e.g.: Simões, 2005a, 2006).

A avaliação psicológica forense em contexto fechado (ex.: reclusão, internamento) é também merecedora de cuidados especiais, de forma a contornar a artificialidade da avaliação, e que é promotora de alterações situacionais significativas, tais como a depressão, o isolamento ou a privação de substâncias psicotrópicas. A recolha cuidadosa da história de vida a partir do próprio e dos seus outros significativos, poderá ajudar a valorar o relato e a relativizar o estado atual do sujeito (Machado & Gonçalves, 2011).

A validade ecológica da avaliação psicológica forense é outro aspeto a proteger. Os arguidos (e muitas vezes vítimas) são, geralmente, sujeitos de meios socioeconómicos desfavorecidos e pouco escolarizados, o que enviesará negativamente o resultados de várias provas de avaliação, especialmente aquelas que se dirigem às aptidões intelectuais, muitas vezes pautadas por um forte pendor escolar. Para além do viés cultural dos avaliados, é também necessário considerar o viés cultural dos técnicos (peritos), usualmente oriundos de meios económicos e sociais bastante diferentes dos dos arguidos, o que pode gerar dificuldades em perceber os pontos de vista daqueles sobre os alegados crimes, especialmente a sua valoração moral (e.g. leitura do tráfico de droga como um negócio igual a outros, legitimação cultural do “homicídio de honra”). É fundamental estar atento à formulação de juízos sobre os avaliados, assim como selecionar cuidadosamente instrumentos de avaliação ajustados aos seus recursos e capacidades (Weiner & Otto, 2014).

A escassez de instrumentos aferidos e/ou validados para a população Portuguesa, designadamente provas específicas para a população ou problemáticas forenses²⁷, é ainda uma evidência, sendo recomendado o uso exclusivo de instrumentos estudados e validados para Portugal. É frequente recorrer-se ao uso de instrumentos de avaliação de largo espectro e que não estão validados para o nosso país (e.g.: MMPI – *Minnesota Multiphasic Personality Inventory*; Teste de *Rorschach*; *RATC – Roberts Apperception Test for Children*). Tal procedimento não só pode gerar erros interpretativos, como deixa o técnico extremamente vulnerável a ataques provenientes de intervenientes no processo que se sintam prejudicados pelo seu parecer e que tendem, cada vez mais, a informar-se sobre estas questões (nomeadamente com outros psicólogos). Mesmo quando validados, os instrumentos de avaliação que não são especificamente forenses também suscitam problemas, pois apesar de úteis e fiáveis no despiste de constructo psicológicos relevantes (e.g., inteligência, depressão, ansiedade) raramente correspondem ao que o Tribunal quer saber (Machado & Gonçalves, 2011).

O psicólogo forense encontra-se na circunstância paradoxal de os instrumentos de avaliação melhor validados serem frequentemente aqueles que menos relevantes são para as questões legais (Heilbrun, Rogers, & Otto, 2012). Torna-se por isso fundamental desenvolver instrumentos psicológicos que meçam diretamente questões legais sobre as quais os psicólogos são chamados a dar parecer, tais como sugestionabilidade, competências parentais, perigosidade e violência (Blackburn, 1996).

Um outro problema técnico é quando é solicitado ao perito que se pronuncie sobre o estado mental passado ou futuro do arguido. Se relativamente à predição do risco se sabe da existência de um significativo número de erros²⁸, possivelmente decorrentes de influências situacionais e não antecipáveis no comportamento, também as abordagens retrospectivas induzem em incorreções várias. Desde logo, pelo fator do esquecimento, ao que se adiciona o carácter reconstruído de qualquer memória. Se é um fato que a memória não funciona como um espelho da realidade passada mas antes como uma lente através da qual ela é evocada, tal é particularmente verdadeiro quando nos referimos a acontecimentos perturbadores (e.g., memória de um crime), que o próprio poderá desejar não terem ocorrido ou que gostaria de recordar com contornos diferentes (e.g., acontecimentos precipitantes do evento, culpa). Se estes fatores

²⁷ Embora este aspeto tenha vindo a ser minorado, no geral, ainda nos deparamos com lacunas importantes na psicologia forense, em que instrumentos fundamentais como o MMPI continuam por validar.

²⁸ Cada vez menos frequentes por força da utilização e validade dos instrumentos actuariais (e.g., Guerra, 2009).

podem distorcer, mesmo inconscientemente, o relato, também devemos considerar que este é, nos processos judiciais, muitas vezes repetido, podendo esta repetição conduzir a algum embotamento emocional na referência aos fatos, erroneamente interpretado por alguns técnicos como sinal de ausência de empatia ou de ressonância afetiva. Saliente-se também que a repetição tende a consolidar a versão narrada do acontecimento e as eventuais distorções que esta contenha (Gresswell & Kruppa, 1994).

Paralelamente às dificuldades técnicas enunciadas, a especificidade da avaliação psicológica forense suscita, também, questões éticas particulares que, por sua vez, envolvem problemáticas emocionais não negligenciáveis (Matos, Gonçalves, & Machado, 2011).

É fundamental que o perito clarifique junto do sujeito avaliado os limites de confidencialidade aplicáveis, e que compreenda que não podendo garantir a confidencialidade deve reger-se pelo princípio da intervenção mínima, restringindo a intrusão na intimidade do avaliado ao estritamente necessário. Garantir o princípio da intervenção mínima, significa dar preferência a medidas menos intrusivas e limitar o uso de testes estritamente necessários. Mas não apenas. Intencionalizar a avaliação, definindo o que se pretende avaliar e porquê, bem como evitar questões intrusivas ou formular juízos de valor, é igualmente uma proteção para o perito e para o avaliado. A relação a ser estabelecida com o sujeito deve ser neutra, e avaliação célere (Rodriguez, 1999).

É recomendado que o psicólogo não aceite produzir um parecer forense sobre alguém que acompanha como terapeuta, de forma a minimizar as dificuldades emocionais parcialmente decorrentes de problemas de gestão da distância face aos sujeitos (e.g., Glassman, 1998; Hess, 1998).

Há um conjunto de pressões externas e internas sobre o avaliador que devem ser prevenidas, para que os seus potenciais efeitos sejam minorados. Podem ser exercidas pressões diretas pelo sujeito avaliado ou pelos seus representantes legais, quer durante o processo de avaliação quer no próprio ato de julgamento. Também o Tribunal pode exercer pressões diretas, ao insistir que o técnico se pronuncie sobre questões sobre as quais este entende não possuir dados ou competência para avaliar, ou ao querer ainda que ele seja mais definitivo nos seus pareceres. Por outro lado, são criadas pressões indiretas pela própria natureza pública dos resultados da avaliação. Não só o cliente e o seu advogado podem aceder ao parecer/ relatório formulado, como este está sujeito a todo o escrutínio público por parte dos diversos participantes do

processo, e em alguns casos, também pelos *media* e opinião pública (Matos, Gonçalves, & Machado, 2011).

Raras são as situações de agressão real, ameaças, ou perturbação pela mera consciência do risco, mas estes fatores externos de pressão associados a estes problemas de insegurança (e.g., Mahoney & Williams, 1998) que por vezes os peritos experimentam, poderão estar na origem dos fenómenos de *burnout* que por vezes afetam os técnicos que trabalham em contexto forense (Machado, 2004).

De forma a garantir a sua idoneidade, como também de assegurar a consulta das peças processuais relevantes e o acesso às diferentes partes do processo, o perito deve aceitar apenas solicitações cuja fonte é o Tribunal ou, eventualmente, outros órgãos de administração da justiça. Se for necessário, o perito deve solicitar ao Tribunal a clarificação do pedido, especialmente quando este não incluir quesitos específicos (Glassman, 1998).

A consulta do processo, ou a solicitação do envio da documentação relevante sobre o caso, deve ser feita antes da primeira entrevista. (Matos, Gonçalves, & Machado, 2011).

No próximo ponto são apresentados os procedimentos e os instrumentos forenses e clínicos, considerados mais adequados para a avaliação do risco de violência juvenil. É ainda discutida a aplicabilidade dos instrumentos clínicos em contexto forense, e as vantagens/desvantagens do uso de instrumentos específicos para populações forenses.

3. PROCEDIMENTOS E INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

Numa situação de avaliação, estabelecer uma relação de mútua confiança e de respeito, é o ideal. Apesar de existirem situações em que o objetivo do avaliador é o de observar o examinando sob o efeito de *stress* ou de raiva, geralmente o objetivo é deixar o examinando o mais confortável possível, e recolher a informação de forma natural (Grisso, 1998; 2005a; 2005b).

No entanto, estabelecer uma relação positiva com adolescentes, pode ser problemático. Apesar da maioria dos adolescentes entrar numa situação de avaliação com uma atitude amigável e cooperante, existem casos em que a abordagem do adolescente é de hostilidade, suspeição, resistência ou de afastamento. Estas atitudes são frequentes em jovens com problemas emocionais ou de comportamento severos, e em jovens ofensores. Para além disso, muitos dos jovens ofensores experienciaram sentimentos negativos com autoridades, o que complica ainda mais a condução da entrevista clínica (Guerra, Kim, & Boxer, 2008b).

Estilos diferentes entre os diferentes avaliadores, devem ser considerados, para fazer corresponder adequadamente o profissional com o cliente. Alguns avaliadores podem estar mais confortáveis com ofensores de risco elevado, e outros, com ofensores de risco baixo (Heilbrun, Rogers, & Otto, 2002).

O avaliador também precisa de competências específicas para lidar com jovens ofensores. Por exemplo, se o jovem cometeu um crime muito violento, particularmente difícil de lidar, pode necessitar de um avaliar com características especiais. Também é importante ter sensibilidade a potenciais dinâmicas da relação jovem-avaliador. Por exemplo, uma jovem que foi vítima de abuso sexual por um homem de meia idade poderá não se sentir confortável com um examinador que lhe lembre o seu abusador (Hoge & Andrews, 1996).

A observação cuidadosa do jovem durante o processo de avaliação é muito importante. Se por um lado, um estado crescente de frustração, raiva, fadiga, ou de distração podem significar uma chamada de atenção para a mudança de procedimentos, por outro lado, a observação pode direcionar a avaliação final ou o diagnóstico. As observações informais são igualmente importantes para o preenchimento de lacunas de informação ou como sugestão de avaliações adicionais (Sattler, 1998).

A informação deve ser recolhida através de múltiplas fontes, incluindo o jovem, pais e outras pessoas significativas (e.g.: professores, clínicos, forças policiais), e ainda, ficheiros clínicos ou

escolares. Se existirem avaliações psicológicas ou psiquiátricas anteriores, é importante o acesso a resultados de testes, e a diagnósticos. Integrar toda esta informação de forma a produzir uma predição sobre a probabilidade de violência futura e uma adequada gestão do caso, é por vezes difícil, pois requer a avaliação da fiabilidade da informação recolhida de diversas fontes, e a resolução de conflitos de informação. A integração da informação recolhida pode ser conseguida através do uso de instrumentos padronizados de avaliação do risco. No entanto, todo este processo remete para as competências do avaliador (Hoge & Andrews, 2010).

Apesar das entrevistas poderem ser conduzidas através de procedimentos não estruturados, semi-estruturados ou estruturados, a investigação demonstra que quando são usados instrumentos ou procedimentos padronizados de avaliação, particularmente ao nível da entrevista, a validade da informação recolhida aumenta (e.g.: Sattler, 1998; Sattler & Hoge, 2006).

Geralmente, o uso de entrevistas padronizadas não exige um profissional com grau académico avançado, mas antes com treino na sua aplicação. A entrevista tem um papel muito importante no primeiro contacto com o jovem que está altamente desmotivado e resistente, características que são frequentemente observadas em jovens ofensores violentos (Weiner & Otto, 2014).

Seguem-se algumas entrevistas estruturadas (tabela 11), potencialmente úteis na recolha de informação sobre risco, necessidades, responsividade, e fatores de proteção associados à violência (Hoge & Andrews, 2010).

Tabela 11

Entrevistas Padronizadas Estruturadas úteis em Contexto Forense

Entrevista	Referência
<i>Adolescent Diagnostic Interview (ADI)</i>	Winter e Henley (1993)
<i>Child and Adolescent Functional Assessment Scale (CAFAS)</i>	Hodges (2000)
<i>Diagnostic Interview for Children and Adolescents (DICA)</i>	Reich (2000)
<i>Diagnostic Interview Schedule for Children (DISC)</i>	Shaffer (1996)

A *Diagnostic Interview Schedule for Children (DISC; Shaffer 1996)* foi especificamente concebida para auxiliar os diagnósticos do *DSM* relevantes na infância e juventude, incluindo a Perturbação de Conduta e a Perturbação Desafiante-Oposição.

A *Child and Adolescent Functional Assessment Scale* – CAFAS (Hodges, 2000), originalmente desenvolvida para avaliar o risco de perturbação emocional séria, é relevante para avaliar e monitorizar o risco em ofensores violentos.

Miller e Rollnick's (2002) apresentam um guia de entrevista (*Motivational Interviewing Program*) que auxilia o avaliador a melhorar as suas competências de entrevista. Este guia sublinha a importância da empatia, da autoeficácia, e da resistência. O objetivo do avaliador é o de direcionar o jovem para atitudes e comportamentos positivos, em vez de o confrontar com as suas transgressões e insucessos.

Um outro guia auxiliar para o desenvolvimento de competências ao nível da entrevista, é o proposto por Sattler e Hoge (1998, 2006) – tabela 12.

Tabela 12

Guia de Entrevista de Sattler e Hoge (1998, 2006)

Estabelecer relacionamento	Lidar com jovens antissociais pode ser desafiante, mas enquanto profissionais, é uma responsabilidade nossa tratar o cliente com respeito, e fazer todas as tentativas possíveis para ganhar a sua confiança. Expressar empatia pela situação do cliente, ajuda frequentemente a estabelecer um relacionamento.
Ouvir cuidadosamente	Extrair boa informação do cliente depende de ouvir cuidadosamente aquilo que ele ou ela têm a dizer. É importante iniciar a entrevista de mente aberta, e não com uma agenda imposta sobre o jovem. As queixas dos jovens sobre os adultos não terem tempo para os ouvirem, são muitas vezes justificáveis.
Manter-se objetivo	O entrevistador deve manter uma atitude positiva, e respeitar as respostas do jovem. Isto não significa, porém, que o entrevistador aprove as respostas do jovem, mas é possível desafiar as crenças do jovem de forma positiva.
Facilitar a comunicação	Não devem ser usados termos ou uma linguagem que o jovem não entende. Deve ser assegurado que as questões e as respostas são devidamente entendidas pelo jovem.
Manter o controlo	O jovem deve ser tratado com consideração durante a entrevista, mas não deve ser permitido o contra-interrogatório ou o desvio à questão em causa.
Evitar a argumentação	Envolver o jovem numa argumentação longa ou confrontá-lo de forma hostil é usualmente contraproducente. Deve ser mantido um clima positivo o máximo possível.

Fonte: Adapted from Clinical and Forensic Interviewing of Children and Families: *Guidelines for the Mental Health, Education, Pediatric, and Child Maltreatment Fields*, by J. M. Sattler, 1998, San Diego, CA: Sattler Publishing Company; *Assessment of Children: Behavioral, Social, and Clinical Foundations* (5th ed.), by J. M. Sattler and R. D. Hoge, 2006, San Diego, CA: Sattler Publishing Company.

Independentemente do célere crescimento de um corpo especializado de instrumentos específicos para contexto forense, nas práticas de avaliação psicológica forense, o uso de instrumentos padronizados envolve o uso de instrumentos para populações forenses específicas, e o uso de instrumentos clínicos, o que significa que os instrumentos de avaliação clínica continuam a desempenhar um papel crucial neste tipo de avaliações (Archer, Stredny, & Wheeler, 2013).

A investigação sugere que instrumentos como a *Wechsler Intelligence Scales* – WISC (Wechsler, 2004), o *Minnesota Multiphasic Personality Inventory – 2* - MMPI-2 (Butcher, Dahlstrom, Graham,

Tellegen, & Kaemmer, 2001) e o *Millon Clinical Multiaxial Inventory – 3rd Edition - MCMI-III* (Millon, 1993) são frequentemente usados em avaliações forenses (e.g.: Borum & Grisso, 1995; Gould & Stahl, 2000; Otto, Edens, & Barcus, 2000; Greenberg, Otto, & Long, 2003; Archer, Buffington-Vollum, Stredny, & Handel, 2006). Apesar do suporte ao nível da investigação e das diretrizes para o uso deste tipo de instrumentos em contexto forense, ter aumentado (e.g.: Melton et al., 2007), existem algumas dificuldades e desafios relacionados com a recuperação (*retrofitting*) dos instrumentos clínicos para a resolução de questões forenses, as quais os clínicos que praticam avaliações forenses devem ser conhecedores.

Borum e Grisso (1995) conduziram um inquérito a psicólogos e psiquiatras altamente qualificados e com experiência certificada na prática forense, sobre o uso de testes psicológicos para avaliar a capacidade de testemunho e a responsabilidade criminal. Dos psicólogos inquiridos, 68% recomenda ou reconhece como essencial o uso de testes psicológicos em avaliações sobre a responsabilidade criminal, e 51% defende o uso de testes psicológicos para avaliações sobre a capacidade de testemunho. Nas avaliações de responsabilidade criminal, os testes mais usados foram os testes de personalidade: 94% dos psicólogos usa o *MMPI* (*Minnesota Multiphasic Personality Inventory*) ou o *MMPI-2* (*Minnesota Multiphasic Personality Inventory – 2*). Seguidamente, são os testes sobre o funcionamento intelectual (80%), os testes neuropsicológicos (50%) e os testes projetivos (42%). Os instrumentos forenses foram mencionados com menor frequência do que os instrumentos clínicos: 45% dos psicólogos forenses nunca usaram instrumentos forenses na avaliação das responsabilidades criminais, e 20% reportou que raramente os usa. Os valores obtidos pelos psiquiatras relativamente à recomendação ou necessidade do uso de instrumentos clínicos em avaliações sobre a capacidade de testemunho e sobre a responsabilidade criminal são semelhantes aos reportados pelos psicólogos forenses, mas os psiquiatras referem menor uso deste tipo de instrumentos.

Um estudo semelhante, sobre a avaliação de competências de testemunho em jovens, sugere que 82% dos clínicos usa a *Wechsler Intelligence Scale for Children 3rd Edition - WISC-III* (Wechsler, 1991) e 51% o uso do *Minnesota Multiphasic Personality Inventory – 2 - MMPI-2* ou do *Minnesota Multiphasic Personality Inventory – Adolescents - MMPI-A* (Butcher et al., 1992). Foi reportado o uso ocasional de instrumentos forenses, mas o uso de instrumentos clínicos foi mais frequente (Ryba, Cooper, & Zapf, 2003).

Num outro estudo, através de um inquérito realizado a psicólogos certificados na área da psicologia forense, Lally (2003) apresenta a cotação dos respondentes por cada teste usado e por tipo de avaliação, como “recomendado”, “aceitável” e “inaceitável” (tabela 13).

Tabela 13

Testes recomendados, aceitáveis ou inaceitáveis em avaliações forenses (Lally, 2003)

TIPO DE AVALIAÇÃO	TESTE	RECOMENDADO	ACEITÁVEL	INACEITÁVEL
Estado mental no momento da ofensa	WAIS-III	60%	96%	—
	MMPI-2	54%	94%	—
	R-CRAS	—	94%	—
	Halstead-Reitan	—	71%	—
	PAI	—	69%	—
	MCMI-III	—	54%	—
	S-B-R	—	52%	—
	Desenhos projetivos	—	—	81%
Risco de violência	TAT	—	—	65%
	PCL-R	63%	88%	—
	MMPI-2	—	88%	—
	PCL-SV	—	73%	—
	VRAG	—	73%	—
	WAIS-III	—	67%	—
	PAI	—	61%	—
	Desenhos projetivos	—	—	90%
	TAT	—	—	82%
	Rorschach	—	—	53%
Risco de violência sexual	16PF	—	—	53%
	PCL-R	62%	91%	—
	MMPI-2	—	81%	—
	PCL-SV	—	71%	—
	WAIS-III	—	71%	—
	VRAG	—	67%	—
	SORAG	—	62%	—
	SVR-20	—	57%	—
	PAI	—	55%	—
	Desenhos projetivos	—	—	95%
	TAT	—	—	76%
	16PF	—	—	60%
	Rorschach	—	—	52%
	MCMI-III	—	—	50%
Competência para prestar depoimento em Tribunal	WAIS-III	62%	90%	—
	MacCAT-CA	56%	90%	—
	CAI	—	85%	—
	CST	—	77%	—
	MMPI-2	—	73%	—
	Halstead-Reitan	—	64%	—
	IFI-R	—	62%	—
	S-B-R	—	54%	—
	PAI	—	52%	—
	Desenhos projetivos	—	—	87%
	TAT	—	—	77%
	Rorschach	—	—	60%
	16PF	—	—	58%
	MCMI-III	—	—	50%

Fonte: Adaptado de “What Tests are Acceptable for Use in Forensic Evaluations? A Survey of Experts”, by S. J. Lally, 2003, *Professional Psychology: Research and Practice*, 34, pp.491-498.

Nota: As percentagens expressas nas colunas podem no seu total exceder os 100%, porque os respondentes podiam classificar o mesmo teste como “recomendado” e “aceitável”. Os resultados “sem opinião” foram omissos desta tabela pela autora.

Legenda: WAIS-III = Wechsler Adult Intelligence Scale 3rd Edition; MMPI-2 = Minnesota Multiphasic Personality Inventory – 2; R-CRAS = Rogers Criminal Responsibility Assessment Scales; Halstead-Reitan Neuropsychological Battery; PAI = Personality Assessment Inventory; MCMI-III = Millon Clinical Multiaxial Inventory 3rd Edition; S-B-R = Stanford-Binet-Revised; TAT = Thematic Apperception Test; PCL-R = Psychopathy Checklist Revised; PCL-SV = Psychopathy Checklist Short Version; VRAG = Violence Risk Appraisal Guide; 16 PF = 16 Personality Factors;

SORAG = Sex Offender Risk Appraisal Guide; SVR-20 = Sexual Violence Risk-20; MacCAT-CA = MacArthur Competency Assessment Tool-Criminal Adjudication; CAI = Competency to Stand Trial Assessment Instrument; CST = Competency Screening Test; IFI-R = Interdisciplinary Fitness Interview-Revised.

Viljoen, McLachlan e Vincent (2010) conduziram um inquérito a 215 psicólogos, dos quais 85 praticam avaliações do risco de violência e de psicopatia em crianças e jovens, e 130 em adultos. Os resultados (tabela 14) são consistentes com outras investigações que indicam que os instrumentos clínicos são os mais reportados no uso de avaliações forenses, enquanto que os instrumentos forenses são identificados como mais restritivos e de uso mais raro (e.g.: Horton & Hartlage, 2003; Archer et al., 2006; Pope, Butcher, & Seelen, 2006; Blood, 2008).

Tabela 14

Testes usados por psicólogos forenses em avaliações do risco de violência e de psicopatia em crianças, jovens e adultos

RANK	TESTE	PERCENTAGEM
1	WISC-IV, WASI e WAIS-III (Wechsler Intelligence Scale for Children - Fourth Edition; Wechsler Abbreviated Scale of Intelligence; Wechsler Adult Intelligence Scale)	75.3%
2	SAVRY (Structured Assessment of Violence Risk in Youth)	35.1%
3	MACI e MACI-III (Millon Adolescent Clinical Inventory)	31.2%
4	MMPI-2 e MMPI-A (Minnesota Multiphasic Personality Inventory-2; Minnesota Multiphasic Personality Inventory-Adolescent)	28%
5	PCL:YV e PCL-R (Psychopathy Checklist: Youth Version; Psychopathy Checklist - Revised)	26%
6	WRAT-3 e WRAT-4 (Wide Range Achievement Test 3 ou 4)	24.7%
7	Rorschach	19%
8	CBCL e YSR (Child Behavior Checklist; Youth Self-Report)	14.3%

Otto e Heilbrun (2002) defendem que os instrumentos relevantes para o contexto forense incorporam constructos clínicos relevantes, e frequentemente pertinentes para as avaliações forenses (e.g. *malingering*²⁹, impulsividade e psicopatia). No entanto, apesar dos instrumentos clínicos poderem ser aplicados em contexto forense, estes não devem ser utilizados para resolver questões forenses que estão além do âmbito do instrumento (Medoff, 2003).

Segue-se uma síntese da utilidade e limitações dos instrumentos clínicos em aplicações forenses (tabela 15).

²⁹ Simulação.

Tabela 15*Uso e limitações dos instrumentos clínicos em contexto forense*

UTILIDADE	LIMITAÇÕES
Os testes clínicos tradicionais possibilitam uma compreensão mais alargada do funcionamento intelectual, emocional e de personalidade do indivíduo.	O desenvolvimento original dos instrumentos clínicos tradicionais foca-se no diagnóstico e planeamento do tratamento, e não em aplicações forenses.
Instrumentos como o MMPI-2 contêm indicadores de validade importantes para a avaliação de simulação ou de defensibilidade. O largo espectro destes instrumentos ajuda a gerar hipóteses para avaliação futura.	Muito poucos instrumentos clínicos desenvolveram normas apropriadas para o contexto forense. A base de investigação para aplicação forense varia de acordo com cada instrumento.
Muitos dos testes tradicionais têm bases extensas de investigação e propriedades psicométricas estabelecidas, as quais podem maximizar as conclusões no tribunal.	Frequentemente os resultados dos testes tradicionais não podem ser diretamente utilizados para resolver assuntos legais específicos.

Fonte: Archer, R. P. & Wheeler, E. M. A. (2013). *Forensic Uses of Clinical Assessment Instruments* (2nd Edition). Routledge: New York.

Os instrumentos clínicos padronizados mais generalistas podem ser muito úteis no auxílio à avaliação do risco, necessidades, responsividade e fatores de proteção, e por conseguinte, contribuir para o planeamento do caso, e gestão de atividades. (Hoge & Andrews, 1996; Hoge, 1999).

Ainda que não tenham sido desenvolvidos ou validados para populações forenses, alguns testes de personalidade padronizados permitem extrair informação relevante sobre o funcionamento emocional e comportamental associado à violência (fatores de risco/ necessidades), e por essa razão, constituem uma parte importante da avaliação do risco de violência juvenil (Sattler e Hoge, 2006). Seguem-se alguns exemplos de testes de personalidade úteis em contexto forense, nomeadamente na avaliação do risco de violência juvenil, e na avaliação de crimes violentos perpetrados por crianças e jovens (tabela 16).

Tabela 16*Testes de personalidade úteis em contexto forense*

Teste	Referência	Portugal
<i>Adolescent Psychopathology Scale (APS)</i>	Reynolds (1998)	x
<i>Jesness Inventory - Revised (JI-R)</i>	Jesness (2003)	x
<i>Millon Adolescent Clinical Inventory (MACI)</i>	Millon (1993)	x
<i>Minnesota Multiphasic Personality Inventory – Adolescent (MMPI-A)</i>	Butcher et al. (1992)	Aferição em curso ³⁰ . Está disponível uma versão experimental (Silva et al., 2006).
<i>Personality Inventory for Youth (PIY)</i>	Lachar e Gruber (1995)	x
<i>Psychopathy Checklist – Youth Version (PCL:YV)</i>	Forth et al. (2003)	Tradução e Adaptação por Oliveira (2006)

MINNESOTA MULTIPHASIC PERSONALITY INVENTORY – ADOLESCENT (MMPI-A)

O *Minnesota Multiphasic Personality Inventory – Adolescent - MMPI-A* (Butcher et al., 1992) é composto por 478, e destina-se a avaliar a psicopatologia em adolescentes entre os 14 e os 18 anos de idade, numa variedade de contextos, nomeadamente em internamento ou em ambulatório, durante o tratamento de álcool ou drogas, em escolas, clínicas e hospitais. No entanto, importa salientar que este instrumento deve ser integrado com outras outras de informação, como por exemplo, relatórios dos professores, pais, e clínicos, história de tratamento do adolescente, e entrevista (Archer & Handal, 2013).

O *MMPI-A* avalia a capacidade de participação ativa e de envolvimento no processo terapêutico do jovem, sendo por isso, tipicamente administrado no início do tratamento. A sua capacidade para refletir mudanças de funcionamento psicológico num curto período de tempo, torna este instrumento num importante indicador terapêutico quando administrado em *follow-up*, tornando-o particularmente útil com adolescentes. A administração do *MMPI-A* em *follow-up* não parece ser problemática. Archer (2005) observou que a maioria dos adolescentes não resistem à readministração do instrumento, se receberem *feedback* do teste.

Contudo, o *MMPI-A* apresenta algumas limitações (e.g.: Archer & Krishnamurthy, 2002; Archer, 2005)³¹:

³⁰ O projeto de aferição do MMPI-A está a cargo do Centro de Investigação da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, sob coordenação científica da Professora Doutora Rosa Ferreira Novo. Para mais informações contactar: rfnovo@psicologia.ulisboa.pt

³¹ O *MMPI-A-RF* (*Minnesota Multiphasic Personality Inventory – Adolescent – Restructured Form*) está a ser desenvolvido na Universidade de Minnesota, para tentar resolver algumas das desvantagens associadas ao MMPI-A, nomeadamente: a redução

- a) Requer uma certa maturidade cognitiva e capacidade de leitura para a sua execução, o que é particularmente problemático na avaliação de jovens envolvidos com o sistema de justiça, pois estes apresentam frequentemente problemas de leitura e de compreensão;
- b) Devido à morosidade do teste, os adolescentes que completam o *MMPI-A* têm que estar altamente motivados. Apesar de terem sido desenvolvidas formas reduzidas deste teste, estas não são recomendadas para uso forense;
- c) Um outro problema do MMPI-A é a fraca validade discriminante entre a amostra clínica e a amostra normal.

Por ser um instrumento que permite uma descrição do funcionamento psicológico, num determinado momento (Archer & Baker, 2005), os perfis do *MMPI-A* têm muito pouca capacidade para predições de diagnóstico, ou de comportamento a longo termo (Lowman, Galinsky & Gray-Little, 1980; Gottesman & Hanson, 1990). No entanto, considerando a instabilidade das características comportamentais e emocionais dos adolescentes, esta limitação do *MMPI-A* não é exclusiva deste instrumento (Archer, 2005). O *DSM-IV-TR* (*Diagnostic and Statistic Manual of Mental Disorders, 4th Edition, Test Revision*) encoraja fortemente à não aplicação do diagnóstico de Perturbação de Personalidade a adolescentes, e não recomenda o uso de diagnóstico de Perturbação de Personalidade Antissocial a menores de 18 anos (*American Psychiatric Association*, 2000).

O *MMPI-A* apresenta *scores* em dimensões que são potencialmente relevantes para a avaliação do risco de violência, e que são frequentemente observados em ofensores juvenis, designadamente: Psicopatia Desvio-Hipomania; Psicopatia Desvio-Paranoia, e Depressão Desvio-Psicopatia (Archer & Backer, 2005). Este instrumento tem sido muito usado nas avaliações de personalidade em contexto forense, porque a validade das escalas permite a avaliação da credibilidade das respostas do indivíduo (Pope et al., 2006). No entanto, as escalas do *MMPI-A* são predominantemente baseadas em populações clínicas, e não em comportamentos, atitudes e crenças de jovens envolvidos no sistema de justiça. Além disso, e como já foi referido, o *MMPI-A* é mais valioso na descrição do funcionamento psicológico atual do adolescente, do que na predição de comportamento e de diagnósticos a longo termo (Archer & Krishnamurthy, 2002).

dos 478 itens, o grau extensivo de heterogeneidade encontrado nas escalas clínicas, e o grau extensivo de sobreposição existente entre escalas (Archer, Handel, Tllengen & Bem-Porath, 2011).

PSYCHOPATHY CHECKLIST – YOUTH VERSION (PCL:YV)

Tem sido demonstrado que a psicopatia é um fator de risco robusto para a recidiva de violência e para a reincidência em geral, de adultos (Harris, Rice & Cormier, 1991; Hemphill, Hare & Wong, 1998; Book, Forth, & Clark, 2013).

A *PCL:YV* (*Psychopathy Checklist: Youth Version*; Forth et al., 2003) avalia os traços de psicopatia em ofensores (masculinos e femininos), com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, também é usada como instrumento de avaliação do risco/ necessidades.

Enquanto alguns autores se preocupam com a aplicabilidade do constructo de psicopatia às crianças e jovens, investigações recentes (e.g.: Edens, Skeem, Cruise, & Cauffman, 2001; Seagrave & Grisso, 2002) sugerem que os *scores* da *PCL:YV* estão fortemente correlacionados com história de violência, violência não julgada, e violência institucional, assim como, medida da severidade e instrumentalidade de violência anterior (Murrie, Cornell, Kaplan, McConville, & Levy, 2004). Apesar desta *checklist* demonstrar valor na predição de atos violentos (Forth, 2005), têm sido levantadas algumas questões éticas em relação ao seu uso, bem como, sobre o constructo de psicopatia em adolescentes (Edens et al., 2001; Seagrave & Grisso, 2002).

A *PCL:YV* pode ser útil na avaliação de dimensões associadas à violência (e.g.: falta de empatia, egocentrismo), mas ainda carece de validação. Por outro lado, o diagnóstico de Psicopatia é pejorativo e pode exercer uma influência muito negativa ao nível das decisões judiciais, e ao nível do planeamento do tratamento, e por esta razão, a *PCL:YV* não deve ser usada para diagnosticar ou “rotular” um jovem de “psicopata (Lyon & Ogloff, 2000).

As questões desenvolvimentais podem influenciar a avaliação das características desviantes interpessoais, afetivas e sociais da psicopatia. O jovem pode parecer grandioso, com ausência de remorsos ou empatia, manipulador, sedento de sensações, impulsivo e sem objetivos, no desenvolvimento normal de uma identidade autónoma, provocado por alterações na sua capacidade de perspetiva e de funcionamento cognitivo. Portanto, se por um lado, os clínicos podem excluir do tratamento menores ofensores que pontuam *scores* elevados na *PCL:YV*, por outro lado, esta pontuação elevada pode ser inflacionada pelas características do adolescente (Caspi, Roberts, & Shiner, 2005).

Tabela 17

Itens da PCL:YV (Psychopathy Checklist: Youth Version)

(Traduzido e Adaptado por Oliveira, 2006)	(Forth et al., 2003)
1. Loquacidade/Encanto Superficial	1. <i>Impression Management</i>
2. Sentido Grandioso do Valor de Si Próprio.	2. <i>Grandiose Sense of Self Worth</i>
3. Necessidade de Estimulação	3. <i>Stimulation Seeking</i>
4. Mentir Patológico	4. <i>Pathological Lying</i>
5. Estilo Manipulativo	5. <i>Manipulation for Personal Gain</i>
6. Ausência de Remorsos ou de Culpa	6. <i>Lack of Remorse</i>
7. Superficialidade Afetiva	7. <i>Shallow Affect</i>
8. Insensibilidade/Ausência de Empatia	8. <i>Callous/ Lack of Empathy</i>
9. Estilo de Vida Parasita	9. <i>Parasitic Orientation</i>
10. Deficiente Controlo Comportamental	10. <i>Poor Anger Control</i>
11. Comportamento Sexual Impessoal	11. <i>Impersonal Sexual Behavior</i>
12. Comportamento Problemático Precoce	12. <i>Early Behavior Problems</i>
13. Ausência de Objetivos Realistas	13. <i>Lacks Goals</i>
14. Impulsividade	14. <i>Impulsivity</i>
15. Irresponsabilidade	15. <i>Irresponsibility</i>
16. Não Acatamento de Responsabilidades	16. <i>Failure to Accept Responsibility</i>
17. Relações Interpessoais Instáveis	17. <i>Unstable Interpersonal Relationships</i>
18. Comportamento Criminal	18. <i>Serious Criminal Behavior</i>
19. Revisão de Medidas	19. <i>Serious Violations of Conditional Release</i>
20. Versatilidade Criminal	20. <i>Criminal Versatility</i>

A PCL:YV tem 20 itens (tabela 17) que são cotados numa escala de três pontos, com um *score* máximo de 40 pontos.

O uso de testes de personalidade padronizados faz parte de uma avaliação forense compreensiva. A administração e a interpretação destes instrumentos deve ser feita por profissionais de saúde mental, com treino especializado neste tipo de instrumentos. A utilidade dos testes de personalidade para a avaliação e gestão do risco de atividade criminal séria ou violenta não é linear. Por essa razão, apesar da utilidade destes instrumentos para o desenvolvimento de programas de intervenção junto de jovens violentos, os seus *scores* não devem ser usados como ponto de partida para discernir sobre o risco de envolvimento em crimes sérios ou violentos (Forth, 2005; Edens et al., 2001; Seagrave & Grisso, 2002).

O recurso a *checklists*, enquanto rastreio preliminar do(s) problema(s) associados à criança ou jovem, ou, enquanto parte de uma avaliação psicológica mais intensiva, pode-se revelar de grande utilidade, particularmente no caso das avaliações do risco e de gestão do risco. Algumas *checklists* são medidas de auto-relato preenchidas pelo jovem; outras, são preenchidas pelos pais e professores, ou outras pessoas significativas para o jovem. Muitas destas medidas podem

ser administradas e cotadas por outros profissionais, que não necessariamente os de saúde mental, tais como, professores ou técnicos de justiça juvenil. No entanto, a administração e cotação destas medidas exige um conjunto de conhecimentos-básicos de avaliação e de treino específico (Andrews et al., 2006).

Seguem-se alguns instrumentos (*checklists*) relevantes para a avaliação e gestão de casos de jovens ofensores violentos (tabela 18).

Tabela 18

Checklists úteis em contexto forense

Checklist	Referência	Portugal
<i>Antisocial Process Screening Device – Rating Scale (APSD - SR)</i>	Frick e Hare (2001)	Validação por Pechorro et al., 2012
<i>Child Behavior Checklist (CBCL)</i>	Achenbach e Rescorla (2001)	Tradução e Adaptação por Gonçalves e Simões, 2000; Aferição por Dias et al., 2014 (ASEBA)
<i>Massachusetts Youth Screening Instrument – 2 (MAYSI-2)</i>	Grisso e Barnum (2000)	Validação por Ferreira, 2013
<i>Conner’s Ratin Scale – Revised (CRS-R, 3rd Edition, Conners 3)</i>	Conners (1997)	_____
<i>Devereux Scales of Mental Disorder (DSMD)</i>	Naglieri, LeBuffe e Pfeiffer (1994)	_____
<i>Revised Behavior Problem Checklist (RBPC)</i>	Quay e Peterson (1996)	_____

Os instrumentos identificados na tabela 18 apresentam um bom suporte de investigação das suas potencialidades psicométricas. No entanto, importa destacar que a informação proveniente destas *checklists* permite descrever as características do jovem, e não discernir sobre a predição de violência (Hoge & Andrews, 2010).

THE ANTISOCIAL PROCESS SCREENING DEVICE (APSD)

As tentativas realizadas para identificar a psicopatia em crianças e adolescentes têm sido controversas e complexas. “Controversas”, devido a questões éticas inerentes ao rótulo de psicopatia em crianças, e “complexas”, porque os traços e sintomas associados não são específicos. Acresce ainda, a dificuldade em perceber se os traços e sintomas de uma perturbação de personalidade são patognomónicos, ou considerados normais, atendendo à fase desenvolvimental da criança ou adolescente (Tiffin & Kaplan, 2004). Por esta razão, de acordo

com a Classificação Internacional das Doenças Mentais (CID-10), não é possível categorizar crianças com Perturbações de Personalidade.

O *Antisocial Process Screening Device* – APSD (Frick & Hare, 2001) é uma medida especificamente concebida para avaliar traços psicopáticos em crianças, entre os 6 e os 13 anos de idade, mas ainda não existem estudos de validação deste instrumento. O APSD, originalmente modelado a partir da *PCL-R* (*Psychopathy Checklist - Revised*; Hare, 2003) existe na versão de auto-resposta para adolescentes (*Antisocial Process Screening Device* – APSD-SR; Frick & Hare, 2001) e já foi alvo de um estudo de validação para a população Portuguesa (Pechorro, Vieira, & Xavier, 2012). O APSD-SR uma medida psicométrica multi-dimensional de 20 itens, sendo cada item cotado numa escala ordinal de 3 pontos (Nunca = 0, Algumas vezes = 1, Frequentemente = 2). Pontuações mais altas significam presença elevada dos traços em questão.

CHILD BEHAVIOR CHECKLIST (CBCL)

O *Achenbach System of Empirically Based Assessment* (ASEBA)³², ou, o Sistema de Avaliação Multiaxial de Achenbach, inclui instrumentos padronizados que permitem avaliar problemas comportamentais, emocionais, sociais e de funcionamento adaptativo, desde o primeiro ano de vida até aos 90 anos de idade. O objetivo deste sistema é o de avaliar um espectro alargado de problemas de adaptação e de funcionamento, através de múltiplas perspetivas, incluindo auto-relatos, e relatos colaterais (Achenbach & Rescorla, 2013).

Um dos instrumentos mais usados do ASEBA é o *Child Behavior Checklist* (CBCL; Achenbach & Rescorla, 2001). Esta *checklist* é preenchida pelos pais ou substitutos, e permite avaliar os problemas de comportamento e competências de crianças entre os 6 e os 18 anos de idade. A CBCL possibilita a avaliação do comportamento de internalização/ externalização, e diversos síndromas comportamentais da criança/ jovem (e.g.: problemas sociais, ansiedade/depressão, agressividade, e delinquência). A CBCL inclui uma escala de auto-relato para ser preenchida por jovens entre os 11 e os 18 anos (*Youth Self Report* – YSR), e uma *checklist* para ser preenchida pelos professores (*Teacher's Report Form* – TRF). Muitas das dimensões avaliadas pela CBCL são relevantes para avaliação do risco e de fatores de necessidade associados ao risco de violência (e.g.: problemas de atenção, quebra de regras, e agressividade).

³² Traduzido e adaptado para a população Portuguesa por Gonçalves e Simões (2000). Processo de aferição em curso pelo Instituto de Psicologia da Universidade Católica do Porto. Para mais informações, contactar: pdias@psicologia.ucp.pt

MASSACHUSETTS YOUTH SCREENING INSTRUMENT (MAYSI-2)

O *Massachusetts Youth Screening Instrument - MAYSI-2* (Grisso & Barnum, 2006) é um instrumento frequentemente usado no sistema de justiça juvenil de Massachusetts (EUA), como indiciador preliminar de problemas relacionados com a saúde mental. É uma medida breve de auto-relato, constituída por 52 itens, destinada a identificar necessidades de saúde mental de jovens em contacto com o sistema de justiça. Num estudo realizado em Portugal no âmbito do processo de adaptação e validação do *MAYSI-2* numa amostra de adolescentes institucionalizados (Ferreira, 2013), este instrumento revelou resultados elevados nas dimensões: perturbações do pensamento, raiva/ irritação, depressão/ ansiedade e experiências traumáticas. O autor concluiu que o *MAYSI-2* é um instrumento promissor, fiável e válido para ser usado como instrumento de rastreio na identificação de jovens envolvidos com o sistema de justiça, e que precisam de uma resposta imediata para os seus problemas mentais e emocionais.

MEDIDAS DE AUTO-RELATO PARA A AVALIAÇÃO DE ATITUDES ANTISOCIAIS, CRENÇAS E VALORES

A avaliação das atitudes antisociais, dos valores, e das crenças da criança ou do jovem, é muito importante para avaliar o risco de violência. Seguem-se algumas destas medidas (tabela 19), também disponíveis para adolescentes (Hoge & Andrews, 2010).

Tabela 19

Medidas de autorrelato para a avaliação de atitudes antisociais, crenças e valores

Teste	Referência	Portugal
<i>Attitudes Toward Institutional Authority</i>	Gordon (1993)	—
<i>Criminal Sentiments Scale – Modified (CSS-M)</i>	Simourd (1997)	—
<i>Criminal Thinking Scales</i>	Knight, Garner, Simpson, Morey e Flynn (2006)	—
<i>Hostile Interpretations Questionnaire (HIQ)</i>	Simourd e Mamuza (2002)	—
<i>How I Think Questionnaire (HIT-Q)</i>	Gibbs et al. (2001)	Traduzido e adaptado por Veloso (2013)
<i>Pride in Delinquency Scale</i>	Shields e Whitehall (1991)	—
<i>Revised Legal Attitudes Questionnaire (LAQ-R)</i>	Kravitz, Cutler e Brock (1993)	—

As distorções cognitivas desempenham um papel fundamental para a compreensão e predição do comportamento antissocial (e.g. Sykes & Matza, 1957; Barriga & Gibbs, 1996; Barriga, Landau, Stinson, Liao, Barriga & Gibbs, 1998). E por essa razão, o *How I Think Questionnaire - HIT-Q* (Gibbs et al., 2001) tem sido utilizado para avaliar as distorções cognitivas *self-serving* e o comportamento delinquente e antissocial (e.g.: McCrady et al., 2008; Wallinius, et al., 2011;

Plante et al., 2012). Desenvolvido a partir de quatro categorias de distorções cognitivas, “autocentração”, “culpar os outros”, “minimizar/desvalorizar”, e “assumir o pior”, o *HIT-Q* considera quatro tipos de comportamentos antissociais: “mentir”, “roubar/furtar”, “oposição desafiante” e “agressão física” (e.g.: Barriga et al., 2001).

Os instrumentos de avaliação do risco de banda larga (*broad-based risk/ need measures*) constituem uma importante categoria na avaliação do risco de atividade criminal séria e violenta, designadamente para a identificação de fatores dinâmicos relevantes para o planeamento de casos e gestão de atividades (Hoge & Andrews, 1996; Le Blanc, 1998; Hoge, 1999a; Borum & Verhaagen, 2006). Seguem-se alguns instrumentos de juízo profissional estruturado de banda-larga, para a avaliação do risco de violência em crianças e jovens (tabela 20).

Tabela 20

Instrumentos de avaliação do risco de banda-larga

EARL-20B/ EARL-21G <i>Early Assessment Risk Lists for Boys and Girls</i>	Augimeri, Koegl, Webster & Levene (2001); Levene et al., 2001
ERASOR <i>Estimate of Risk of Adolescent Sexual Offense Recidivism</i>	Worling & Curwen (2000)
SAVRY <i>Structured Assessment of Violence Risk in Youth</i>	Borum, Bartel & Forth (2006)
YLS/CMI <i>Youth Level of Service/ Case Management Inventory</i>	Hoge & Andrews (2002)

EARLY ASSESSMENT RISK LIST (EARL-20B; EARL-21G)

O *EARL-20B* e o *EARL-21G* (Augimeri et al, 2001; Levene et al., 2001) são ferramentas de avaliação clínica estruturada, para jovens com idade inferior a 12 anos, que avaliam os fatores de risco conhecidos como influentes para agressão futura e comportamento antissocial. A versão masculina (*EARL-20B*) contém 20 fatores de risco e de necessidades criminógenas, organizados em três secções: Criança (12 itens); Família (6 itens); e Responsividade (2 itens). A versão feminina do instrumento é semelhante, mas contém 21 itens, alguns dos quais com designações e definições diferentes, uma vez que as raparigas expressam a sua agressividade e antisocialidade de forma diferente da dos rapazes. Em ambas as versões, os itens são cotados numa escala de três pontos (0 = não presente; 1 = possivelmente presente; 2 = presente), onde

um *score* elevado representa probabilidade aumentada de risco. Todos os fatores têm o mesmo peso fatorial, de forma a poder obter um *score* máximo de 40 para os rapazes e de 42 para as raparigas. Existe, ainda, uma coluna de risco crítico, que permite aos avaliadores destacar os fatores mais preocupantes. Teoricamente, quanto mais elevado é o *score*, maior é o risco. No entanto, de acordo com a tradição do juízo profissional estruturado para o risco (e.g.: Webster et al., 1997), não existem pontos de corte nestes instrumentos. Os manuais dos instrumentos instruem os avaliadores a um juízo clínico final para a cotação do comportamento agressivo ou antisocial “baixo”, “moderado”, ou “elevado”, com base: no *score* final, nos fatores de risco/ necessidades, e em fatores de risco específicos, que não estão presentes nos instrumentos.

ESTIMATE OF RISK OF ADOLESCENT SEXUAL OFFENSE RECIDIVISM (ERASOR)

O *ERASOR* (Worling & Curwen, 2000) é um instrumento clínico de avaliação estruturada para adolescentes ofensores sexuais. Foi concebido para avaliar o risco de reofensa sexual em indivíduos com história de agressão sexual, e para guiar o desenvolvimento de estratégias de tratamento. Inclui 25 fatores, tais como: “*interesses sexuais desviantes*”; “*abusou sexualmente de duas ou mais vítimas*”; “*orientação interpessoal antissocial*”. Não é facultado um algoritmo de cotação; o avaliador categoriza o nível de risco como “baixo”, “moderado” ou “elevado”, baseado no número total de itens assinalados/ confirmados e no seu juízo sobre o padrão de risco observado.

A investigação que sustenta a validade e a fiabilidade do *ERASOR* ainda é limitada. Estão disponíveis guias para administração e cotação do instrumento, e ainda, um programa especializado de treino. Worling e Curwen (2000) focam a importância do uso de múltiplas fontes de informação para cotar os itens. Este instrumento pode ser usado por outros profissionais que não os de saúde mental, desde que tenham treino especializado.

STRUCTURED ASSESSMENT OF VIOLENCE RISK IN YOUTH (SAVRY)³³

O *SAVRY* é uma ferramenta de juízo profissional estruturado (Borum et al., 2006), desenhada para avaliar violência ou comportamentos violentos, protagonizados por jovens entre os 12 e os 18 anos de idade, de qualquer sexo, raça ou etnia. A sua estrutura é baseada no *HCR-20 - The Historical Clinical Risk Management-20* (Webster et al., 1997), um instrumento para adultos com 20 itens, mas o seu conteúdo é específico para avaliar o risco de violência juvenil. O *SAVRY* é composto por 24 fatores de risco (históricos, sociais/ contextuais, e individuais/ clínicos)

³³ O *SAVRY* será descrito, detalhadamente, no capítulo IV (Objetivos e Metodologia da Investigação).

decorrentes da literatura existente sobre o desenvolvimento na adolescência e a agressão juvenil. Cada item de risco é cotado numa escala de três níveis (baxo, moderado ou elevado), mas sem atribuição de valor numérico. O instrumento também inclui 6 fatores de proteção que são cotados de forma dicotómica (presente/ ausente).

YOUTH LEVEL OF SERVICE/ CASE MANAGEMENT INVENTORY (YLS/CMI)³⁴

O *YLS/CMI* (Hoge & Andrews, 2002) é um instrumento actuarial padronizado, que estima o risco de reincidência ofensiva, e que promove um quadro integrado para o planeamento da intervenção baseado na avaliação do risco. Permite ao avaliador identificar o nível de risco através de override sobre a probabilidade de risco indicada pela escala. Este instrumento pode ser usado enquanto procedimento de avaliação profissional estruturada ou como procedimento actuarial. Foi concebido para ser usado por profissionais de saúde mental e por profissionais do sistema de justiça juvenil, com treino na administração e cotação deste instrumento (Hoge, 2008)

Apesar de nem todos estes instrumentos (*EARL-20-B*, *EARL-21-G*; *ERASOR*, *SAVRY*, *YLS/CMI*) terem sido especificamente concebidos para avaliar o risco de violência, todos têm revelado validade preditiva de ofensas em geral e de ofensas severas. Todos estes instrumentos são *checklists* ou entrevistas programadas, têm manuais para cotação, e são preenchidos pelo avaliador, a partir das entrevistas e da informação disponível sobre o jovem. Estes instrumentos apresentados ajudam o avaliador a compilar uma ampla quantidade de informação sobre o jovem e a guiar o seu juízo profissional final sobre o risco (Hoge & Andrews, 2010).

Importa referir que apesar da recomendação (consensual) do uso de instrumentos específicos para avaliação forense, este tipo de instrumentos também apresentam vantagens e desvantagens (tabela 21).

³⁴ O *YLS/CMI* será descrito, detalhadamente, no capítulo IV (Objetivos e Metodologia da Investigação).

Tabela 21*Vantagens e desvantagens dos instrumentos específicos para avaliação forense*

Vantagens	Desvantagens
Foco específico no assunto em questão	Frequentemente dispõem de investigação limitada e são objeto da mínima investigação independente.
Requerem frequentemente menor dependência de extrapolação e de consequências para resolver um assunto legal.	A sua aplicabilidade pode ser limitada pela sua especificidade (e.g.: linguagem técnica excessiva).
Frequentemente facultam dados normativos baseados em populações forenses, permitindo a comparação direta do indivíduo com a população de interesse.	Existem inúmeros assuntos jurídicos para os quais não existem instrumentos de avaliação forense especializados.
	Usualmente não facultam uma compreensão ampla sobre o funcionamento psicológico.

Seguidamente apresenta-se um exemplo de uma bateria de avaliação (tabela 22) que pode ser usada como guia para avaliar fatores dinâmicos e de risco geral ou de violência de jovens ofensores, e para o planeamento da intervenção/ tratamento (Hoge & Andrews, 2010)

Tabela 22*Exemplo de uma bateria de avaliação para avaliação do risco*

Entrevista Semi-Estruturada	YLS/CMI (Entrevista) Youth Level of Service/ Case Management Inventory Interview Schedule (Hoge & Andrews, 2002)	Validação Portuguesa pela DGRSP (2013)
Instrumentos de avaliação cognitiva e de competências	WISC-V Wechsler Intelligence Scale for Children - Fifth Edition (Wechsler, 2014)	Aferição e Validação Portuguesa da WISC-III por Simões (2001)
	KTEA-3 Kaufman Test of Educational Achievement (Kaufman, A.S. & Kaufman, N.L., 2014)	
Teste de Personalidade	MMPI-A Minnesota Multiphasic Personality Inventory – Adolescents (Butcher et al., 1992)	Aferição à população Portuguesa em curso.
Instrumentos de avaliação psicopatológica do comportamento	Child Behavior Checklist – versão para pais (Achenbach & Rescorla, 2001)	Aferição à população Portuguesa em curso.
	Child Behavior Checklist- versão para professores (Achenbach & Rescorla, 2001)	
Instrumentos de avaliação do risco de banda larga	YLS/CMI Youth Level of Service/ Case Management Inventory Interview Schedule (Hoge & Andrews, 2002)	Validação Portuguesa pela DGRSP (2013)

O número de crianças e jovens que cometem crimes/ ofensas violentas particularmente graves é reduzido, mas o impacto/ consequências deste tipo de comportamentos para as vítimas,

ofensores e sociedade, fazem com que a avaliação do risco de alta qualidade seja primordial. Provas contundentes sobre as características dos ofensores violentos são fundamentais para a avaliação do risco, no entanto, a literatura subjacente é limitada pelo resultado de uma série de variáveis que envolvem formas de comportamento antissocial e de problemas de comportamento muitos menos graves, e com o viés para ofensores caucasianos de sexo masculino. A capacidade das ferramentas existentes para avaliar a reincidência ofensiva de crianças e jovens violentos é igualmente limitada. As dificuldades na predição destes crimes na população adulta estão bem documentadas (Monahan, 1996) e pode-se argumentar que estas dificuldades são superiores em relação a jovens ofensores comparativamente com os adultos, devido ao processo de maturação e às rápidas mudanças que ocorrem durante a adolescência (Baker, 2004, 2007). Considerando a literatura sobre os fatores de risco e a validade preditiva dos modelos e ferramentas de avaliação existentes, os profissionais também terão de considerar a sua aplicabilidade em crianças e jovens de sexo feminino, em indivíduos de diversas origens étnicas, em diferentes tipos de ofensores violentos, e a sua transportabilidade da população dos Estados Unidos para a população Portuguesa, e os horários e intervalos de avaliação adoptada.

O objetivo dos exercícios de avaliação da gestão e do risco de violência é o de produzir uma estimativa da probabilidade do jovem se envolver em atos violentos no futuro, e o de reunir informação que possa ser usada na gestão e redução do risco. A assunção deste objetivo pressupõe a recolha de informação sobre risco, fatores dinâmicos/ necessidades, responsividade e fatores de proteção, e a interpretação desta informação para produzir uma estimativa do risco e da gestão das necessidades (Andrew & Bonta, 2010).

4. INTERPRETAÇÃO

As avaliações puramente clínicas ou não estruturadas dependem da interpretação subjetiva da informação reunida durante as entrevistas, e possivelmente através de outras fontes já existentes, tais como, *scores* de testes ou ficheiros. Por exemplo, um técnico de reinserção social a quem lhe é solicitado uma estimativa sobre o risco de violência de um jovem antes da decisão judicial, poderá entrevistar o jovem e fonte colaterais (e.g.: pais, polícias), proceder à leitura de ficheiros, e na base da sua experiência, formular um juízo subjetivo sobre o risco do jovem cometer um ato violento (Hoge & Andrews, 2010).

No caso das avaliações actuariais, a fórmula ou o algoritmo especifica os fatores que devem ser considerados, sintetiza a informação, e produz uma interpretação que reflete o nível de risco. A fórmula pode ser baseada no número total de itens de risco verificados, ou pode ser mais complexa, se os itens têm um peso diferente. Importa referir, que a informação inclusa na fórmula pode ser baseada na interpretação. Por exemplo, um item designado “interferência do abuso de substâncias na vida do sujeito” requer um juízo do avaliador. Apesar do elevado nível de estrutura representado na escolha do fator e na síntese final de informação, os juízos subjetivos são envolvidos num ponto precoce deste processo (Borum, 1996; Quinsey, Harris, Rice, & Cormier, 1998).

As avaliações de juízo profissional estruturado, requerem a recolha de informação sobre o risco potencial, necessidades, responsividade, e fatores de proteção, para a produção de um sumário de risco e necessidade (e.g.: risco elevado de reofensa). Este método difere do método clínico, ao estruturar a informação pertinente numa *checklist*, que servirá de guia de orientação para a recolha de informação do sujeito em causa. Não obstante, também neste tipo de avaliações existe um apelo ao juízo de interpretação. Um item designado “níveis elevado de raiva” exige interpretação do avaliador. Outros tipos de avaliação, tais como, testes de personalidade ou escalas de atitudes, podem ser usados para auxiliar a cotação de itens, e estas medidas exigem frequentemente uma medida de juízo da parte do avaliador. Finalmente, a tradução da informação reunida em sumário depende do juízo subjetivo do avaliador (Borum & Verghaagen, 2006). Apesar de existir um certo nível de subjetividade no juízo das avaliações actuariais e estruturadas, a investigação sugere que estes procedimentos de avaliação são superiores aos clínicos não estruturados (Dempster, 1998; Hanson, 1998; Kropp, Hart, Webster, & Eaves, 1999; Webster, Hucker, & Bloom, 2002; Lewis & Webster, 2004).

A descrição das características do indivíduo forma a base das avaliações psicológicas. Nalguns casos, estas descrições são de natureza qualitativa, como por exemplo, o indivíduo que é descrito como autista, burlão, ou de risco elevado de ofensa violenta; noutros casos, o indivíduo é caracterizado em termos da quantidade de inteligência apresentada, o grau de perturbação de atenção, ou da probabilidade de se envolver num ato criminal. Os diagnósticos ou as descrições produzidas pelas avaliações profissionais estruturadas ou clínicas são geralmente de natureza qualitativa, enquanto que aquelas que são produzidas pelas avaliações actuariais podem ser qualitativas ou quantitativas (Scotti, Morris, McNeil, & Hawkins, 1996).

As descrições qualitativas são frequentemente usadas como meio de sumariar e de transmitir informação sobre os indivíduos. Diagnosticar um jovem com uma Perturbação de Défice de Atenção ou de risco elevado de praticar um ato violento, transmite informação sobre as características de comportamento do jovem e pode ajudar a orientar o tratamento. A maioria das avaliações do risco de violência baseia-se em procedimentos de juízo profissional estruturado, e a maioria transmite índices categóricos. No caso mais simples, os jovens são categorizados de risco elevado ou de risco não elevado. Noutros casos, são usadas múltiplas categorias de risco. O SAVRY (*Structured Assessment of Violence Risk in Youth*), por exemplo, requer que o avaliador caracterize o jovem com base na informação reunida através do instrumento, de “risco baixo”, “moderado” ou “elevado”. O YLS/CMI (*Youth Level of Service/ Case Management Inventory*) transmite quatro categorias de risco: “baixo”, “moderado”, “alto”, e “muito alto”. Nestes casos, é facultada a extensão de *score* de risco total para poder guiar a categorização (Hoge & Andrews, 2010).

A menos que exista investigação sólida que fundamente as categorizações do nível de risco, podem ser levantadas questões relativamente à validade destas categorias (Grisso & Appelbaum, 1992; Achenbach, 1995). Qual é o significado atual de um diagnóstico de risco elevado e que implicações específicas tem este diagnóstico no comportamento futuro e intervenções? Os dados psicométricos que suportam a validade preditiva da maioria dos instrumentos de risco de banda larga envolvem amostras limitadas (Andrews & Bonta, 2010).

Um segundo tipo de *score* são os *scores* quantitativos, que podem surgir por referência a um critério (*criterion-referenced*) ou por referência normativa (*normative-referenced*). As avaliações por referência a um critério expressam *scores* relativos a marcadores comportamentais ou de desempenho. Por exemplo, um jovem que exhibe 6 dos 10 sintomas previstos para a Perturbação de Comportamento, irá receber um *score* de 60%. As medidas de risco e necessidade são

frequentemente expressas desta maneira, ou seja, o nível de risco é expresso por referência à percentagem de marcadores de risco. Apesar de existir alguma justificação teórica para estes índices, é fundamental apresentar dados empíricos que suportem a validade atual do risco estimado (Sattler & Hoge, 2006).

O *score* por referência normativa baseia-se na comparação do *score* individual com *scores* agregados de uma amostra de indivíduos. Os testes de inteligência padronizados ilustram este procedimento. Os *scores* brutos destas medidas são interpretados por referência a uma amostra normativa. Por exemplo, um *score* de 100 na *WISC-4 - Wechsler Intelligence Scale - 4th Edition* (Wechsler, 2004), significa que o *score* bruto do indivíduo corresponde ao *score* médio da amostra normativa de comparação (Hoge, 1999b).

A maioria das medidas e *checklists* de personalidade padronizadas utiliza *scores* por referência normativa. Por exemplo, os *scores* do *CBCL (Child Behavior Checklist)* podem ser expressos por T-scores calculados por referência à amostra normativa. Um T-score de 60 numa das escalas indica que o jovem se encontra 1 desvio-padrão abaixo da média relativamente à amostra padronizada. Um outro exemplo, são os instrumentos de risco de banda-larga. O *YLS/CMI (Youth Level of Service/ Case Management Inventory)* é expresso em T-scores baseados numa amostra de ofensores juvenis; por exemplo, um total T-score de 50 indica que o número total de itens de risco/ necessidade do jovem em questão é igual à média do número de fatores de risco/ necessidade da amostra de ofensores (ver figura 10). A utilidade destes *scores* padronizados depende da relevância da amostra padronizada o jovem que está a ser avaliado (Hoge & Andrews, 2010).

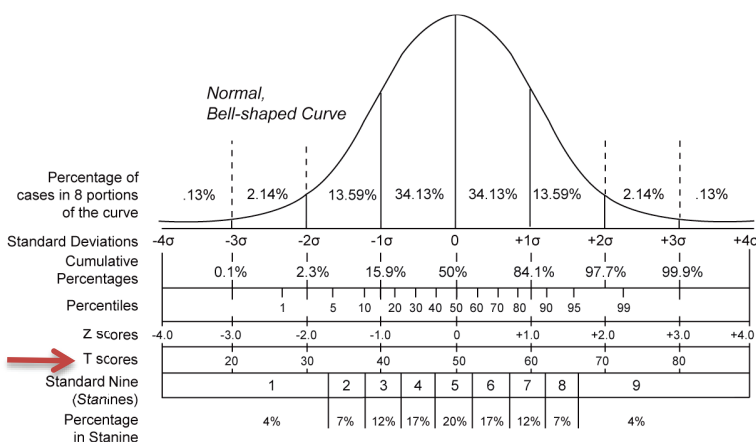


Figura 10. Normas e medidas da distribuição normal (T-scores)

Uma outra forma de administrar instrumentos é através de computadores. A recolha e armazenamento de respostas a instrumentos de avaliação através de computadores não é um procedimento recente, e tem sido alvo de uso alargado. Muitos dos testes/ *checklists* de personalidade de autorelato podem ser administrados por computador. Os avaliadores também podem gravar as respostas às entrevistas e das *checklists* diretamente no computador. Os computadores têm tido um impacto significativo no processo de avaliação, e este impacto tem tendência a crescer num futuro próximo (Hoge, 1999b; Sattler & Hoge, 2006).

Existem softwares que calculam *scores* brutos, e programas que permitem calcular *scores* de um vasto número de instrumentos padronizados (testes, escalas e *checklists*). Por exemplo a *WISC-4* (Wechsler, 2004) disponibiliza programas para calcular os seus *scores* totais (da escala verbal e da escala de realização), os *scores* dos subtestes e outros *scores* de perfil e especializados. Alguns dos instrumentos de risco de banda-larga também dispõem de programas para calcular *scores*. Estes programas têm a vantagem de eliminar o trabalho entediante da cotação de instrumentos, e de melhorar a precisão dos *scores* (Hoge & Andrews, 2010).

Um outro tipo de desenvolvimento ao nível de computação envolve a interpretação baseada nos computadores. Nestes casos, os programas de computadores transmitem os *scores* do instrumento e também uma interpretação desses mesmos *scores*. Nalguns casos implica por exemplo, a avaliação ou o diagnóstico do caso e também recomendações programadas. Um dos primeiros programas a surgir, neste contexto, foi o do *MMPI - Minnesota Multiphasic Personality Inventory* (Butcher, Dahlstrom, Graham, Tellegen, & Kaemmer, 1989), no início dos anos 60, originando esforços semelhantes no âmbito de instrumentos de personalidade, competências, psicopatologia e inteligência. Nenhum dos instrumentos de risco de banda alargada discutidos anteriormente dispõe deste tipo de programas. No entanto, alguns dos testes de personalidade abordados, bem como *checklists* de comportamento disponibilizam estes tipo de software.

Apesar do uso destes programas ser frequente e muito popular, o seu uso é controverso (e.g.: Matarazzo, 1992). A maior crítica remete para a falta de validade das interpretações baseadas nos computadores. Apesar de poder estar disponível informação psicométrica relativa às ferramentas do instrumento, geralmente esta informação não é para as próprias interpretações. Este problema surge pelo facto das interpretações serem feitas para indivíduos sem treino e conhecimento, e que precisam de usar o instrumento corretamente. Estas questões éticas relativas às interpretações baseadas nos computadores têm merecido especial atenção por grupos profissionais (e.g.: *American Educational Research Association & National Council on*

Measurement in Education, 1999; *American Psychological Association*, 2010), mas ainda não foram resolvidas.

As validade das avaliações subjacentes às predições do risco de violência têm um importante suporte nas interpretações, particularmente a validade de constructo e a validade preditiva por referência a um critério (Bonta, Blais, & Wilson, 2013).

A validade de constructo refere-se ao significado teórico de uma medida de avaliação. Também pode ser definida em termos de precisão de uma medida. Estabelecer a validade de constructo de um *score* de um instrumento de avaliação do risco representa um problema. Como definir o constructo de risco? Devemos fazê-lo apenas em relação à história de violência ou relativamente à constelação de fatores individuais e circunstanciais? A investigação e a literatura sugerem que esta última é a melhor abordagem. Apesar de não existir concordância relativamente aos fatores associados ao risco de violência futura, os fatores de largo espectro estão bem investigados e foram uma definição de risco de violência relativamente coerente (Pedersen, Rasmussen, & Elsass, 2010).

A capacidade de avaliar a validade de constructo também depende da forma na qual o *score* de risco se forma. É muito difícil estabelecer a validade de constructo de instrumentos de risco baseada unicamente no juízo clínico. A base da avaliação é inteiramente subjetiva e de difícil acesso. Por outro lado, as avaliações de risco derivam de medidas padronizadas como os instrumento de risco de banda larga que são mais fáceis de validar porque as bases da avaliação são especificadas. Por exemplo, as variáveis que formam o *YLS/CMI* (*Youth Level of Service/ Case Management Inventory*) são identificadas e definidas no instrumento, e constituem o constructo de risco que está a ser avaliado (Litwack, Zapf, Groscup, & Hart, 2006).

Procedimentos adicionais para avaliar a validade de constructo envolvem a comparação de *scores* de uma medida alternativa do constructo. Por exemplo, os *scores* do *YLS/CMI* tem uma correlação significativa com os *scores* do *SAVRY* (Hoge & Andrews, 2010).

A validade de constructo dos instrumentos de avaliação do risco deve constituir uma preocupação primordial na interpretação das avaliações. Não é suficiente indicar a categoria de risco do jovem, ou indicar que tem uma elevada probabilidade de cometer um ato violento. A base da avaliação tem de ser tornada explícita, pois pode ser requerida em Tribunal, e deve estar disponível para o cliente (Cook, Hart, & Kropp, 2013).

Usualmente as avaliações da validade preditiva baseiam-se na correlação entre o preditor e as variáveis-critério. Por exemplo, a validade por referência a um critério de um teste de personalidade pode ser expressa como $r = .66, p < .05$. O valor de correlação .66 transmite-nos a força da associação entre os *scores* do teste e de critério, e o índice de confiança indica que existem menos de 5 hipóteses em 100 em obter uma associação daquela magnitude, sob aquelas circunstâncias. Nas avaliações forenses existem circunstâncias em que se requer informação mais direta sobre os valores de predição dos *scores* de instrumentos de risco. Nestes casos, são úteis as tabelas de contingência (Schoop, 1996)³⁵.

Parte A: Tabela de Contingência de Estrutura Dicotômica

	Resultados	
	Reofensa	Sem Reofensa
Predição de Reofensa	Verdadeiro-positivo	Falso-positivo
Predição de "Sem Reofensa"	Falso-negativo	Verdadeiro-positivo

Parte B: Tabela de Contingência de Precisão de Hipotética Predição

	Resultados		
	Reofensa	Sem Reofensa	N
Predição de Reofensa	106	52	158
Predição de "Sem Reofensa"	64	121	185
N	170	173	343

Figura 11. Tabela de contingência

A figura 11 (Hoge & Andrews, 2010) ilustra uma tabela de contingência, em que a parte A é uma tabela dicotômica onde são identificadas duas decisões corretas - verdadeiros positivos (predição positiva e resultado positivo) e verdadeiros negativos (predição negativa e resultado negativo) – e duas predições incorretas – falsos positivos (predição positiva e resultado negativo) e falsos negativos (predição negativa e resultados positivos). A parte B é um exemplo de dados hipotéticos, onde existem dois grupos formados com base nos *scores* do instrumento: um grupo de alto risco com predição de reofensa e um grupo de baixo risco sem predição de ofensa. A medida de critério neste caso também é dicotômica (reofensa/ sem reofensa) num período de 2 anos. A parte B indica que 170 dos jovens foram acusados de novos crimes no período de *follow-up* indicado, e 173 não apresentaram qualquer evidência de atividade criminal. Sessenta e seis por cento das predições estavam corretas (obtem-se este valor pela soma dos 106 verdadeiros-positivos com os 121 verdadeiros-negativos, e dividindo este resultado pelo total de

³⁵ As tabelas de contingência são usadas para registrar observações independentes, de duas ou mais variáveis aleatórias, normalmente qualitativas.

casos). Trinta e quatro por cento dos casos são referentes a predições onde não ocorreram reofensas (falsos positivos) e a casos sem predição de reofensa, onde ocorrer a reofensa (falsos-negativos). Sessenta e dois por cento dos jovens que reofenderam foram identitificados de alto risco (160/170).

A análise das tabelas de contingência permite obter informação sobre a validade preditiva dos instrumentos, mas a interpretação da informação é complexa devido aos valores serem muito sensíveis à base de cotação e ao ponto de corte usado no preditor. Foram propostos alguns procedimentos estatísticos alternativos para a análise da validade preditiva, nomeadamente: *Relative Improvement Over Chance (RIOCI)*, *Receiver Operating Characteristics (ROC)*, e *Common Language Effect Size Procedures* (e.g.: Rice & Harris, 1995; Quinsey et al., 1998).

Os instrumentos de juízo profissional estruturado e os instrumentos actuariais têm validade preditiva sobre a reofensa juvenil (Edens et al., 2007; Schwalbe, 2007, 2008), mas no caso dos instrumentos actuariais, a questão é saber sob que circunstâncias devemos exercer *overrides* sobre as estimativas actuariais. Apesar de existir muito pouca investigação sobre este assunto, no âmbito das avaliações do risco de violência juvenil os instrumentos actuariais raramente são envolvidos pelo que este problema é relativamente menor (Heilbrun, 2001).

Os profissionais que realizam avaliações do risco de violência devem ser sensíveis aos limites dos seus instrumentos e métodos. Apesar do uso de procedimentos padronizados como a abordagem actuarial ou o juízo profissional estruturado representarem um avanço significativo sobre a abordagem clínica, o profissional deve estar consciente das limitações destes métodos. As avaliações do risco de violência juvenil representam decisões muito importantes, e que podem condicionar o jovem em julgamento, e posteriormente no seu tratamento e reinserção. É da responsabilidade do profissional que executa as avaliações do risco de violência fazê-lo de forma justa e consciente. Não menos importante, é a realização do relatório deste tipo de avaliações, e a preparação do perito para o testemunho em Tribunal.

5. RELATÓRIO E TESTEMUNHO

Neste ponto são apresentadas algumas das principais linhas de orientação para a elaboração de relatórios de avaliação psicológica forense, e para a preparação do testemunho do perito em Tribunal.

Os relatórios sobre a estimativa do risco de violência ou sobre a avaliação de necessidades (avaliação de fatores de risco dinâmicos), podem constituir perícias específicas. Noutros casos, a avaliação do risco de violência e de necessidades pode constituir parte de um pedido de perícia mais abrangente, como por exemplo, numa perícia sobre a avaliação de competências para depor em Tribunal (Hoge & Andrews, 2010).

A estrutura e conteúdo do relatório forense dependem do seu âmbito, e do cliente. Um relatório no âmbito de uma situação sobre prisão preventiva, irá diferir de um outro relatório, para determinação de pena efetiva. O mesmo sucede com a extensão e o formato do relatório. Em determinadas circunstâncias (e.g.: julgamento) é requerido um breve relatório sobre o risco de violência. Estes relatórios podem ser apenas baseados numa *checklist*, ou numa breve entrevista com o jovem. Apesar da economia associada aos relatórios breves estes são seriamente limitados. A brevidade do relatório significa pouca informação, para além da base do instrumento de avaliação. Estes relatórios centram-se geralmente nos fatores de risco estáticos, e oferecem muito pouca informação sobre as necessidades, e como tal, têm valor diminuído para o planeamento e gestão do risco (Appelbaum, 2010).

Os relatórios mais compreensivos podem ter a forma de “narrativa” ou serem “seccionados”. Os relatórios em “narrativa” geralmente baseiam-se na entrevista e na consulta de ficheiros, e representam um sumário escrito dos resultados e conclusões do avaliador. A organização deste tipo de relatório está dependente das idiossincrasias do avaliador. Neste tipo de relatórios estacam-se três problemas: (1) são frequentemente baseados em ferramentas de juízo clínico; (2) sendo a sua organização sujeita às idiossincrasias do avaliador, são de difícil leitura comparativamente àqueles que oferecem organização de alto nível; (3) a linguagem e a terminologia utilizada varia entre os avaliadores, podendo contribuir para uma certa confusão e falta de compreensão. Os relatórios “seccionados” podem ser executados por profissionais que não os de saúde mental. Geralmente baseiam-se num instrumento de risco/ necessidades de banda-larga, o qual ajuda a orientar a linguagem e a organização do relatório (Machado & Gonçalves, 2006).

Independentemente da forma dos relatórios (em “narrativa” ou “seccionados”), o objetivo primordial é identificar e avaliar toda a informação utilizada na avaliação, e discutir as razões que fundamentam as conclusões (Conroy, 2006).

O conteúdo do relatório é determinado pelo seu âmbito/ propósito. Se a necessidade é a de simplesmente estimar a probabilidade de cometer um ato violento, então o relatório deve conter a estimativa e a explicação subjacente a essa estimativa. Esta explicação é particularmente importante para a defesa do relatório perante o juiz e o advogado de defesa, e é também um ponto de ética muito importante. Os profissionais não devem fazer juízos sobre o indivíduo sem justificar esses mesmos juízos. Quando é necessária informação sobre o risco e necessidades para planeamento e gestão do caso, então o relatório deve ser mais extenso do ponto de vista do seu conteúdo. Neste caso, o relatório deve incluir informação suficiente e específica que permita identificar necessidades específicas sobre o risco de violência, e se apropriado, recomendações no sentido de oferecer uma resposta aos fatores de risco identificados. Quando são feitas recomendações sobre o planeamento e a gestão de casos, é importante elaborar as bases de avaliação para o risco e para as necessidades. Não é suficiente dizer que o jovem tem risco moderado de reincidência ofensiva, ou níveis elevados de risco ao nível das circunstâncias familiares e das associações a pares desviantes. A natureza destas áreas de risco e de necessidades devem ser minuciosamente detalhadas (Karson & Nadkarni, 2013).

A informação que não é relevante para o âmbito do relatório não deve ser incluída. Por exemplo, se o propósito é a estimativa do risco de violência imediata, a informação sobre o *background* familiar pode não ser relevante. Incluir informação que vai para além do objetivo da avaliação, como por exemplo uma estimativa de risco de violência que não é relevante para o processo forense em causa pode ser prejudicial ao jovem e violar as regras do processo (Melton et al., 2007).

O uso de terminologia adequada no relatório é muito importante, assim como a explicação das bases das estimativas efetuadas, e das interpretações feitas dos *scores* obtidos (Boccaccini, Turner, Murrie, Henderson, & Chevalier, 2013). Por exemplo, um resultado de 31 no *Level of Service Inventory-Revised* (LSI-R) corresponde a 61% de probabilidade do sujeito reincidir ofensivamente com base na incidência de reofensa na amostra de adultos ofensores de sexo masculino. Geralmente este *score* é claro para outros profissionais. Salienta-se ainda a importância da uniformidade da terminologia e aplicação dos instrumentos para aumento da fiabilidade e manutenção da validade interna de cada material administrado. Sem uma correcta

aplicação e uniformidade das regras, aumenta-se, de forma significativa, o risco de contribuir para conclusões erradas ou enviesadas da realidade (Boccaccini et al., 2013). Os instrumentos de avaliação do risco para jovens não incluem estimativas absolutas da probabilidade de reofensa. Por exemplo, o *YLC/CMJ* permite obter *scores* actuariais que refletem níveis de risco (baixo, moderado, alto e muito alto); o *SAVRY* faculta uma estimativa dos níveis de risco em três categorias (baixo, moderado e elevado), e algumas *guidelines* adicionais sobre como reportar juízos de risco e de necessidade baseados neste instrumento (Hoge & Andrews, 2010), designadamente:

- a) Se não existem esforços no sentido de identificar e solucionar necessidades, reportar o nível de risco de violência;
- b) Estimar a natureza provável da violência futura;
- c) Identificar a vítima provável de violência futura;
- d) Identificar situações ou contextos que possam aumentar/ potenciar o risco de violência;
- e) Identificar procedimentos que possam ser tomados para reduzir o risco de violência futura.

A comunicação de predições de risco em contexto forense podem-se justificar, desde que estas predições sejam empiricamente suportadas e relevantes para a situação do cliente, e que as *guidelines* éticas sejam seguidas. As predições de risco devem ser expressas categoricamente como risco baixo, moderado ou elevado, ou em termos de frequência, como por exemplo: 30 indivíduos com estes *score* reofendem num período de 2 anos (Heilbrun et al., 2002).

Por vezes, os testes de personalidade e cognitivos também são usados como parte das avaliações compreensivas. É apropriado reportar *scores* destes instrumentos desde que sejam de fácil interpretação, e que estejam claramente relacionados com o propósito do relatório (Boccaccini et al., 2013).

Um outro assunto que merece especial atenção surge no caso dos diagnósticos clínicos. Um diagnóstico de Perturbação de Comportamento, ou de Perturbação Antissocial da Personalidade, ou até mesmo de Perturbação Bipolar, deve ser incluído num relatório de avaliação do risco de violência? Melton e colaboradores (2007) defendem que os diagnósticos clínicos não devem ser publicados no relatório, uma vez que a associação entre o diagnóstico de perturbações mentais e a violência não é clara, e por vezes não é devidamente compreendida. Se eventualmente a avaliação do risco de violência constituir parte de um relatório mais amplo, e

onde os diagnósticos clínicos possam ser relevantes, é importante deixar claro que o diagnóstico pode não estar diretamente associado ao risco.

A linguagem usada no relatório também é muito importante. Pretende-se que o leitor compreenda o relatório com o mínimo de esforço. Para tal, devemos verificar cuidadosamente que a escrita do relatório é compreensível, e rever frases potencialmente confusas. Se a escrita for concisa, se as regras gramaticais e de pontuação forem seguidas, se for usado um estilo consistente, se forem feitas transições entre os diferentes tópicos/ ideias, e se forem dados exemplos do desempenho do avaliado, a comunicação torna-se potencialmente melhor. A escrita técnica e profissional deve ter muito pouco espaço para interpretações erráticas ou confusas. Um relatório pode ser lido por pessoas com formação variada, ou até mesmo por psicólogos com diferentes níveis de formação específica, e como tal, a escrita deve ser clara para todos os leitores (Appelbaum, 2010).

A menos que o relatório seja baseado exclusivamente no uso de variáveis estáticas sobre a probabilidade de comportamento violento futuro, as observações informais do comportamento do avaliado durante a avaliação, devem ser incluídas no relatório. Estas observações podem ser empregues tanto em avaliações clínicas não estruturadas, como em avaliações de juízo profissional estruturado. As observações durante a entrevista podem ser utilizadas durante a resposta aos itens. Por exemplo, o item “problemas de atenção” aparece em alguns instrumentos de avaliação do risco de banda-larga. A resposta do avaliador a este item irá depender da informação revelada durante a entrevista, ou de outras fontes de informação, mas também pode estar dependente das observações realizadas durante a interação com o jovem. As observações também podem ser usadas como complemento para o sumário das avaliações de risco (Conroy, 2006).

As observações informais devem ser reportadas com algumas precaução. A distinção entre interpretar e descrever um comportamento, deve ser mantida consciente. Uma coisa é reportar que o jovem olha demasiado tempo para a janela, e que solicita frequentemente a repetição das perguntas que lhe são dirigidas, e outra, é concluir que o jovem tem uma perturbação de défice de atenção. É igualmente importante ter em consideração que o comportamento observado durante as sessões de avaliação, pode não ser igual ou semelhante noutras situações (Machado & Gonçalves, 2011).

A informação obtida por fontes diferentes, pode frequentemente, gerar conflito. Por exemplo, se um dos pais reportar que o jovem apresenta um comportamento altamente agressivo e de

confronto, e o relatório do professor e os resultados do teste de personalidade não apresentarem quaisquer problemas em relação a este aspecto, deverá equacionar-se qual das fontes de informação não é fiável. Em alguns casos, estas contradições também podem surgir devido às variações de comportamento do jovem em diferentes contextos. A questão da fiabilidade das fontes de informação é particularmente importante durante a entrevista com o jovem, e por esta razão sugere-se que quando na presença de informação contraditória, seja realizada uma segunda entrevista ao jovem. Caso esta solução não seja possível, o avaliador deve reportar o conflito no relatório, e usar o juízo profissional para minimizar contradições, o máximo possível (Karson & Nadkarni, 2013).

Um outro problema surge na avaliação sobre a probabilidade de violência futura do jovem. O receio de falsos negativos é de tal ordem, que existe uma tendência a sobrestimar a probabilidade do risco. Podemos observar este problema nas escolas, quando em situações de indisciplina severa com recurso à violência, se desencadeia um ambiente de nervosismo e de tensão de tal ordem, que por vezes, os professores e diretores, erradamente rotulam jovens como propensos à violência. O uso de instrumentos padronizados permite evitar este tipo de distorções, mas em última análise, estas distorções só diminuem com o juízo do avaliador (Hoge & Andrews, 2010).

Os profissionais que realizam avaliações do risco de violência/ necessidades podem ser solicitados a depôr em Tribunal. Porque o desempenho destes profissionais afeta não só a própria reputação, como também, a imagem da profissão, é muito importante levar o processo de testemunho a sério. Existe uma variedade de fatores que podem afetar a qualidade do testemunho, nomeadamente (Bernstein & Hartsell, 2005):

- a) A precisão dos fatos subjacentes à opinião do perito;
- b) A demonstração de clara compreensão dos princípios científicos e clínicos pertinentes para o caso;
- c) A utilização de métodos de análise e de avaliação reconhecidos como apropriados pela comunidade científica da área do perito;
- d) A lógica das inferências produzidas;
- e) A razoabilidade das suposições produzidas.

Para além dos fatores supracitados, o perito também deve produzir um testemunho objetivo, claro, lógico, consistente, e explicável (Blau, 1998).

Quando se está perante uma situação de testemunho no tribunal, a certificação profissional, enquanto psicólogo, ou psiquiatra, e perito ou especialista na área, é muito importante, pois ajuda a garantir que os padrões de qualidade mínimos são atendidos (Machado & Gonçalves, 2011).

Atendendo a que o testemunho do perito é baseado na informação que o relatório contém, o seu sucesso está diretamente dependente da qualidade do relatório de avaliação. Peritos que não se preparam convenientemente ou tendenciosos, e relatórios confusos, podem ser contestados ou questionados pelos advogados ou juizes (Conroy, 2006).

Heilbrun (2001) demonstrou que a eficácia do estilo com que o perito se apresenta em Tribunal, também condiciona o seu testemunho. Assim, a forma de vestir, a etiqueta e a familiariedade com os procedimentos do Tribunal são essenciais para uma apresentação eficaz. A capacidade de comunicar claramente com os juizes e advogados, são igualmente importantes.

Nas avaliações forenses devem ser usados instrumentos específicos, validados para a população Portuguesa. Ainda que se possa confiar a outrem determinadas tarefas mais rotineiras, tais como a codificação de um instrumento, o perito deve assumir a responsabilidade técnica pelo processo de avaliação, e como tal, não deve permitir que sejam outros a determinar os procedimentos de avaliação a utilizar, ou a integrar resultados, ou ainda, a tomar decisões sobre o parecer. Para poder fundamentar o parecer, e preparar o testemunho em tribunal, é fundamental ter o processo completo e bem organizado, e com a toda a informação relevante para o caso, como por exemplo, instrumentos preenchidos, notas detalhadas das entrevistas, e transcrições de eventuais registos audiovisuais (Machado & Gonçalves, 2011).

O perito deve garantir que o sujeito avaliado é devidamente informado sobre os objetivos da avaliação, características gerais do processo, e limiares de confidencialidade aplicáveis, antes de iniciar a perícia psicológica. Posteriormente segue-se a obtenção do consentimento, que deve ser preferencialmente obtido por escrito. Se o sujeito recusar este consentimento, a avaliação deverá ser interrompida e o Tribunal informado. O sujeito tem o direito de não revelar ao perito informação que entende ser-lhe prejudicial, e neste caso, o perito não deve valorar moralmente esta atitude de autoproteção. Após a avaliação, o sujeito deve informado, numa linguagem adequada ao seu nível de compreensão e estado emocional, sobre os resultados do seu processo de avaliação (Brodsky, 2013).

Ao nível do relatório produzido, o perito deve evitar preconceitos e juízos de valor, utilizar uma linguagem acessível e clara, ser sucinto, e indicar as fontes e os meios de avaliação utilizados (Appelbaum, 2010). O perito deve evitar intrusões desnecessárias na intimidade de quem é avaliado, e, como tal, deve incluir apenas informação pertinente para o fim em causa. Ainda de acordo com este autor, a informação a incluir deve ser integrativa, evitando o tradicional foco nos défices do sujeito, mas antes indicando os seus problemas e recursos em cada domínio de funcionamento avaliado (Rodriguez, 1999).

Os limites da avaliação devem estar claramente explicitados no relatório, nomeadamente a distinção entre fatos e opiniões, e o grau de certeza associado a cada parecer técnico, assumindo o carácter probabilístico da ciência psicológica (Ávilla & Rodriguez, 1995).

Para uma análise crítica do relatório forense, que constituirá prova a valorar em sede de audiência, mas que, por via disso, pode ser objeto de contestação e discussão, vários autores (e.g.: Blau, 1998; Simões, 2005; Conroy, 2006; Brodsky, 2013) propuseram um conjunto de considerações úteis:

1. Conceitos como por exemplo, “imaturidade”, “disfuncionalidade”, “risco” ou “promiscuidade” são demasiado vagos e ambíguos se não forem traduzidos em indicadores específicos, e podem não traduzir mais do que juízos de valor. O perito deverá questionar-se sobre a operacionalização dos constructos utilizados no relatório.
2. Os conceitos devem ter indicadores que sustentam os dados obtidos;
3. Os dados obtidos devem ser fiáveis, e como tal, deve ser questionado o rigor da metodologia, as condições de administração dos instrumentos, o estado emocional do sujeito no momento da avaliação, e o estilo mais ou menos defensivo da resposta;
4. As fontes de informação, incluindo a parte interessada, não têm todas o mesmo peso em termos de credibilidade;
5. Fatores de risco estáticos (e.g., personalidade, experiências prévias) e dinâmicos (e.g., contextos, fatores precipitantes), assim como fatores de risco e fatores de proteção, devem ser ponderados e tomados em consideração;
6. Existe sempre uma margem de erro associada aos dados. Se esta margem for excessiva, é preciso perceber o que aconteceu;
7. A linguagem deve ser clara e inteligível para o interlocutor do direito.

Questões que não são da competência do perito, como por exemplo, a culpa e a medida da pena, não devem ser abordadas no relatório (Machado & Gonçalves, 2011).

A intervenção com ofensores/ agressores violentos deve ser fundamentada por uma avaliação sistemática, rigorosa e fiável do risco/ necessidades, que considere todos os fatores de risco que concorrem para o envolvimento do jovem em delitos ou crimes. Esta avaliação deve considerar os efeitos paralelos do desenvolvimento normal da criança, adolescente ou jovem, e salvaguardar as questões éticas, étnicas, de género, legais e técnicas abordadas nos capítulos anteriores. Com esta metodologia os peritos podem contribuir para a reintegração adequada dos menores ofensores (violentos ou não), e consequentemente, para uma sociedade mais justa, serena, e segura (Hoge & Andrews, 2010).

CAPÍTULO IV

OBJETIVOS E METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Neste capítulo apresentamos os objetivos e questões da investigação, os procedimentos e instrumentos utilizados, e a distribuição dos participantes pela idade, sexo, raça/ etnia, zona geográfica (cidade/ periferia), e contextos de avaliação. Descrevemos ainda, o risco de violência em todos os participantes da amostra (N=300), e o risco de reincidência criminal dos participantes institucionalizados em Centros Educativos (N=150).

1. OBJETIVOS E QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO

Do ponto de vista teórico, esta investigação pretende explorar as boas práticas ao nível da avaliação do risco de violência juvenil. Empiricamente pretende-se uniformizar procedimentos ao nível das avaliações do risco de violência juvenil, através da utilização de instrumentos padronizados, traduzidos, adaptados e validados ao contexto Português.

Constituem objetivos específicos da investigação:

1. Traduzir e adaptar o *SAVRY - Structured Assessment of Violence Risk in Youth* (Bartel, et al., 2006) ao contexto Português;
2. Estudar a validade e a fiabilidade do *SAVRY - Structured Assessment of Violence Risk in Youth* (Bartel, et al., 2006) – numa amostra heterogénea de 300 jovens Portugueses;
3. Conhecer os melhores preditores (itens de risco) do risco de violência juvenil numa amostra heterogénea de 300 jovens Portugueses;
4. Estudar a validade de critério concorrente entre o *SAVRY - Structured Assessment of Violence Risk in Youth* (Bartel, et al., 2006) e o *YLS/CMI – Youth Level of Service/ Case Management Inventory* (Hoge & Andrews, 2002) numa amostra de 150 menores ofensores institucionalizados em Centros Educativos;
5. Contribuir para a elaboração de um protocolo específico de avaliação do risco de violência juvenil em Portugal.

Com a execução destes objetivos pretende-se prestar um contributo científico e empírico ao nível da avaliação do risco de violência juvenil, nomeadamente: (1) ao nível da elaboração de processos uniformes de tomada de decisões com os jovens, entre técnicos e com os tribunais; (2) na avaliação integrada e consistente das intervenções ao nível forense e comunitário (escolar e social); (3) com os tribunais ao nível da qualidade, precisão e rigor dos relatórios produzidos (Tutelar Educativo/ Promoção e Proteção); (4) para ajudar a desenvolver e a consolidar um pensamento institucional estratégico, antes de objetivar problemas e necessidades pontuais; e

(5) na elaboração de planos de intervenção na gestão e monitorização do risco de violência juvenil.

A partir destes objetivos, procurar-se-á dar resposta às seguintes questões de investigação:

1. Qual é a validade e fiabilidade do SAVRY - *Structured Assessment of Violence Risk in Youth* (Bartel, et al., 2006) tem validade e fiabilidade quando aplicado a uma amostra de 300 jovens Portugueses, com características heterogéneas?
2. O SAVRY - *Structured Assessment of Violence Risk in Youth* (Bartel, et al., 2006) tem validade discriminante?
3. Quais são os itens de risco do SAVRY - *Structured Assessment of Violence Risk in Youth* (Bartel, et al., 2006) que melhor predizem o risco de violência futura numa amostra de 300 jovens Portugueses, com características heterogéneas?
4. Existe validade de critério concorrente entre o SAVRY - *Structured Assessment of Violence Risk in Youth* (Bartel, et al., 2006) e o YLS/CMI - *Youth Level of Service/ Case Management Inventory* (Hoge & Andrews, 2002)?
5. Quais são as melhores práticas de avaliação do risco de violência juvenil?

2. PROCEDIMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

Esta investigação teve o seu início, após autorização formal da *Psychological Assessment Resources* - PAR Inc. (empresa detentora dos direitos de *copyright* do SAVRY) para tradução, adaptação e estudo de validade e de fiabilidade deste instrumento no contexto português, e da *Multi-Health Systems* – MHS (empresa detentora dos direitos de *copyright* do YLS/CMI) para o estudo de validade concorrente entre este instrumento e o SAVRY.

A tradução preliminar do SAVRY do Anglo-Americano para o Português foi realizada pela investigadora principal (psicóloga, especializada em Psicologia Forense). Posteriormente, esta tradução foi revista por uma tradutora bilingue doutorada em Psicologia, e familiarizada com a tradução de instrumentos de avaliação psicológica. Durante o processo de tradução e de adaptação do SAVRY, Randy Borum (autor do instrumento) colaborou com os investigadores, e esclareceu a operacionalização e definição de conceitos presentes no protocolo do SAVRY, e ainda, orientações de cotação do manual do profissional.

A retroversão do SAVRY foi realizada por uma outra tradutora bilingue, não familiarizada com o SAVRY.

O protocolo do SAVRY foi revisto por um painel de peritos experientes nas práticas de adaptação, validação e aferição de instrumentos, de avaliação e de intervenção psicológica em contextos clínico e forense com jovens e adultos, e ainda, no âmbito das práticas tutelares-educativas, nomeadamente:

- a) Prof. Doutora Cristina Soeiro – Psicóloga, Coordenadora do Gabinete de Psicologia e Seleção do Instituto Superior da Polícia Judiciária e Ciências Criminais;
- b) Prof. Doutora Ana Cristina Neves – Psicóloga, Técnica Superior de Reinserção Social na Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais (DGRSP), e Professora Auxiliar Convidada no Instituto Superior Egas Moniz;
- c) Procuradora do Ministério Público, Dr^a. Maria de Lurdes Correia – Tribunal de Família e Menores do Porto;
- d) Prof. Doutor Rui Abrunhosa Gonçalves – Professor Associado com Agregação na Escola de Psicologia da Universidade do Minho;
- e) Prof. Doutora Olga Cunha - Colaboradora da Unidade de Psicologia da Justiça e Comunitária da Escola de Psicologia da Universidade do Minho;

- f) Dr. Justino Gonçalves – Médico Psiquiatra, Diretor da Unidade de Consulta de Hiperatividade do Hospital de Vila Real;
- g) Prof. Doutor Fernando Vieira - Perito de Psiquiatria Forense, responsável pela Delegação de Medicina-Legal de Lisboa.

Em colaboração com os investigadores, os peritos realizaram uma avaliação da semântica a adaptação cultural da tradução, analisando o conteúdo semântico e de sintaxe, e salientando aspetos culturais, clínicos, forenses, e jurídicos de relevo. Seguiu-se uma reflexão falada com cada perito, individualmente. Os comentários e elementos resultantes da análise dos peritos foram considerados para a versão final portuguesa do SAVRY.

A versão portuguesa do SAVRY foi submetida a revisão pela Comissão Científica da *PAR, Inc*, e oficialmente aprovada em 2012. Terminado este processo de tradução e adaptação linguístico-cultural do SAVRY, deu-se início ao estudo de validação do instrumento.

A autorização para a administração do SAVRY nas Escolas foi obtida através da Direção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC) e da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD). Para a administração do SAVRY e do *YLS/CMI* nos Centros Educativos foi solicitada uma autorização à Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais (DGRSP).

Para dar resposta aos itens de risco e de proteção do SAVRY e aos itens do *YLS/CMI*, foi construído um Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada. Com o auxílio de um engenheiro informático este inquérito foi alojado numa página *web*, e foi criada uma plataforma de recolha de dados. As respostas ao inquérito foram automaticamente alojadas numa base de dados, evitando assim eventuais erros do/a avaliador/a no momento da introdução dos dados.

Com vista ao entendimento unívoco das perguntas do Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada, foi realizado um pré-teste, que envolveu 30 jovens entre os 12 e os 18 anos de idade, residentes em bairros sociais do Grande Porto. Estes jovens foram seleccionados aleatoriamente, com a colaboração de técnicos de reinserção social responsáveis por projetos comunitários locais. A decisão em realizar o pré-teste com jovens residentes em bairros sociais recaiu na evidência científica que sugere que jovens residentes em comunidades com maiores índices de pobreza e de criminalidade tenham menores competências desenvolvidas ao nível da interpretação e da escrita, e por conseguinte, poderem prestar um melhor contributo para a adaptação do Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada.

Todos os jovens participantes (N=30) foram devidamente informados sobre o propósito do pré-teste. Foi assegurado o consentimento informado, o anonimato e a confidencialidade dos dados durante todo este processo. O inquérito foi administrado individualmente, através do uso de um computador, e na presença da investigadora principal. Os jovens foram instruídos a questionarem a investigadora sobre qualquer dúvida durante a realização do inquérito. No fim, foi feita uma reflexão falada com cada jovem, de forma a garantir a validade facial do inquérito. Os elementos resultantes do pré-teste foram devidamente integrados no Inquérito. Terminado o pré-teste, prosseguiu-se com o estudo de validação do SAVRY.

Porque a base conceptual dos instrumentos de avaliação utilizados nesta investigação (SAVRY e YLS/CMI) remete para o juízo profissional estruturado, de forma a diminuir o risco de subjetividade dos dados para o estudo de validação do SAVRY e para o estudo de validade concorrente entre este e o YLS/CMI, foram contratados 2 colaboradores externos, licenciados em Psicologia, e a concluir os estudos de Mestrado em Psicologia da Justiça.

Os colaboradores receberam formação sobre o SAVRY e o YLS/CMI, com a duração de 12h (para cada instrumento), e realizaram 6 casos práticos.

Para evitar efeitos de ordem na cotação dos instrumentos (SAVRY e YLS/CMI) e para o estudo da validade intercotadores do SAVRY, foram selecionados 30 jovens da amostra global, de ambos os sexos, institucionalizados em Centros Educativos. Com base na mesma informação, os colaboradores e a investigadora principal classificaram o risco de violência (SAVRY) e o risco de reincidência criminal (YLS/CMI) para os 30 jovens.

A amostra da investigação foi calculada a partir do programa *Statistic*. Recorreu-se à *one way Anova*, seleccionou-se um poder estatístico de .80 e um $\alpha = .05$, com a divisão da amostra por dois grupos: um grupo normativo (os/as alunos/as das Escolas) e um grupo forense (jovens institucionalizados em Centros Educativos). Obteve-se um resultado de 150 jovens por cada grupo, ou seja, N=300.

A seleção dos jovens que constituem a amostra foi baseada nos seguintes critérios:

- A) Adolescentes envolvidos com o sistema de justiça de menores pela prática de atos tipificados como crime, preferencialmente ofensas violentas;
- B) Adolescentes que (aparentemente) não apresentavam tendência ao risco e à violência;

- C) Uma aproximação aos procedimentos de seleção de amostra de estudos com o SAVRY noutros países europeus³⁶, e nos estudos originais.

A amostra (N=300) foi dividida o mais equitativamente possível entre os colaboradores e a investigadora principal. Durante a recolha dos dados, foram utilizados os seguintes procedimentos:

- a) Recolha de consentimento informado aos jovens e aos pais³⁷;
- b) Nas escolas, cada jovem preencheu o Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada num computador com acesso à internet, e na presença do/a avaliador/a. No fim, foi consultado o processo escolar do jovem;
- c) Nos Centros Educativos, sempre que possível, foi consultado primeiro o processo de cada jovem, e posteriormente foi administrado o Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada através de entrevista estruturada;
- d) A confidencialidade e o anonimato foram sempre assegurados ao longo da recolha dos dados;
- e) Todas as dúvidas colocadas pelos jovens relativas ao inquérito foram devidamente esclarecidas;
- f) O SAVRY foi classificado para cada aluno;
- g) O SAVRY e o YLS/CMJ foram classificados para cada jovem institucionalizado, e no mesmo período temporal, de forma a permitir o estudo da validade concorrente entre os instrumentos.

Nos Centros Educativos, a recolha dos dados decorreu entre setembro de 2011 e fevereiro de 2012. Todas as raparigas institucionalizadas (no período temporal indicado) aceitaram fazer parte desta investigação, e todas foram entrevistadas. Os rapazes institucionalizados foram selecionados de acordo com a gravidade dos factos praticados, ou seja, apenas foram selecionados aqueles que tinham história de ofensas severas, e destes, foram entrevistados os que estavam disponíveis³⁸, e que concordaram em fazer parte deste estudo.

Atendendo a que a maioria dos jovens institucionalizados geralmente apresenta poucas competências ao nível da leitura e da interpretação linguística, e que nos Centros Educativos é

³⁶ Exemplos: Holanda (Henny Lodewijks), Espanha (Ed Hilterman), Suécia (Niklas Langstrom, finalizado por Riitakerttu Kaltiala-Heino), Alemanha (Martin Rieger), Noruega (Geir Tafjord e Kirsten Rasmussen), entre outros.

³⁷ O consentimento informado dos pais só foi solicitado nas Escolas. Nos Centros Educativos, a responsabilidade legal recai sobre o/a Diretor/a do Centro.

³⁸ Alguns dos jovens institucionalizados com história de ofensas graves/ severas encontravam-se em isolamento, e nestes casos, a entrevista não foi autorizada.

proibida a disponibilização de equipamentos com acesso à internet aos jovens (como é o caso de *pen drives* de banda-larga), o Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada foi administrado em jeito de entrevista estruturada.

Nos Centros Educativos, as entrevistas decorreram individualmente numa sala, durante cerca de 30 a 45 minutos. Cada entrevistador/a inseriu as respostas do jovem no computador, conforme as recebia, sem alterar palavras ou frases proferidas, para garantir a fiabilidade dos dados. Cada avaliador/a consultou o processo jurídico, clínico e social de cada jovem entrevistado. Devido às atividades dos jovens nos Centros Educativos, e à indisponibilidade (ocasional) de salas para as entrevistas, em alguns casos, não foi possível manter a lógica procedimental inicialmente pensada. Primeiro procedeu-se à consulta do processo, e posteriormente à entrevista com o jovem. No entanto, esta alteração de procedimento não comprometeu a fiabilidade dos dados recolhidos, apenas a tornou mais morosa, pois sempre que o/a avaliador/a se apercebia de incongruências entre o relato do/a jovem e a informação do processo, recorreu a uma conversa informal com o/a técnico/a responsável pelo/a jovem, o/a coordenador/a ou o Diretor/a, de forma a esclarecer as suas dúvidas.

Uma vez que o estudo da validade intercotadores revelou não existir efeito de ordem em relação a estes instrumentos, o SAVRY e o YLS/CMI foram classificados sem ordem preferencial, ainda que no mesmo período temporal.

Durante a recolha dos dados nos Centros Educativos, cada avaliador/a transportou o seguinte material:

- a) Bloco de notas e caneta;
- b) Portátil e *pen-drive* de acesso à internet;
- c) Gravador (entrevistas).

Os colaboradores externos foram instruídos para:

- a) Levar apenas o material necessário à investigação e alimentação;
- b) Não aceder a pedidos ou perguntas pessoais dos jovens;
- c) Garantirem a sua segurança no momento das entrevistas.

As Escolas foram seleccionadas de acordo com a zona de conforto da investigadora principal e dos seus colaboradores. Com vista à identificação das escolas com projeto TEIP³⁹ foi consultada

³⁹ Território Educativo de Intervenção Prioritária.

a lista de escolas da Direção Regional de Educação do Norte em www.dgidec.min-edu.pt. Para a identificação das escolas “modelo” e das escolas “intermédias” foram consultados os Relatórios Anuais de Atividade de Avaliação Externa das Escolas (desde 2006 a 2010) em www.ige.min-edu.pt, na seguinte sequência: “o que fizemos/ Avaliação/ Avaliação externa das escolas”.

Em cada escola foi selecionada aleatoriamente uma turma do 7º ao 12º ano (perfazendo um total de seis turmas), e em cada turma foram selecionados aleatoriamente 9 adolescentes de ambos os sexos (perfazendo um total de 150 participantes).

Nas Escolas, a recolha de dados decorreu entre março e junho de 2012. Foi consultado o processo escolar de cada participante, e o inquérito foi administrado simultaneamente a 10 alunos/as, em salas equipadas com computadores (com acesso à internet), e na presença do/a avaliador/a. Para colmatar a escassa informação dos processos escolares, foram enviados breves inquéritos aos Diretores de Turma, mas apenas foram devolvidos 30% dos inquéritos.

A avaliação do risco de violência e do risco de reincidência criminal realizada pelos colaboradores externos foi sujeita à supervisão da investigadora principal durante reuniões periódicas de discussão de casos, no âmbito da classificação do SAVRY e do YLS/CMI.

A Análise Fatorial Confirmatória foi realizada com base em correlações policóricas do SAVRY com 4 fatores, ou seja, a avaliação da validade de construto nas suas 3 facetas: Validade Fatorial, Convergente e Discriminante segundo critério do Fornell e Larcker (Maroco, 2010). A Validade Discriminante do SAVRY foi feita através da comparação dos resultados obtidos no grupo normativo (Escolas) com os do grupo forense (Centros Educativos). A Validade de Conteúdo foi estabelecida através do Índice de Validade de Conteúdo de Lawshe com base na avaliação dos avaliadores se o item é crítico (sim/não).

A Fiabilidade das dimensões do SAVRY foi calculada pelo alfa de Cronbach para itens ordinais. Foi utilizado o coeficiente alfa de *cronbach* do SAVRY (0.82 para o grupo experimental; 0.84 para o grupo de controlo). Para avaliar a Fiabilidade Inter-Cotadores para cada item, domínio e sumário de risco do SAVRY, recorreu-se a uma análise de fiabilidade no SPSS, usando o Coeficiente de Correlação Intraclassa (ICC). Como as variáveis SAVRY são ordinais, a Concordância Inter-cotadores foi feita com o *Kappa* de Cohen para mais que dois avaliadores. Para perceber qual ou quais dos avaliadores são menos consistentes, foram calculados os *Kappa* de Cohen para dois avaliadores (SPSS), comparando a investigadora principal.

Foi realizada uma regressão ordinal, de forma a determinar quais são os fatores de risco/protetores mais preditores do risco de violência juvenil na amostra.

Finalmente, foi feito um estudo de Validade Concorrente do SAVRY com os fatores da escala YLS/CMI.

No próximo ponto serão descritos os instrumentos utilizados nesta investigação, designadamente: o SAVRY, o YLS/CMI e o Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada.

3. INSTRUMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

3.1. *THE STRUCTURED ASSESSMENT OF VIOLENCE RISK IN YOUTH – SAVRY*

A estrutura do SAVRY (Borum et al., 2006) foi modelada a partir da existência de protocolos de juízo profissional estruturado para o risco de violência em adultos (Webster et al., 1997), mas o conteúdo dos seus itens é específico para o risco de violência em adolescentes. O objetivo dos autores era o de desenvolver um guia de avaliação, que respeitasse os seguintes critérios:

- a) Sistemático: cobertura dos domínios básicos dos fatores de risco e proteção conhecidos, apresentando-se definições operacionais claras para cada um deles;
- b) Empiricamente fundamentado: os itens são baseados na melhor investigação disponível, e nas orientações da prática da avaliação do risco de violência juvenil;
- c) Foco desenvolvimental: os fatores de risco e de proteção são selecionados com base no modo como funcionam com adolescentes, por oposição a crianças e adultos;
- d) Orientado para a reabilitação: a avaliação do risco deve ter implicações diretas na reabilitação, incluindo a consideração de fatores dinâmicos que possam ser alvos úteis para a intervenção na redução do risco;
- e) Flexível: permite considerar fatores individuais ou específicos para cada caso, bem como aqueles que derivam da investigação;
- f) Prático: a sua cotação não deverá requerer muito mais tempo para além daquele que é necessário para a recolha de informação numa avaliação competente.

O SAVRY é composto por 24 itens de risco e 6 itens de proteção, retirados da investigação existente e da prática profissional acerca do desenvolvimento de adolescentes, e da agressão e violência protagonizada por jovens. Cada item de risco tem uma estrutura de cotação em três níveis (baixo, moderado, elevado), com orientações de cotação específicas, e cada item de proteção tem uma estrutura de cotação em dois níveis (presente, ausente).

O critério primário para a seleção de itens foi o tamanho e a robustez da relação empírica entre o item e a violência, identificada através de revisões prévias, meta-análises e estudos originais com populações adolescentes (e.g.: Howell, 1997; Hawkins et al., 1998; Lipsey & Derzon, 1998; Hawkins et al., 2000; Hann & Borek, 2001). A base da pesquisa sobre fatores protetores de violência em adolescentes foi muito menos extensa (*U.S. Department of Health & Human Services*, 2001), portanto só foram selecionados aqueles fatores que os autores consideraram mais promissores (tabela 23).

Tabela 23

Itens do SAVRY (Tradução e adaptação autorizada, da responsabilidade de Ana Castro e Jorge Negreiros, 2012)

Itens de Risco Históricos	Itens de Risco Individuais/ Clínicos
1. História de Comportamento Violento	17. Atitudes Negativas
2. História de Comportamento não Violento	18. Impulsividade/ Comportamento de Risco
3. Início Precoce de Comportamento Violento	19. Problemas com o Uso de Substâncias
4. História de Incumprimento de Medidas de Intervenção	20. Dificuldade de Controlo da Raiva
5. História de Autoagressão ou Tentativas de Suicídio	21. Baixo Nível de Empatia/ Remorso
6. Exposição à Violência Familiar	22. Défice de Atenção/ Problemas de Hiperatividade
7. História de Abuso Físico ou de Negligência na Infância	23. Fraca Aceitação/ Adesão ao à Intervenção
8. História de Comportamento Criminal Parental (ou dos cuidadores)	24. Baixa Motivação/ Compromisso Escolar
9. Rutura nos Cuidados Prestados na Infância	
10. Fraco Desempenho Académico	
Itens de Risco Sociais/ Contextuais	Itens Protetores
11. Associação a Pares com Atividade Antissocial ou Delinquente	P1. Envolvimento Prossocial
12. Rejeição pelo Grupo de Pares	P2. Suporte Social Forte
13. Stress e Mecanismos de <i>Coping</i> inadequados	P3. Vinculação/ Fortes Ligações Afetivas
14. Práticas Parentais Ineficazes	P4. Atitudes Positivas Face à Intervenção e à Autoridade
15. Suporte Pessoal / Social Reduzido	P5. Forte Motivação/ Compromisso Escolar
16. Inserção em Comunidades Marginalizadas	P6. Resiliência

O SAVRY foi concebido para auxiliar os profissionais na avaliação e no juízo final sobre o risco de violência juvenil. O Manual do Profissional dá apoio ao instrumento, providenciando um racional claro para a inclusão de cada um dos itens, e fornece critérios de cotação definidos operacionalmente para aumentar a fiabilidade. No entanto, os avaliadores podem optar pela utilização de testes suplementares, instrumentos ou escalas de cotação para avaliar e medir um fator de risco ou um fator protetor em particular.

A ênfase nos fatores dinâmicos de risco/necessidades do SAVRY permite acompanhar os contornos do desenvolvimento na adolescência. Dado que a adolescência é um período de mudanças significativas – a nível físico, psicológico, social e emocional – e dado que a maioria dos jovens que são violentos durante a adolescência não persiste com este tipo de comportamento na sua vida futura (Farrington, 2004), é importante reconhecer que, para muitos adolescentes, a natureza e o grau do risco de violência pode mudar ou variar frequentemente. É crucial considerar que, comparativamente à idade adulta, as manifestações de certos traços de personalidade e comportamentos na infância e adolescência são muito menos estáveis ao longo do tempo, em diferentes contextos e situações (Cauffman & Steinberg, 1995, 2000; Steinberg & Cauffman, 1996, 1999; Grisso, 1998; Steinberg & Schwartz, 2000). No plano desenvolvimental, os jovens encontram-se num estado de mudança muito mais ativa e, por conseguinte, a manifestação de certos traços ou perturbações pode variar em diferentes momentos do desenvolvimento psicossocial e emocional. Este processo faz dos adolescentes “alvos em movimento”, sendo, consequentemente, mais difíceis de caracterizar com base em observações feitas em momentos isolados no tempo (Grisso, 1996, 1998).

Os itens do SAVRY estão divididos em quatro domínios: Histórico, Social/ Contextual, Individual/ Clínico, e Protetores. Estas classificações são racionais/conceituais, na medida em que não se pretende que os domínios funcionem enquanto “escalas” no sentido psicométrico tradicional.

FATORES DE RISCO HISTÓRICOS

Os Fatores de Risco Históricos baseiam-se em comportamentos ou experiências passadas, tais como episódios anteriores de violência. São geralmente estáticos e não sujeitos a mudança. Estes fatores são incluídos porque demonstraram estar associados, na literatura empírica, com a recidiva de risco de violência juvenil, ainda que sejam menos úteis do que os outros fatores em termos de necessidades de avaliação e planeamento de intervenção. No entanto, estes fatores de risco históricos tendem a ter associações estatísticas consistentes com violência futura e podem ser úteis para ancorar níveis de risco relativos. Os fatores de risco históricos incluídos são: história de comportamento violento, história de comportamento não violento, início precoce de comportamento violento, história de incumprimento de medidas de intervenção, história de autoagressão ou tentativas de suicídio, exposição à violência familiar, história de abuso físico ou de negligência na infância, história de comportamento criminal parental (ou dos cuidadores), rutura nos cuidados prestados na infância, fraco desempenho académico.

FATORES DE RISCO SOCIAIS / CONTEXTUAIS

Os fatores de risco sociais e contextuais consideram a influência das relações interpessoais (i.e., pares, família), a ligação às instituições sociais e o meio envolvente. Estão incluídos os seguintes: associação a pares com atividade antissocial ou delinquente, rejeição pelo grupo de pares, *stress* e mecanismos de coping inadequados, práticas parentais ineficazes, suporte pessoal/social reduzido, inserção em comunidades marginalizadas.

FATORES DE RISCO INDIVIDUAIS/ CLÍNICOS

Os Fatores de Risco Individuais/ Clínicos focalizam-se nas atitudes e aspetos-chave do funcionamento psicológico e comportamental dos jovens, designadamente: atitudes negativas, impulsividade/ comportamento de risco, problemas com o uso de substâncias, défice de controlo da raiva, baixo nível de empatia/ remorso, défice de atenção/ problemas de hiperatividade, fraca aceitação/ adesão à intervenção, baixa motivação/ compromisso escolar.

FATORES PROTETORES

A presença de um ou mais fatores de risco não significa a certeza de que a violência ocorra. Tal como há fatores de risco que aumentam a probabilidade de violência, também há fatores protetores individuais e contextuais que podem reduzir o impacto negativo (i.e., amortecer) de um fator de risco ou atuar de forma a diminuir a probabilidade de um desenlace violento. Os fatores protetores podem mitigar a apreciação do risco ou, em certas circunstâncias, podem ser integrados no tratamento ou no planeamento da intervenção, de modo a realçar ou a facilitar os esforços de redução de riscos.

Os fatores protetores podem ser positivos (i.e., fatores que são notáveis pela sua presença, não pela ausência) ou negativos (i.e., fatores que são notáveis pela sua ausência). Embora a ausência de fatores de risco (i.e., fatores de risco negativos) possa ser utilizada na formulação de uma apreciação de risco, os fatores contidos nesta secção são todos positivos. Assim, no SAVRY, os Fatores Protetores são *“conceptualizados enquanto variáveis que refletem o envolvimento e o compromisso com a sociedade convencional, que servem de controlo em relação a atividades não normativas e que se referem a atividades incompatíveis com a transgressão normativa”* (Jessor et al., 1995, p. 931). Embora a investigação empírica acerca dos fatores protetores seja relativamente limitada, os autores optaram por incluir os seguintes no SAVRY: envolvimento prossocial, suporte social forte, vinculação/ fortes ligações afetivas, atitudes positivas face à intervenção e à autoridade, forte motivação/ compromisso escolar, resiliência.

FATORES DE RISCO ADICIONAIS E OUTROS FATORES PROTETORES

O SAVRY não é necessariamente exaustivo na identificação de todos os potenciais fatores de risco em todos os casos, e por essa razão, foi incluída no protocolo de avaliação uma secção destinada ao registo de “Outros Fatores Protetores”.

No decurso de um processo de avaliação de risco ou de padrões na história de episódios passados de violência de um indivíduo, podem emergir fatores adicionais ou variáveis situacionais que são importantes para perceber o potencial de violência futura da pessoa. Estes fatores também devem ser devidamente considerados e pesados quando se produzem as conclusões finais. Quaisquer fatores adicionais pertinentes devem ser documentados. Por exemplo, uma avaliação pode revelar que um adolescente evidencia um padrão especialmente convincente e grave de crueldade em relação aos animais que, no contexto de outros dados, aparece associado ao risco desse indivíduo para a violência interpessoal. Embora a maioria

concorde certamente que a crueldade com animais é um comportamento antissocial, a força da investigação empírica que associa especificamente a crueldade com os animais na infância e a violência interpessoal subsequente, e relativamente ao tamanho do efeito de outras variáveis descritas na literatura, não foi suficiente para garantir a sua inclusão como um item padronizado no SAVRY (Miller, 2001). Muitas vezes os avaliadores consideram este fator por causa da existência de conhecimentos em torno da “tríade” enurese noturna, fogo posto e crueldade em relação aos animais – uma constelação para a qual existe pouco suporte empírico. Contudo, se a crueldade com os animais é um fator que o avaliador considere significativo na sua apreciação do risco num dado caso, deve registá-lo no Protocolo de Avaliação como um “Fator de Risco Adicional”.

QUALIFICAÇÕES DO UTILIZADOR

O SAVRY pode ser utilizado por profissionais numa variedade de disciplinas que realizem avaliações e/ou efetuem planos de intervenção/supervisão respeitantes ao risco de violência juvenil. Os profissionais que empreendam esta atividade devem conhecer e respeitar todas as leis relevantes, políticas e padrões éticos, incluindo a prática exclusiva dentro da sua área de competência. No mínimo, os utilizadores do SAVRY devem possuir qualificação especializada (i.e., conhecimento, treino, experiência) no campo da condução de avaliações individuais, do desenvolvimento de crianças e adolescentes e da violência juvenil. Em geral, psicólogos, psiquiatras, oficiais de justiça devidamente treinados e assistentes sociais com a necessária especialização, possuem qualificação para utilizar o SAVRY.

ORIENTAÇÕES DE UTILIZAÇÃO

O SAVRY foi concebido para ser utilizado como um “auxiliar” ou “guia” na avaliação profissional do risco e na planificação de intervenções destinadas à gestão do risco de violência juvenil. Dirige-se especificamente ao apoio à avaliação de risco em adolescentes dos 12 aos 18 anos. Embora possa ser administrado a jovens ligeiramente mais novos ou mais velhos em relação às idades-alvo, recomenda-se uma cautela acrescida porque os itens do SAVRY foram selecionados com base primariamente na investigação conduzida acerca de adolescentes entre os 12 e os 18 anos. Para os jovens que fiquem de fora deste intervalo de idades, é recomendável que os clínicos considerem a utilização de outros protocolos de Juízo Profissional Estruturado de risco, tais como o *Historical Clinical Risk Management-20* (HCR-20; Webster et al., 1997) para jovens adultos, e o *Early Assessment Risk List for Boys* (EARL-20B; Augimeri et

al, 2001) ou o *Early Assessment List for Girls* (EARL-21G; Levene et al., 2001) para crianças abaixo dos 12 anos.

O SAVRY pode ser útil em avaliações com adolescentes quer do sexo masculino quer do sexo feminino, uma vez que a maioria da investigação existente sugere que muitos fatores de risco e de proteção operam de modo semelhante em ambos os géneros (e.g.: Huizinga, Esbensen, & Weither, 1991; Simourd & Andrews, 1994; Rowe et al., 1995; Pepler & Sedighdeilami, 1998; Moffitt et al., 2001; Boesky, 2002; Moretti & Odgers, 2002; Blum, J., Ireland, & Blum, R. 2003; Connor, Steingard, Anderson, & Melloni, 2003; Moretti, Catchpole, & Odgers, 2005; Odgers, Moretti, & Reppucci, 2005a). Sempre que exista investigação conhecida que indique que um dado fator de risco possa aplicar-se diferentemente em função do género, os autores darão conta do facto nas descrições específicas desse item no Manual do Profissional do SAVRY (Borum et al., 2006).

O SAVRY não é concebido para ser um teste formal ou uma escala. Cada fator de risco é cotado numa escala de três níveis, mas não lhe é atribuído um valor numérico. Não há resultados especificados para “pontos de corte”, nem existem dados disponíveis de momento acerca do grau de correspondência dos itens do SAVRY – convertidos em pontos – a índices percentílicos ou a uma cotação de base relativa (i.e., acima, abaixo) para grupos de referência específicos. Na perspetiva dos autores, a função fundamental deste instrumento é apoiar a estruturação da avaliação, de modo que os fatores importantes, com suporte consistente na investigação, não sejam esquecidos e sejam devidamente enfatizados na formulação de um julgamento profissional final acerca do risco.

ORIENTAÇÕES DE COTAÇÃO E AVALIAÇÃO

O termo “violência” comporta muitos significados. Quando se conduz uma avaliação do risco, é útil para o avaliador definir os tipos de comportamento(s) ou danos em consideração ao caso (e.g., agressão sexual contra rapazes pubescentes vs. entrar em lutas de *gangs*). Não é intenção dos autores propor uma definição de violência que seja mais “correta” do que outra. A definição utilizada no Manual Profissional pretende providenciar uma referência comum de linguagem e comportamento para a variedade de avaliadores que utilizem este instrumento.

Para fins de classificação do SAVRY, o termo violência é definido genericamente para significar (a) um ato de agressão ou violência física suficientemente grave para causar ferimentos a outra(s) pessoa(s) (e.g., cortes, contusões, fraturas de ossos, morte), independentemente da

ocorrência real de ferimentos; (b) qualquer ato de agressão sexual violenta; ou (c) uma ameaça feita com uma arma na mão. Em geral, estes atos deverão ser suficientemente graves a ponto de resultarem, ou poderem resultar, numa acusação criminal. Ferimentos acidentais ou não intencionais não se incluem. As ameaças feitas na ausência de qualquer agressão ou violência física não são consideradas, de um modo geral, atos violentos, segundo esta definição. De forma semelhante, a posse de uma arma não se inclui, a menos que o jovem a utilize contra alguém ou ameace alguém com ela.

FIABILIDADE E VALIDADE

O objetivo central do modelo *SPJ* é melhorar o juízo profissional, estruturando a avaliação, e não, otimizar o rigor classificatório de uma fórmula ou resultado específicos do teste. De acordo com esta perspetiva, a investigação deve focar-se primariamente na validade de cotações profissionais de risco, e não no cumprimento de resultados baseados em pontos de corte.

No entanto, para fins de pesquisa, os resultados de alguns instrumentos *SPJ* têm sido frequentemente gerados para conduzir algumas análises estatísticas tradicionais como ponto de referência do desempenho tanto do item isolado como em termos globais. A variável “total de risco” do *SAVRY* (*SAVRY Risk Total*) foi criada especificamente com este objetivo. Esta variável é calculada transpondo todas as 24 cotações de risco dos itens (baixo, moderado e elevado) para valores numéricos (0, 1 e 2, respetivamente), e somando depois os valores. Os fatores protetores não são transpostos ou subtraídos do total. Embora o “total de risco” do *SAVRY* forneça uma medida geral da relação entre os itens e o critério de violência, esta variável não é utilizada na prática para decisões de classificação.

Atendendo a que os instrumentos de juízo profissional estruturado (*SPJ*) não têm uma orientação numérica, a interpretação dos resultados da investigação e a aplicação de critérios é mais complexa do que nos testes psicométricos tradicionais.

Segue-se um resumo de alguns estudos sobre a validade preditiva do *SAVRY*, publicados entre 2001 e 2008 (tabela 24).

Tabela 24

Resumo da validade preditiva do SAVRY para a violência institucional ou comunitária

Estudo	Tipo de Investigação	Força de Associação
Catchpole & Gretton (2003)	Community violence Retrospective study N = 66 (90% boys) Follow-up: 12 months post release	Violent recidivism: Risk Total, AUC = .73**
Dolan & Rennie (2008)	Community violence Prospective study N = 99 (boys) Follow-up: 6 months post release	Violent recidivism: Risk Total, AUC = .64* Risk Rating, AUC = .64* General recidivism: Risk Total, AUC = .69* Risk Rating, AUC = .69*
Fitch (2002)	Community violence Retrospective study N = 82 (47 boys, 35 girls) Follow-up: 18 months	Males: Risk Total, $r = .50^{**}$: Females: Risk Total, $r = .72^{***}$ Males and females: Risk Total, $r = .56^{**}$
Gammelgård, Weitzman-Henelius, & Kaltiala-Heino (2008)	Community violence Retrospective study N = 208 (boys and girls)	Violent incidents: Risk Total, AUC = .71** Risk Total, OR = 27.85 (high-low) Risk Total, OR = 3.83 (mod-low)
Gretton & Abramowitz (2002)	Community violence Retrospective study N = 176 (94% boys) Follow-up: 12 months	Violent recidivism: Risk Total, AUC = .67* Risk Rating, AUC = .74**
Hilterman (2007)	Community violence Prospective study N = 85 (72 boys; 13 girls) Follow-up: 10 -18 months	Violent recidivism: Risk Total, AUC = .78** Risk Rating, AUC = .74**
Lodewijks, Doreleijers, & De Ruiter (2008-a)	Community violence Retrospective study N = 117 (95% boys) Follow-up: 36 months	Violent recidivism: Risk Total, AUC = .65* Risk Rating, AUC = .71*
Lodewijks, Doreleijers, De Ruiter, & Borum (2008-b)	Institutional violence Prospective study N = 66 (boys) Follow-up: 18 months	Violent incidents: Risk Total, AUC = .80*** Risk Rating, AUC = .86*** Aggressive incidents: Risk Total, AUC = .73*
Lodewijks, De Ruiter, & Doreleijers (2008-c)	Community violence Prospective study N = 82 (47 boys, 35 girls) Follow-up: 18 months post release	Violent recidivism: Risk Total, AUC = .76** (boys); .84* (girls) Risk Rating, AUC = .82*** (boys); .85*** (girls)
McEachran (2001)	Community violence Retrospective study N = 108 (boys) Follow-up after release: 36 months	Violent recidivism: Risk Total, AUC = .70* Risk Rating, AUC = .89**
Myers & Schmidt (2008)	Community violence Prospective study	(Statistical significance levels not reported) Violent recidivism:

	<i>N = 121</i> <i>Follow-up: 1 yr and 3 yr</i>	<i>Risk Total (1yr), AUC = .66</i> <i>Risk Total (3yr), AUC = .77</i> <i>General recidivism:</i> <i>Risk Total (1yr), AUC = .75</i> <i>Risk Total (3yr), AUC = .76</i> <i>Non-violent recidivism:</i> <i>Risk Total (1yr), AUC = .80</i> <i>Risk Total (3yr), AUC = .68</i>
Rieger, Stadtland, Freisleder, & Nedopil (2006)	<i>Community violence</i> <i>Retrospective study</i> <i>N = 89 (boys)</i> <i>Follow-up: 12 months</i>	<i>Violent recidivism:</i> <i>Risk Total, AUC = .69*</i>
Viljoen et al. (2008)	<i>Institutional Offending & Community Offending</i> <i>Prospective study</i> <i>N = 169 boys adjudicated for sexual offenses</i> <i>Follow-up: 1 yr in Tx</i> <i>6.5 yrs in community</i>	<i>Sexual aggression during treatment:</i> <i>Risk Total, AUC = .52</i> <i>Risk Rating, AUC = .51</i> <i>Non-sexual aggression during treatment:</i> <i>Risk Total, AUC = .69***</i> <i>Risk Rating, AUC = .59</i> <i>Sexual offense in community:</i> <i>Risk Total, AUC = .53</i> <i>Risk Rating, AUC = .51</i> <i>Serious non-sexual violent offense in community:</i> <i>Risk Total, AUC = .69*</i> <i>Risk Rating, AUC = .56</i> <i>Any offense in community:</i> <i>Risk Total, AUC = .58</i> <i>Risk Rating, AUC = .50</i>
Welsh, Schmidt, McKinnon, Chattha, & Meyers (2008)	<i>Community violence</i> <i>Prospective study</i> <i>N = 133</i> <i>Avg. Follow-up: = 35.8 months</i>	<i>(Statistical significance levels not reported)</i> <i>Violent recidivism:</i> <i>Risk Total AUC = .81</i> <i>General recidivism:</i> <i>Risk Total AUC = .77</i>

Note. AUC = Area Under the Curve. OR = Odds Ratio. r = Pearson correlation coefficient.
** p < .05, ** p < .01, *** p < .001 (two-tailed).*

3.2. THE YOUTH LEVEL OF SERVICE/ CASE MANAGEMENT INVENTORY – YLS/CMI

O YLS/CMI (Hoge et al., 2002) foi criado para avaliar os níveis de risco de reincidência de delinquentes juvenis e as suas necessidades criminógenas. Os itens que compõem a primeira parte deste instrumento são largamente consensuais na literatura específica da delinquência juvenil (Andrews & Bonta, 1995; Andrews, Bonta, & Wormith, 2004).

O YLS/CMI é constituído por 7 partes: i) Avaliação dos riscos e das necessidades; ii) Resumo dos riscos e das necessidades; iii) Avaliação de outras necessidades e considerações especiais; iv) Avaliação pessoal do nível geral de risco/necessidades do jovem; v) Nível de contacto; vi) Plano de gestão do caso; vii) (Re)avaliação da gestão do caso.

A primeira parte, avaliação dos riscos e das necessidades, é constituída por 42 itens distribuídos por oito domínios: 1) Delitos e medidas anteriores e atuais; 2) Contexto familiar / Práticas parentais; 3) Educação / Emprego; 4) Relação com os pares; 5) Abuso de substâncias; 6) Tempos livres; 7) Personalidade / Comportamento; 8) Atitudes / Orientação.

Cada item da YLS/CMI é codificado como “presente” ou “ausente”, sendo possível calcular um score por domínio e um score final, variando este entre 0 e 42. Estes cálculos são efetuados na segunda parte da escala. No que respeita ao score final são definidos 4 categorias de risco: Baixo Risco (0 a 8); Moderado Risco (9 a 22); Alto Risco (23 a 34) e Muito Alto Risco (35 a 42).

Na terceira parte da escala são assinaladas a presença ou ausência de outras necessidades e considerações especiais relacionadas com família/pais do jovem e com o jovem.

Na quarta parte, avaliação pessoal do nível geral de risco/necessidades do jovem, o técnico, caso seja divergente da escala, estima, justificando devidamente, o nível de risco dos jovens (*override*).

As últimas três partes do inventário incidem sobre a gestão do caso⁴⁰. Na quinta parte determina-se o nível de contacto com o jovem. Na sexta parte elabora-se o plano de gestão do caso, assinalando os objetivos e as ações para os atingir. Finalmente, a sétima parte permite a reavaliação da gestão do caso, através da sinalização de mudanças nos níveis de risco, dos níveis de contacto com o jovem e dos progressos ou revisões do plano.

⁴⁰ Nesta investigação as três últimas partes do YLS/CMI não foram cotadas, uma vez que apenas se pretendia averiguar o nível de risco, e não planear a intervenção do caso.

O *YLS/CMI* é cotado por técnicos, devidamente credenciados, que devem utilizar toda a informação disponível sobre o jovem avaliado, designadamente através de entrevistas com o jovem, revisão dos registos dos processos e informação obtida de fontes colaterais.

Os dados normativos originais do *YLS/CMI* resultam de um trabalho de investigação, desenvolvido na Universidade de Lakehead (Jung, 1996, *cit. in* Jung & Rawana, 1999). Os dados obtidos nesta investigação baseiam-se numa amostra de 264 jovens ofensores (173 do sexo masculino e 91 do sexo feminino), entre os 12 e os 17 anos de idade, a quem foram aplicadas medidas tutelares institucionais ou não institucionais.

Em 2008, a Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais iniciou o processo de tradução, adaptação e validação do *YLS/CMI* para a população de jovens em contacto com o sistema de justiça de menores. Foram estabelecidos os dados normativos para Portugal com base numa amostra de 2363 jovens, do sexo feminino e masculino, na fase pré-sentencial e pós-sentencial (neste último caso incluindo medidas tutelares educativas em execução na comunidade e em meio institucional). Os jovens participantes tinham entre 12 e 21 anos de idade, 85% eram do sexo masculino (n= 1998) e 15% eram do sexo feminino (n= 365), e 91% eram Portugueses. Setenta e oito por cento dos jovens (N= 1835) encontravam-se na fase pré-sentencial, 14% (N= 335) com medidas tutelares educativas em execução na comunidade, e 8% (N=193) com medidas de internamento. Nas medidas de internamento foram incluídos 35 jovens internados em centro educativo em medida cautelar de guarda, embora formalmente se encontrem na fase pré-sentencial. Os primeiros perfis de risco obtidos permitem diferenciar os jovens em função da fase judicial em que se encontram, do comportamento criminal atual e anterior e de diversas variáveis relativas ao seu contexto sociocultural (Pimentel, Quintas, Fonseca, & Serra, no prelo).

3.3. O INQUÉRITO DE VIOLÊNCIA JUVENIL AUTORREVELADA⁴¹

A técnica da autorrevelação na avaliação da delinquência surge nos anos 40, com o trabalho de Portfield nos Estados Unidos da América. Apesar do seu desenvolvimento durante os anos 50, é com a Escala de Guttman sobre a delinquência que a técnica da autorrevelação tem o seu grande avanço (Nye & Short, 1957). Nesta Escala, cada item mede uma única dimensão e deve ser classificado segundo uma hierarquia. Um item pode ser considerado “positivo” ou “presente” se em questões semelhantes, colocadas com outro sentido, também forem dadas respostas afirmativas (e.g.: alguém que respondesse afirmativamente à questão “fuma mais do que 15 cigarros por dia?”, também deveria responder afirmativamente às seguintes: “fuma mais do que 10 cigarros por dia?”; “fuma mais do que 5 cigarros por dia?”).

Apesar de alguns autores terem identificado problemas metodológicos relacionados com o uso de inquéritos de autorrelato para avaliação da delinquência (e.g.: Hindelang, Hirschi, & Weiss, 1981; Aebi, 1999, 2006; Junger-Tas, Haen & Marshall, 1999; Thornberry, Krohn, 2000; Aebi & Jaquier, 2008), os inquéritos de delinquência autorrevelada são considerados a ferramenta que melhor atesta as teorias criminológicas, especialmente aquelas que tentam explicar a delinquência juvenil.

Desde os anos 60, que a maioria das teorias criminológicas tem sido desenvolvida na base de inquéritos de delinquência autorrevelada. Na Europa, estes inquéritos desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de teorias de grande relevo para a Criminologia, designadamente: a Teoria do Potencial Antissocial Cognitivo Integrado (*Integrated Cognitive Antisocial Potential Theory*) de David P. Farrington (ICAP) e a Teoria Da Ação Situacional (*Situational Action Theory*) de Peter Wikstrom (SAT).

Em países com pouca tradição no uso de inquéritos de delinquência autorrevelada, como é o caso da Itália, os poucos estudos feitos não têm grande impacto no desenvolvimento de políticas criminais ou grande influência em políticas locais. Mas, quando os inquéritos de delinquência autorrevelada são utilizados em contexto criminal, frequentemente são inspiradores de reformas penais/ jurídicas, como é por exemplo o caso do Reino Unido (*Cambridge Study in Delinquent Development*), da Finlândia, da Alemanha e da Holanda.

Na Europa, os inquéritos de delinquência autorrevelada têm-se tornado numa medida padronizada da delinquência. No entanto, cada inquérito deve ser analisado em particular, assim

⁴¹ Em anexo.

como, a amostra em que deve incidir, e as condições de administração e de construção do inquérito, de forma a estabelecer o seu grau de validade.

Os primeiros inquéritos de delinquência autorrevelada eram realizados através de entrevistas, mas desde os anos 90, estes inquéritos são administrados através das seguintes técnicas:

- a) *Computer Assisted Personal Interview (CAPI)* - é o próprio entrevistador que administra o inquérito;
- b) *Computer Assisted Self-Administered Interview (CASI)* – o entrevistado lê as questões no monitor, e introduz as respostas diretamente no computador;
- c) *Computer Assisted Web Interview (CAWI)* – o entrevistado lê as questões no monitor, e introduz as respostas diretamente no computador. As respostas introduzidas são armazenadas numa base de dados *on-line*, à qual o entrevistador acedeu (previamente) através de uma palavra-passe;
- d) *Audio Computer Assisted Audio Self-Interviewing (ACASI)* – Semelhante ao *CAWI*, com a diferença da assistência áudio para pessoas com dificuldades de audição ou de leitura.

A comparação entre estas técnicas sugere pequenas diferenças ao nível da validade das respostas, obtidas. O uso do *ACASI* poderá solucionar parcialmente alguns problemas de iliteracia dos jovens institucionalizados, ou em abandono escolar precoce. O uso do *CAPI*, do *CASI* e do *CAWI* melhora a fiabilidade das respostas obtidas, porque reduz o risco de introdução de informação errada na base de dados.

O uso destas técnicas permite que em questionários complexos, o computador avance automaticamente para a questão relevante.

A comparação entre a presença/ ausência dos investigadores durante a administração dos inquéritos de delinquência autorrevelada, e garantia ou não do anonimato, revela que quando os investigadores estão presentes e o anonimato não é assegurado, são encontradas taxas de delinquência mais baixas.

As boas práticas para administração de inquéritos de delinquência autorrevelada incluem:

- a) Se administrados em Escolas devem incluir turmas de ensino especial ou jovens em abandono escolar;
- b) Estabelecer comparações no tempo e no espaço;
- c) Separar comportamentos problemáticos das ofensas simples;

- d) Incluir ofensas graves;
- e) Variáveis sociodemográficas;
- f) Uso do *CAPI*, *CASI* ou do *CAWI*, de forma a reduzir custos e o risco de introdução de erros na base de dados;
- g) Introduzir questões de vitimação de forma a obter um quadro mais completo da delinquência.

O Inquérito De Violência Juvenil Autorrevelada utilizado nesta investigação foi construído de raiz, para servir como ferramenta de recolha da informação sobre os jovens institucionalizados em Centros Educativos e sobre os jovens das Escolas Públicas. O principal objetivo deste inquérito era o de dar resposta aos itens do *SAVRY* e aos itens do *YLS/CMI*. Ou seja, recolher a perceção dos jovens, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos, sobre comportamentos de risco (incluindo consumos), ou antissociais, ou ilícitos, atitudes negativas, mecanismos de *coping*, relação com os pares, comprometimento e desempenho escolar, relação pais-filhos, práticas parentais, e características do meio residencial. No caso concreto dos jovens institucionalizados, foram introduzidas questões para avaliar o risco de reincidência criminal.

As perguntas do inquérito foram elaboradas com base na estrutura de 4 instrumentos:

- a) No guião de entrevista da *PCL:YV*;
- b) No Questionário Internacional sobre Delinquência Juvenil Autorrevelada (*International Self-Report Delinquency Project*; Centro de Investigação e Documentação, Ministério da Justiça, Haia, Holanda, 1991; traduzido pelo Centro de Estudos Judiciários, 1999);
- c) No guião de Entrevista do *YLS/CMI* (versão experimental para uso interno da DGRSP);
- d) No guião de Entrevista do *SAVRY* (Manual do Profissional).

As perguntas deste inquérito permitiram-nos obter informação sobre o seu estilo de vida do jovem, e as suas atitudes perante diferentes contextos, como por exemplo, em casa, com os amigos, na escola, em programas de intervenção, e ainda, sobre comportamento de risco e de vitimação, tais como: fugas de casa ou da escola; expulsões e/ ou suspensões da escola; idade de início do consumo de drogas, álcool e atividade sexual; maus-tratos; tentativas de suicídio. Também foram introduzidas questões de natureza sociodemográfica, já que a investigação e a prática clínica sugerem a sua relação com a delinquência.

Seguem-se algumas notas relativas às perguntas incluídas no Inquérito:

- a) A idade e a data de nascimento permitiram identificar o jovem, e assim, anexar ao seu processo de avaliação o autorrelato para classificação do SAVRY e/ou do YLS/CMI;
- b) Na pergunta “Os professores achavam que eras irrequieto/a e distraído/a?” – Apesar de “irrequieto/a” e “distraído/a” serem adjetivos distintos, o objetivo desta pergunta era o rastreio da hiperatividade, pelo que foi necessário incluir a condição “e”. Se este instrumento correspondesse a uma escala de atitudes, deveríamos respeitar o princípio de uma só ideia por pergunta, mas como estamos a avaliar comportamentos, não foi necessário obedecer a este princípio;
- c) Opções das perguntas: “Nunca”, “Raramente”, “Frequentemente”, “Sempre”. Tipologia adotada para evitar dúvidas na escolha da frequência relativa ao assunto em questão;
- d) “Alguma vez tentaste suicidar-te?” - Esta pergunta tem uma dupla função: oferece resposta direta a um dos itens do SAVRY, mas em conjunto com outras perguntas, também serve para averiguar mecanismos de *coping*;
- e) Inclui questões de prevalência generalista (“Fizeste”) num determinado período de tempo (“nos últimos 12 meses”) e de frequência (“quantas vezes”);
- f) Inclui questões de redireccionamento. Quando a pergunta não se aplica ao contexto de avaliação (ex.: questões sobre o cumprimento da medida tutelar-educativa a alunos de escolas públicas), automaticamente surge outra pergunta.
- g) Inclui questões contra a desejabilidade social/ manipulação da imagem.

O Inquérito De Violência Juvenil Autorrevelada está alojado num *WebSite* (<http://inquerito.golf4you.pt/>), e necessita de uma palavra-passe para acesso (ver figura 12). As respostas obtidas são armazenadas numa base de dados, à qual se acede com palavra-passe (<http://inquerito.golf4you.pt/Listagem.php> - ver figuras 13 e 14). Cada avaliador/a tinha a sua própria base de dados, e palavra-passe de acesso individual.

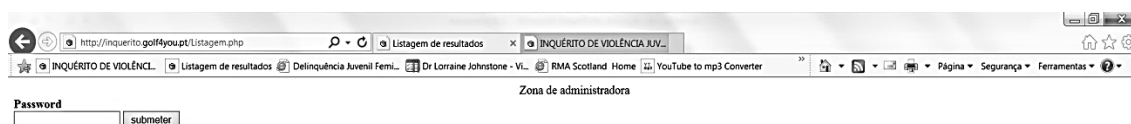


Figura 12. Acesso à base de dados geral do Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada

Legenda. Ilustração da página para introdução da palavra-passe, e que antecede o inquérito de violência juvenil autorrevelada.

Figura 13. Website do Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada

Legenda. Representa a página de rosto do inquérito, que é exibida imediatamente após a introdução da palavra-passe. A data de início e hora são automaticamente geradas. A selecção do nome do/ avaliador/a permite que as respostas do jovem (identificado pelo setting de avaliação, e idade) sejam armazenadas na base de dados do/a avaliador/a.

2011-11-22 11:45:23	83min	SantaClara	Inês Fernandes	5	18/03/1995	16	Peniche	detalhe	Apagar
2011-11-22 11:22:27	79min	SantaClara	Inês Fernandes	6	12/10/1993	18	Lisboa	detalhe	Apagar
2011-11-22 11:04:30	77min	SantaClara	Inês Fernandes	6	05/08/1995	16	Lisboa	detalhe	Apagar
2011-11-22 10:44:33	79min	SantaClara	Inês Fernandes	5	30/11/1996	14	Lisboa	detalhe	Apagar
2011-11-17 00:06:45	70min	Navarro de Paiva	Inês Fernandes	8	27/08/1994	17	Amadora	detalhe	Apagar
2011-11-16 23:49:12	72min	Navarro de Paiva	Inês Fernandes	6	16/11/2011	12	Amadora	detalhe	Apagar
2011-11-16 23:34:53	73min	Navarro de Paiva	Inês Fernandes	9	16/11/2011	14	Benfica	detalhe	Apagar
2011-11-16 23:19:11	72min	BelaVista	Inês Fernandes	9	03/03/1995	16	Amadora	detalhe	Apagar
2011-11-16 23:03:28	74min	BelaVista	Inês Fernandes	9	30/03/1995	16	Sintra	detalhe	Apagar
2011-11-16 22:45:12	68min	BelaVista	Inês Fernandes	6	24/10/1995	16	Lisboa	detalhe	Apagar
2011-11-16 22:30:13	69min	BelaVista	Inês Fernandes	6	17/08/1997	14	Guarda	detalhe	Apagar
2011-11-16 22:20:09	70min	BelaVista	Inês Fernandes	6	12/02/1993	18	Olivais	detalhe	Apagar
2011-11-16 20:40:31	90min	BelaVista	Inês Fernandes	9	09/11/1993	18	Lisboa	detalhe	Apagar
2011-11-16 20:25:10	72min	BelaVista	Inês Fernandes	7	12/08/1995	16	Portimão	detalhe	Apagar
2011-11-16 20:08:26	72min	BelaVista	Inês Fernandes	8	03/02/1994	17	Queluz	detalhe	Apagar
2011-11-16 19:29:05	82min	BelaVista	Inês Fernandes	9	16/02/1994	17	Margem Sul	detalhe	Apagar
2011-11-16 18:55:40	78min	BelaVista	Inês Fernandes	7	06/10/1993	18	Portimão	detalhe	Apagar
2011-11-16 18:35:48	78min	BelaVista	Inês Fernandes	8	18/08/1994	17	Algarve	detalhe	Apagar
2011-11-16 18:21:44	73min	BelaVista	Inês Fernandes	8	01/11/1994	16	Moita	detalhe	Apagar
2011-11-14 18:41:21	105min	BelaVista	Ana Castro	6	04/12/1994	16	Sintra	detalhe	Apagar
2011-11-14 17:07:04	93min	BelaVista	Ana Castro	CEF9ano	24/04/1995	16	Chelas	detalhe	Apagar
2011-11-14 16:56:22	71min	BelaVista	Ana Castro	CEF9ano	04/11/1994	17	Lisboa	detalhe	Apagar
2011-11-14 16:42:23	74min	BelaVista	Ana Castro	CEF9ano	07/09/1994	17	Lisboa	detalhe	Apagar
2011-11-11 15:56:01	71min	BelaVista	Ana Castro	CEF9ano	06/06/1996	15	Odivelas	detalhe	Apagar
2011-11-11 15:44:47	71min	BelaVista	Ana Castro	CEF9ano	06/02/1995	16	Monte da Caparica	detalhe	Apagar
2011-11-11 15:27:52	77min	BelaVista	Ana Castro	CEF9ano	22/05/1995	16	alfama	detalhe	Apagar
2011-11-11 15:19:21	68min	BelaVista	Ana Castro	CEF9ano	09/12/1993	17	Bairro Boavista - Lisboa	detalhe	Apagar

Figura 14. Excerto da base de dados do Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada

Legenda. Ilustração da apresentação dos inquéritos respondidos na base de dados, onde são disponibilizados os seguintes elementos: data/ hora a que foi realizado o inquérito; duração do inquérito; setting de avaliação específico; nome do/ avaliador/a; ano letivo transato do jovem; data de nascimento do jovem; idade do jovem; cidade/ freguesia de residência do jovem. A opção “detalhe” permitia aceder às respostas do inquérito. A opção “apagar” permitia eliminar inquéritos duplicados ou inválidos.

4. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

A amostra é constituída por 300 jovens, entre os 12 e os 18 anos, sem restrições etnográficas, de género, ou sexuais:

- Adolescentes institucionalizados em centros educativos, em cumprimento de medida tutelar-educativa, em regime fechado ou semi-aberto, e com escolaridade entre o 5º e o 9º ano (N = 150);
- Adolescentes da comunidade escolar, entre o 7º e o 12º ano, de uma escola considerada “modelo” pelo aproveitamento escolar dos alunos (N=50); de uma escola com projeto TEIP (N= 50), e de uma escola de posição intermédia entre as duas anteriores (N= 50).

A repartição da amostra por *setting* de avaliação (gráfico 1) indica uma distribuição semelhante entre os oito contextos de avaliação, e uma repartição equitativa entre Escolas (50%; N= 150) e Centros Educativos (50%; N= 150).

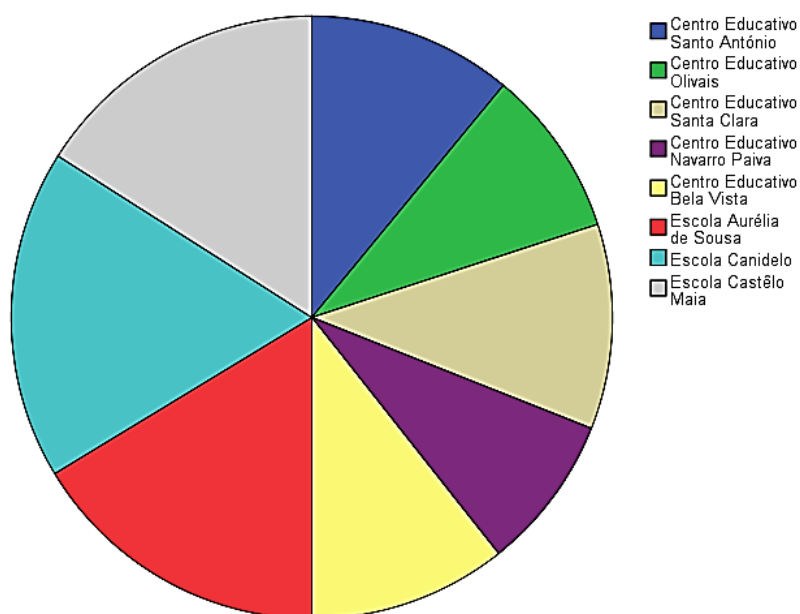


Gráfico 1. Distribuição da amostra por *setting* de avaliação

A idade dos jovens varia entre os 12 e os 19 anos, sendo a média de 15.69 anos e o desvio-padrão de 1.74 anos. Relativamente à distribuição das idades dos jovens pelo *setting* de avaliação (gráfico 2), verifica-se que os participantes mais jovens, com 12 e 13 anos de idade, pertencem às escolas (apenas um jovem com 12 anos aparece associado a um centro

educativo). A partir dos 15 anos, a maioria dos jovens aparece associada aos centros educativos: cerca de 79% com 15 anos; 65% com 16 anos; 62% com 17 anos; 53% 17 anos. O único jovem de 19 anos aparece associado a uma escola pública.

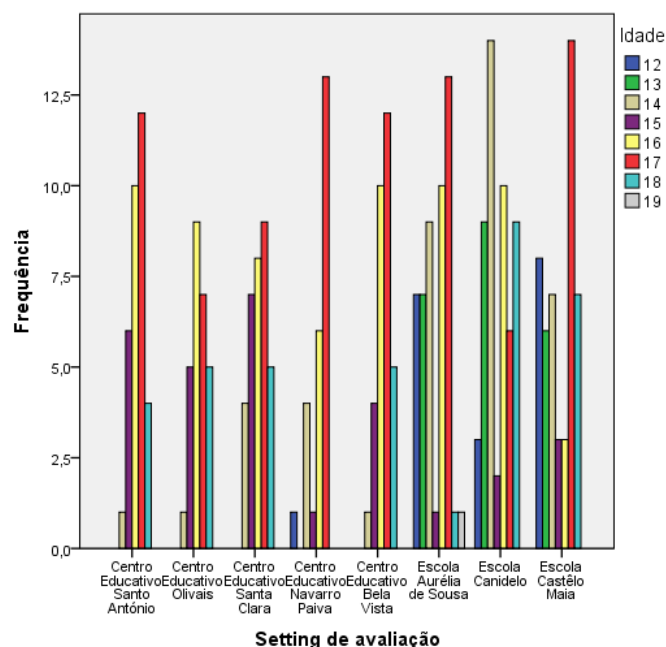


Gráfico 2. Distribuição da idade pelo *setting* de avaliação

Cerca de dois terços dos participantes (66.7%) são jovens do sexo masculino. Relativamente à repartição do sexo pelo *setting* de avaliação (gráfico 3) constata-se que nas escolas, o número de rapazes e de raparigas é muito similar entre si, o mesmo não se observa com os centros educativos (com exceção do centro educativo Navarro de Paiva), em que a grande maioria são rapazes (42.4%; N=127). A média do sexo dos jovens é de .67 e o desvio-padrão de .471.

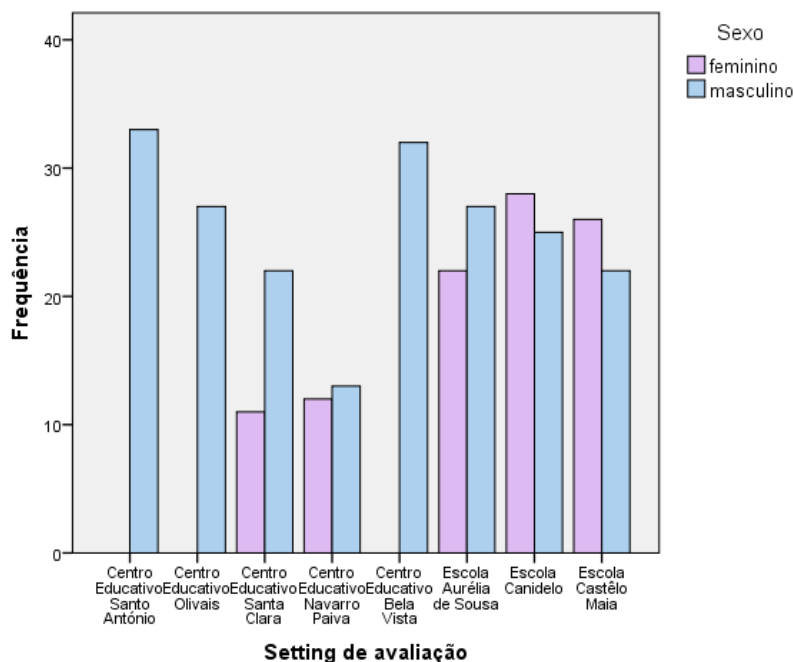


Gráfico 3. Distribuição do sexo dos jovens por *setting* de avaliação.

A esmagadora maioria dos jovens participantes é de raça caucasiana (88.3%; N=256), independentemente do *setting* de avaliação. À exceção do Centro Educativo Santo António e da Escola Aurélia de Sousa, onde todos os jovens participantes são de raça caucasiana (11% - N=33; 16.3% - N=49, respetivamente), este estudo também inclui jovens de raça negra (7.3%; N= 22) e de etnia cigana (4.3%; N=13 - gráfico 4). A média da raça/ etnia na amostra (N=300) é de .16 e o desvio-padrão de .471.

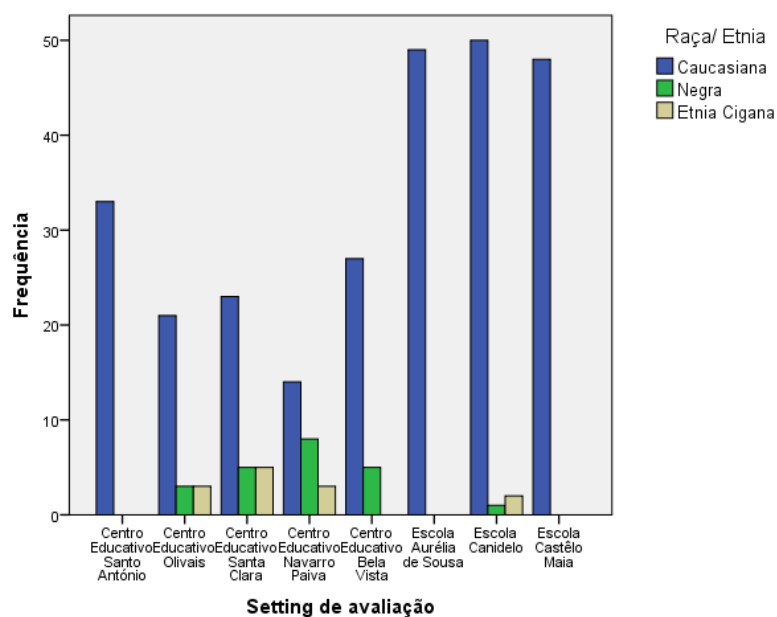


Gráfico 4. Distribuição da raça/ etnia dos jovens pelo *setting* de avaliação

A maioria dos jovens participantes reside em zonas urbanas (77.7%; N=233), independentemente do *setting* de avaliação. Uma pequena parte dos jovens reside em zonas periféricas (22.3%; N=67 - gráfico 5). A média da zona geográfica na amostra (N=300) é de .22 e o desvio-padrão de .471.

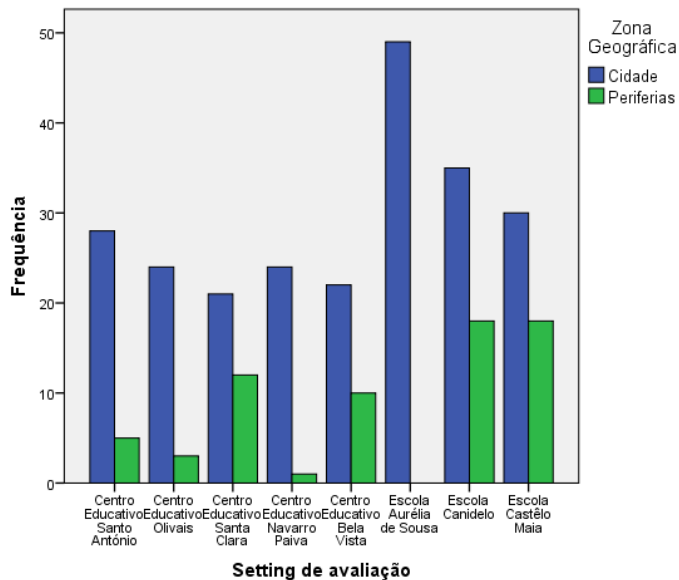


Gráfico 5. Distribuição da zona geográfica pelo *setting* de avaliação

Na amostra o risco de violência juvenil varia entre o baixo, moderado e elevado, sendo a média de .81 e o desvio-padrão de .86. Os jovens com nível de risco de violência moderado ou elevado representam mais de metade da amostra (52%; N=156) comparativamente com os de nível de risco de violência baixo (48%; N=144) – gráfico 6.

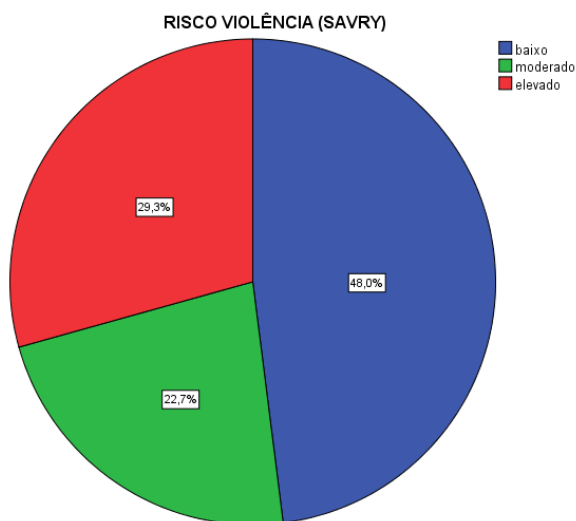


Gráfico 6. Risco de violência na amostra (N=300)

Os jovens dos centros educativos têm risco de violência significativo. A esmagadora maioria destes jovens apresenta níveis de risco de violência moderado ou elevado (49.6%; N=149). Nas escolas predominam jovens com risco de violência baixo (47.7%; N=143). Uma pequena parte dos jovens alunos de escolas públicas apresenta risco de violência moderado (2.4%; N=7), mas não foram detetados casos de jovens com risco de violência elevado (gráfico 7).

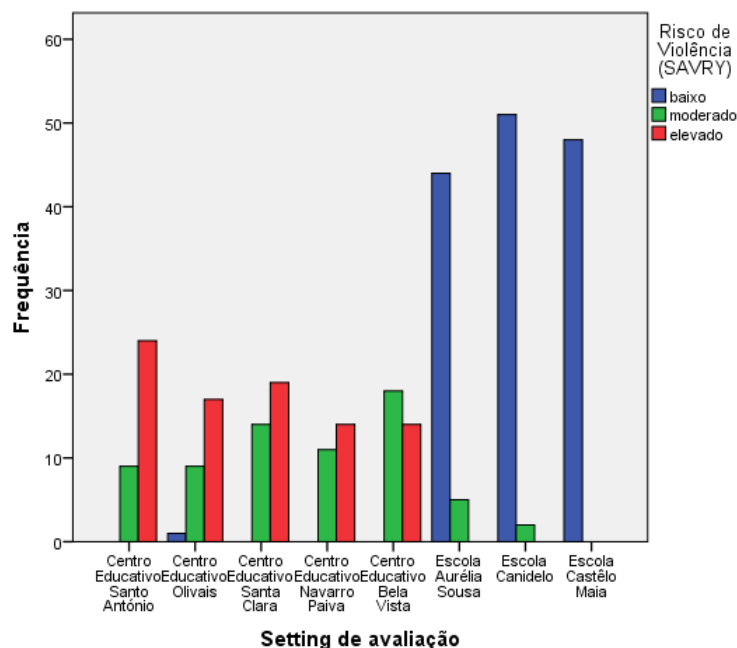


Gráfico 7. Distribuição do risco de violência pelo *setting* de avaliação

Os jovens que residem nas cidades apresentam maior risco de violência (77.7% N=233) do que os jovens que habitam nas zonas periféricas dos grandes centros urbanos (22.3%; N=67). Nas zonas periféricas não se constata diferenças de nível de risco de violência: 12.3% destes jovens (N=37) apresenta risco de violência de nível baixo, e 10% de nível moderado ou elevado. Nas zonas urbanas existe uma diferença ligeira: 42% dos jovens (N=126) apresentam risco de violência de nível moderado ou elevado, e 35.7% dos jovens (N=107) risco de nível baixo (gráfico 8).

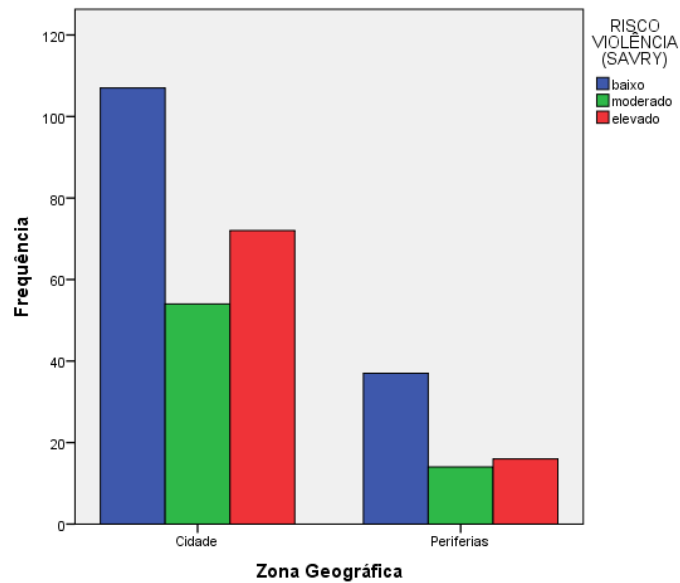


Gráfico 8. Distribuição o risco de violência pela zona geográfica

Apesar de pouco significativo, os jovens de raça caucasiana (N=265) apresentam maior frequência de risco de violência baixo (47%), do que de nível moderado/ elevado (41.3%). Os jovens de raça negra e os jovens de etnia cigana (N=35) apresentam níveis conjuntos de risco moderado/ elevado maiores do que de nível baixo (7% e 3.6% respectivamente – gráfico 9).

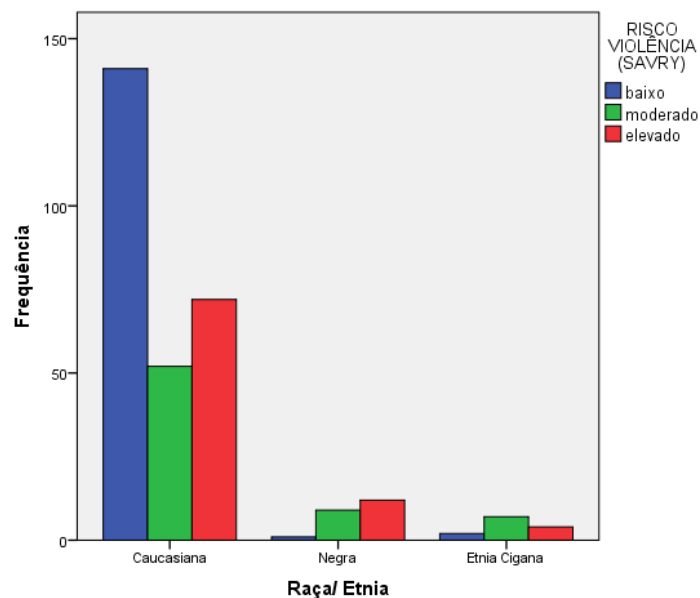


Gráfico 9. Distribuição do risco de violência pela raça etnia

Os jovens de sexo masculino apresentam níveis de risco de violência moderado ou elevado em frequência superior a níveis de risco baixo (43.7% - N=131; 23.3% - N=70, respetivamente). Ao contrário, a maioria das jovens de sexo feminino apresenta risco de violência baixo (24.7%; N=74), e 8.3% (N=25) apresenta risco de violência moderado a elevado (gráfico 10).

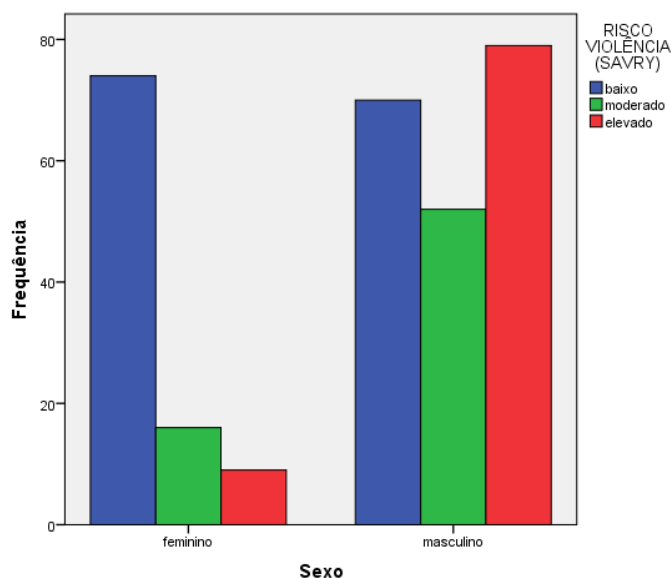


Gráfico 10. Distribuição do risco de violência pelo sexo

Os jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos apresentam níveis de risco de violência baixo superior a níveis de risco moderado ou elevado (22% - N=66; 5.3% - N=16, respetivamente). Entre os 15 e os 18 anos é onde existe maior concentração de níveis mais significativos de risco. Nesta faixa etária, a maioria dos jovens apresenta níveis de risco de violência moderado ou elevado (64.8%; N=148 – Gráfico 11).

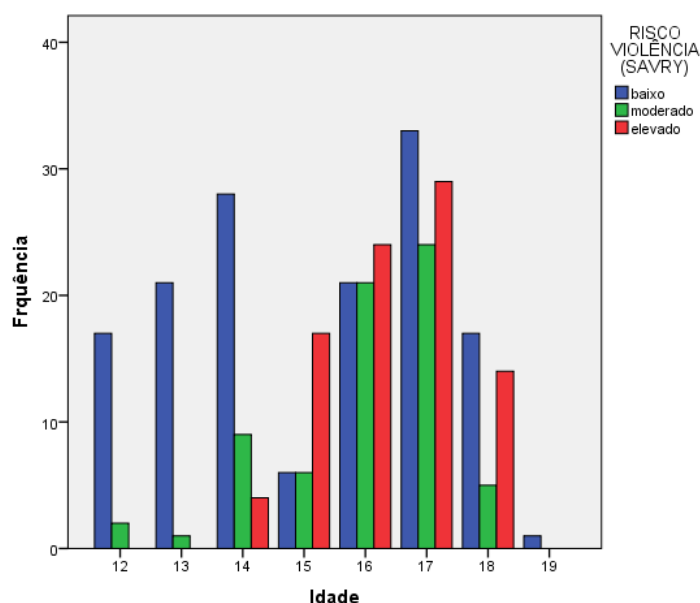


Gráfico 11. Distribuição do risco de violência pela idade

A média do nível de risco de reincidência criminal nos jovens institucionalizados é de 1.75, e o desvio-padrão de .555. Os resultados obtidos (gráfico 12) indicam que todos os jovens dos centros educativos apresentam risco de reincidência criminal de nível moderado a muito alto (N=150). Não se verifica a existência de jovens de risco de reincidência criminal de nível baixo. A esmagadora maioria destes jovens apresenta níveis de risco de reincidência criminal alto ou muito alto (94%; N=104).

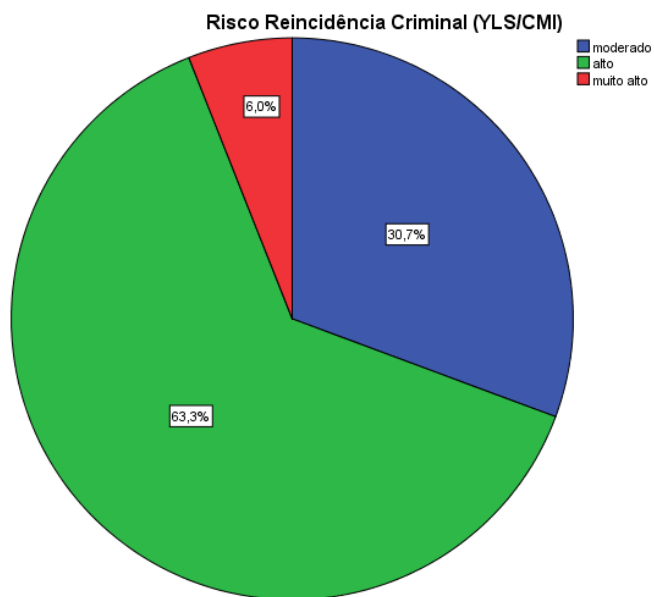


Gráfico 12. Risco de reincidência criminal dos jovens (N=150)

Quando aumenta o risco de violência (SAVRY) também aumenta o risco de reincidência (YLS/CMI), principalmente nos níveis moderado e elevado (40.7% - N=61; 58.7% - N=88). Aproximadamente 70% dos jovens (N=104) dos centros educativos classificados com risco de violência de nível moderado ou elevado pontuam níveis de risco de reincidência criminal alto ou muito alto (gráfico 13).

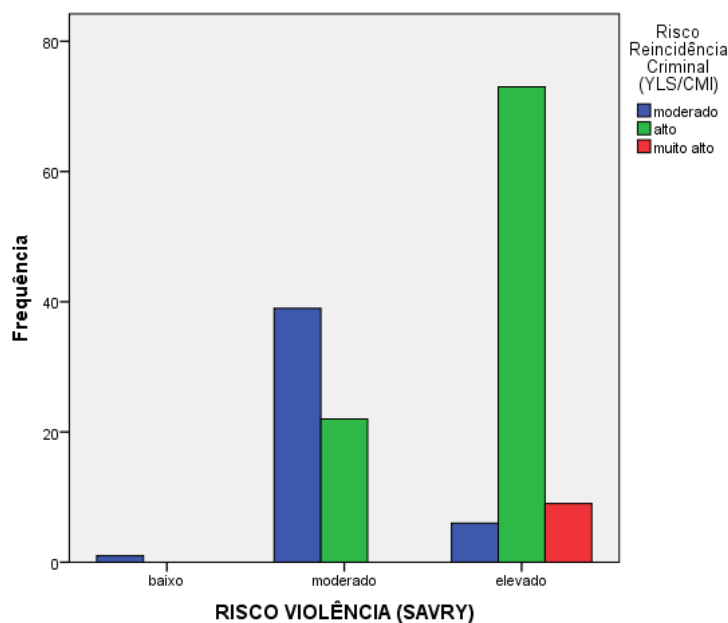


Gráfico 13. Relação entre as variáveis “risco de violência” e “risco de reincidência” (N=150)

O gráfico 14 permite-nos observar a relação inversa das variáveis x e y do gráfico 13. Ou seja, jovens institucionalizados com níveis de risco de reincidência criminal moderado (YLS/CMI), pontuam maioritariamente níveis de risco de violência (SAVRY) moderado (26%; N=39). Os jovens com níveis de risco de reincidência criminal alto ou muito alto (YLS/CMI) pontuam predominantemente para níveis de risco de violência elevado (SAVRY - 54.7%; N=82).

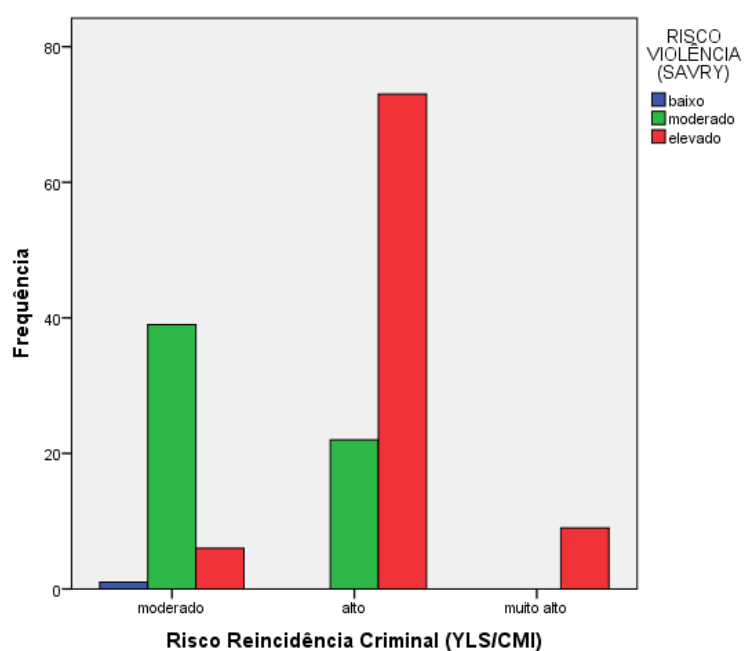


Gráfico 14. Relação entre as variáveis “risco de reincidência” e “risco de violência” (N=150)

A partir da análise dos gráficos 13 e 14 pode-se inferir que o risco de violência e o seu risco de reincidência criminal se relacionam entre si. Contudo, esta análise não torna explícita qual das variáveis (risco de violência ou risco de reincidência) determina a outra.

A tabela 25 sintetiza a informação obtida sobre o risco de reincidência criminal dos jovens institucionalizados (N=150) em relação às variáveis: *setting* de avaliação, raça/ etnia, zona geográfica, sexo e idade.

Tabela 25

Síntese descritiva do risco de reincidência criminal dos jovens institucionalizados (N=150)

		Risco de Reincidência Criminal (YLS/CMI)		
		Moderado	Alto	Muito Alto
<i>Setting de Avaliação</i>	Centros Educativos	30.7% (46)	63.3% (95)	6% (9)
<i>Raça/ Etnia</i>	Caucasiana	24.7% (37)	49.3% (74)	4.7% (7)
	Negra	3.3% (5)	9.3% (14)	1.3% (2)
	Cigana	2.7% (4)	4.7% (7)	—
<i>Zona Geográfica</i>	Cidade	22.7% (34)	52% (78)	4.7% (7)
	Periferia	8% (12)	11.3% (17)	1.3% (2)
<i>Sexo</i>	Feminino	6.7% (10)	6.7% (10)	2% (3)
	Masculino	24% (36)	56.7% (85)	4% (6)
<i>Idade</i>	12-14 anos	5.4% (8)	2.7% (4)	—
	15-18 anos	25.3% (38)	60.7% (91)	6% (9)

A grande maioria dos jovens institucionalizados apresenta níveis de risco de reincidência criminal alta ou muito alta (69.3% - N= 104). Apenas 30.7% (N=46) apresenta risco de reincidência moderada. Não foram detetados casos de nível baixo de risco de reincidência criminal. Relativamente à raça dos jovens institucionalizados, constatou-se predomínio de risco de reincidência criminal alto/ muito alto maioritário na raça caucasiana (54%; N=81), comparativamente à raça negra (10.6%; N= 16) e à etnia cigana (4.7%; N=7). Em relação à zona geográfica, os resultados indicam que nos grandes centros urbanos existem mais jovens com risco de reincidência criminal alto ou muito alto (56.7%; N=85) comparativamente ao encontrado nas periferias (12.6%; N= 19). No sexo masculino existe maior risco de reincidência criminal do que no sexo feminino, e aproximadamente 61% dos jovens (n=91) apresenta risco de reincidência criminal alto ou muito alto, comparativamente com cerca de 9% das jovens (N=13).

Entre os 12 e os 14 anos de idade não se verificaram níveis de risco de reincidência criminal muito altos. Os jovens desta faixa etária apresentam maioritariamente risco de reincidência criminal moderado (5.4%; N=8). Comparativamente, os jovens entre os 15 e os 18 anos apresentam níveis de risco de reincidência criminal muito superiores. Os resultados indicam que a maioria destes jovens apresenta risco de reincidência criminal alto ou muito alto (66.7%; N=100) e que apenas 25.3% (N=38) apresentam níveis de risco moderado (tabela X).

CAPÍTULO V

RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

1. TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO CULTURAL DO SAVRY

A adaptação e uniformização dos itens do SAVRY ao contexto Português resultaram em alterações semânticas e de sintaxe na maioria dos itens, nomeadamente nos itens de risco. Segue-se uma síntese do processo de tradução e de adaptação dos itens do SAVRY (tabela 26).

Tabela 26

Síntese do processo de tradução e de adaptação cultural dos Itens do SAVRY

Itens SAVRY	Itens SAVRY TRADUÇÃO	Itens SAVRY TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO
<i>Historical Risk Factors</i>	Fatores de Risco Históricos	Fatores de Risco Históricos
1. <i>History of Violence</i>	1. História de Comportamento Violento	1. História de Comportamento Violento
2. <i>History of Nonviolent Offending</i>	2. História de Comportamento Não Violento	2. História de Comportamento Não Violento
3. <i>Early Initiation of Violence</i>	3. Início Precoce de Comportamento Violento	3. Início Precoce de Comportamento Violento
4. Past Supervision/ Intervention Failures	4. História de Incumprimento de Ordens e Regras face a Programas de Reabilitação Ordenados Juridicamente	4. História de Incumprimento de Medidas de Intervenção
5. <i>History of Self-Harm or Suicide Attempts</i>	5. História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio	5. História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio
6. Exposure to Violence in the Home	6. Exposição (in)directa à Violência Familiar	6. Exposição à Violência Familiar
7. Childhood History of Maltreatment	7. História de Maus-Tratos na Infância	7. História de Abuso Físico ou de Negligência na Infância
8. Parental/ Caregiver Criminality	8. Antecedentes Criminais/ Desviância Parental	8. História de Comportamento Criminal Parental (ou dos Cuidadores)
9. Early Caregiver Disruption	9. Descontinuidade/ Rutura dos Cuidados Prestados durante a Infância pelo Grupo de Apoio Primário	9. Rutura nos Cuidados Prestados na Infância
10. Poor School Achievement	10. Fraco Desempenho escolar	10. Fraco Desempenho Académico
<i>Social/Contextual Risk Factors</i>	Fatores de Risco Sociais/ Contextuais	Fatores de Risco Sociais/ Contextuais
11. Peer Delinquency	11. Atividade Delinquente ou Criminal do Grupo de Pares	11. Associação a Pares com Atividade Antissocial ou Delinquente
12. <i>Peer Rejection</i>	12. Rejeição pelo grupo de pares	12. Rejeição pelo Grupo de Pares
13. Stress and Poor Coping	13. <i>Stress</i> e Mecanismos de <i>Coping</i>	13. <i>Stress</i> e Mecanismos de <i>Coping</i> Inadequados
14. Poor Parental Management	14. Educação parental Inadequada	14. Práticas Parentais Ineficazes
15. <i>Lack of Personal/ Social Support</i>	15. Suporte Pessoal/ Social Reduzido	15. Suporte Pessoal/ Social Reduzido
16. Community Disorganization	16. Mundo Social Desorganizado	16. Inserção em Comunidades Marginalizadas
<i>Individual/ Clinical Risk Factors</i>	Fatores de Risco Individuais/ Clínicos	Fatores de Risco Individuais/ Clínicos
17. Negative Attitudes	17. Conduta Agressiva/ Violenta	17. Atitudes Negativas
18. Risk Taking/ Impulsivity	18. Impulsividade/ Tendência ao Risco	18. Impulsividade/ Comportamento de Risco
19. Substance-Use Difficulties	19. Consumo/ Abuso de Substâncias	19. Problemas com o Uso de Substâncias
20. Anger Management Problems	20. Défices na Gestão dos Sentimentos de Cólera	20. Dificuldade de Controlo da Raiva
21. <i>Low Empathy/ Remorse</i>	21. Baixo nível de Empatia/ Remorso	21. Baixo nível de Empatia/ Remorso

22. <i>Attention Deficit/ Hiperactivity Difficulties</i>	22. Défice de Atenção/ Problemas de Hiperatividade	22. Défice de Atenção/ Problemas de Hiperatividade
23. Poor Compliance	23. Fraca Aceitação/ Adesão ao Tratamento	23. Fraca Aceitação/ Adesão à Intervenção
24. <i>Low Interest/ Commitment to School</i>	24. Baixa Motivação/ Compromisso Escolar	24. Baixa Motivação/ Compromisso Escolar
<i>Protective Factors</i>	Fatores Protetores	Fatores Protetores
P1. <i>Prosocial Involvement</i>	P1. Envolvimento Prosocial	P1. Envolvimento Prosocial
P2. <i>Strong Social Support</i>	P2. Suporte Social Forte	P2. Suporte Social Forte
P3. <i>Strong Attachments and Bonds</i>	P3. Vinculação/ Fortes Ligações Afetivas	P3. Vinculação/ Fortes Ligações Afetivas
P4. Positive Attitude Toward Intervention and Authority	P4. Atitudes Positiva Face à Reabilitação e Autoridade	P4. Atitudes Positivas Face à Intervenção e à Autoridade
P5. <i>Strong Commitment to School</i>	P5. Forte Motivação/ Compromisso Escolar	P5. Forte Motivação/ Compromisso Escolar
P6. Resilient Personality Traits	P6. Traços de Personalidade Resiliente	P6. Resiliência
Summary Risk Rating	Resumo de Classificação do Risco	Classificação do Risco

Nota. Os itens que sofreram alterações na sua designação encontram-se a negrito.

2. ANÁLISE FATORIAL CONFIRMATÓRIA

Conforme se pode observar na tabela 27, apesar de esta escala (SAVRY) estar dividida em 4 domínios altamente correlacionados entre si ($> .95$), cada um destes domínios não deve ser entendido como uma escala do instrumento, são apenas categorias.

Tabela 27

Correlações entre os quatro domínios/ categorias do SAVRY

Variável	FRH	FRSC	FRIC	FP
FRH	1			
FRSC	.99	1		
FRIC	.95	.98	1	
FP	-.98	-.98	-.99	1

Nota. FRH = Fatores de Risco Históricos; FRSC = Fatores de Risco Sociais/ Contextuais;

FRIC = Fatores de Risco Individuais/ Clínicos; FP = Fatores de Proteção.

De acordo com os autores do SAVRY, apesar dos itens da escala estarem divididos em quatro domínios/ categorias, estas classificações são meramente conceituais, e do ponto de vista psicométrico (convencional) não devem ser utilizadas como escalas (SAVRY Professional Manual, 2006). Em conformidade, consideramos a variável “risco de violência” como único fator deste instrumento. No sentido de avaliar a validade e a fiabilidade do SAVRY, procedeu-se a uma análise fatorial confirmatória para um fator apenas (o risco de violência), utilizando-se para isso o Mplus6. Uma vez que os itens ou variáveis em estudo são ordinais, a estimação do modelo foi feita por recurso ao cálculo das correlações policóricas, utilizando o método das médias e variâncias com mínimos quadrados ponderados (WLSMV) implementada no Mplus6 (Muthén & Muthén, 2004). O modelo unifatorial SAVRY foi testado na amostra global (N= 300). As medidas da qualidade de ajustamento podem ser observadas na tabela 3.

Tabela 28

Índices de ajustamento do modelo SAVRY aplicado à amostra global (N=300)

	X ²	gl	P	X ² /gl	CFI	TLI	RMSEA
Amostra Global	830.983	405	<.001	2.052	.995	.995	.065

Como se pode observar pela análise dos índices de ajustamento apresentados (tabela 28), a qualidade de ajustamento do modelo na amostra global pode ser considerada boa ($X^2/gl=2.052$, $CFI=.995$, $TLI=.995$, $RMSEA=.065$)⁴².

⁴² Para uma descrição destes índices e seus valores de referência ver Maroco (2010).

Na tabela 29 podem ser observados os pesos fatoriais, a medida da fiabilidade individual dos 24 itens de risco (R^2) e a fiabilidade do SAVRY (α_p) na amostra global (N=300).

Tabela 29

Resultados da Análise Fatorial Confirmatória na amostra global (N=300)

Itens (SAVRY)	Pesos Fatoriais (λ)	Fiabilidade Individual (λ^2)	Fiabilidade (α_p)
História de Comportamento Violento	.944	.891	FRH=.923
História de Comportamento Não Violento	.933	.870	
Início Precoce de Comportamento Violento	.733	.537	FRSC=.917
História de Incumprimento de Medidas de Intervenção	.864	.746	FRIC=.955
História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio	.263	.069	FP=.973
Exposição à Violência Familiar	.592	.350	SAVRY RT=.982
História de Abuso Físico ou de Negligência na Infância	.840	.705	
História de Comportamento Criminal Parental (ou dos Cuidadores)	.632	.400	
Rutura nos Cuidados Prestados na Infância	.709	.503	
Fraco Desempenho Académico	.902	.814	
Associação a Pares com Atividade Antissocial ou Delinquente	.968	.936	
Rejeição pelo Grupo de Pares	.279	.078	
Stress e Mecanismos de Coping Inadequados	.961	.924	
Práticas Parentais Ineficazes	.988	.977	
Suporte Pessoal/ Social Reduzido	.965	.932	
Inserção em Comunidades Marginalizadas	.733	.537	
Atitudes Negativas	.922	.851	
Impulsividade/ Comportamento de Risco	.964	.930	
Problemas com o Uso de Substâncias	.801	.642	
Dificuldade de Controlo da Raiva	.870	.756	
Baixo nível de Empatia/ Remorso	.873	.763	
Défice de Atenção/ Problemas de Hiperatividade	.685	.469	
Fraca Aceitação/ Adesão à Intervenção	.892	.796	
Baixa Motivação/ Compromisso Escolar	.913	.833	

Nota. Todos os valores da tabela foram calculados com valores de significância $p < .001$. FRH= Fatores de Risco Históricos; FRSC= Fatores de Risco Sociais/ Contextuais; FRIC= Fatores de Risco Individuais/ Clínicos; FP= Fatores de Proteção; SAVRYRT= SAVRY Risk Total (24 fatores de risco).

A consistência interna do SAVRY foi avaliada através do alpha de Cronbach calculado na matriz de correlações policóricas dos itens (tabela 29). Os valores obtidos (α_p) são superiores a 0.7, e são indicativos de consistência interna aceitável em investigação exploratória (Gadernann, Guhn, & Zumbo, 2012). A grande maioria dos itens apresenta pesos fatoriais elevados (superiores a .8), e todos estatisticamente significativos. No entanto, este modelo apresenta alguns problemas, nomeadamente:

- a) A existência de dois itens com pesos fatoriais inferiores a .5 (História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio = .263; Rejeição pelo Grupo de Pares = .279), sendo aconselhável a sua retirada do modelo;
- b) A matriz de covariâncias não é positiva definida (isto é, não é invertível), o que pode ficar a dever-se a vários fatores, nomeadamente: itens com pesos fatoriais baixos e à presença de multicolinearidade entre duas ou mais variáveis.

Assim todos os resultados apresentados devem ser encarados com alguma precaução, pois as estimativas obtidas não são caucionáveis.

No que se refere à fiabilidade individual de cada um dos itens (λ^2), a grande maioria apresenta valores superiores a .5, o que é indicativo de fiabilidade. No entanto, e como já seria de esperar, os itens “História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio” e “Rejeição pelo Grupo de Pares”, apresentam problemas graves de fiabilidade individual.

Relativamente à fiabilidade da escala, apresenta-se o Alfa de Cronbach (α) para os 24 fatores de proteção (*SAVRY Risk Total*) na amostra global ($\alpha_{\text{Amostra Global}} = .95$), que é indicativo de fiabilidade aceitável para investigação aplicada (Nunnally, 1978).

2.1. VALIDADE DISCRIMINANTE DO SAVRY ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS E CENTROS EDUCATIVOS

Na tabela 30 encontram-se as percentagens, médias e desvios-padrão para cada item (por nível de risco) e para o sumário de risco do SAVRY dos jovens das Escolas Públicas (N=150) e dos jovens dos Centros Educativos (N=150).

Nas Escolas Públicas, a cotação dos alunos diminui quando aumenta o nível de risco dos itens do SAVRY, à exceção do item “fraco desempenho académico”, em que 25% dos jovens pontuam risco “baixo” e 25% pontuam risco “moderado” ou “elevado”. Inversamente, a cotação dos jovens institucionalizados em Centro Educativo sobe, à medida que aumenta o nível dos itens de risco do SAVRY. A exceção ocorre nos itens “história de autoagressão ou de tentativas de suicídio”, “exposição à violência familiar”, “história de comportamento criminal parental (ou dos cuidadores)” e “rejeição pelo grupo de pares”, nos quais a percentagem de risco “baixo” é sempre superior à percentagem conjunta de risco “moderado” e “elevado”. Os jovens das Escolas Públicas pontuam mais na presença de itens de proteção comparativamente aos jovens dos Centros Educativos, que pontuam mais na ausência destes itens. A exceção ocorre no item “vinculação/

fortes ligações afetivas”, no qual a percentagem de avaliação “presente” é superior à “ausente” (tabela 30).

Tabela 30

Percentagem, média e desvio-padrão dos itens e sumário de risco do SAVRY na amostra global (N=300)

Nível de Risco dos Itens (SAVRY)	Escolas			Centros Educativos			M*	DP*
	0	1	2	0	1	2		
História de Comportamento Violento	43%	7%	—	3%	9%	38%	.93	.91
História de Comportamento Não Violento	43%	7%	—	3%	9%	38%	.92	.92
Início Precoce de Comportamento Violento	47%	2%	1%	20%	21%	9%	.43	.67
História de Incumprimento de Medidas de Intervenção	49%	1%	—	16%	17%	17%	.51	.77
História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio	46%	3%	1%	41%	3%	6%	.21	.56
Exposição à Violência Familiar	46%	3%	1%	31%	7%	12%	.37	.71
História de Abuso Físico ou de Negligência na Infância	49%	1%	—	18%	7%	25%	.59	.87
História de Comportamento Criminal Parental (ou dos Cuidadores)	48%	2%	—	36%	7%	7%	.22	.55
Rutura nos Cuidados Prestados na Infância	48%	1%	1%	26%	5%	19%	.52	.83
Fraco Desempenho Académico	25%	13%	12%	2%	1%	48%	1.3	.86
Associação a Pares com Atividade Antissocial ou Delinquente	48%	2%	—	3%	7%	40%	.93	.94
Rejeição pelo Grupo de Pares	46%	2%	2%	43%	6%	1%	.15	.44
Stress e Mecanismos de Coping Inadequados	42%	4%	4%	2%	12%	36%	.97	.92
Práticas Parentais Ineficazes	45%	3%	2%	—	6%	44%	1.0	.96
Suporte Pessoal/ Social Reduzido	49%	1%	—	1%	19%	30%	.80	.88
Inserção em Comunidades Marginalizadas	37%	11%	2%	7%	18%	25%	.83	.83
Atitudes Negativas	46%	4%	—	6%	24%	20%	.67	.78
Impulsividade/ Comportamento de Risco	44%	2%	4%	1%	16%	33%	.93	.90
Problemas com o Uso de Substâncias	48%	1%	1%	16%	4%	30%	.68	.92
Dificuldade de Controlo da Raiva	44%	3%	3%	8%	18%	24%	.75	.86
Baixo nível de Empatia/ Remorso	48%	2%	—	11%	29%	10%	.51	.67
Défice de Atenção/ Problemas de Hiperatividade	48%	2%	—	30%	17%	3%	.24	.49
Fraca Aceitação/ Adesão à Intervenção	48%	2%	—	13%	26%	11%	.50	.70
Baixa Motivação/ Compromisso Escolar	37%	11%	2%	3%	5%	42%	1.1	.92
Sumário de Risco de Violência	48%	2%	—	2%	28%	29%	.81	.86
<i>Itens de Proteção SAVRY (Nível)</i>	0	1		0	1		M*	DP*
Envolvimento Prossocial	2%	48%		41%	9%		.57	.50
Suporte Social Forte	1%	49%		45%	5%		.55	.50
Vinculação/ Fortes Ligações Afetivas	1%	49%		22%	28%		.77	.42
Atitudes Positivas Face à Intervenção e à Autoridade	2%	48%		37%	13%		.61	.49
Forte Motivação/ Compromisso Escolar	17%	33%		46%	4%		.37	.48
Resiliência	4%	46%		49%	1%		.47	.48

Nota. *As Médias (M) e os Desvios-Padrão (DP) foram calculados para a amostra global (N=300); Itens de Risco SAVRY (Nível): 0=Risco Baixo; 1= Risco Moderado; 2= Risco Elevado; Itens de Proteção SAVRY (Nível): 0=ausente; 1=presente.

No gráfico 15 apresenta-se a repartição do risco de violência nos diferentes *settings* de avaliação, através de uma caixa de bigodes (*boxplot*). Como se pode observar, nas Escolas o risco de violência é nulo, apresentando apenas algumas ocorrências (que em termos estatísticos apresentam comportamento de *outliers* ou valores aberrantes). No que se refere aos Centros

Educativos, a mediana das observações coincide com o 3º quartil, em todos os centros educativos à exceção do Centro Educativo da Bela Vista. Ou seja, pelo menos 75% dos jovens apresentam um risco de violência até 2. No que se refere ao centro da Bela Vista, pode afirmar-se que pelo menos 50% dos jovens tem um risco de violência até 1.

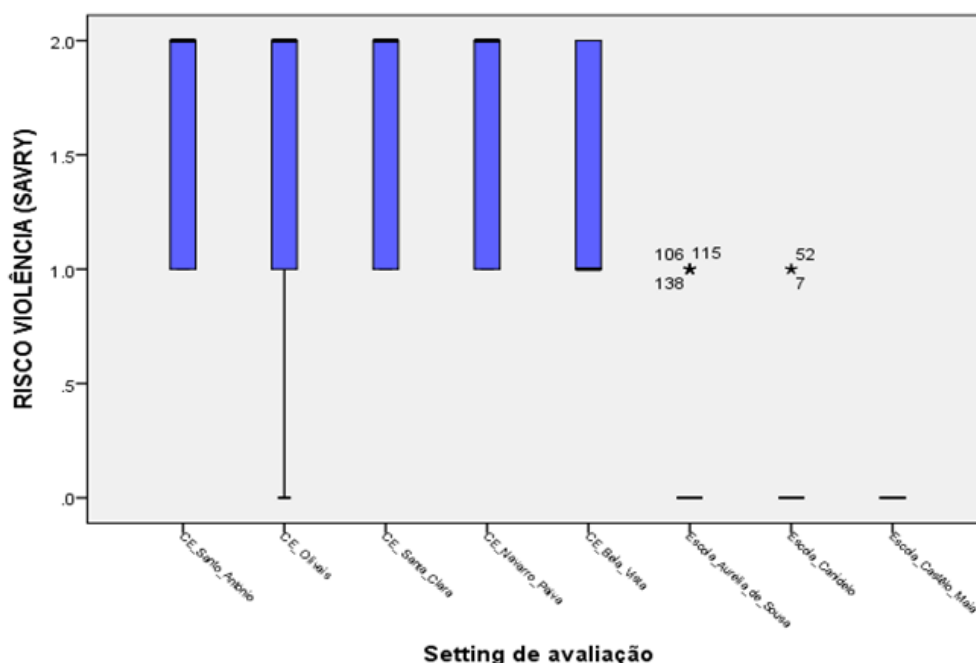


Gráfico 15. Distribuição do risco de violência por *setting* de avaliação

No sentido de avaliar se as diferenças observadas são estatisticamente significativas, ou se são resultado do mero acaso procedeu-se à realização de um teste não paramétrico de Kruskal – Wallis (visto que a variável dependente “risco de violência” é ordinal) e comparação múltipla de médias das ordens. A análise foi feita por recurso ao *software* SPSS (v.20, IBM SPSS, Chicago, IL).

A análise dos resultados permite-nos afirmar que o risco de violência é diferente entre os diferentes *settings* de avaliação ($X^2_{KW}(7) = 251.323$, $p < .001$, $n=300$). De acordo com a comparação múltipla de médias das ordens, as diferenças são estatisticamente significativas entre todas as escolas públicas e todos os centros educativos ($p < .001$). Entre as diferentes escolas e os diferentes centros educativos, as diferenças observadas no risco de violência não são estatisticamente significativas.

3. FIABILIDADE INTER-COTADORES⁴³

Como as variáveis do SAVRY são ordinais, a concordância intercotadores foi feita com o Kappa de Cohen para mais que dois avaliadores, usando a função *lkappa* da *library* 'Psy' do sistema R com Intervalo de Confiança por simulação *bootstrap* ajustada ao percentil para mais que dois avaliadores. Para perceber qual ou quais dos avaliadores são menos consistentes, calculamos os K de Cohen dados pelo SPSS para dois avaliadores, comparando a investigadora principal (A) com os restantes 3 avaliadores. Os resultados obtidos são apresentados na tabela 31.

Tabela 31

Consistência intercotadores

	I		S		P	
A	K	p	K	p	K	p
	.930	<.001	.862	<.001	.856	<.001

Como se pode constatar, a concordância de A com os avaliadores I, S e P variou entre .93 ($p<.001$) e .85 ($p<.001$). De acordo com Landis e Kock (1977) a fiabilidade intercotadores obtida pode considerar-se como muito boa ($Kappa=0.90$; IC 95%] 0.75;0.97 [).

Para averiguar a fiabilidade intercotadores entre todos os binómios possíveis, calculamos os K de Cohen para todos os avaliadores, comparando-os dois a dois. Os resultados obtidos são apresentados na tabela 32. A concordância intercotadores variou entre .72 (A-P; I-P) e .86 (A-I; P-S; A-S e I-S). De acordo com Landis e Kock (1977) a fiabilidade intercotadores obtida pode considerar-se como boa a muito boa ($Kappa=0.90$; IC 95%; $p<.001$).

Tabela 32

Fiabilidade intercotadores (binómios)

A - I	A - P	I - P	P - S	A - S	I - S
.862	.724	.729	.862	.856	.862

Para avaliar a fiabilidade intercotadores para cada item, domínio e sumário de risco do SAVRY, recorreu-se a uma análise de fiabilidade no SPSS usando o Coeficiente de Correlação Intraclass (ICC do *inglês Intraclass correlation coefficient*), modelo *two way mixed*, tipo concordância absoluta, e intervalo de confiança de 95%. Os resultados são apresentados na tabela 33.

⁴³ Fleiss & Shrout (1979). Intraclass Correlations: Use in Assessing Rater Reliability. *Psychological Bulletin*, 86 (2), 420-428.

Tabela 33

Coeficientes de Correlação Intraclassa para menores ofensores em cumprimento de medida tutelar-educativa (N=30)

Itens (SAVRY)	ICC	Intervalo de Confiança 95%
<i>Fatores de Risco Históricos</i>	.95	.91 - .97
História de Comportamento Violento	.72	.51 - .85
História de Comportamento Não Violento	.75	.56 - .87
Início Precoce de Comportamento Violento	.89	.80 - .94
História de Incumprimento de Medidas de Intervenção	.87	.76 - .93
História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio	.98	.96 - .99
Exposição à Violência Familiar	.95	.92 - .98
História de Abuso Físico ou de Negligência na Infância	.73	.52 - .86
História de Comportamento Criminal Parental (ou dos Cuidadores)	.82	.65 - .91
Rutura nos Cuidados Prestados na Infância	.95	.91 - .97
Fraco Desempenho Académico	.64	.37 - .81
<i>Fatores de Risco Sociais/ Contextuais</i>	.86	.76 - .93
Associação a Pares com Atividade Antissocial ou Delinquente	.80	.65 - .89
Rejeição pelo Grupo de Pares	.81	.67 - .91
Stress e Mecanismos de Coping Inadequados	.78	.62 - .89
Práticas Parentais Ineficazes	.66	.41 - .82
Suporte Pessoal/ Social Reduzido	.67	.42 - .83
Inserção em Comunidades Marginalizadas	.83	.65 - .92
<i>Fatores de Risco Individuais/ Clínicos</i>	.86	.75 - .93
Atitudes Negativas	.75	.57 - .87
Impulsividade/ Comportamento de Risco	.76	.59 - .88
Problemas com o Uso de Substâncias	.81	.67 - .90
Dificuldade de Controlo da Raiva	.86	.75 - .93
Baixo nível de Empatia/ Remorso	.90	.83 - .96
Défice de Atenção/ Problemas de Hiperatividade	.87	.76 - .93
Fraca Aceitação/ Adesão à Intervenção	.79	.63 - .89
Baixa Motivação/ Compromisso Escolar	.59	.29 - .78
<i>Fatores Protetores</i>	.60	.32 - .79
Envolvimento Prossocial	.91	.84 - .95
Suporte Social Forte	.52	.19 - .74
Vinculação/ Fortes Ligações Afetivas	.69	.45 - .84
Atitudes Positivas Face à Intervenção e à Autoridade	.60	.32 - .79
Forte Motivação/ Compromisso Escolar	.53	.19 - .75
Resiliência	.63	.35 - .81
SAVRY RISK TOTAL	.89	.83 - .94
<i>Resumo do Risco (Violência)</i>	.97	.95 - .99

Nota. ICC = Averaged Ratings. Todos os valores são significativos para $p < .01$. Os itens com ICC $< .60$ ($.40 \geq \text{ICC} < .60$ = moderado) estão a negrito.

Fleiss (1986) sugere os seguintes valores críticos para descrever o coeficiente de correlação intraclass (ICC): $ICC > .75$ = excelente; $.60 \geq ICC < .75$ = bom; $.40 \geq ICC < .60$ = moderado; $ICC < .40$ = fraco. De acordo com a tabela 33, à exceção de 4 itens a negrito (ICC = moderado), verifica-se que todos os restantes 26 itens revelam uma concordância intercotadores entre o nível bom e excelente.

4. REGRESSÃO ORDINAL

Para avaliar se os diferentes fatores de risco (históricos, sociais/contextuais e individuais) apresentam um efeito estatisticamente significativo sobre as probabilidades de resposta à avaliação de risco (predição de violência futura), recorreu-se à regressão ordinal com a função *Link Logit*. A escolha da função *Link*, foi feita com base nos critérios de distribuição de frequências das classes da variável dependente definidos em Maroco (2011, p.884). Todas as análises foram feitas com o *software SPSS statistics* (v.20, IBM SPSS, Chicago, IL).

4.1. FATORES DE RISCO HISTÓRICOS

O pressuposto da homogeneidade de declives, necessário à validação desta análise, não foi validado, porque o valor da -2LL do modelo “general” (com os declives livres) é inferior ao do modelo nulo em que os declives são homogêneos, e consequentemente é impossível determinar o rácio de verosimilhança dos 2 modelos ordinais (estatística de teste). Assim sendo os resultados desta análise devem ser encarados com algumas precauções.

O modelo encontrado apresenta um bom ajustamento aos dados ($X^2P(280) = 231.104$, $p=0.983$; $D(280) = 147.890$, $p=1.000$), é estatisticamente significativo ($G^2(20)=459.640$, $p<.001$), e apresenta uma elevada dimensão do efeito ($R^2_{MF} = .731$, $R^2_N = .894$ e $R^2_{CS} = .784$). Pelo menos uma das variáveis preditoras utilizadas afeta significativamente as probabilidades de ocorrência da variável dependente. Os coeficientes de regressão associados às variáveis preditoras (fatores de risco históricos) e a sua significância podem ser observados na tabela 34.

Podemos afirmar que entre os fatores de risco históricos apenas são estatisticamente significativos ($p<.05$), e por isso conseguem prever o comportamento da variável dependente, os fatores designados por: “História de Comportamento Violento” ($b_0 = -3.833$, $X^2Wald(1) = 25.886$, $p<.001$; $b_1 = -1.740$, $X^2Wald(1) = 20.355$, $p=.005$), “História de Comportamento Não Violento” ($b_0 = -3.672$, $X^2Wald(1) = 18.707$, $p<.001$; $b_1 = -2.181$, $X^2Wald(1) = 11.949$, $p=.001$), “História de Incumprimento de Medidas de Intervenção” ($b_0 = -2.261$, $X^2Wald(1) = 7.165$, $p=.007$), “História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio” ($b_0 = -3.833$, $X^2Wald(1) = 25.886$, $p<.001$), “História de Abuso Físico ou de Negligência na Infância” ($b_0 = -1.305$, $X^2Wald(1) = 5.770$, $p=.016$), e “Fraco Desempenho Académico” ($b_0 = -3.277$, $X^2Wald(1) = 4.360$, $p=.037$). Como se pode observar, todos os coeficientes de regressão são negativos, o que quer dizer que

cada fator de risco histórico ao passar da classe de referência (2) para uma classe anterior (0 ou 1) diminui o risco de violência.

Tabela 34

Estimativas e significância do modelo Fatores de Risco Históricos (SAVRY)

Variável	Estimativa	Erro -padrão	X ² Wald	g.l.	p	IC 95%
Resumo de Classificação do Risco = 0	-13.303	1.918	48.119	1	.000]-17.062, -9.544[
Resumo de Classificação do Risco = 1	-7.515	1.477	25.886	1	.000]-10.410, -4.620[
História de Comportamento Violento = 0	-3.833	.850	20.355	1	.000]-5.499, -2.168[
História de Comportamento Violento = 1	-1.740	.626	7.716	1	.005]-2.967, -.512[
História de Comportamento Não Violento = 0	-3.672	.849	18.707	1	.000]-5.336, -2.008[
História de Comportamento Não Violento = 1	-2.181	.631	11.949	1	.001]-3.418, -.944[
Início Precoce de Comportamento Violento = 0	-.568	.761	.557	1	.455]-2.058, .923[
Início Precoce de Comportamento Violento = 1	-.597	.704	.720	1	.396]-1.978, .783[
História de Incumprimento de Medidas de Intervenção = 0	-2.611	.658	15.744	1	.000]-3.900, -1.321[
História de Incumprimento de Medidas de Intervenção = 1	-.963	.653	2.173	1	.140]-2.243, .317[
História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio = 0	-2.261	.845	7.165	1	.007]-3.917, -.606[
História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio = 1	-.648	1.180	.302	1	.583]-2.961, 1.664[
Exposição à Violência Familiar = 0	-.454	.697	.423	1	.515]-1.820, .913[
Exposição à Violência Familiar = 1	-.620	.916	.458	1	.498]-2.415, 1.175[
História de Abuso Físico ou de Negligência na Infância = 0	-1.305	.543	5.770	1	.016]-2.370, -.240[
História de Abuso Físico ou de Negligência na Infância = 1	-.165	.739	.050	1	.823]-1.613, 1.282[
História de Comportamento Criminal Parental = 0	-1.723	.950	3.294	1	.070]-3.585, .138[
História de Comportamento Criminal Parental = 1	.027	1.200	.001	1	.982]-2.324, 2.378[
Rutura nos Cuidados Prestados na Infância = 0	-.396	.502	.622	1	.430]-1.380, .588[
Rutura nos Cuidados Prestados na Infância = 1	.160	.786	.041	1	.839]-1.381, 1.701[
Fraco Desempenho Acadêmico = 0	-3.277	1.569	4.360	1	.037]-6.353, -.201[
Fraco Desempenho Acadêmico = 1	-.568	.766	.550	1	.458]-2.068, .933[

Nota. As variáveis preditoras apresentam 3 categorias (0 = baixo, 1 = moderado e 2 = elevado), no entanto apenas aparecem 2 porque a terceira (elevado) é tomada como referência; IC = Intervalo de Confiança.

4.2. FATORES DE RISCO SOCIAIS/ CONTEXTUAIS

O pressuposto da homogeneidade de declives necessário à validação desta análise não é válido ($X^2_{LP}(12) = 100.843$, $p < .001$), pelo que os resultados da análise devem ser encarados com algumas reservas.

O modelo encontrado apresenta um bom ajustamento aos dados ($X^2_P(114) = 201.585$, $p < .001$; $D(114) = 74.760$, $p = .998$), é estatisticamente significativo ($G^2(12) = 444.517$, $p < .001$) (o que significa que pelo menos uma das variáveis preditoras utilizadas afeta significativamente as probabilidades de ocorrência da variável dependente), e apresenta uma elevada dimensão do efeito ($R^2_{MF} = .707$, $R^2_N = .881$ e $R^2_{CS} = .773$)

Os coeficientes de regressão associados às variáveis preditoras (fatores de risco sociais/ contextuais) e a sua significância podem ser observados na tabela 35.

Tabela 35

Estimativas e significância do modelo Fatores de Risco Sociais/ Contextuais (SAVRY)

Variável	Estimativa	Erro-padrão	X^2_{Wald}	g.l.	p	IC 95%
Resumo de Classificação do Risco = 0	-8.420	1.704	24.414	1	.000]-11.760, -5.080[
Resumo de Classificação do Risco = 1	-2.401	1.121	4.582	1	.032]-4.599, -.202[
Associação a Pares com Atividade Antissocial ou Delinquente = 0	-4.665	1.405	11.027	1	.001]-7.418, -1.911[
Associação a Pares com Atividade Antissocial ou Delinquente = 1	-1.101	.509	4.675	1	.031]-2.099, -.103[
Rejeição pelo Grupo de Pares = 0	-.771	1.104	.488	1	.485]-2.934, 1.392[
Rejeição pelo Grupo de Pares = 1	.117	1.313	.008	1	.929]-2.456, 2.690[
Stress e Mecanismos de <i>Coping</i> Inadequados = 0	-3.184	1.578	4.072	1	.044]-6.277, -.092[
Stress e Mecanismos de <i>Coping</i> Inadequados = 1	-.469	.461	1.038	1	.308]-1.372, .434[
Práticas Parentais Ineficazes = 0	-21.236	.000	.	1	.]-21.236, -21.236[
Práticas Parentais Ineficazes = 1	-.745	.585	1.618	1	.203]-1.892, .403[
Suporte Pessoal/ Social Reduzido = 0	-3.140	1.060	8.770	1	.003]-5.219, -1.062[
Suporte Pessoal/ Social Reduzido = 1	-1.202	.445	7.294	1	.007]-2.074, -.330[
Inserção em Comunidades Marginalizadas = 0	-.442	.542	.664	1	.415]-1.505, .621[
Inserção em Comunidades Marginalizadas = 1	-.740	.415	3.170	1	.075]-1.554, .075[

Nota. As variáveis preditoras apresentam 3 categorias (0 = baixo, 1 = moderado e 2 = elevado), no entanto apenas aparecem 2 porque a terceira (elevado) é tomada como referência; IC = Intervalo de Confiança.

Podemos afirmar que entre os fatores de risco sociais/ contextuais apenas são estatisticamente significativos ($p < .05$) e por isso conseguem prever o comportamento da variável dependente os fatores designados por: “Associação a Pares com Atividade Antissocial ou Delinquente” ($b_0 = -4.665$, $X^2_{Wald} (1) = 11.027$, $p < .001$; $b_1 = -1.101$, $X^2_{Wald} (1) = 4.675$, $p = .031$), “Stress e

Mecanismos de *Coping* Inadequados” ($b_0 = -3.184$, $X^2_{Wald}(1) = 4.072$, $p = .044$), e “Suporte Pessoal/ Social Reduzido” ($b_0 = -3.140$, $X^2_{Wald}(1) = 8.770$, $p = .003$; $b_1 = -1.202$, $X^2_{Wald}(1) = 7.294$, $p = .007$). Como se pode observar, todos os coeficientes de regressão são negativos, o que quer dizer que em cada fator de risco social/ contextual ao passar da classe de referência (2) para uma classe anterior (0 ou 1) diminui o risco de violência.

4.3. FATORES DE RISCO INDIVIDUAIS/ CLÍNICOS

O pressuposto da homogeneidade de declives necessário à validação desta análise verifica-se ($X^2_{LP}(16) = 5.204$, $p = .995$).

O modelo encontrado apresenta um bom ajustamento aos dados ($X^2_P(230) = 226.352$, $p = .556$; $D(230) = 144.475$, $p = 1.000$), é estatisticamente significativo ($G^2(16) = 453.079$, $p < .001$), o que significa que pelo menos uma das variáveis preditoras utilizadas afeta significativamente as probabilidades de ocorrência da variável dependente), e apresenta uma elevada dimensão do efeito ($R^2_{MF} = .720$, $R^2_N = .888$ e $R^2_{CS} = .779$).

Os coeficientes de regressão associados às variáveis preditoras (fatores de risco individuais/ clínicos) e a sua significância podem ser observados na tabela 36.

Entre os fatores de risco individuais/ clínicos apenas são estatisticamente significativos, e por isso conseguem prever o comportamento da variável dependente, os fatores designados por: “Atitudes Negativas” ($b_0 = -3.060$, $X^2_{Wald}(1) = 14.752$, $p < .001$; $b_1 = -1.375$, $X^2_{Wald}(1) = 5.360$, $p = .021$), “Impulsividade/ Comportamento de Risco” ($b_0 = -2.274$, $X^2_{Wald}(1) = 6.365$, $p = .012$; $b_1 = -.981$, $X^2_{Wald}(1) = 3.517$, $p = .061$), “Problemas com o Uso de Substâncias” ($b_0 = -2.568$, $X^2_{Wald}(1) = 25.655$, $p < .001$), “Dificuldade de Controlo da Raiva” ($b_1 = 1.077$, $X^2_{Wald}(1) = 4.042$, $p = .044$), “Fracaceitação/ Adesão à Intervenção” ($b_0 = -3.908$, $X^2_{Wald}(1) = 14.782$, $p < .001$; $b_1 = -2.271$, $X^2_{Wald}(1) = 5.895$, $p = .015$), e “Baixa Motivação/ Compromisso Escolar” ($b_0 = -3.198$, $X^2_{Wald}(1) = 19.895$, $p < .001$; $b_1 = -1.247$, $X^2_{Wald}(1) = 4.044$, $p = .044$).

Como se pode observar todos os coeficientes de regressão são negativos o que quer dizer que, em cada fator de risco individual/ clínico, ao passar da classe de referência (2) para uma classe anterior (0 ou 1), diminui o risco de violência.

Tabela 36*Estimativas e significância do modelo Fatores de Risco Individuais/ Clínicos (SAVRY)*

Variável	Estimativa	Erro-padrão	X^2_{Wald}	g.l.	p	IC 95%
Resumo de Classificação do Risco = 0	-11.897	1.916	38.547	1	.000]-15.653, -8.141[
Resumo de Classificação do Risco = 1	-6.619	1.556	18.098	1	.000]-9.668, -3.569[
Atitudes Negativas = 0	-3.060	.797	14.752	1	.000]-4.622, -1.499[
Atitudes Negativas = 1	-1.375	.594	5.360	1	.021]-2.539, -.211[
Impulsividade/ Comportamento de Risco = 0	-2.274	.901	6.365	1	.012]-4.041, -.507[
Impulsividade/ Comportamento de Risco = 1	-.981	.523	3.517	1	.061]-2.007, .044[
Problemas com o Uso de Substâncias = 0	-2.568	.507	25.655	1	.000]-3.562, -1.574[
Problemas com o Uso de Substâncias = 1	-.050	.772	.004	1	.949]-1.563, 1.464[
Dificuldade de Controlo da Raiva = 0	-.174	.631	.076	1	.783]-1.411, 1.064[
Dificuldade de Controlo da Raiva = 1	1.077	.536	4.042	1	.044].027, 2.128[
Baixo Nível de Empatia/ Remorso = 0	-1.283	.789	2.646	1	.104]-2.830, .263[
Baixo Nível de Empatia/ Remorso = 1	-.253	.750	.114	1	.736]-1.724, 1.217[
Défice de Atenção/ Problemas de Hiperatividade = 0	-1.016	.998	1.036	1	.309]-2.972, .941[
Défice de Atenção/ Problemas de Hiperatividade = 1	-1.401	1.086	1.664	1	.197]-3.529, .727[
Fraca Aceitação/ Adesão à Intervenção = 0	-3.908	1.016	14.782	1	.000]-5.900, -1.916[
Fraca Aceitação/ Adesão à Intervenção = 1	-2.271	.935	5.895	1	.015]-4.104, -.438[
Baixa Motivação/ Compromisso Escolar = 0	-3.198	.717	19.895	1	.000]-4.603, -1.793[
Baixa Motivação/ Compromisso Escolar = 1	-1.247	.620	4.044	1	.044]-2.463, -.032[

Nota. As variáveis preditoras apresentam 3 categorias (0 = baixo, 1= moderado e 2 = elevado), no entanto apenas aparecem 2 porque a terceira (elevado) é tomada como referência; IC = Intervalo de Confiança.

5. VALIDADE DE CRITÉRIO CONCORRENTE ENTRE O SAVRY E O YLS/CMI

No sentido de avaliar a validade de critério concorrente entre o SAVRY e o YLS/CMI procedeu-se ao cálculo do coeficiente de correlação de Spearman entre o SAVRY (*Summary Risk Rating*) e o YLS/CMI (*Total Score*), visto que ambas as variáveis em estudo são ordinais. A análise foi feita por recurso ao *software SPSS statistics* (v.20, IBM SPSS, Chicago, IL). Os resultados mostram que para a amostra de menores ofensores (N=150) a correlação entre as duas variáveis é positiva e estatisticamente significativa ($r_s=.620$, $p < .001$, $n=150$), indicando que o SAVRY tem validade de critério concorrente com o YLS/CMI. A correlação moderada entre as duas escalas indica que estes dois instrumentos não avaliam exatamente o mesmo constructo (cerca 38% da variabilidade do YLS é explicada pelo SAVRY). Pode também afirmar-se que quanto maior for o risco de violência maior será o risco de reincidência criminal.

CAPÍTULO VI

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados serão discutidos em função de cada objetivo de investigação proposto. No capítulo seguinte (conclusão) serão fornecidas respostas diretas às questões de investigação.

1. TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO DO SAVRY AO CONTEXTO PORTUGUÊS

Segue-se a discussão sobre dezassete itens do SAVRY que foram adaptados à realidade Portuguesa.

4 - HISTÓRIA DE INCUMPRIMENTO DE MEDIDAS DE INTERVENÇÃO

Este item refere-se ao incumprimento de ordens e regras resultantes de decisões judiciais ou de programas de intervenção em escolas, centros educativos, estabelecimentos prisionais, instituições de saúde mental, Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (C.P.C.J.'s), IPSS's, Equipas de apoio aos Tribunais, entre outros.

Por ser considerada demasiado restrita, a anterior designação deste item (História de Incumprimento de Ordens e Regras face a Programas de Reabilitação Ordenados Juridicamente) foi alterada. Primeiro, porque este item se refere primariamente a medidas de intervenção, e não (e apenas) a de programas de reabilitação. Segundo, porque estes programas de intervenção podem decorrer de outras instituições que não o Tribunal.

6 - EXPOSIÇÃO À VIOLÊNCIA FAMILIAR

Este item distingue-se de uma história de vitimização ou de maus-tratos, porque se refere a uma violência em que o jovem não esteve diretamente envolvido mas de que foi, no entanto, testemunha. Para fins de cotação deste item, a violência familiar refere-se a qualquer agressão física direta ou violência (e.g., empurrar, bater, atirar objetos) que ocorreu entre as figuras parentais ou entre uma figura parental e outra criança. A violência deve ter sido testemunhada ou ouvida pelo jovem.

A alteração sobre a designação anterior deste item “Exposição (in)directa à Violência Familiar” recaiu em abdicar do “facilitador”, uma vez que o Manual do Profissional do SAVRY faculta informações claras sobre a operacionalidade deste item.

7 - HISTÓRIA DE ABUSO FÍSICO OU DE NEGLIGÊNCIA NA INFÂNCIA

Para fins de cotação deste item são utilizadas as seguintes definições: “infância” refere-se ao período desde o nascimento até aos 12 anos; “abuso físico” refere-se a violação, ou incidentes em que uma das figuras parentais ou cuidador adulto inflige dor ou ferimentos intencionalmente a uma criança; e “negligência” refere-se a ocasiões em que uma das figuras parentais ou o

adulto legalmente responsável pela criança não cumpre os cuidados de alimentação, vestuário, abrigo, educação, assistência médica ou cirúrgica, embora seja financeiramente capaz de fazê-lo; ou não providencia à criança a supervisão e a guarda adequadas; ou abandona a criança.

Ser vítima de abuso sexual (exceto se abuso sexual forçado ou violento), na ausência de outro abuso físico ou negligência, não é incluído na cotação deste item. Embora o abuso sexual seja um comportamento nocivo, a associação estabelecida empiricamente entre vitimização e violência interpessoal subsequente é algo equívoca. Por exemplo, o trabalho de Widom (1989) sugere que comparativamente à população normal, as vítimas de abuso sexual têm uma probabilidade ligeiramente menor de cometerem um delito violento.

A razão pela qual este item foi alterado (História de Maus-Tratos na Infância) deve-se ao fato de na sua definição não estar incluído o abuso sexual (independente da violência) e o abuso emocional/ psicológico.

8 - HISTÓRIA DE COMPORTAMENTO CRIMINAL PARENTAL (OU DOS CUIDADORES)

A história criminal parental refere-se à participação em comportamentos ilegais ou antissociais, mas não implica que estes atos resultem em detenção ou condenação. Infrações de trânsito, tais como excesso de velocidade ou passar um sinal vermelho não são contabilizadas sob este item. Atos que seriam considerados relativamente menores incluem furto em lojas ou pequeno furto, atos de vandalismo ou de desacato menores e posse e uso de drogas (i.e., sem ser para fins de tráfico). Exemplos de comportamento criminal grave incluem (a) agressão grave ou agravada, (b) agressão sexual, (c) tráfico de narcóticos, (d) assalto (a edifício ou viatura automóvel), (e) furto de valor superior, (f) furto de automóvel, (g) fraude e (h) roubo.

O motivo pelo qual este item foi alterado (Antecedentes Criminais/ Desviância Parental) remete para o conceito de “desviância”, que é demasiado vago e abrangente face à definição/ operacionalização deste item.

9 - RUTURA NOS CUIDADOS PRESTADOS NA INFÂNCIA

Geralmente, a rutura precoce dos cuidados prestados pelos cuidadores é, na maioria das vezes, indicadora da incapacidade dos cuidadores providenciarem amor, segurança, apoio, alimentação e/ou suprirem as necessidades básicas da crianças. Embora a rutura dos cuidados prestados e a história de maus-tratos durante a infância possam sobrepor-se com frequência, este item não é considerado sinónimo de negligência ou de abuso.

A alteração da designação deste item (Descontinuidade/ Rutura dos Cuidados Prestados durante a Infância pelo Grupo de Apoio Primário) deve-se ao fato de estar primariamente em causa a

rutura dos cuidados prestados durante a infância, e não a descontinuidade dos mesmos. O grupo de apoio primário remete para os cuidadores principais, e se num determinado momento podem ser os avós, posteriormente, pode ser um tio, um primo, uma irmã, ou até mesmo um casal adotivo. Independentemente dos cuidadores, a pertinência deste item é sobre a rutura destes cuidados e tempo de duração, até a criança ter sido reintegrada num novo lar, cujos cuidadores sejam capazes de lhe proporcionar os cuidados adequados e necessários.

10 - FRACO DESEMPENHO ACADÉMICO

Este item refere-se a insuficiências no desempenho académico e nos conhecimentos escolares. Isto reflete-se em más notas e num fraco desempenho na turma e nas diferentes disciplinas. Indicadores relevantes de um fraco desempenho académico podem incluir: (a) uma história de retenções/reprovações de ano ou em disciplinas específicas, (b) desempenhos consistentemente baixos em trabalhos escolares ou notas baixas, e/ou (c) encaminhamento para currículos alternativos/ensino especial.

A designação anterior deste item “fraco desempenho escolar” remete para indicadores como faltas sistemáticas, expulsões ou suspensões e, embora possa estar associada a um fraco desempenho académico, não se considera para fins de cotação deste item, tendo sido essa a razão o termo “escolar” foi substituído por “académico”.

11 - ASSOCIAÇÃO A PARES COM ACTIVIDADE ANTISOCIAL OU DELINQUENTE

As associações delinquentes referem-se a amizades ou associações frequentes com indivíduos envolvidos em atividades delinquentes ou criminosas. Nas considerações acerca da delinquência dos pares ou associados, deve ter-se em linha de conta a frequência e a gravidade dos comportamentos. Atos delinquentes menores isolados praticados por um ou dois amigos não indicam necessariamente uma associação a pares delinquentes. No entanto, comportamentos delinquentes ou antissociais frequentes, mesmo que relativamente menores, devem merecer consideração.

Se por um lado, a pertinência deste item reside “na força” da associação do jovem a pares com atividade antissocial ou delincente. Por outro lado, o termo “delinquência” tem estatuto de ofensa e é aplicada a infrações legais perpetradas por jovens, e por essa razão, a anterior designação deste item (Atividade Delincente ou Criminal do Grupo de Pares) foi reajustada.

13 - STRESS E MECANISMOS DE COPING INADEQUADOS

É importante avaliar a natureza e o grau de acontecimentos de vida negativos e indutores de *stress* que o jovem enfrentou ou que enfrentará com alguma probabilidade no futuro. Estes incluem perdas significativas, que podem ser de natureza material (e.g., um objeto querido), relacional (e.g., morte ou separação de pessoa com quem mantinha uma relação significativa), ou relativas a um estatuto (e.g., ferida narcísica).

Na cotação deste item, é importante avaliar tanto os acontecimentos previsivelmente indutores de *stress*, como também a capacidade de resposta do jovem (mecanismos de *coping*) para lidar com estes acontecimentos e por esta razão o termo “inadequado” foi acrescentado à designação deste item.

14 - PRÁTICAS PARENTAIS INEFICAZES

Este item refere-se a uma constelação de práticas parentais relacionadas com supervisão e disciplina inadequadas e/ou ineficazes. Na tradução e adaptação deste item foi discutido se “ineficaz” seria mais apropriado que “inadequado”. Sabendo porém que o exercício de disciplina inadequada ou inconsistente reflete práticas parentais ineficazes, optamos por “ineficaz” por considerarmos este termo mais preciso e rigoroso do que “ineficaz”. O objetivo primário deste item remete para a promoção (ou não) de jovens responsáveis e bem integrados em sociedade, com respeito pelos direitos dos outros e consciência dos seus próprios direitos e deveres, e a constatação deste fato reflete-se (geralmente) por práticas parentais eficazes (ou ineficazes).

16 - INSERÇÃO EM COMUNIDADES MARGINALIZADAS

Certas características da comunidade ou do bairro em que o jovem vive e na qual passa o seu tempo podem afetar o seu risco de violência. O início precoce da violência entre as crianças ocorre de forma desproporcionada nos bairros mais desorganizados. Este dado aplica-se tanto a indivíduos do sexo feminino como do sexo masculino (Sommers & Baskin, 1994).

Para efeitos de cotação, este item refere-se ao jovem que relata viver numa comunidade com taxas elevadas de criminalidade, pobreza e violência.

Porque este item remete para a forma como o jovem percebe a sua comunidade, ou seja, “o seu mundo social”, a sua designação inicial (tradução) foi de “Mundo Social Desorganizado”. Porém, esta designação é demasiado abrangente. O “mundo social” do jovem é muito mais do que as características da sua comunidade. Assim, assumimos o termo “marginalizadas” devido às características nas quais o avaliador se deve basear para orientar o jovem a descrever a sua comunidade para efeitos de cotação deste item. “Criminalidade, pobreza e violência” são

adjetivos que caracterizam um tipo de comunidade que se encontra à margem do que é considerado “normal” encontrar numa comunidade ou cultura. E por essa razão, adotamos o termo “marginalizadas” em vez de “desorganizadas”, pois este último pareceu-nos menos sugestivo e objetivo para a operacionalização deste item.

17 – ATITUDES NEGATIVAS

A reformulação deste item prendeu-se com a clarificação da sua operacionalização e definição. Este item remete para a avaliação das crenças do jovem acerca de outras pessoas, agentes e instituições sociais, sobre a lei e as instâncias de autoridade, ou seja, para a presença de atitudes e cognições que legitimam a violência.

18 - IMPULSIVIDADE/ COMPORTAMENTO DE RISCO

A reformulação deste item foi devida a uma errada interpretação de “risk-taking” para “tendência ao risco”, facilitando a tradução inicial para “Impulsividade/ Tendência ao Risco”. Quando este item nos foi clarificado por um dos autores do SAVRY, percebemos que não se trata da tendência para o risco, mas antes da adoção de comportamentos de risco.

19 - PROBLEMAS COM O USO DE SUBSTÂNCIAS

Neste item, o uso de substâncias refere-se ao uso do álcool, drogas lícitas ou ilícitas e inalantes, suficientemente grave para causar problemas de saúde física ou numa ou mais áreas significativas do funcionamento da vida. Para efeitos de cotação deste item devemos avaliar se o uso de substâncias potenciou a agressão ou o ato de violência e não o abuso de substâncias em si. Apesar da evidência científica de que o abuso de substâncias é um fator de risco de comportamento violento entre os jovens (Loeber & Dishion, 1983; Loeber & Hay, 1997; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1987) e de recidivas criminais (Dembo et al., 1995), neste item, o avaliador deve explorar o papel que o uso de substâncias teve na história de agressão do jovem. O abuso de substâncias pode ser um fator de risco particularmente importante se o álcool ou as drogas estiveram implicados quando o jovem cometeu o último ato violento.

20 - DIFICULDADE DE CONTROLO DA RAIVA

Este item refere-se a expressões inapropriadas, intensas ou com uma modulação desadequada, provenientes de um sentimento hostil (i.e., raiva). Os exemplos incluem raiva crónica ou constante, explosões temperamentais frequentes, raiva que resulta na destruição de propriedade

(e.g.: destruir objetos, fazer buracos em paredes ou portas com murros), e/ou dificuldades em acalmar-se.

A anterior designação deste item (“Défices na Gestão dos Sentimentos de Cólera”) foi um erro da tradução de “anger” (em Português “raiva”) para “cólera”. O termo “Cólera” aplica-se a modulações do sentimento de “raiva”, enquanto expressão do instinto de agressão.

Toda a restante reformulação na designação deste item pautou-se pelo rigor e clareza da linguagem.

23 - FRACA ACEITAÇÃO/ ADESÃO À INTERVENÇÃO

Este item avalia fatores que afetam a probabilidade com que o jovem aceita/ adere às disposições de um plano de redução de risco (e.g., ir ao tratamento, cumprir as regras e condições). Um plano de redução de risco é uma intervenção que tem como objetivo a reabilitação e reinserção do jovem na sociedade, para que este não constitua um perigo para si próprio e/ou para os outros. Esta intervenção, que pode passar pelo tratamento de fatores de risco que necessitam de serem eliminados ou controlados (como por exemplo, dificuldades no controlo da raiva ou o abuso crónico de substâncias), pode incluir também psicoterapia interpessoal, cognitivo comportamental e em grupo, entre outras medidas, (como por exemplo, a obrigatoriedade em frequentar a escola ou fazer voluntariado).

A reformulação da designação deste item (anteriormente, “Fracaceitação/Adesão ao Tratamento”) remete para a restrição do termo “tratamento” perante o termo “intervenção”, sendo que este último é mais indicado ao objetivo deste item.

P4 - ATITUDES POSITIVAS FACE À INTERVENÇÃO E À AUTORIDADE

Uma atitude positiva em relação a tentativas de intervenção refere-se a um envolvimento ativo do jovem na diminuição do risco de violência. Este item de proteção está relacionado com o item de risco 23 (Fracaceitação/ adesão À Intervenção). E por esta razão, este item (anteriormente, “Fracatitude à Reabilitação e à Autoridade”) foi reformulado.

P6 - RESILIÊNCIA

A resiliência é caracterizada pela capacidade de se ser bem-sucedido ou de ter resultados positivos apesar das condições adversas. Em termos gerais, considera-se que a resiliência tem três facetas: (a) temperamento/personalidade, (b) fatores familiares, e (c) suporte social (Garmezy, 1993). Segundo os autores do SAVRY, estas duas últimas facetas estão

contempladas (indiretamente, acrescentaríamos) noutros itens e, portanto, este item avalia apenas características de personalidade do jovem relacionadas com a resiliência.

Este item foi ajustado na sua designação (anteriormente, “Traços de Personalidade Resiliente”), porque consideramos que (e apesar da explicação dos autores) é conceitualmente redutor associar ou circunscrever a resiliência aos traços de personalidade. Desde a última década que o foco da investigação sobre resiliência passou da identificação dos fatores de proteção (conforme é proposto pelos autores do SAVRY) para a compreensão do processo através do qual os indivíduos superam as adversidades que vivenciam (e.g.: Mowder, 2008; McNeill, 2011; Fletcher & Sarkar, 2013). Por esta razão, faz-nos mais sentido avaliar neste item a resiliência de uma forma mais integrada, do que apenas numa das suas facetas conforme propõem os autores.

2. VALIDADE E FIABILIDADE DO SAVRY NUMA AMOSTRA HETEROGÉNEA DE JOVENS PORTUGUESES

Os resultados relativos à fiabilidade do SAVRY na nossa amostra ($\alpha_{\text{Amostra Global}} = .95$) são satisfatórios (Nunnally, 1994). A grande maioria dos itens do SAVRY são estatisticamente significativos, e com pesos fatoriais elevados (superiores a .8), e todos os itens apresentaram valores indicativos de fiabilidade (valores superiores a .05). A fiabilidade da versão portuguesa do SAVRY remete-nos, inevitavelmente, para a sustentabilidade empírica e científica dos itens do instrumento (e.g.: Jessor, Van Den Bos, Vanderryn, Costa, & Turbin, 1995; Hawkins et al., 1998; Lipsey & Derzon, 1998; Hann & Borek, 2001; Gretton & Abramowitz, 2002; Fitch, 2004; Borum & Grisso, 2006; Borum & Verhaagen, 2006; Chapman et al., 2006; Gavazzi et al., 2007; Boccaccini et al., 2008; Kierkus & Hewitt, 2009; Schofield, 2009; Lodewijks, Ruiter & Doreleijers, 2010; Schroeder, Giordano, & Cernkovich, 2010; Valenzuela, 2011).

Não subestimando o valor do Alfa de Cronbach para os nossos resultados, mas considerando que entre os instrumentos *SPJ (Structured Professional Judgment)* a validade intercotadores é uma medida mais apropriada, os resultados do estudo da validade intercotadores demonstraram coeficientes de correlação intraclass elevados (ICC = .97 para o *Summary Risk Rating* (ICC = .89 para o *SAVRY Risk Total*), e que, à semelhança da fiabilidade obtida pelo Alfa de Cronbach, remetem para a excelência ao nível da investigação aplicada (Nunnally, 1994). Noutros estudos realizados com o SAVRY, os resultados de validade intercotadores também são igualmente satisfatórios (tabela 37). No entanto, importa salientar que no nosso estudo, obtivemos valores de ICC mais elevados para o sumário de classificação do risco (*summary risk rating*).

Tabela 37

Coefficientes de Correlação Intraclass (SAVRY)

	SAVRY Risk Total	Summary Risk Rating
Estudos (SAVRY)	ICC	ICC
McEachran (2001)*	.83	.72
Bartel, Borum & Forth (2003)*	—	—
Catchpole & Gretton (2003)*	.81	.77
Lodewijks et al., (2005)**	.74	.85
Dolan & Rennie (2008)***	.97	.88
Lodewijks et al., (2008)**	.81	.77
Meyers & Schmidt (2008)****	.97	.95
Viljoen et al. (2008)*	.91	—
Castro & Negreiros (2014) ****	.89	.97

Note. ICC = Coeficiente de Correlação Intraclass (do inglês *Intraclass Correlation Coefficient*).

*Amostra Americana (SAVRY original); **Amostra Holandesa (SAVRY versão Holandesa); ***Amostra Inglesa (SAVRY versão Inglesa); ****Amostra Portuguesa (SAVRY versão Portuguesa); *****Amostra Canadiana.

Num estudo realizado com alunos treinados para cotar o SAVRY, o coeficiente de correlação intraclasse (ICC) foi de .81 para o *SAVRY Risk Total* e de .77 para o *Summary Risk Rating* (Catchpole & Gretton, 2003). Lodewijks e colaboradores (2005) encontraram uma fiabilidade de .74 para o *SAVRY Risk Total* e um ICC de .85 para o *Summary Risk Rating*. Comparativamente, McEachran (2001) encontrou uma fiabilidade relativamente elevada para o *SAVRY Risk Total* (.83) e coeficientes moderados para o *Summary Risk Rating* (.72). De forma semelhante, um outro estudo realizado no Reino Unido, que envolveu jovens com Perturbação de Comportamento, Dolan e Rennie (2006) encontraram um ICC para o *SAVRY Risk Total* de .97 (ver tabela 37).

Porque partimos do princípio que os autores originais do SAVRY teriam feito uma Análise Fatorial Exploratória (AFE), na nossa investigação propusemo-nos a confirmar aquilo que (supostamente) já tinha sido explorado. Os resultados da Análise Fatorial Confirmatória (AFC) foram muito satisfatórios ($\chi^2/df=2.052$, CFI=.995, TLI=.995, RMSEA=.065).⁴⁴ Para podermos comparar os pesos fatoriais dos itens do SAVRY na nossa amostra com os da população Americana, solicitamos dados da AFC a autores americanos, mas constatamos que as únicas análises fatoriais publicadas eram análises de *clusters* derivados racionalmente. Mais verificamos, ao contrário de que seria expectável, que não foram conduzidas análises fatoriais exploratórias ou confirmatórias com o SAVRY na população Americana. Na tentativa de podermos comparar os nossos resultados da AFC, com os de outros países da Europa, contactamos outros autores, mas não tivemos sucesso.

Apesar do modelo SAVRY resultante da AFC ser considerado bom, os itens “História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio” e “Rejeição pelo Grupo de Pares” apresentaram pesos fatoriais muito baixos (.263 e .279, respetivamente) e problemas de fiabilidade individual. Ou seja, na nossa amostra (N=300), estes itens contribuíram muito pouco para a explicação do risco de violência. Segue-se a discussão em torno destes dois itens.

⁴⁴ Até data de redação desta tese, não existiam publicações científicas (com *peer review*) que permitissem comparar estes resultados com os de outros países.

“HISTÓRIA DE AUTOAGRESSÃO OU DE TENTATIVAS DE SUICÍDIO” (SAVRY)

Antes de discutirmos sobre a reduzida carga fatorial obtida neste item, parece-nos importante, contextualizar a sua relação com o risco de violência juvenil.

Evidências empíricas têm demonstrado que adolescentes com história de autoagressão ou de tentativas de suicídio têm risco acrescido de violência futura (e.g., Inamdar, Lewis, Siomopoulos, Shanok, & Lamela, 1982; Battle, Battle, & Tolley, 1993; Garrison, McKeown, Valois, & Vincent, 1993; Apter et al., 1995; Gretton, 1999).

De acordo com a literatura, existem duas formas de estudar a relação entre comportamento suicida e comportamento agressivo. A primeira consiste em avaliar e comparar as taxas de comportamento suicida entre os jovens que são e os que não são violentos. A segunda consiste em avaliar e comparar as taxas de comportamento agressivo entre os jovens que são e os que não são suicidas. Por exemplo, numa amostra de estudantes do ensino secundário residentes na comunidade, Garrison e colaboradores (1993) observaram que todas as formas de comportamento suicida aumentavam a probabilidade de violência contra outros. Outras evidências empíricas (e.g., Skodol & Karasau, 1978; Pfeffer et al., 1993) sugerem que, entre 7% e 48% dos pacientes com história de comportamento violento fizeram também tentativas de suicídio no passado. Estes dados são válidos para adultos e para crianças pré-púberes. Conclusões semelhantes foram obtidas em prisioneiros (Climent, Plutchik, Ervin, & Rollins, 1977) e em jovens delinquentes (Battle et al., 1993). Numa amostra de 1801 jovens detidos em 39 estabelecimentos correcionais, 22% tinham pensado em suicídio, 20% tinham planeado suicidar-se e 16% tinham feito uma tentativa no passado (Morris et al., 1995). Inversamente, numa amostra de adolescentes que se tinham suicidado, quase metade (43%) tinham tido uma história de comportamento antissocial (Marttunen, Aro, Henrikson, & Lonnqvist, 1994).

Na nossa amostra, a esmagadora maioria dos jovens inquiridos (87%) respondeu não ter história de autoagressão ou de tentativas de suicídio. Consideramos que as limitações inerentes ao próprio objeto deste estudo (violência juvenil) e o método de recolha de dados (inquérito na presença dos avaliadores) podem explicar a pouca variabilidade destes autorrelatos, e por conseguinte a baixa carga fatorial deste item (“história de autoagressão ou de tentativas de suicídio”).

O instrumento que permitiu recolher a informação sobre o risco de violência (Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada) é uma medida de autorrelato, e portanto, não somente exige

capacidade de concentração, como a colaboração e a abertura dos respondentes. Estes “requisitos” podem ter ficado comprometidos, quando os respondentes, apesar de lhes ser assegurado o anonimato e a confidencialidade das respostas, hesitaram ou omitiram informações (pessoais e íntimas) a investigadores (desconhecidos), e possivelmente percecionados como figuras de autoridade no momento da recolha dos dados (Fox & Hawton, 2004). No entanto, importa referir que, no pré-teste, este item foi aprovado positivamente por pelo menos um respondente de cada ano de escolaridade representado (7º ao 12º ano).

Segundo, o Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada não avaliava especificamente o item “história de autoagressão ou de tentativas de suicídio”, sendo apenas um instrumento de rastreio.

Terceiro, no Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada, apesar da formulação das perguntas ter sido adaptada para a linha temporal de interesse (“alguma vez”), a deficiência relacionada com a própria formulação, no sentido de ferir ou punir a si mesmo, tem um significado funcional bastante complexo. Apesar de sabermos ser impossível determinar se um jovem que relatou um corte infligindo a si próprio, tinha intenção de se matar, introduzimos uma outra pergunta menos específica (“Alguma vez te magoaste de propósito”), no sentido de ultrapassar as limitações da pergunta anterior, mas a maioria dos jovens da nossa amostra também respondeu negativamente a esta questão (figura 15).

Alguma vez tentaste suicidar-te?

Sim ☐ Porquê?

Não ☐

Alguma vez te magoaste de propósito?

Sim ☐ Tiveste que ir ao Hospital fazer algum tratamento? Sim ☐ Não ☐

Não ☐

Figura 15. Questões para o item “história de autoagressão ou de tentativas de suicídio” (Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada).

Finalmente, uma outra limitação encontrada está relacionada com a validade externa do instrumento, e com a generalização dos resultados. Apesar de heterogénea, a nossa amostra não é representativa da população de adolescentes.

ITEM “REJEIÇÃO PELO GRUPO DE PARES” (SAVRY)

Jovens rejeitados pelos pares são frequentemente definidos na literatura de investigação como crianças ou adolescentes de quem poucos gostam, se é que alguns dos pares gostam deles, e de quem a maioria não gosta de forma ativa. Não são simplesmente uns solitários ou jovens com poucos amigos. O estatuto de rejeitado, evidente desde idades precoces, como os 6 anos, está associado a uma variedade de consequências negativas para os jovens (Dodge, Coie, & Brakke, 1982; Kupersmidt & Coie, 1990).

Crianças que são rejeitadas têm um risco aumentado de delinquência e de perpetrarem atos de agressão (Coie, Lochman, Terry, & Hyman, 1992; Ollendick, Weist, Borden, & Greene, 1992; DeRosier, Kupersmidt, & Patterson, 1994). Muitas vezes, são vítimas de agressão aberta (Coie & Kupersmidt, 1983) e de agressão relacional (Crick & Grotpeter, 1998), entre outras consequências negativas (Tremblay, LeBlanc, & Schwarzman, 1988).

As crianças que são rejeitadas pelos pares tendem, por um lado, a entender erradamente as intenções agressivas de outros e, por outro, têm dificuldade em gerar opções para resolver problemas interpessoais (Dodge, Pettit, McClaskey, & Brown, 1986; Dodge, Price, Coie, & Christopoulos, 1990). Dado que as crianças agressivas são tantas vezes rejeitadas, é difícil determinar se o seu risco aumentado de violência se deve mais à rejeição ou à agressão que conduziu à agressão (Coie & Kupersmidt, 1983). No entanto, a associação entre a agressão anterior e posterior parece mais forte na rejeição crónica. A rejeição pode dever-se a diversos fatores (e.g., competências sociais pobres, simpatia pessoal do jovem, fatores situacionais), mas independentemente da causa, a rejeição precoce pelos pares tem sido associada a futura delinquência (Farrington, 1987).

No SAVRY, este item refere-se a jovens que têm uma história de rejeição interpessoal pelos pares. Alguns indicadores de rejeição pelos pares podem incluir: (a) fazerem pouco do jovem com frequência e de forma excessiva; (b) ter poucos ou nenhuns amigos; e (c) ser provocado ou vítima de *bullying*, ser abertamente ostracizado ou cronicamente marginalizado e objeto de antipatia.

A esmagadora maioria dos jovens inquiridos da nossa amostra (89%) respondeu não ter experimentado rejeição pelos pares durante a infância ou adolescência. Consideramos, essencialmente, uma limitação do nosso estudo que podem explicar a reduzida variabilidade destes autorrelatos, e por conseguinte a baixa carga fatorial deste item (“rejeição pelo grupo de

pares”), e que está relacionada com a deficiência da formulação da pergunta, no sentido de da autopercepção da rejeição por pares, e que tem um significado funcional bastante complexo para um adolescente (ver figura 16).

Alguma vez foste posto de parte por um ou mais amigos?

Sim ☐ Porquê?

Com que idade é que isso te aconteceu (da primeira vez)?

Não ☐

Figura 16. Questão para o item “Rejeição pelo Grupo de Pares” (Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada).

A rejeição pelos pares pode levar o adolescente a descrever-se negativamente, ou a perspetivar-se como odiado por outros, ou ainda, como inútil por um grupo. Esta autoimagem negativa é vivida como uma sensação de vergonha (Dodge et al., 2003). E um dos mecanismos de defesa de vergonha típicos é negação (Baumeister, & Leary, 1995). O sistema de defesa funciona quando um indivíduo experimenta rejeição interpessoal (Prinstein, & LaGreca, 2004).

Se por um lado, a adolescência é marcada por mudanças de desenvolvimento importantes e tarefas, tais como a formação da identidade, a criação de amizades, a identificação com o grupo, e a independência emocional. Por outro lado, estas características transformam a adolescência num período de vulnerabilidade ao impacto das experiências adversas, em particular, aquelas que provocam sentimentos de vergonha (Arslan, 2009). O sentimento de vergonha decorrente de uma experiência de rejeição pelos pares faz com que o jovem se posicione numa zona de conforto para que não torne a experimentar sentimentos de rejeição. E esta condição pode levar o jovem a interpretar a pergunta “Alguma vez foste posto de parte por um ou mais amigos?” exclusivamente relativa aos seus próprios amigos, e não considerar outros colegas, que não permitem que o adolescente se aproxime ou integre o seu grupo, por serem populares ou por considerarem o jovem “marginal” ou impopular. Reconhecemos que teria sido mais adequado que na pergunta estivesse um termo mais neutro, como por exemplo, “colega”.

VALIDADE DISCRIMINANTE DO SAVRY ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS E CENTROS EDUCATIVOS

Foram apresentados indicadores favoráveis à validade discriminante do SAVRY. Os resultados obtidos permitem-nos afirmar que o risco de violência nos centros educativos é muito superior ao risco de violência nas escolas, e que estas diferenças observadas são estatisticamente significativas entre todas as escolas públicas e entre todos os centros educativos.

Existe alguma investigação em torno das potencialidades do SAVRY em contexto escolar, no âmbito da prevenção de uma ampla gama de comportamentos violentos, nomeadamente o *bullying* (e.g.: McEachran, 2001; Borum et al., 2003; Catchpole & Gretton, 2003; Chapman et al., 2006; Roth, 2006; Dolan & Rennie, 2008; Gammelgard et al., 2008; Lodewijks et al., 2008; Meyers & Schmidt, 2008; Welsh et al., 2008).

É conveniente salientar que os resultados obtidos para validade discriminante do SAVRY entre Escolas e Centros Educativos devem ser considerados para futuras investigações no âmbito da utilização do SAVRY nas escolas e suas implicações práticas, com vista à prevenção da violência juvenil comunitária.

3. ITENS DE RISCO (SAVRY) MELHOR PREDITORES DE VIOLÊNCIA FUTURA NUMA AMOSTRA HETEROGÊNEA DE JOVENS PORTUGUESES

Na nossa amostra, e à semelhança de outras investigações (e.g.: Gavazzi et al., 2000; Schofield, 2009), os resultados sugerem uma forte associação entre os fatores de risco históricos do SAVRY e o risco de violência final. Entre estes fatores de risco são (possivelmente) os melhores preditores de risco de violência (na nossa amostra), os fatores:

- a) História de Comportamento Violento;
- b) História de Comportamento Não Violento;
- c) História de Incumprimento de Medidas de Intervenção;
- d) História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio;
- e) Fraco Desempenho Académico.

Nos estudos de investigação acerca de adultos e adolescentes, o comportamento violento anterior é provavelmente o melhor preditor de violência futura (Kohlberg, LaCrosse, & Ricks, 1972; Parker & Asher, 1987; Farrington, 1991; Mossman, 1994; Tolan et al., 1995). O risco de violência futura aumenta gradualmente de acordo com o número de episódios anteriores. Existem menos estudos acerca da relação entre a violência anterior e a violência futura em indivíduos do sexo feminino, e a evidência disponível é menos consistente (Stattin & Magnusson, 1989). Alguns dados sugerem que a relação entre a violência passada e a violência futura é maior nos anos que se seguem imediatamente ao episódio mais violento e que o risco diminui com o tempo (White, Moffit, Earls, Robins, & Silva, 1990).

Os adolescentes que cometeram delitos criminais ou transgressões não violentas têm maior risco de violência futura do que aqueles que não cometeram delitos criminais ou transgressões não violentas (Farrington, 1989; Lipsey & Derzon, 1998; Patterson & Yoerger, 1993; Robins, 1996). Algumas evidências empíricas sugerem uma associação mais forte entre a história dos comportamentos delinquentes em termos gerais e a violência futura do que entre a história de violência e atos violentos futuros (Lipsey & Derzon, 1998).

Os comportamentos antissociais e/ou detenções anteriores por quaisquer atos criminosos/delinquentes aumentam a probabilidade de um ato violento subsequente (Kohlberg et al., 1972; Parker & Asher, 1987). O envolvimento em comportamentos antissociais, tais como furto, destruição de propriedade, consumo de tabaco, venda de droga, relações sexuais precoces (i.e., antes dos 14 anos) está associado a violência futura nos indivíduos do sexo

masculino (Hawkins et al., 1998). No entanto, a delinquência não violenta anterior pode não ser um bom preditor da gravidade da violência subsequente (Cornell, Benedek, & Benedek, 1987).

De notar que as taxas de atividade criminosa/delinquente durante a adolescência são geralmente tão elevadas que são estatisticamente normativas (Hirschi, 1969; Elliot, Ageton, Huizinga, Knowles, & Canter, 1983; Moffitt, Lynam, & Silva, 1994). Assim, é necessário um limite de frequência na cotação deste item para distinguir entre aqueles que apresentam um maior grau de risco

Incumprimentos passados de programas de reabilitação têm sido associados a um risco aumentado de violência em adultos (Hoge, et al., 1994; Webster et al., 1997; Andrews & Bonta, 2006). Os adolescentes com história de tentativas de suicídio ou autoagressão têm demonstrado um risco acrescido de violência futura (Inamdar et al., 1982; Battle, A. O., Battle, M. V, & Tolley, 1993; Garrison et al., 1993; Apter et al., 1995; Gretton, 1999). Numa amostra de estudantes do ensino secundário residentes na comunidade, Garrison e colegas (1993) observaram que todas as formas de comportamento suicida aumentavam a probabilidade de violência contra outros. Havia também uma correlação entre cada tipo de comportamento. Segundo diversos autores, entre 7% e 48% dos pacientes com uma história de comportamento violento fizeram também tentativas de suicídio no passado. Estes dados são relatados como válidos para adultos (Skodol & Karasau, 1978) e para crianças pré-pubertárias (Pfeffer et al., 1993). Foram relatadas conclusões semelhantes em prisioneiros (Climent et al., 1977) e em jovens delinquentes (Battle et al., 1993).

O desempenho académico ou os problemas educativos têm sido consistentemente apontados como prevaletentes em adolescentes que praticam delitos violentos (Farrington, 1989). O insucesso escolar (i.e., baixo desempenho, nível baixo de conhecimentos, más notas), começando nos primeiros anos de escolaridade, está associado a um risco aumentado de violência e delinquência futuras (Denno, 1990; Farrington, 1991; Maguin & Loeber, 1996). Este fator pode ser tão forte, ou mais forte, nas mulheres do que nos homens. Num estudo, o nível baixo de conhecimentos e o encaminhamento para grupos/turmas de nível académico mais baixo, por volta dos 11 anos, duplicam o risco de violência futura (Farrington, 1989).

Uma vinculação ou ligações pobres com a escola podem também estar associadas com um risco aumentado de violência, em particular para adolescentes, quando comparados com crianças mais novas (Maguin et al., 1995). A literatura é, quanto a este aspeto, mais equívoca (Elliott, 1994). O compromisso escolar pode ser um fator protetor importante (Catalano & Hawkins,

1996). As faltas e o abandono escolar antes dos 15 anos podem estar associados a violência subsequente (Farrington, 1989). Mudanças frequentes de escola entre os 14 e os 16 anos, em particular se for no mesmo ano, podem ser também um fator de risco (Maguin et al., 1995).

O fraco desempenho pode resultar de limitações intelectuais ou pode ser secundário a uma falta de interesse/esforço e a outros problemas ligados à escola. Estes problemas são, eles mesmos, fatores de risco para a violência em adolescentes. Independentemente da causa, o fraco desempenho acadêmico aumenta o risco de comportamento violento no futuro.

Os resultados sugerem ainda uma forte associação entre os fatores de risco sociais/ contextuais do SAVRY e o risco de violência final. Entre estes fatores de risco são (possivelmente) os melhores preditores de risco de violência (na nossa amostra), os fatores:

- f) Associação a Pares com Atividade Antissocial ou Delinquente;
- g) *Stress* e Mecanismos de *Coping* Inadequados;
- h) Suporte Pessoal/ Social Reduzido.

A afiliação com pares delinquentes é um fator de risco para a violência e a delinquência juvenis. É um fator de risco particularmente importante e alvo de intervenção nos adolescentes. Crianças e adolescentes agressivos tendem a associar-se entre si em redes antissociais (Cairns, R. B., Cairns, B. D., Neckerman, Gest, & Gariepy, 1988). Estas afiliações são um fator de risco para violência subsequente, bem como para formas abertas e encobertas de delinquência (Keenan, Loeber, Zhang, & Stouthamer-Loeber, 1995). A afiliação social a um grupo de pares delinquentes prediz problemas relacionados com a escola e comportamentos antissociais (Dishion & Loeber, 1985; Elliott, Huizinga, & Ageton, 1985; Patterson & Dishion, 1985). De modo semelhante, Blaske, Borduin, Henggeler e Mann (1989) observaram que os delinquentes adolescentes mais violentos se associavam com pares altamente agressivos.

Este processo afiliativo tem sido descrito como o segundo passo numa sequência que começa com a rejeição pelos pares – jovens agressivos começam por ser rejeitados pelos pares normais e afiliam-se subsequentemente aos pares desviantes (Loeber & Hay, 1994). Foi demonstrado que a rejeição pelos pares, aos 10 anos, está ligada à afiliação com pares antissociais aos 12 anos (Dishion, Patterson, Stoolmiller, & Skinner, 1991). Embora as crianças agressivas e disruptivas tendam a ser rejeitadas, na adolescência há tipicamente alguns indivíduos que identificam como amigos; no entanto, estas redes de amizade são menos estáveis do que as dos jovens não agressivos (Cairns et al., 1998).

Os grupos de pares delinquentes parecem influenciar igualmente outros jovens que não têm história prévia de agressão significativa ou de comportamento antissocial. Os grupos de delinquentes podem parecer mais maduros, independentes e “fixes”. Num período em que os jovens lutam pelo desenvolvimento da sua identidade, esta afiliação surge como algo atrativo. Assim, os efeitos do mimetismo social incitam estes jovens a imitar os pares delinquentes. Quando o comportamento delinvente surge pela primeira vez na adolescência e no contexto destas influências dos pares desviantes, o comportamento é habitualmente limitado à adolescência e há uma desistência depois (Moffitt, 1993). No entanto, a afiliação a pares delinquentes pode ser menos preditiva de agressão em infratores reincidentes ao longo da vida.

Irmãos delinquentes aumentam também o risco de comportamento violento (Farrington, 1989; Maguin et al., 1995; Williams, 1994). Por exemplo, numa amostra de rapazes em Londres, 26% dos que tinham irmãos delinquentes na infância tinham sido condenados por delitos violentos, em comparação com 10% dos que não tinham irmãos delinquentes (Farrington, 1989). A afiliação ou a pertença a *gangs* parece aumentar o risco de violência e delinquência, para lá do risco associado aos pares delinquentes por si só (Battin, Hill, Abbott, Catalano, & Hawkins, 1998; Maguin et al. 1995). Tem sido evidenciado que as taxas de violência entre jovens aumentam após a entrada num *gang*, e permanecem elevadas, a menos que o indivíduo abandone o *gang*. Por outro lado, a pertença a um *gang* está associada a delitos mais graves e violentos (Thornberry, Krohn, Lizotte, & Chard-Wierschem, 1993).

Os acontecimentos de vida indutores de *stresse* têm sido associados, em estudos passados, com o aumento de risco de violência juvenil (Guerra, Huesman, Tolan, Van Acker, & Eron, 1995). Attar, Guerra e Tolan (1996) observaram que os acontecimentos indutores de *stresse* estavam ligados a taxas mais elevadas de agressão (na avaliação dos professores) pelo período de um ano. Esta ligação pode ser especialmente forte nas pessoas que foram vítimas de violência (Felson, 1992). Alguns indutores significativos de *stresse*, tais como mortes inesperadas, podem ser difíceis de prever, mas os avaliadores devem procurar potenciais indutores de *stresse* no futuro, pelo menos nas áreas de (a) relações familiares, (b) relações entre pares, (c) escola, e (d) autoimagem/estatuto.

A ausência de relações apoiantes pode reduzir a eficiência dos esforços de redução de risco e aumentar o risco de exposição a condições de risco (Estroff & Zimmer, 1994; Estroff, Zimmer, Lachicotte, & Benoit, 1994). Relações hostis ou conflituais podem aumentar o risco de violência. Numa amostra de jovens Afro-Americanos, o suporte social familiar estava positivamente

relacionado com a supressão da raiva em crianças a viver em meios urbanos de alto risco (Stevenson, 1998). De modo semelhante, relações familiares saudáveis foram associadas a menos sentimentos violentos ou atos de violência (Rodney, Tachia, & Rodney, 1997). Num estudo prospetivo de rapazes a nível da pré-primária, aqueles que percecionavam mais suporte tinham taxas mais baixas de agressão (Stormont-Spurgin & Zentall, 1995). Por outro lado, jovens que se sentem sem esperança podem percecionar muito pouco suporte por parte da família e amigos e podem ter mais tendência a exprimir raiva de forma aberta e agressiva (Kashani, Suarez, Allan, & Reid, 1997).

Entre os fatores de risco individuais/ clínicos, apenas são estatisticamente significativos, e por isso considerados bons preditores do risco de violência, na nossa amostra, os fatores:

- i) Atitudes Negativas;
- j) Impulsividade/ Comportamento de Risco;
- k) Problemas com o Uso de Substâncias;
- l) Dificuldade de Controlo da Raiva;
- m) Fraca Aceitação/ Adesão à Intervenção;
- n) Baixa Motivação/ Compromisso Escolar.

Certas atitudes antissociais ou deficiências na cognição social podem aumentar o risco de comportamento violento do jovem (Dodge, 1991; Andrews & Bonta, 1995; Catalano & Hawkins, 1996). As atitudes que desculpam a violência têm sido consideradas preditores moderados de violência futura (Slaby & Guerra, 1988; Maguin et al., 1995; Hawkins et al., 1998). De modo semelhante, Dodge e colegas (1986) observaram duas deficiências nucleares na cognição social entre os jovens que podem conduzir a um aumento da agressão: (a) uma incapacidade de gerar soluções não agressivas para conflitos interpessoais; e (b) uma tendência frequente para percecionar intenções hostis ou agressivas nos outros, mesmo quando elas não existem. As predisposições cognitivas, avaliações de provocação ou intencionalidade (i.e., viés atribucional de hostilidade), fantasias de violência, afirmações agressivas acerca de si próprio e discurso interior agressivo, e as expectativas acerca do sucesso podem aumentar o risco. As atitudes que favorecem a violência podem ser mais preditivas de violência em crianças mais velhas, em comparação com as mais novas (Zhang, Loeber, & Stouthamer-Loeber, 1997). Uma autoestima inapropriadamente inflacionada pode estar também associada a um aumento de risco. Aqueles que têm uma consciência inflacionada do seu próprio valor tendem a ser muito sensíveis a qualquer ameaça ao seu ego ou autoimagem e podem responder de forma agressiva a

apreciações ou feedback negativos. Estudos empíricos verificaram que a idealização e níveis inflacionados de autocompetência estavam associados a níveis mais elevados de agressão (Hughes, Cavell, & Grossman, 1997). Numa revisão, Baumeister, Smart e Boden (1996) observaram que “quanto mais favoravelmente alguém se vê a si mesmo, tanto maior a variedade de feedback externo que é percebido como inaceitavelmente baixo” (p.9).

A impulsividade como fator de risco para a violência é muitas vezes caracterizada pela instabilidade comportamental e afetiva, e por flutuações marcadas de humor e conduta geral (White et al., 1994; Hollander & Stein, 1995; Webster & Jackson, 1997). A impulsividade tem sido considerada um importante fator de risco na predição da violência entre crianças (Augimeri et al., 2001), adolescentes (Rutter et al., 1998) e adultos (Webster et al., 1997). Farrington (1989), por exemplo, verificou que a impulsividade nos jovens estava associada a um risco aumentado de violência, medida através de auto-relato e registos oficiais. Relaciona-se com esta a dimensão de comportamentos considerados como “tendência para o risco” ou “ousadia”, que demonstraram ter uma relação forte com a violência – duplicando ou triplicando o risco de comportamento violento entre crianças mais velhas e adolescentes (Farrington; Hawkins et al., 1998).

O consumo/abuso de substâncias refere-se ao uso do álcool, drogas lícitas ou ilícitas e inalantes, suficientemente grave para causar problemas de saúde física ou numa ou mais áreas significativas do funcionamento da vida. A investigação apoia consistentemente a asserção de que o abuso de substâncias é um fator de risco de comportamento violento entre os jovens (Loeber & Dishion, 1983; Loeber & Stouthamer-Loeber, 1987; Loeber & Hay, 1997) e de recidivas criminais (Dembo et al., 1995). Os resultados de um estudo longitudinal conduzido ao longo de 20 anos evidenciaram que o uso de drogas durante os primeiros anos da adolescência estava associado a delinquência concomitante e futura (i.e., na adolescência e nos primeiros anos da idade adulta) (Brook, Whiteman, Finch, & Cohen, 1996). O álcool pode ser um fator de risco ao mesmo nível que o uso de drogas. Numa amostra nacional de estudantes do ensino secundário (N = 12272), no inquérito *CDC Youth Risk Behavior Survey*, a taxa de conflitos físicos era significativamente mais elevada entre adolescentes que usavam substâncias ilícitas, e esta relação era igual para indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino (Dukarm, Byrd, Auinger, & Weitzman, 1996).

A raiva pode ser um “ativador potente da agressão” (Novaco, 1994). A raiva tende igualmente a estar associada a atitudes antissociais, e ambas estão relacionadas com agressão, em particular

com a agressão reativa, em jovens delinquentes (Granic & Butler, 1998). A gestão de sentimentos de raiva e a assertividade estão muitas vezes entre os alvos principais da intervenção com delinquentes violentos adolescentes (Feindler, Marriott, & Iwata, 1984). As dificuldades na gestão de sentimentos de raiva, particularmente um temperamento explosivo, estão muitas vezes associadas a um risco aumentado de violência (Furlong & Smith, 1994). A raiva pode aumentar a excitação e, conseqüentemente, o risco de agressão (Wells & Miller, 1993); no entanto, a raiva como traço de personalidade também já tem sido associada a um risco futuro de agressão nos jovens (Cornell, Peterson, & Richards, 1999). Inversamente, a empatia, o sentimento de culpa, a ansiedade e o medo podem inibir o risco. A extensão do contributo da raiva para o risco de violência depende tipicamente dos mecanismos que medeiam entre acontecimentos aversivos e comportamentos nocivos. Contudo, como se sublinhou na secção sobre Atitudes Negativas, uma dificuldade significativa entre jovens agressivos é a tendência para que os mecanismos cognitivos de mediação estejam predispostos a perceberem sinais hostis nos outros. O consumo de álcool e substâncias ilícitas, tais como cloridrato de fenciclidina, anfetaminas e cocaína, podem igualmente mediar respostas afetivas e comportamentais, conducentes a um aumento de raiva e violência (Miller & Potter-Efron, 1989).

Alguns indivíduos não acreditam no tratamento proposto ou antecipam que não será eficaz no alívio dos seus problemas, ou podem achar que os “custos” ou efeitos secundários do tratamento serão tão aversivos que os custos irão ser superiores aos benefícios. Outros fatores-chave podem incluir a acessibilidade da intervenção e a atitude do jovem face aos que providenciam essa intervenção. A fraca aceitação/adesão ao tratamento tem sido também associada a um risco acrescido de violência em adultos (Simourd, Hoge, Andrews, & Leschied 1994; Webster et al., 1997; Swanson et al., 2000; Borum, Swartz, Swanson, & Wiseman, 2001; Andrews & Bonta, 2006).

O baixo compromisso/interesse ou a falta de compromisso/interesse em frequentar a escola e em completar trabalhos escolares relaciona-se com uma probabilidade de violência futura (Farrington, 1989; Simourd et al., 1994; Maguin et al., 1995). O interesse ou o compromisso escolar é uma variável dinâmica e distingue-se de uma história de sucesso escolar porque se refere ao grau de motivação recente do jovem e ligação à escola.

Não são estatisticamente significativos, e por isso não contribuem para o risco de violência da nossa amostra, os itens:

- Início precoce de comportamento violento;

- Exposição à violência familiar;
- História de abuso físico ou de negligência na infância;
- História de comportamento criminal parental;
- Rutura nos cuidados prestados na infância;
- Rejeição pelo grupo de pares;
- Práticas parentais ineficazes;
- Inserção em comunidades marginalizadas;
- Baixo nível de empatia/ remorso;
- Défice de atenção/ problemas de hiperatividade.

Apesar do pressuposto necessário à validação da análise de regressão ordinal para os fatores de risco históricos e sociais/ contextuais não ter sido validado, e por essa razão os resultados serem meramente indicativos, já para os fatores de risco individuais/ clínicos, o pressuposto da homogeneidade de declives, necessário à validação desta análise verificou-se. Não obstante, existem alguns argumentos que podem explicar alguns dos itens que não contribuem para o risco de violência na nossa amostra. Nomeadamente: a manipulação da imagem, enquanto estilo frequente de resposta para instrumentos de autorrelato (Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada); o contexto “avaliação” e “recolha de dados para investigação”, que são circunstâncias que socialmente induzem respostas também socialmente corretas; a pouca variabilidade de resposta produzida pelos jovens inquiridos em relação aos itens (que não são estatisticamente significativos); e a própria subjetividade do juízo profissional do avaliador durante a avaliação do risco, quer na recolha de dados, quer no preenchimento do instrumento.

Nesta investigação não foi possível realizar um estudo *follow up* relativamente à avaliação do risco de violência nos participantes (N=300), quer devido à sua heterogeneidade, quer pelas circunstâncias de avaliação. Em conformidade, como alternativa ao estudo da validade preditiva do SAVRY, foi realizada uma análise de regressão ordinal, no âmbito da validação deste instrumento. Seria cientificamente relevante comparar os resultados obtidos com os de outras investigações. Lamentavelmente, não foram encontradas referências de outros estudos de regressão ordinal com o SAVRY. Uma alternativa possível poderia recair sobre a referência a estudos de validade preditiva. No entanto, esta alternativa não nos pareceu cientificamente sensata, uma vez que estes estudos foram realizados com amostras homogêneas (que não é o caso do presente estudo), e com dados com outras características.

4. VALIDADE DE CRITÉRIO CONCORRENTE ENTRE O SAVRY E O YLS/CMI

Em estudos anteriores, a validade concorrente do SAVRY foi examinada em relação ao inventário *Youth Level of Service/Case Management Inventory* (YLS/CMI; Hoge & Andrews, 2002), ao *Hare Psychopathy Checklist: Youth Version* (PCL:YV; Forth, Kosson, & Hare, 2003), e em relação a outros instrumentos de agressão e psicopatologia na infância. Embora estas correlações sejam significativas e indiquem que o SAVRY partilha alguma variância com ambas as medidas, o SAVRY possui um poder preditivo independente. Num estudo de Catchpole e Gretton (2003), a Cotação de Risco do SAVRY apresentava uma correlação de 0.64 com o Total de Risco do YLS/CMI. O SAVRY demonstrou igualmente uma validade (de critério, ou poder preditivo) incremental acima do YLS/CMI e do PCL:YV. Os resultados de análises de regressão hierárquica mostram que adicionar o SAVRY melhora o poder do YLS/CMI e do PCL:YV na predição tanto de comportamentos institucionais agressivos como de sintomas de perturbação de comportamento (agressivo) grave. O SAVRY é também responsável por uma proporção elevada da variância explicada para cada tipo de violência (Bartel et al., 2003).

No nosso estudo de validade de critério concorrente entre o SAVRY e o YLS/CMI na amostra parcial (menores ofensores; N=150), o SAVRY tem validade de critério concorrente moderada com o YLS/CMI. Note-se que a ocorrência de baixas correlações entre duas medidas nem sempre reflete falta de validade do preditor (SAVRY), mas indica a possibilidade de que o critério (YLS/CMI) seja questionável. Efetivamente, as duas escalas não avaliam exatamente o mesmo constructo. Não obstante, 38% dos scores da YLS/CMI são explicados pelos scores do SAVRY. A validade de critério concorrente moderada entre o SAVRY e o YLS/CMI sugere uma forte associação entre estes dois instrumentos. Podemos também inferir que quanto maior é o risco de violência maior é o risco de reincidência criminal.

No estudo de validação inicial (Bartel et al., 2003), o SAVRY *Risk Total* correlaciona-se positivamente com o YLS/CMI, numa amostra de jovens inseridos na comunidade (.89). Num estudo de Catchpole & Gretton (2003) com a população americana, o SAVRY *Risk Rating* correlaciona-se em .64 com o YLS/CMI (ver tabela 38).

Tabela 38*Validade de critério concorrente entre o SAVRY e o YLS/CMI*

Estudos	SAVRY Risk Total x YLS/CMI	SAVRY Summary Risk Rating x YLS/CMI
Castro & Negreiros (2014) *	.54	.62
Bartel et al., (2003) **	.89	—
Catchpole & Gretton (2003) ***	—	.64

Nota. *Estudo de validação do SAVRY numa amostra Portuguesa; **Estudo de validação inicial do SAVRY; ***Estudo Americano com o SAVRY.

CAPÍTULO VII

CONCLUSÕES.

A realização desta investigação sobre a avaliação do risco de violência juvenil numa amostra de 300 jovens Portugueses, com características heterogéneas, entre os 12 e os 19 anos de idade, de diversas zonas do país, permitiu-nos aprofundar conhecimentos sobre o risco de violência juvenil em contexto Português, pertinentes para futuras investigações.

Com esta investigação foi possível concluir que existe uma associação entre risco de violência juvenil e as variáveis “zona geográfica”, “raça/ etnia”, “sexo e idade”. Os jovens que residem nas cidades apresentam maior risco de violência, e tendencialmente de nível moderado a elevado. Se relativamente aos jovens de raça caucasiana não foram encontradas diferenças ao nível do risco de violência, no que é relativo aos jovens de raça negra e de etnia cigana, apesar da maioria destes jovens (mas não a sua totalidade) estar associada aos centros educativos estes jovens apresentam uma frequência mais elevada de risco de violência de nível moderado a elevado, do que de nível baixo. O risco de violência juvenil é mais significativo em jovens com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos.

Esta investigação também nos permitiu estabelecer algumas associações sobre o risco de violência e o risco de reincidência criminal dos jovens detidos em Centros Educativos, pela prática de atos ilícitos considerados crime pela Lei Penal Portuguesa.

A esmagadora maioria destes jovens apresenta risco de violência moderado ou elevado, e risco de reincidência criminal alto ou muito alto. Apesar das análises realizadas não tornarem explícito qual das variáveis “risco de violência” ou “risco de reincidência” explica melhor a outra, os jovens detidos em Centro Educativo com risco de violência moderado ou elevado, têm risco de reincidência criminal alto ou muito alto, tornando-se evidente a associação entre risco de violência juvenil e risco de reincidência criminal. Nestes jovens, o risco de reincidência criminal é mais elevado em jovens de raça caucasiana, residentes nos centros urbanos, entre os 15 e os 18 anos de idade. Por motivos que remetem para os limites desta investigação (e que serão apresentados no capítulo seguinte) não foi possível estabelecer qualquer relação entre risco de reincidência e sexo.

Atendendo às limitações do nosso estudo, e considerando a pertinência do fatores “história de autoagressão ou de tentativas de suicídio” e “rejeição pelo grupo de pares” para a avaliação do risco de violência, optamos por não retirar este item do modelo, reconhecendo, no entanto, que futuras investigações com o SAVRY devem incluir amostras de maiores dimensões e considerar formas alternativas de recolha de informação.

Iremos, de seguida, dar resposta às questões de investigação que orientaram os objetivos desta investigação, e com as quais esperamos contribuir para a continuidade de futuras investigações.

1. Qual é a validade e a fiabilidade do *Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY)* numa amostra de 300 jovens Portugueses, com características heterogéneas?

A qualidade de ajustamento do modelo unifatorial SAVRY na nossa amostra, com características heterogéneas, é considerada boa. À exceção dos itens “ história de autoagressão ou tentativas de suicídio” e “rejeição pelo grupo de pares”, todos os itens do SAVRY apresentam uma boa validade para a avaliação do risco de violência, tornando evidente que este é um instrumento com características psicométricas promissoras para avaliação do risco de violência em jovens Portugueses, entre os 12 e os 18 anos de idade, de ambos o sexos, de qualquer raça ou etnia. Apesar dos limites de investigação, o SAVRY apresenta fiabilidade e validade de constructo que permitem a sua adequada utilização quer em contexto forense, quer em contexto clínico.

O Alfa de Cronbach do SAVRY (na amostra) é de .95, e a fiabilidade intercotadores (ICC) é de .97 para o *Summary Risk Rating* e de .89 para o *SAVRY Risk Total*.

Conforme foi referido anteriormente (na discussão de resultados), quando o SAVRY é aplicado a alvos estruturalmente iguais, os resultados são igualmente bons ou satisfatórios, e por essa razão, podemos afirmar que a medida é fiável e que tem validade.

2. O SAVRY tem validade discriminante?

Sim. O SAVRY foi administrado a 150 jovens de três escolas públicas distintas e a 150 jovens de cinco centros educativos diferentes (N=300), e entre os diferentes *settings* de avaliação o risco de violência é diferente, e as diferenças observadas são estatisticamente significativas.

A validade de constructo do SAVRY foi confirmada, o que nos assegura que, quer seja nos Centros Educativos ou nas Escolas, quando aplicamos o SAVRY estamos a medir o constructo que nos propusemos a medir, ou seja, o risco de violência juvenil.

3. Quais são os itens de risco do SAVRY que melhor predizem o risco de violência futura numa amostra heterogénea de 300 jovens Portugueses?

- a) História de Comportamento Violento;
- b) História de Comportamento Não Violento;
- c) História de Incumprimento de Medidas de Intervenção;
- d) História de Autoagressão ou de Tentativas de Suicídio;
- e) Fraco Desempenho Académico;
- f) Associação a Pares com Atividade Antissocial ou Delinquente;
- g) Stress e Mecanismos de Coping Inadequados;
- h) Suporte Pessoal/ Social Reduzido;
- i) Atitudes Negativas;
- j) Impulsividade/ Comportamento de Risco;
- k) Problemas com o Uso de Substâncias;
- l) Dificuldade de Controlo da Raiva;
- m) Fraca Aceitação/ Adesão à Intervenção;
- n) Baixa Motivação/ Compromisso Escolar.

4. Existe validade de critério concorrente entre o SAVRY e o YLS/CMI (*Youth Level of Service/ Case Management Inventory*)?

Sim. O SAVRY tem validade de critério concorrente moderada com o YLS/CMI, uma vez que os dois instrumentos não avaliam exatamente o mesmo constructo. Não obstante, cerca de 38% da variabilidade dos scores do YLS/CMI é explicada pelo SAVRY, tornando clara a forte associação entre o risco de violência juvenil e o risco de reincidência criminal, ou seja, quanto maior for o risco de violência, maior será o risco de reincidência criminal.

O nosso estudo de validade de critério concorrente entre o SAVRY e o YLS/CMI, não nos permite extrapolar resultados. A causalidade entre o risco de violência (SAVRY) e o risco de reincidência (YLS/CMI) apenas seria demonstrada com desenho metodológico, em estudos longitudinais, através do controlo de variáveis (grupo experimental e grupo de controlo) com características semelhantes.

5. Quais são as melhores práticas de avaliação do risco de violência juvenil?

As melhores práticas para a avaliação do risco de violência juvenil são aquelas que vão além da simples estimativa do nível de risco, e que integram procedimentos e instrumentos padronizados, válidos e fiáveis para a população Portuguesa, ou para o/ a jovem em causa. É fundamental que sejam utilizados instrumentos de juízo profissional estruturado, orientados para a intervenção e gestão do risco, e específicos para a avaliação do risco de violência juvenil. A reavaliação do risco de violência é fundamental, e deve ser realizada entre 3 a 4 meses após a saída do jovem do Centro Educativo. As avaliações de risco de violência juvenil têm valor limitado após 6 meses.

LIMITES DE INVESTIGAÇÃO

As limitações temporais e de financiamento, não permitiram a recolha de dados numa amostra representativa da população juvenil Portuguesa, entre os 12 e os 18 anos de idade. Perante esta realidade, optamos por uma amostra relativa a uma diversidade de contextos culturais e socioeconómicos, que nos permitiu obter resultados sensíveis às circunstâncias contextuais e individuais. No entanto, para se poder afirmar que uma escala está validada, a amostra tem que ser representativa, o tanto quanto possível, e por essa razão, o nosso estudo de validação do *Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY)* tem valor limitado.

Se por um lado, a validação de um instrumento pressupõe que os resultados sejam consistentes ao longo do tempo, por outro lado, esta validação é tanto mais robusta, quantos mais estudos existirem. E por esta razão, futuros estudos de validação com o SAVRY devem ser conduzidos, e em amostras mais numerosas.

O fator “tempo” não nos permitiu estudar a validade preditiva do SAVRY, a estabilidade teste-reteste, e ainda, a causalidade entre risco de violência e risco de reincidência, pelo que seria pertinente a realização de estudos longitudinais que considerassem estes objetivos de investigação.

Atendendo a que ainda não foi conduzida nenhuma análise fatorial exploratória com o SAVRY, é importante conduzir esta análise numa amostra Americana, e comparar estes resultados com os da amostra Portuguesa.

A utilização do Inquérito de Violência Juvenil Autorrevelada apresentou vantagens, mas também inconvenientes. Nas Escolas, este inquérito foi administrado em grupo, através do uso de computadores. Nos Centros Educativos, este inquérito foi administrado individualmente sob a forma de entrevista estruturada. Comparando a eficácia/ eficiência destes dois métodos de administração, consideramos que ambos foram eficientes. No entanto, nas Escolas houve perda de eficiência em termos de informação pertinente para a investigação. Enquanto nos Centros Educativos foi possível observar o comportamento não-verbal dos jovens, e esclarecer algumas perguntas e respostas, nas Escolas, a informação foi restrita às respostas dos alunos. Os ficheiros escolares não continham informação pertinente, e quando procuramos obter a colaboração dos Diretores de Turma, a maioria não se mostrou disponível. Por esta razão, o risco de violência obtido nas Escolas, é sub-estimado. No caso dos jovens detidos em Centro Educativo, a avaliação do risco de violência foi feita com base nos últimos 12 meses antes da

entrada em Centro Educativo. No entanto, algumas das respostas fornecidas durante as entrevistas estiveram sujeitas ao fenómeno da desejabilidade social, e se, em alguns momentos, foi possível minimizar este efeito, ou até algumas incongruências, noutros, nem tanto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais nas áreas de saúde mental estão a ser confrontados com uma demanda cada vez maior para a avaliação de risco da violência, como meio de julgamento profissional e tomada de decisão em relação a uma ampla gama de comportamentos violentos generalizados, ameaças de violência direcionadas, e intimidação (McEachran, 2001; Borum et al., 2003; Catchpole & Gretton, 2003; Chapman, 2006 et al.; Roth, 2006; Dolan & Rennie, 2008; Gammelgard et al., 2008; Lodewijks et al., 2008; Meyers & Schmidt, 2008; Welsh et al., 2008).

Enquanto programa de segurança das Escolas, a utilização de instrumentos de avaliação estruturados e adaptados ao contexto Português, como o SAVRY, que possibilitam a intervenção em fatores de risco dinâmicos, poderiam ser uma estratégia eficaz para identificar necessidades específicas, e melhorar os resultados escolares de alunos em risco. Num modelo de prestação de serviços, a avaliação do risco de violência nas Escolas, pode orientar o desenvolvimento de planos de intervenção específicos para alunos em risco, e monitorar o progresso da intervenção.

No contexto jurídico Português, a designação “avaliação do risco” enquanto procedimento técnico-legal, ou os diplomas legais que a ela obrigam, são inexistentes. A intencionalidade de assegurar a prevenção dos comportamentos de risco, particularmente os violentos, e, consequentemente, a segurança urbana, exige um domínio especializado das avaliações do risco, e inevitavelmente, a sua obrigatoriedade legal (à semelhança do que já acontece em alguns países, como é o caso da Escócia).

A adaptação, validação e aferição de instrumentos, é fundamental para as práticas de avaliação psicológica. Neste sentido, a continuidade deste tipo de investigações no futuro, assume uma importância incontornável.

BIBLIOGRAFIA

- Achenbach, T. M. (1999). The Child Behavior Checklist and related instruments. In M. E. Maruish (Ed.), *The use of psychological testing for treatment planning and outcomes assessment*, 2nd ed., (pp. 429-466). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Achenbach, T. M., & Rescorla, L. A. (2013). The Achenbach System of Empirically Based Assessment (ASEBA): Applications in forensic contexts. In R. P. Archer, & E. M. A. Wheeler (Eds.), *Forensic uses of clinical assessment instruments* (pp. 311-345). New York: Routledge.
- Achenbach, T.M., & Rescorla, L.A. (2001). *Manual for the ASEBA School-Age Forms & Profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, & Families.
- Aebi, M. F. (1999). *La validité des indicateurs de la criminalité : les sondages de délinquance autoreportée face aux données de police et du casier judiciaire* (thèse de doctorat en criminologie). Lausanne, Université de Lausanne, Faculté de Droit, Institut de police scientifique et de criminologie.
- Aebi, M. F. (2006). *Comment mesurer la délinquance?* Paris, Armand Colin.
- Aebi, M. F. (2009). *Self-reported delinquency surveys in Europe*. Assessing Deviance, Crime and Prevention in Europe (CRIMPREV). Retrieved from https://serval.unil.ch/resource/serval:BIB_0E3FF7EE6637.P001/REF
- Aebi, M. F., & Jaquier, V. (2008). Les sondages de délinquance autoreportée : origines, fiabilité et validité. *Déviance et Société*, 32(2), 205-227.
- Albino, C. (2003, Setembro). Primeiros passos em Portugal. In *Proteção e promoção dos direitos das vítimas de crimes na Europa - Projeto Dikê* (pp. 61-66). Lisboa: Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Retrieved from <http://www.apav.pt/pdf/dike.pdf>
- Almeida, C. P. (2000). *Modelos de inimputabilidade. Da teoria à prática*. Coimbra: Almedina.
- American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education. (1999). *Standards for educational and psychological testing*. Washington, DC: American Psychological Association.
- American Psychiatric Association (2000). *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (4th ed.). Washington, DC: American Psychiatric Association.
- American Psychological Association. (2010). *Ethical principles of psychologists and code of conduct*. Retrieved from <http://www.apa.org/ethics/code/index.aspx>
- American Psychological Association. (2013). Specialty guidelines for forensic psychology. *American Psychologist*, 68, 7-19.

- Andrews, D. A. (1982). *The Level of Supervision Inventory (LSI)*. Toronto, Canada: Ontario Ministry of Correctional Services.
- Andrews, D. A. (1995). The psychology of criminal conduct and effective treatment. In J. McGuire (Ed.), *What works: Reducing reoffending – guidelines from research and practice*. Chichester: Wiley.
- Andrews, D. A., & Bonta, J. (2006). *The psychology of criminal conduct* (4th ed.). Cincinnati, OH: Anderson.
- Andrews, D. A., & Bonta, J., & Wormith, J. S. (2006). The recent past and near future of risk/need assessment. *Crime and Delinquency*, 52, 7-27.
- Andrews, D. A., Bonta, J., & Hoge, R. D. (1990). Classification for effective rehabilitation: Rediscovering psychology. *Criminal Justice and Behavior*, 17, 19-52.
- Appelbaum, K. L. (2010). Commentary: The art of forensic report writing. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 38, 43-45.
- Apter, A., Gothelf, D., Orbach, I., Weizman, R., Ratzoni, G., Har-even, D., et al. (1995). Correlation of suicidal and violent behavior in different diagnostic categories in hospitalized adolescent patients. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 34(7), 912-918.
- Archer, R. P. (2005). *MMPI-A: Assessing adolescent psychopathology* (3rd ed.). Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Archer, R. P., & Baker, E. M. (2005). Use of the Minnesota Multiphasic Personality Inventory-Adolescent (MMP1-A) in juvenile justice settings. In D. Seagraves, & T. Grisso (Eds.), *Handbook of screening and assessment tools for juvenile justice*. New York: Guilford Press
- Archer, R. P., & Handel, R. W. (2013). The Minnesota Multiphasic Personality Inventory – Adolescent. In R. P. Archer, & E. M. A. Wheeler (Eds.), *Forensic uses of clinical assessment instruments* (pp. 108-139). New York: Routledge.
- Archer, R. P., & Krishnamurthy, R. (2002). *Essentials of MMPI-A assessment*. New York: John Wiley.
- Archer, R. P., Bolinsky, P. K., Morton, T. L., & Farris, K. L. (2003). MMPI-A: characteristics of male adolescents in juvenile justice and clinical treatment settings. *Assessment*, 10, 400-410.
- Archer, R. P., Buffington-Vollum, J. K., Stredny, R. V., & Handel, R. W. (2006). A survey of psychological test use patterns among forensic psychologists. *Journal of Personality Assessment*, 87, 84-94.

- Archer, R. P., Stredny, R., & Wheeler, E. M. A. (2013). Introduction to forensic uses of clinical assessment instruments. In R. P. Archer, & E. M. A. Wheeler (Eds.), *Forensic uses of clinical assessment instruments*. New York: Routledge.
- Arseneault, L., Tremblay, R. E., Boulerice, B., & Saucier, J. F. (2002). Obstetric complications and adolescent violent behaviors: Testing two developmental pathways. *Child Development*, 73, 496-508.
- Arslan, C. (2009). Anger, self-esteem, and perceived social support in adolescence. *Social Behavior and Personality. An international journal*, 37, 555-564.
- Attar, B. K., Guerra, N. G., & Tolan, P. H. (1994). Neighborhood disadvantage, stressful life events, and adjustments in urban elementary-school children. *Journal of Clinical Child Psychology*, 23, 391-400.
- Augimeri, L. K., Koegl, C. J., Webster, C. D., & Levene, K. S. (2001). *Early assessment risk list for boys: EARL-20B. Version 2*. Toronto, ON: Earls Court Child and Family Centre.
- Ávila, A., & Rodríguez, C. (1995). Evaluación psicológica forense. In M. Clemente (Ed.), *Fundamentos de la psicología jurídica* (pp. 149-170).
- Aye-Maung, N., & Hammond, N. (2000). *Risk of re-offending and needs assessment: The user's perspective*. London: Home Office.
- Bailey, S. (2002). Violent children: a framework for assessment. *Advances in Psychiatric Treatment*, 8, 97-106.
- Baker, K. (2004). *Risk Assessment of Young Offenders* (Unpublished doctoral dissertation). University of Oxford.
- Baker, K. (2004a). Is ASSET really an asset? Assessment of young offenders in practice. In R. Burnett, & C. Roberts (Eds.), *What works in probation and youth justice*. Collumpton: Willan.
- Baker, K. (2005). Assessment of youth justice: professional discretion and the use of Asset. *Youth Justice*, 5(2), 106-122.
- Baker, K. (2007). Risk, uncertainty and public protection: assessment of young people who offend. *British Journal of Social Work*, 38(8), 1463-1480. doi:10.1093/bjsw/bcm054
- Baker, K., Jones, S. Roberts, C., & Merrington, S. (2002). *Validity and reliability of ASSET*. London: Youth Justice Board.
- Baker, K., Jones, S., Merrington, S., & Roberts, C. (2005). *Further Development of ASSET*. London: Youth Justice Board.
- Barbaree, H. E., & Marshall, W. L. (2006). An introduction to the juvenile sex offender: Terms, concepts and definitions. In H. E. Barbaree & W. L. Marshall (Eds.), *The juvenile sex offender* (2nd ed., pp. 1-18). New York, The Guilford Press.

- Barberet, R., Bowling, B., Junger-Tas, J., Rechea-Alberole C., Kesteren, J., & Zurawan, A. (2004). *Self-reported juvenile delinquency in England and Wales, the Netherlands, and Spain*. New York: Criminal Justice Press.
- Barriga, A. Q., & Gibbs, J. C. (1996). Measuring cognitive distortion in antisocial youth: Development and preliminary validation of the "How I Think" Questionnaire. *Aggressive Behavior*, 22(5), 333- 343.
- Barriga, A. Q., Landau, J.R., Stinson, B. L., Liao, A. K., & Gibbs, J. C. (2000). Cognitive distortion and problem behaviors in adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, 27(1), 36-56.
- Bartel, P., Forth, A., & Borum, R. (2003) *Development and concurrent validation of the Structured Assessment for Violence Risk in Youth (SAVRY)*. Retrieved from http://www.fmhi.usf.edu/mhlp/savry/SAVRY_Research.htm
- Baskin, D., & Sommers, I. (1998). *Casualties of community disorder: Women's careers in violent crime*. Boulder, CO: Westview Press.
- Batchelor, S. (2005). Prove me the bam! Victimization and agency in the lives of young women who commit violent offences. *Probation Journal* 52 (4), 358-375.
- Batchelor, S. (2007). Getting mad wi' it": risk-seeking by young women. In Hannah-Moffat, K. & O'Malley, P. (Eds.), *Gendered risks*. London: Glasshouse Press.
- Battin, S. R., Hill, K. G., Abbott, R. D., Catalano, R. F., & Hawkins, J. D. (1998). The contribution of gang membership to delinquency beyond delinquent friends. *Criminology*, 36, 93-115.
- Battle, A. O., Battle, M. V., & Tolley, E. A. (1993). Potential for suicide and aggression in delinquents at juvenile court in a southern city. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 23(3), 230-244.
- Battle, A. O., Battle, M. V., & Tolley, E. A. (1993). Potential for suicide and aggression in delinquents at juvenile court in a southern city. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 23(3), 230-244.
- Baumeister, R. F., & Leary, M. R. (1995). The need to belong: Desire for interpersonal attachments as a fundamental human motivation. *Psychological Bulletin*, 117, 497-529.
- Baumeister, R. F., Smart, L., & Boden, J. M. (1996). Relation of threatened egotism to violence and aggression: The dark side of high self-esteem. *Psychological Review*, 103, 5-33.
- Beech, A., Friendship, C., Erikson, M., & Hanson, R. K. (2002). The relationship between static and dynamic risk factors and reconviction in a sample of UK child abusers. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 14(2), 155-167.

- Begle, A., Hanson, R., Danielson, C., McCart, M., Ruggiero, K., Amstadter, A., Resnick, H., Saunders, B., & Kilpatrick, D. (2011). Longitudinal pathways of victimization, substance use, and delinquency: Findings from the national survey of adolescents. *Addictive Behaviors*, 36, 682-689.
- Ben-Porath, Y. S., Graham, J. R., Archer, R. P., Tellegen, A., & Kaemmer, B. (2006). *Supplement to MMP1-A manual for administration, scoring, and interpretation: The Content Component Scales, the Personal: Psychopathology Five (P5Y-5) Scales, and the Critical Items*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Bernstein, B. E., & Hartsell, T. L. (2005). *The portable guide to testifying in court for mental health professionals*. Hoboken, NJ: Wiley.
- Blackburn, R. (1996). What is forensic psychology? *Legal and Criminological Psychology*, 1, 3-16.
- Blaske, D. M., Borduin, C. M., Henggeler, S. W., & Mann, B. J. (1989). Individual, family, and peer characteristics of adolescent sex offenders and assaultive offenders. *Developmental Psychology*, 25(5), 846-855.
- Blau, T. H. (1998). *The psychologist as expert witness* (2nd ed.). New York, NY: John Wiley & Sons.
- Blood, L. (2008). The use of the MCMI-III in completing parenting capacity assessments. *Journal of Forensic Psychology Practice*, 8, 24-38.
- Blum, J., Ireland, M., & Blum, R (2003). Gender differences in juvenile violence: A report from Add Health. *Journal of Adolescent Health*, 32(3), 234-240.
- Blumstein, A. (2002). Youth, guns, and violent crime. *Children, Youth, and Gun Violence*, 12, 39-53.
- Boccaccini, M. T., Turner, D. B., Murrie, D. C., Henderson, C. E., & Chevalier, C. (2013). Do scores from risk measures matter to jurors? *Psychology, Public Policy, and the Law*, 19, 259-269. doi: 10.1037/a0031354
- Boeck, T., Fleming, J., Hine J., & Kemshall, H. (2006). Pathways into and out of crime for young people. *Childright*, July August 2006, 18-21.
- Boer, D. P., Hart, S. D., Kropp, P. R., & Webster, C. D. (1997). *Manual for the Sexual Violence Risk-20*. Burnaby, British Columbia, Canada: Simon Fraser University, Mental Health, Law, and Policy Institute.

- Boesky, L. M. (2002). *Juvenile offenders with mental health disorders: Who are they and what do we do with them? Oppositional defiant disorder and conduct disorder*. College Park, MD: American Correctional Association.
- Bonta, J. (1996). Risks-needs assessment and treatment. In A. T. Harland (Ed.), *Choosing correctional interventions that work: defining the demand and evaluating the supply* (pp.18-32). Newbury Park, CA: Sage.
- Bonta, J. (2002). Offender risk assessment: guidelines for selection and use. *Criminal Justice and Behavior*, 29, 355-379.
- Bonta, J., Blais, J., & Wilson, H. A. (2013). *The prediction of risk for mentally disordered offenders: A quantitative synthesis*. Ottawa, Ontario, Canada: Public Safety Canada.
- Bonta, J., Law, M., & Hanson, K. (1998). The prediction of criminal and violent recidivism among mentally disordered offenders: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 123, 123-142.
- Book, A. S., Forth, A. E., & Clark, H. J. (2013). The Hare Psychopathy Checklist – Youth Version. In R. P. Archer, & E. M. A. Wheeler (Eds.), *Forensic uses of clinical assessment instruments* (pp. 266-290). New York: Routledge.
- Borum, R (2000). Assessing violence risk among youth. *Journal of Clinical Psychology*, 56, 1263-1288.
- Borum, R (2006). Assessing risk for violence among juvenile offenders. In S. Sparta & G. Koocher (Eds.), *The forensic assessment of children and adolescents: Issues and applications* (pp. 190-202). New York: Oxford University Press.
- Borum, R, Swartz, M., & Swanson, J. (1996). Assessing and managing violence risk in clinical practice. *Journal of Practical Psychiatry and Behavioral Health*, 2(4), 205-215.
- Borum, R. (1996). Improving the clinical practice of violence risk assessment: technology, guidelines and training. *American Psychologist*, 51, 945-956.
- Borum, R., & Douglas, K. S. (2003). New directions in violence risk assessment. *Psychiatric Times*, 20(3), 102-103.
- Borum, R., & Grisso, T. (1995). Psychological test use in criminal forensic evaluations. *Professional Psychology: Research and Practice*, 26, 465-473.
- Borum, R., & Verhaagen, D. (2006). *Assessing and managing violence risk in youth*. New York: Guilford.
- Borum, R., Bartel, P., & Forth, A. (2005). Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY). In T. Grisso, G. Vincent, & D. Seagrave (Eds.), *Mental health screening and assessment in juvenile justice* (pp. 311-323). New York: Guilford.

- Borum, R., Bartel, P., & Forth, A. (2006). *Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY)*. South Florida: PAR, Inc.: Psychological Assessment Resources, Inc.
- Borum, R., Swartz, M., Swanson, J., & Wiseman, S. (2001). Noncompliance with remediation attempts. In K. S. Douglas, C. D. Webster, S. D. Hart, D. Eaves, & J. R. P. Ogloff (Eds.), *HCR-20: Treatment companion guide* (pp. 147-154). Burnaby, British Columbia, Canada: Mental Health, Law, and Policy Institute, Simon Fraser University.
- Boxer, P., & Frick, P. J. (2008). Treatment of violent offenders. In R. D. Hoge, N. G. Guerra, & P. Boxer (Eds.), *Treating the juvenile offender* (pp. 147-170). New York: Guilford.
- Braga, A., & Kennedy, D. (2001). Illicit acquisition of firearms by youth and juveniles. *Journal of Criminal Justice*, 29, 379-388.
- Braga, A., & Pierce, G. (2005). Disrupting illegal firearms markets in Boston. *Criminology and Public Policy*, 4, 717-748.
- Brodsky, S. L. (2013). *Testifying in court: Guidelines and maxims for the expert* (2nd ed.). Washington, DC: American Psychology Association.
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22, 723-742.
- Brook, J. S., Whiteman, M., Finch, S. J., & Cohen, P. (1996). Young adult drug use and delinquency: Childhood antecedents and adolescent mediators. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 35, 1584-1592.
- Butcher, J. N., & Williams, C. L. (2007). *Minnesota Multiphasic Personality Inventory-Adolescent (MMPI-A): User's guide for the Minnesota Report: Adolescent Interpretive System* (2nd ed.). Minneapolis: University Minnesota Press.
- Butcher, J. N., Dahlstrom, W. G., Graham, J. R., Tellegen, A., & Kaemmer, B. (1989). *Minnesota Multiphasic Personality Inventory (MMPI): Manual for administration and scoring*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Butcher, J. N., Graham, J. R., Ben-Porath, Y. S., Tellegen, A., Dahlstrom, W. G., & Kaemmer, B. (2001). *Minnesota Multiphasic Personality Inventory – 2 (MMPI-2): Manual for administration, scoring and interpretation* (rev. ed.). Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.

- Butcher, J. N., Williams, C. L., Graham, J. R., Archer, R. P., Tellegen, A., Ben-Porath, Y. S., & Kaemmer, B. (1992). *Minnesota Multiphasic Personality Inventory-Adolescent (MMPI-A): Manual for administration, scoring and interpretation*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Cairns, R. B., Cairns, B. D., Neckerman, H. J., Gest, S. D., & Gariépy, J. L. (1988). Social networks and aggressive behavior: Peer support or peer rejection? *Developmental Psychology*, 24, 815-823.
- Campbell, M. A., French, S., & Gendreau, P. (2007). *Assessing the utility of risk assessment tools and personality measures in the prediction of violent recidivism for adult offenders*. Canada: Department of Public Safety and Emergency Preparedness.
- Carmo, R. (2011). A prova pericial: Enquadramento Legal. In M. Matos, R. A. Gonçalves & C. Machado (Eds.), *Manual de Psicologia Forense: Contextos, práticas e desafios* (pp. 31-56). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Carvalho, M. J. (2000). Violência urbana e juventude: o problema da delinquência juvenil. *Revista Infância e Juventude*, 3.
- Carvalho, M. J. (2013, Março). Delinquência infantil e juvenil e justiça em Portugal: uma questão de olhar(es)? *Observatório Permanente da Juventude*. Retrieved from <http://www.opj.ics.ul.pt/index.php/marco-2013>
- Caspi, A., McClay, J., Moffitt, T. E., Mill, J., Martin, J., Craig, I. W., et al., (2002). Role of genotype in the cycle of violence in maltreated children. *Science*, 297, 851-854.
- Caspi, A., Roberts, B. W., & Shiner, R. L. (2005). Personal development: Stability and chance. *Annual Review of Psychology*, 56, 453-484.
- Catalano, R. F., & Hawkins, J. D. (1996). The social development model: A theory of antisocial behavior. In J. D. Hawkins (Ed.), *Delinquency and crime: Current theories* (pp. 149-197). Cambridge: Cambridge University Press.
- Catchpole, R., & Gretton, H. (2003) The predictive validity of risk assessment with children and young people: findings from the literature and a serious case review. *Journal of Sexual Aggression*, 9(2), 85-96.
- Cauffman, E. E., & Steinberg, L. (1995). The cognitive and affective influences on adolescent decision-making. *Temple Law Review*, 68, 1763-1789.
- Cauffman, E., & Steinberg, L. (2000). (Im)maturity of judgment in adolescence: Why adolescents may be less culpable than adults. *Behavioral Sciences and the Law*, 18, 1-21.

- Chamberlain, P., & Moore, K.J. (2002). Chaos and trauma in the lives of adolescent females with antisocial behavior and delinquency. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma*, 6, 79-108.
- Chapman, J.F., Desai, R.A., Falzer, P.R., & Borum, R. (2006). Violence risk and race in a sample of youth in juvenile detention: The potential to reduce disproportionate minority confinement. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 4, 170-184.
- Chapman, T. and Hough, M. (1998). *Evidence-Based practice: A guide to effective practice*. London: Home Office.
- Childs, K. K., Ryals, J. J., Frick, P. J., Lawing, K., Phillippi, S. W., & Deprato, D. K. (2013). Examining the validity of the Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY) for predicting probation outcomes among adjudicated juvenile offenders. *Behavioral Sciences and the Law*, 31(2), 256-70. doi: 10.1002/bsl.2060
- Climent, C. E., Plutchik, R., Ervin, F. R., & Rollins, A. (1977). Parental loss, depression, and violence. III. Epidemiological studies of female prisoners. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 55, 261-268.
- Cocozza, J. J., & Steadman, H. J. (1976). The failure of psychiatric predictions of dangerousness: Clear and convincing evidence. *Rutgers Law Review*, 29, 1084 -1101.
- Código de Processo Penal, 11.^a ed. *Legislação complementar* (2006).
- Coie, J. D., & Kupersmidt, J. B. (1983). A behavioral analysis of emerging social status in boys' groups. *Child Development*, 54, 1400-1416.
- Coie, J. D., Lochman, J. E., Terry, R., & Hyman, C. (1992). Predicting early adolescent disorder from childhood aggression and peer rejection. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 60, 783-792.
- Compas, B. E., Hinden, B. R., & Gerhardt, C. A. (1995). Adolescent development: Pathways and processes of risk and resilience. *Annual Review of Psychology*, 46, 265-293.
- concepts, and theory. *European Psychologist*, 18(1), 12–23.
- Connor, D. F., Steingard, R. J., Anderson, J. J., & Melloni, R. H., Jr. (2003). Gender differences in reactive and proactive aggression. *Child Psychiatry and Human Development*, 33, 279-294.
- Conroy, S. L. (2006). Report writing and testimony. *Applied Psychology in Criminal Justice*, 2, 237-260.
- Cook, A. N., Hart, S. D., & Kropp, P. R. (2013). *Multilevel Guidelines (MLG) for the assessment and management of group-based violence*. Vancouver, British Columbia, Canada: ProActive ReSolutions.

- Cornell, D. G., Benedek, E. P., & Benedek, D. M. (1987). Characteristics of adolescents charged with homicide: Review of 72 cases. *Behavioral Sciences and the Law*, 5(1), 11-23.
- Cornell, D. G., Peterson, C. S., & Richards, H. (1999). Anger as a predictor of aggression among incarcerated adolescents. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 67, 108-115.
- Craig, R. J. (2013). The Millon Clinical Multiaxial Inventory – III: Use in forensic settings. In R. P. Archer, & E. M. A. Wheeler (Eds.), *Forensic uses of clinical assessment instruments* (pp. 175-201). New York: Routledge.
- Crick, N. R., & Grotpeter, J. K. (1998). Children's treatment by peers: Victims of relational and overt aggression. In M. E. Hertzog, & E. A. Farber (Eds.), *Annual progress in child psychiatry and child development* (pp. 79-92). Bristol, PA: Brunner/Mazel.
- Cronbach, L. J., Rajaratnam, N., & Gleser, G. C. (1963). Theory of generalizability: A liberalization of reliability theory. *The British Journal of Statistical Psychology*, 16, 137-163.
- Cullen, F.T., & Gendreau, P. (2000). Assessing Correctional Rehabilitation: Policy, Practice and Prospects. *Criminal Justice*, 3, 109-175.
- Dawes, R. M., Faust, D., & Meehl, P. E. (1989). Clinical versus actuarial judgment. *Science*, 243(4899), 1668-1674. doi:10.1126/science.2648573
- Dembo, R., Turner, G., Chin Sue, C., Schmeidler, J., Borden, P., & Manning, D. (1995). Predictors of recidivism to a juvenile assessment center. *International Journal of the Addictions*, 30(11), 1425-1452.
- Dempster, R. J. (1998). Prediction of sexually violent recidivism: *A comparison of risk assessment instruments* (Unpublished master's thesis). Simon Fraser University, Burnaby, British Columbia, Canada.
- Dempster, R., & Hart, S. D. (2002). The relative utility of fixed and variables risk factors in discriminating sexual recidivists and non-recidivists. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 14(2), 121-38.
- Denno, D. (1990). *Biology and violence: From birth to adulthood*. New York: Cambridge University Press.
- DeRosier, M., Kupersmidt, J. B., & Patterson, C. J. (1994). Children's academic and behavioral adjustment as a function of the chronicity and proximity of peer rejection. *Child Development*, 65, 1799-1813.
- Dias, J. F. (1987). *Direito Processual Penal* (Vol. I). Coimbra: Coimbra Editores.
- Dishion, T. J., & Loeber, R. (1985). Adolescent marijuana and alcohol use: The role of parents and peers revisited. *American Journal of Drug and Alcohol Abuse*, 11, 11-25.

- Dishion, T. J., Patterson, G. R., Stoolmiller, M., & Skinner, M. L. (1991). Family, school, and behavioral antecedents to early adolescent involvement with antisocial peers. *Developmental Psychology*, 27, 172-180.
- Dodge, K. A., Dishion, T. J., & Lansford, T. E. (Eds.). (2006). *Deviant peer influences in programs for youth: Problems and solutions*. New York: Guilford.
- Dodge, K. A., Coie, J. D., & Brakke, N. P. (1982). Behavior patterns of socially rejected and neglected preadolescents: The roles of social approach and aggression. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 10(3), 389-409.
- Dodge, K. A. (1991). The structure and function of reactive and proactive aggression. In D. J. Pepler & K. H. Rubin (Eds.), *The development and treatment of childhood aggression* (pp. 201-218). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Dodge, K. A., Coie, J. D., & Brakke, N. P. (1982). Behavior patterns of socially rejected and neglected preadolescents: The roles of social approach and aggression. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 10(3), 389-409.
- Dodge, K. A., Lansford, J. E., Burks, V. S., Bates, J. E., Pettit, G. S., & Fontaine, R. (2003). Peer rejection and social information-processing factors in the development of aggressive behavior problems in children. *Child Development*, 74, 374-393.
- Dodge, K. A., Pettit, G. S., McClaskey, C. L., & Brown, M. M. (1986). Social competence in children. *Monographs of the Society for Research in Child Development*, 51(2, Serial No. 213).
- Dodge, K. A., Price, J. M., Coie, J. D., & Christopoulos, C. (1990). On the development of aggressive dyadic relationships in boys' peer groups. *Human Development*, 33, 260-270.
- Dodge, K., Greenberg, M., & Malone, P. (2008). Testing an idealized dynamic cascade model of the development of serious violence in adolescence. *Child Development*, 79, 1907-1927.
- Dodge, K. A., & Rabiner, D. L. (2004). Returning to roots: On social information processing and moral development. *Child Development*, 75, 1003-1008. doi: 10.1027/1016-9040/a000124
- Dolan, M. C., & Rennie, C. E. (2006). Reliability and validity of the Psychopathy Checklist: Youth Version in a UK sample of conduct disordered boys. *Personality and Individual Differences*, 40, 65-75.
- Dolan, M. C., & Rennie, C. E. (2008). The Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY) as a predictor of recidivism in a UK cohort of adolescent offenders with conduct disorder. *Psychological Assessment*, 20, 35-46.
- Dolan, M., & Doyle, M. (2000). Violence risk prediction. Clinical and actuarial measures and the role of the psychopathy checklist. *British Journal of Psychiatry*, 177, 303-11.

- Douglas, K. S., & Kroop, P. R. (2002). A prevention-based paradigm for violence risk assessment. *Criminal Justice and Behavior*, 29(5), 617-658.
- Douglas, K. S., & Lavoie, J. (2006). Violence risk assessment and management: Models of use and guiding principles. In A. C. Fonseca (Ed.), *Psicologia forense*. Coimbra: Almedina.
- Douglas, K. S., & Ogloff, J. R. P. (2003). Multiple facets of risk for violence: The impact of judgmental specificity on structured decisions about violence risk. *International Journal of Forensic Mental Health*, 2, 19-34.
- Douglas, K. S., Cox, D. N., & Webster, C. D. (1999). Empirically validated violence risk assessment. *Legal and Criminological Psychology*, 4, 149-184.
- Douglas, K. S., Ogloff, J. R. P., & Hart, S. D. (2003). Evaluation of a model of violence risk assessment among forensic psychiatric patients. *Psychiatric Services*, 54, 1372-1379.
- Douglas, K., Hart, S., Groscup, J., & Litwack, T. (2014). Assessing violence risk. In I. Weiner, & R. Otto (Eds.), *The handbook of forensic psychology* (4th ed., pp.385-442). Hoboken, NJ: John Wiley.
- Duarte-Fonseca, A. C. (2000). *Menores e Justiça Tutelar-Educativa: A atividade jurisdicional entre 1980 e 1998 relativamente a problemáticas na infância e juventude*. Lisboa: Gabinete de Estudo e Planeamento, Ministério da Justiça.
- Duarte-Fonseca, A. C. (2005). *Internamento de menores delinquentes. A Lei Portuguesa e os seus modelos: um século de tensão entre prevenção e repressão, educação e punição*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Duarte-Fonseca, A. C. (2006). Responsabilização dos menores pela prática de fatos qualificados como crimes: políticas atuais. In S. Fonseca, M. R. Simões, M. Simões & M. Pinho, (Eds.), *Psicologia Forense* (pp. 355-386). Coimbra: Almedina.
- Dukarm, C. P., Byrd, R. S., Auinger, P., & Weitzman, M. (1996). Illicit substance use, gender, and the risk of violent behavior among adolescents. *Archives of Pediatric Adolescent Medicine*, 150, 797-801.
- Dvoskin, J. A., & Heilbrun, K. (2001). Risk assessment and release decision-making: Toward resolving the great debate. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 29, 6-10.
- Edens, J. F., Campbell, J. S., & Weir, J. M. (2007). Youth psychopathy and criminal recidivism: A meta-analysis of the psychopathy checklist measures. *Law and Human Behavior*, 31, 53-75.
- Edens, J. F., Skeern, J., Cruise, K., & Cauffman, E. (2001). Assessment of "juvenile psychopathy" and its association with violence: A critical review. *Behavioral Sciences and the Law*, 19, 53-80.

- Edens, J., Skeem, J., Cruise, K., & Cauffman, E. (2001). The assessment of juvenile psychopathy and its association with violence: A critical review. *Behavioral Sciences and the Law*, 19, 53-80.
- Elliott, D. S. (1994). Serious violent offenders: Onset, developmental course, and termination—The American Society of Criminology 1993 presidential address. *Criminology*, 32, 1-21.
- Elliott, D. S., Ageton, S. S., Huizinga, D., Knowles, B. A., & Canter, R. J. (1983). The prevalence and incidence of delinquent behavior: 1976-1980. *Report of the National Youth Survey, Project Rep. No. 26*. Boulder, CO: Behavioral Research Institute.
- Elliott, D. S., Huizinga, D., & Ageton, S. S. (1985). *Explaining delinquency and drug use*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Englander, E. K. (2007). *Understanding violence* (3th ed.). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc.
- Epifânio, R., & Farinha, A. (1997). *Organização tutelar de menores*. Coimbra: Almedina.
- Ericson, R. V., & Doyle, A. (Eds.) (2003). *Risk and morality*. Canada: University of Toronto Press.
- Essau, C. A., Sasagawa, S., & Frick, P. J. (2006). Callous-unemotional traits in a community sample of adolescents. *Assessment*, 13, 454-469.
- Estroff, S. E., & Zimmer, C. (1994). Social networks, social support, and violence among persons with severe, persistent mental illness. In J. Monahan, & H. J. Steadman (Eds.), *Violence and mental disorder: Developments in risk assessment* (pp. 259-295). Chicago: University of Chicago Press.
- Estroff, S. E., Zimmer, C., Lachicotte, W. S., & Benoit, J. (1994). The influence of social networks and social support on violence by persons with serious mental illness. *Hospital and Community Psychiatry*, 45, 669-679.
- Farrington, D. P. (1987). Early precursors of frequent offending. In J. Q. Wilson, & G. C. Lounsbury (Eds.), *From children to citizens: Families, schools, and delinquency prevention* (pp. 27-50). New York: Springer-Verlag.
- Farrington, D. P. (1989). Early predictors of adolescent aggression and adult violence. *Violence and Victims*, 4, 79-100.
- Farrington, D. P. (1991). Childhood aggression and adult violence: Early precursors and later life outcomes. In D. J. Pepler, & K. H. Rubin (Eds.), *The development and treatment of childhood aggression* (pp. 5-29). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Farrington, D. P. (1994). Childhood, adolescent, and adult features of violent males. In L. R. Huesmann (Ed.), *Aggressive behavior: Current perspectives* (pp. 215-240). New York: Plenum.

- Farrington, D. P. (1998). Predictors, causes and correlates of male youth violence. In M. Tonry & M. H. Moore (Eds.), *Youth violence, crime and justice* (Vol. 24, pp. 421-475). Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Farrington, D. P. (2004). Conduct disorder, aggression, and delinquency. In R. M. Lerner & L. Steinberg (Eds.), *Handbook of adolescent psychology* (2nd ed., pp. 627-624). New York: Wiley.
- Farrington, D. P. (2006). Key longitudinal-experimental studies in criminology. *Journal of Experimental Criminology*, 2, 121-141.
- Farrington, D.P. (1997). Early prediction of violent and non-violent youthful offending. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 5, 51–66.
- Farrington, D.P. (2000). Adolescent violence: findings and implications from the Cambridge study. In G. Boswell (Ed.), *Violence children and adolescents: Asking the question why*. London: Whurr.
- Farrington, D.P. (2003). Key results from the first 40 years of the Cambridge study in delinquent development. In T.P Thornberry, & M. D. Krohn (Eds.), *Taking stock of delinquency: An overview of findings from contemporary longitudinal studies*. New York: Kluwer.
- Farrington, D.P. (2007). Childhood risk factors and risk-focused prevention. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (4th. ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Farrington, D.P., & Welsh, B. (2007). *Saving Children from a Life of Crime*. New York: Oxford University Press.
- Feindler, E. L., Marriott, S. A., & Iwata, M. (1984). Group anger control training for junior high school delinquents. *Cognitive Therapy and Research*, 8(3), 299-311.
- Felson, R. B. (1992). Kick ‘em when they’re down: Explanations of the relationship between stress and interpersonal aggression and violence. *Sociological Quarterly*, 33, 1-16.
- Ferreira, M. I. S. (2013). *Adaptação e validação da prova Massachusetts Youth Screening Instrument-2 (MAYSI-2) numa amostra de adolescentes institucionalizados* (Tese de Mestrado). Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- Figueiredo, J. (2001a). A Justiça de menores na Europa. *Revista Infância e Juventude*, 1, 9-20.
- Figueiredo, J. (2001b). Execução de medidas tutelares-educativas. *Revista Infância e Juventude*, 2, 25-46.
- Figueiredo, J. (2001c). Medidas para a prevenção da delinquência juvenil. *Revista Infância e Juventude*, 2, 19-24.

- Finkelhor, D., Turner, H., Ormrod, R., & Hamby, S. (2010). Trends in childhood violence and abuse exposure: evidence from two national surveys. *Archives of Pediatrics and Adolescent Medicine*, 164, 238-242.
- Finkelhor, D., Turner, H., Ormrod, R., Hamby, S., & Kracke, K. (2009). *Children's exposure to violence: A comprehensive national survey*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Fitch, D. (2002). *Analysis of common risk factors for violent behavior in Native American adolescents referred for residential treatment* (Unpublished doctoral dissertation). Texas Southern University, Houston.
- Flannery, D., Singer, M., Dulmen, M., Kretschmar, J., & Belliston, L. (2007). Exposure to violence, mental health, and violent behavior. In D. Flannery, A. Vazsonyi & I. Waldman (Eds.), *The Cambridge Handbook of Violent Behavior and Aggression* (pp. 306-321). New York: Cambridge University Press.
- Fletcher, D., & Sarkar, M. (2013). Psychological resilience: A review and critique of definitions, concepts, and theory. *European Psychologist*, 18(1), 12-23. Retrieved from <http://dx.doi.org/10.1027/1016-9040/a000124>
- Flores, A., Travis, L., & Latessa, E. (2003). *Case classification for juvenile corrections: An assessment of the Youth Level of Service/Case Management Inventory*. Cincinnati, OH: Division of Criminal Justice.
- Forth, A. E. (2005). Hare psychopathy checklist: Youth version. In T. Grisso, G. Vincent, & D. Seagrave (Eds.), *Mental health screening and assessment in juvenile justice* (pp. 324-338). New York: Guilford.
- Forth, A. E., Kosson, D.S. & Hare, R.D. (2003). *The Psychopathy Checklist: Youth Version*. Toronto, Ontario: Multi-Health Systems.
- Fournier, G. (2004). Quelle responsabilité pour l'enfant en droit européen? In D. Gadbin & Kernaleguen (Eds.), *Le Statut Juridique de l'enfant dan l'espace Européen* (pp.361-395). Bruxelles: Bruylant.
- Fox C., & Hawton K. (2004). *Deliberate self-harm in adolescence*. London: Jessica Kingsley Publishers.
- Frick, P. J. (2006). Developmental pathways to conduct disorder. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 15, 311-332.
- Frick, P., & Hare, R. D. (2001). *The Antisocial Processes Screening Device: Technical Manual*. Toronto, ON: Multi-Health Systems.

- Friedrich, W. N., Lysne, M., Sim, L., & Shamos, S. (2004). Assessing sexual behavior in high risk adolescents with the Adolescent Clinical Sexual Behavior Inventory (ACSB). *Child Maltreatment*, 9, 239-250.
- Furlong, M. J., & Smith, D. C. (1994). *Anger, hostility and aggression: Assessment, prevention, and intervention strategies for youth*. Brandon, VT: Clinical Psychology Publishing.
- Furtado, L., & Guerra, P. (2001). *O novo direito das crianças e jovens: Que recomeço*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Gammelgard, M., Weitzman-Henelius, G., & Kaltiala-Heino, R. (2008). The predictive validity of the Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY) among institutionalized adolescents. *Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 19, 352 – 370.
- Garmezy, N. (1993). Vulnerability and resilience. In D. C. Funder, R. D. Parke, C. Tomlinson-Keasey, & K. Widaman (Eds.), *Studying lives through time: Personality and development* (pp. 377-398). Washington, DC: American Psychological Association.
- Garrison, C. Z., McKeown, R. E., Valois, R. F., & Vincent, M. L. (1993). Aggression, substance use, and suicidal behaviors in high school students. *American Journal of Public Health*, 83, 179-184.
- Gavazzi, S., Yarcheck, C., Sullivan, J., Jones, S., & Khurana, A. (2007). Global risk factors and the prediction of recidivism rates in a sample of first time misdemeanor offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, (52), 330-345.
- Gendreau, P., & Andrews, D. A. (1990). Tertiary prevention: What the meta-analyses of the offender treatment literature tell us about what works. *Canadian Journal of Criminology*, 32(1), 173-184.
- Gersão, E. (1997). A reforma da Organização Tutelar de Menores e a Convenção sobre os Direitos da Criança. *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 7, 577-620.
- Gersão, E. (2001). Ainda a revisão da Organização Tutelar de Menores. Memória de um processo de reforma. In J. F. Dias, I. C. Barreto, T. P. Beleza, & E. P. Ferreira (Eds.), *Estudos em Homenagem a Cunha Rodrigues* (Vol. I, pp. 447-476). Coimbra: Coimbra Editores.
- Gibbs, J. C., Barriga, A. Q., & Potter, G. B. (2001). *How I Think (HIT) questionnaire*. Champaign, IL: Research Press.
- Glassman, J. (1998). Preventing and managing boards complaints: The downside risk of custody evaluation. *Professional Psychology: Research and Practice*, 29, 121-124.
- Gordon, L. V. (1993). *Manual for the Survey of Interpersonal Values*. Minneapolis, MN: National Computer Systems.

- Gottfredson, M. R., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Gould, J. W., & Stahl, P. M. (2000). The art and science of child custody evaluations: Integrating clinical and forensic mental health models. *Family and Conciliation Courts Review*, 38, 392-414.
- Relatório Estatístico da Direção Geral de Reinserção Social e dos Serviços Prisionais (2013). Lisboa. Retrieved from, www.dgsp.mj.pt
- Relatório Anual de Segurança Interna (2013). Retrieved from, <http://www.portugal.gov.pt/media/1391220/RASI%202013.pdf>
- Granic, I., & Butler, S. (1998). The relation between anger and antisocial beliefs in young offenders. *Personality and Individual Differences*, 24, 759-765.
- Gray, N., Laing, J., & Noaks, L. (2002). *Criminal justice, mental health and the politics of risk*. London: Cavendish Publishing.
- Greenberg, S. A., Otto, R. L., & Long, A. C. (2003). The utility of psychological testing in assessing emotional damages in personal injury litigation. *Assessment*, 10, 411-419.
- Gresswell, D., & Kruppa, I. (1994). Special demands of assessment in a secure setting. In M. McMurrin, & J. Hodge (Eds.), *The assessment of criminal behaviors in secure settings* (pp. 35-52). London: Jessica Kingley.
- Gretton, H. M. (1999). *Psychopathy and recidivism in adolescence: A ten year retrospective follow-up* (Unpublished doctoral dissertation). University of British Columbia, Vancouver, Canada.
- Gretton, H. M., & Abramowitz, C. S. (March, 2002). *SAVRY: Contribution of items and scales to clinical risk judgments and criminal outcomes*. Paper presented at the biennial conference of the American Psychology and Law Society, Austin, Texas.
- Grisso, T. (1998). *Forensic evaluation of juveniles*. Sarasota, FL: Professional Resource Press.
- Grisso, T. (2005a). Why we need mental health screening and assessment in juvenile justice programs. In T. Grisso, G. Vincent, & D. Seagrave (Eds.), *Mental health screening and assessment in juvenile justice* (pp. 13-21). New York: Guilford.
- Grisso, T. (2005b). Evaluating the properties of instruments for screening and assessment. In T. Grisso, G. Vincent, & D. Seagrave (Eds.), *Mental health screening and assessment in juvenile justice* (pp. 71-97). New York: Guilford.
- Grisso, T., & Appelbaum, P. S. (1992). Is it unethical to offer predictions of future violence? *Law and Human Behavior*, 16, 621-633.

- Grisso, T., & Barnum, R. (2006). *Massachusetts youth screening instrument version 2: User's manual and technical report*. Sarasota, FL: Professional Resource Press.
- Grove, W. M., Zald, D. H., Lebow, B. S., Snitz, B. E., & Nelson, C. (2000). Clinical versus mechanical prediction: a meta-analysis. *Psychological Assessment*, 12, 19-30.
- Grubin, D. (1999). Actuarial and clinical assessment of risk in sex offenders. *Journal of Interpersonal Violence*, 14(3) 331-43.
- Gssau, C. A., Sasagawa, S., & Frick, P. J. (2006). Callous-unemotional traits in a community sample of adolescents. *Assessment*, 13, 454-469.
- Guerra, N. G., Huesmann, L. R., Tolan, P. H., Van Acker, R., & Eron, L. D. (1995). Stressful events and individual beliefs as correlates of economic disadvantage and aggression among urban children. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63(4), 518-528.
- Guerra, N. G., Kim, T. E., & Boxer, P. (2008b). What works: Best practices with juvenile offenders. In R. D. Hoge, N. G. Guerra, & P. Boxer (Eds.), *Treating the juvenile offender* (pp. 79-102). New York: Guilford.
- Fleiss, J. L. (1986). *The design and analysis of clinical experiments*. New York: John Wiley.
- Guerra, N. G., Williams, K. R., Tolan, P. H., & Modecki, K. L. (2008a). Theoretical and research advances in understanding the causes of juvenile offending. In R. D. Hoge, N. G. Guerra, & P. Boxer (Eds.), *Treating the juvenile offender* (pp. 33-53). New York: Guilford.
- Hackett, S. (2004). *What works for children and young people with harmful sexual behaviors?* London: Barnardos.
- Hann, D. M., & Borek, N. (2001). *Taking stock of risk factors for child/youth externalizing behavior problems*. Washington, DC: Department of Health and Human Services, Public Health Service, National Institute of Mental Health/National institutes of Health.
- Hannah-Moffat, K., & Maurutto, P. (2003). *Review of risk/needs assessment of youth offenders in Canada*. Department of Justice Canada, Youth Justice Board.
- Hanson, R. K., & Thornton, D. (2000). Improving risk assessment for sexual Offenders: A comparison of three actuarial scales. *Law and Human Behavior*, 24, 119-136.
- Hanson, R. K. (1998). What do we know about sex offender risk assessment? *Psychology, Public Policy, and Law*, 4(1-2), 50-72.
- Hanson, R. K., & Bussiere, M. T. (1996). *Predictors of sexual offender recidivism: A Meta-Analysis*. Ottawa: Department of the Solicitor General of Canada, Retrieved from <http://www.sgc.gc.ca/epub/corr/el99604/el99604.htm>
- Hare, R. D. (1998). The Hare PCL-R: Some issues concerning its use and misuse. *Legal and Criminological Psychology*, 3, 99-119.

- Hare, R. D. (2003). *The Hare Psychopathy Checklist-Revised* (2nd ed.). Toronto, ON: Multi-Health Systems.
- Harris, G. T., Rice, M. E., & Cormier, C. A. (1991). Psychopathy and violent recidivism. *Law and Human Behavior*, 15, 625-637.
- Hart, S. D., Michi, C., & Cooke, D. J. (2007). Precision of actuarial risk assessment instruments: evaluating the 'margins of error' of group v. individual prediction of violence. *British Journal of Psychiatry*, 190, 60-65.
- Hawkins, J. D., Herrenkohl, T. J., Farrington, D. P., Brewer, D., Catalano, R. F., Harachi, T. W., et al (2000). *Predictors of youth violence*. Juvenile Justice Bulletin, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Hawkins, J. D., Herrenkohl, T., Farrington, D. P., Brewer, D., Catalano, R. F., & Harachi, T. W. (1998). A review of predictors of youth violence. In R. Loeber & D. P. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 106-146). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Heilbrun, K. (1997). Prediction vs. management models relevant to risk assessment: The importance of legal decision-making context. *Law and Human Behavior*, 21, 347-359.
- Heilbrun, K. (2001). *Principles of forensic mental health assessment*. New York: Kluwer Academic/ Plenum.
- Heilbrun, K., Lee, R., & Cottle, C. (2005). Risk factors and intervention outcomes: Meta-analyses of juvenile offending. In K. Heilbrun, N. Goldstein, & R. Redding (Eds.), *Juvenile delinquency: Prevention, assessment and interventions* (pp. 111-133). New York: Oxford University Press.
- Heilbrun, K., Rogers, R., & Otto, R. (2002). Forensic assessment: Current status and future directions. In J. Ogloff (Ed.), *Psychology and law: Retiming the discipline* (pp. 120-147). New York: Kluwer Academic/Plenum Press.
- Hemphill J. F., Hare R. D., & Wong, S. (1998). Psychopathy and recidivism: a review. *Legal and Criminological Psychology*, 3, 139-170.
- Hess, A. (1998). Accepting forensic case referrals: Ethical and professional considerations. *Professional Psychology: Research and Practice*, 29, 109-114.
- Hilterman, E. (2007). *Use of SAVRY by clinicians and its relation with recidivism by juveniles in Catalonia, Spain*. International Association of Forensic Mental Health Services, Montreal, Canada.

- Hilterman, E. L. B., Nicholls, T. L., & van Nieuwenhuizen, T. (2014). Predictive validity of risk assessments in juvenile offenders: Comparing the SAVRY, PCL: YV, and YLS/CMI with unstructured clinical assessments. *Assessment*, 21(3), 324-339.
- Hilluizinga, D., Esbensen, F. A., & Weiher, A. (1991). Are there multiple paths to delinquency? *Journal of Criminal Law and Criminology*, 82, 83-118.
- Hindelang M. J., Hirschi T., & Weiss J. G., (1981). *Measuring delinquency*. Beverly Hills, CA, Sage.
- Hodges, K. (2000). *Child and Adolescent Functional Assessment Scale*. Ypsilanti, MI: Eastern Michigan University.
- Hoge, R. D. (1999a). An expanded role for psychological assessments in juvenile justice systems. *Criminal Justice and Behavior*, 26, 251-266.
- Hoge, R. D. (1999b). *Assessing adolescents in educational, counseling, and other settings*. Mahwah, NJ: Earlbaum.
- Hoge, R. D. (2001). *The juvenile offender: Theory, research, and applications*. Norwell, MA: Kluwer.
- Hoge, R. D., & Andrews, D. A. (1996). *Assessing the youthful offender: Issues and techniques*. New York: Plenum.
- Hoge, R. D., & Andrews, D. A. (2002). *Youth Level of Service/Case Management Inventory (YLS/CMI)*. North Tonawanda, NY: Multi-Health Systems.
- Hoge, R.D. (2008). Assessment in Juvenile Justice Systems. In Hoge, R. D., Guerra, N. D. & Boxer, P. (Eds.), *Treating the juvenile offender* (pp. 54-75). New York: The Guilford Press.
- Hoge, R.D., & Andrews, D.A. (2010). *Evaluation for risk of violence in juveniles*. Oxford: University Press.
- Hollander, E., & Stein, D. J. (Eds.). (1995). *Impulsivity and aggression*. Toronto, Ontario, Canada: Wiley.
- Hood, R., Shute, S., Feilzer, M., & Wilcox, A. (2002). Sex offenders emerging from long-term imprisonment - a study of their long-term reconviction rates and of parole boardmembers' judgements of their risk. *British Journal of Criminology*, 41(2), 371-94.
- Horton, A. M. J., & Hartlage, L. C. (Eds.). (2003). *Handbook of forensic neuropsychology*. New York: Springer.
- Howell, J. C. (1997). *Juvenile justice and youth violence*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Hudson, B. (2001). Punishments, rights and difference: defending justice in the risk society. In K. Stenton, & R. Sullivan (Eds.), *Crime, Risk and Justice: The politics of crime control in liberal democracies*. Collumpton: Willan.

- Hudson, B. (2003). *Justice in the risk society*. California: Sage Publications.
- Hudson, S. M., Wales, D. S., Bakker, L. & Ward, T. (2002). Dynamic risk factors: the Kia Marama evaluation. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 14(2), 103-119.
- Hughes, J. N., Cavell, T. A., & Grossman, P. A. (1997). A positive view of self: Risk or protection for aggressive children? *Development and Psychopathology*, 9, 75-94.
- Inamdar, S. C., Lewis, D. O., Siomopoulos, G., Shanok, S. S., & Lamela, M. (1982). Violent and suicidal behavior in psychotic adolescents. *American Journal of Psychiatry*, 139(7), 932-935.
- Janus, E.A., & Meehl, P. E. (1997). Assessing the legal standard for predictions of dangerousness in sex offender commitment proceedings. *Psychology, Public Policy and Law*, 3, 33-64.
- Jesness, C. F. (2003). *Jesness Inventory-Revised: Technical Manual*. North Tonawanda, NY: Multi-Health Systems.
- Jessor, R, Van Den Bos, J., Vanderryn, J., Costa, F. M., & Turbin, M. S. (1995). Protective factors in adolescent problem behavior: Moderator effects and developmental change. *Developmental Psychology*, 31(6), 923-933.
- Jessor, R. (1992). Risk behavior in adolescence: A psychosocial framework for understanding and action. In D. E. Rogers & E. Ginsberg (Eds.), *Adolescents at risk: Mental and social perspectives* (pp. 19-34). Boulder, CO: Westview.
- Jessor, R., Van Den Bos, J., Vanderryn, J., Costa, F. M., & Turbin, M. S. (1995). Protective factors in adolescent problem behavior: Moderator effects and development change. *Developmental Psychology*, 31, 923-933.
- Jones, L. V., & Appelbaum, M. I. (1989). Psychometric methods. *Annual Review of Psychology*, 40, 23-43.
- Jung, S., & Rawana, E. (1999). Risk and need assessment of juvenile offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 26, 69 – 89.
- Junger-Tas, J., Marshall I., & Ribeaud, D. (1999). *Delinquency in an international perspective*. Monsey, NY, Criminal Justice Press, The Hague, Kugler.
- Kakar, S. (1996). *Child abuse and delinquency*. New York: University Press of America.
- Karson, M., & Nadkarni, L. (2013). *Principles of forensic report writing*. Washington DC: American Psychological Association.
- Kashani, J. H., Suarez, L., Allan, W. D., & Reid, J. C. (1997). Hopelessness in inpatient youths: A closer look at behavior, emotional expression, and social support. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 36, 1625-1631.

- Kaufman, A. S., & Kaufman, N. L. (2004b). *Kaufman test of educational achievement—Second edition: Technical manual*. Circle Pines, MN: American Guidance Service.
- Kazdin, A., Kraemer, H., Kessler, R., Kupfer, D., & Offord, D. (1997). Contributions of risk factor research to developmental psychology. *Clinical Psychology Review*, 17, 376-406.
- Keenan, K., Loeber, R., Zhang, Q., & Stouthamer-Loeber, M. (1995). The influence of deviant peers on the development of boys' disruptive and delinquent behavior: A temporal analysis. *Development and Psychopathology*, 7(4), 715-726.
- Kemshall, H. (1998) Defensible decisions for risk: or 'It's the doers wot get the blame'. *Probation Journal*, 45 (2), 67-72.
- Kemshall, H. (2001). *Risk assessment and management of known sexual and violent offenders: A review of current issues*. London: Home Office.
- Kemshall, H. (2002). *Risk assessment and management of serious violent and sexual offenders: A review of current issues*. Edinburgh: Scottish Executive.
- Kemshall, H. (2003). *Understanding risk in criminal justice*. Buckingham: Open University Press.
- Kemshall, H., & Maguire, M. (2001). Public Protection, partnership and risk penalty: the multi-agency risk management of sexual and violent offenders. *Punishment and Society*, 3(2), 237-264.
- Kemshall, H., & Pritchard, J. (1996). *Good practice in risk assessment and risk management*. London: Jessica Kingsley.
- Kemshall, H., & Wood, J. (2007). High-risk offenders and public protection. In L. Gelsthorpe, & R. Morgan (Eds.). *Handbook of probation*. Cullompton: Willan.
- Knight, K., Garner, B. R., Simpson, D. D., Morey, J. T., & Flynn, P. M. (2006). An assessment of criminal thinking. *Crime and Delinquency*, 52, 159-177.
- Kohlberg, L. (1984). *The psychology of moral development*. New York: Harper & Rowe.
- Kohlberg, L., LaCrosse, J., & Ricks, D. (1972). The predictability of adult mental health from childhood behavior. In B. B. Wolman (Ed.), *Manual of child psychopathology* (pp. 1217-1284). New York: McGraw Hill.
- Kravitz, D. A., Cutler, B. L., & Brock, P. (1993). Reliability and validity of the original and revised Legal Attitudes Questionnaire. *Law and Human Behavior*, 17, 661-667.
- Kropp, P. R., Hart, S. D., Webster, C. D., & Eaves, D. (1999). *Manual for the Spousal Assault Risk Assessment Guide* (3rd ed.). Toronto, Ontario, Canada: Multi-Health Systems.
- Kruh, I. P., Frick, P. J., & Clements, C. B. (2005). Historical and personality correlates of the violence patterns of juveniles tried as adults. *Criminal Justice and Behavior*, 32, 69-96.

- Kupersmidt, J. B., & Coie, J. D. (1990). Preadolescent peer status, aggression, and school adjustment as predictors of externalizing problems in adolescence. *Child Development*, 61, 1350-1362.
- Lachar, D., & Gruber, C. P. (1995). *Personality Inventory for Youth (PIY) manual: Administration and interpretation guide. Technical guide*. Los Angeles: Western Psychological Services
- Lally, S. J. (2003). What tests are acceptable for use in forensic evaluations? A survey of experts. *Professional Psychology: Research and Practice*, 34, 491-498.
- Lanctot, N., & LeBlanc, M. (2002). Explaining deviance in adolescent females. In Tonry, M. (Ed.), *Crime and Justice: A review of research* (Vol. 29). Chicago: University of Chicago Press.
- Landis, J. R., & Koch, G. G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, 33(1), 159-174.
- Le Blanc, M. (1998). Screening of serious and violent juvenile offenders: Identification, classification, and prediction. In R. Loeber & D. P. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 167-193). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Leam, C., Browne, K., Stringer, I., & Beech, A. (2004). Limitations in actuarial risk assessment of sexual offenders: A methodological note. *British Journal of Forensic Practice*, 6(1), 16-36.
- Lemmon, J. (1999). How child maltreatment affects dimensions of juvenile delinquency in a cohort of low-income urban youths. *Justice Quarterly*, 16, 357-376.
- Lerner, R. M. (1991). Changing organism-context relations as the basic process of development: A developmental-contextual perspective. *Developmental Psychology*, 27, 27-32.
- Lerner, R. M. (1995). *America's youth in crisis: Challenges and options for programs and policies*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Levene, K S., Augimeri, L K, Pepler, D., Walsh, M., Webster, C. D., & Koegl, C. J. (2001). *Early Assessment Risk List for Girls: EARL-21G, Version 1, Consultation Edition*. Toronto, ON: Earls court Child and Family Centre.
- Lewis, A. H. O., & Webster, C. D. (2004). General instruments for risk assessment. *Current Opinion in Psychiatry*, 17, 401-405.
- Liau, A. K., Barriga, A. Q., & Gibbs, J. C. (1998). Relations between self-serving cognitive distortions and overt vs. covert antisocial behavior in adolescents. *Aggressive Behavior*, 24(5), 335-346.

- Lipsey, M. W. (1999). Can rehabilitation programs reduce the recidivism of juvenile offenders? An inquiry into the effectiveness of practical programs. *Virginia Journal of Social Policy and the Law*, 6, 611-641.
- Lipsey, M. W., & Derzon, J. H. (1998). Predictors of violence and serious delinquency in adolescence and early adulthood: a synthesis of longitudinal research. In R. Loeberand, & D. P. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Lipsey, M. W., & Wilson, D. B. (2001). *Practical meta-analysis*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Litwack, T. R., Kirschner, S. M., & Wack, R. C. (1993). The assessment of dangerousness and prediction of violence: recent research and future prospects. *Psychiatric Quarterly*, 64, 245-273.
- Litwack, T. R., Zapf, P. A., Groscup, J. L., & Hart, S. D. (2006). Violence risk assessment: Research, legal, and clinical considerations. In I. B. Weiner & A.K. Hess (Eds.), *The handbook of forensic psychology* (3rd ed., pp. 487–533). Hoboken, NJ: Wiley.
- Lodewijks, H., Doreleijers, T., de Rutter, C., & Borum, R. (2008). Predictive validity of the Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY) during residential treatment. *International Journal of Law and Psychiatry*, 31, 263-271.
- Loeber, R. (1988). Natural histories of conduct problems, delinquency, and associated substance use: Evidence for developmental progressions. In B. B. Labey, & A. E. Kazdin (Eds.), *Advances in clinical psychology* (Vol. 11, pp. 73-125). New York: Plenum.
- Loeber, R., & Dishion, T. (1983). Early predictors of male delinquency: A review. *Psychological Bulletin*, 94, 68-99.
- Loeber, R., & Hay, D. F. (1994). Developmental approaches to aggression and conduct problems. In M. Rutter, & D. F. Hay (Eds.), *Development through life: A handbook for clinicians* (pp. 488-515). Oxford, England: Blackwell Scientific.
- Loeber, R., Farrington, D. P., & Waschbusch, D. A. (1998). Serious and violent juvenile offenders. In R. Loeberand, & D. P. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 13-29). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (1987). Prediction. In H. C. Quay (Ed.), *Handbook of juvenile delinquency* (pp. 325-382). New York: Wiley.
- Lowman, J., Galinsky, M. D., & Gray-Little, B. (1980). *Predicting achievement: A ten-year follow-up of black and white adolescents*. Chapel Hill: University of North Carolina at Chapel Hill, institute for Research in Social Science.

- Loza, W., & Simourd, D. (1994). Psychometric evaluation of the Level of Supervision Inventory (LSI) among male Canadian federal offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 21(4), 468-480.
- Lyon, D. R., & Ogloff, J. R. P. (2000). Legal and ethical issues in psychopathy assessment. In C. B. Gaco (Ed.), *The clinical and forensic assessment of psychopathy: A practitioner's guide* (pp. 139-173). Mahwah, Lawrence Erlbaum.
- Machado, C. (2004). *Crime e insegurança. Discursos do medo, imagens do "outro"*. Lisboa: Editorial de Notícias.
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2011). Avaliação psicológica forense: Características, problemas técnicos e questões éticas. In M. Matos, R. A. Gonçalves, & C. Machado (Eds.), *Manual de Psicologia Forense: Contextos, práticas e desafios* (pp.15-29). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2011). O psicólogo como perito forense em tribunal. In M. Matos, R. A. Gonçalves & C. Machado (Eds.), *Manual de Psicologia Forense: Contextos, práticas e desafios* (pp.57-85). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Maguin, E., & Loeber, R. (1996). Academic performance and delinquency. In M. Tonry (Ed.), *Crime and justice: A review of research* (Vol. 220, pp. 145-264). Chicago: University of Chicago Press.
- Maguin, E., Hawkins, J., Catalano, R., Hill, K., Abbott, R., & Herrenkohl, T. (1995). *Risk factors measured at three ages for violence at age 17-18*. Paper presented at the meeting of the American Society of Criminology, Boston, MA.
- Mahoney, P., & Williams, L. (1998). Sexual assault in marriage. Prevalence, consequences and treatment of wife rape. In J. Jasinkin, & L. Williams (Eds.), *Partner violence. A comprehensive review of 20 years of research* (pp. 113-157). Thousand Oaks: Sage.
- Maroco, J. (2010). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. Lisboa: ReportNumber Ed.
- Maroco, J. (2011). *Análise estatística com o SPSS Statistics*. Lisboa: ReportNumber Ed.
- Maroco, J., & Garcia-Marques, T. (2006). Qual a fiabilidade do alfa de Cronbach? Questões antigas e soluções modernas? *Laboratório de Psicologia*, 4(1), 65-90.
- Martins, N. (2006). Jovens com comportamentos delinquentes: os caminhos da lei. In S. Fonseca, M. R. Simões, M. Simões, & M. Pinho (Eds.), *Psicologia Forense* (pp. 387-400). Coimbra: Almedina.
- Marttunen, M. J., Aro, H. M., Henriksson, M. M., & Lonnqvist, J. K. (1994). Antisocial behavior in adolescent suicide. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 89, 167-173.

- Matarazzo, J. D. (1992). Psychological testing and assessment in the 21st century. *American Psychologist*, 47, 1007-1018.
- Mawson, A. R. (1999). Reinterpreting physical violence: Outcome of intense stimulation-seeking behavior. *Academic Emergency Medicine*, 6, 863-865.
- McCrary, F., Kaufman, K., Vasey, M. W., Barriga, A. Q., Devlin, R. S., & Gibbs, J. C. (2008). It's all about me: A brief report of incarcerated adolescent sex offenders' generic and sex-specific cognitive distortions. *Sexual Abuse: A Journal of Research and treatment*, 20(3), 261-271
- McEachran, A. (2001). *The predictive validity of the PCL:YV and the SAVRY in a population of adolescent offenders* (Unpublished master's thesis). Simon Fraser University, Burnaby, British Columbia, Canada.
- McGowan, M. R. (2007). *The predictive validity of violence risk assessment within educational settings* (Unpublished doctoral dissertation). Northern Arizona University.
- McGowan, M. R., Horn, R. A., & Mellott, R. N. (2011). The predictive validity of the Structured Assessment of Violence Risk in Youth in secondary educational settings. *Psychological Assessment*, 23, 478-486. doi: 10.1037/a0022304
- McGuire, J. (Ed.). (1995). *What works: Reducing reoffending – guidelines from research and practice*. Chichester: Wiley.
- McIvor, G., & Kemshall, H. (2002). *Serious violent and sexual offending: The use of risk assessment tools in Scotland*. Edinburgh: Scottish Executive.
- McIvor, G., Moodie, K., Perrott, S., & Spencer, F. (2001). *The relative effectiveness of risk assessment instruments*. Edinburgh: The Scottish Executive Central Research Unit.
- McNeil, D. E., Sandberg, D. A., & Binder, R. L. (1998). The relationship between confidence and accuracy in clinical assessment of psychiatric patients' potential for violence. *Law and Human Behavior*, 22, 655-69.
- McNeill, F., & Batchelor, S. (2004). *Persistent offending by young people: Developing practice*. London: National Association of Probation Officers.
- McNeill, F., & Whyte, B. (2007). *Reducing reoffending: Social work and community justice in Scotland*. Cullompton: Willan.
- McNeil, D. E., Borum, R., Douglas, K. S., Hart, S. D., Lyon, D. R., Sullivan, L. E., et al. (2002). Risk Assessment. In J. R. P. Ogloff (Ed.), *Taking psychology into the twenty-first century: Perspectives in law and psychology* (Vol. 14, pp. 147-170). New York: Kluwer Academic/Plenum.

- McNeill, J. (2011). *Using resilience building to increase self-esteem and attraction to school in at-risk youth* (Unpublished doctoral thesis). Hempstead, New York: Hofstra University.
- Medoff, D. (2003). The scientific basis of psychological testing: Considerations following *Daubert, Kumho, and Joiner*. *Family Court Review*, 41, 199-213.
- Meehl, P. E. (1954). *Clinical versus statistical prediction*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- Melton, G., Petrila, J., Poythress, N. G., & Slobogin, C. (2007). *Psychological evaluations for the courts: A handbook for mental health professionals and lawyers* (2nd ed.). New York: Guilford.
- Meyers, J., & Schmidt, F. (2008). Predictive validity of the Structured Assessment for Violence Risk in Youth (SAVRY) with juveniles offenders. *Criminal Justice and Behavior*, 35, 344-355. doi: 10.1177/0093854807311972
- Miethe, T., & Regoeczi, W. (2004). *Rethinking homicide: Exploring the structure and process underlying deadly situations*. New York: Cambridge University Press.
- Miller, J. (2001). *One of the guys: Girls, gangs and gender*. New York: Oxford University Press.
- Miller, M. M., & Potter-Efron, R. T. (1989). Aggression and violence associated with substance abuse. *Journal of Chemical Dependency Treatment*, 3, 1-36.
- Miller, W. R., & Rollnick, S. (2002). *Motivational interviewing* (2nd ed.). New York: Guilford.
- Millon, T. (1993). *Millon Adolescent Clinical Inventory*. Minneapolis, MN: National Computer Systems.
- Moffitt, T. E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674-701
- Moffitt, T. E. (2003). Life-course-persistent and adolescence-limited antisocial behavior: A 10-year research review and research agenda. In B. B. Lahey, T. E. Moffitt, & A. Caspi (Eds.), *Causes of conduct disorder and juvenile delinquency* (pp. 49-75). New York: Guilford.
- Moffitt, T. E., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P. A. (2001). *Sex differences in antisocial behavior: Conduct disorder, delinquency, and violence in the Dunedin Longitudinal Study*. Cambridge, DK: Cambridge University Press.
- Moffitt, T. E., Lynam, D. R., & Silva, P. A. (1994). Neuropsychological tests predict persistent male delinquency. *Criminology*, 32, 101-124.
- Monahan, J. (1981). *Predicting violent behavior: an assessment of clinical techniques*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Monahan, J. (1984). The prediction of violent behavior: Toward a second generation of theory and policy. *American Journal of Psychiatry*, 141, 10-15.

- Monahan, J. (1996). Violence prediction: the past 20 and the next 20 years. *Criminal Justice and Behavior* 23(1), 107-120.
- Monahan, J., & Steadman, H. J. (2001). Violence risk assessment: A quarter century of research. In L. E. Frost, & R. J. Bonnie (Eds.), *The evolution of mental health law* (pp. 195-211). Washington, DC: American Psychological Association.
- Monahan, J., & Steadman, H. J. (Eds.). (1994). *Violence and mental disorder: Developments in risk assessment*. Chicago: University of Chicago Press.
- Monahan, J., Steadman, H. J., Silver, E., Appelbaum, P. S., Robbins, P. S., Mulvey, E. P., et al. (2001). *Rethinking risk assessment: The MacArthur study of mental disorder and violence*. New York: Oxford University Press.
- Monteiro, J. S. (2009, Setembro). Avaliação do risco de violência: da perigosidade à responsividade. *Ousar Integrar, Revista de Reinserção Social e Prova*, 4, 99-105.
- Moretti, M., & Odgers, C. (2002). Aggressive and violent girls: Prevalence, profiles and contributing factors. In R. R. Corrado, R. Roesch, S. D. Hart, & J. K. Gierowski (Eds.), *Multi-problem violent youth: A foundation for comparative research on needs, interventions and outcomes* (pp. 116-129). Amsterdam: IOS Press.
- Moretti, M., Catchpole, R., & Odgers, C. (2005). The dark side of girlhood: Recent trends, risk factors and trajectories to aggression and violence. *The Canadian Child and Adolescent Psychiatry Review*, 14, 21-25.
- Morgan, A. B., & Lilienfeld, S. O. (2000). A meta-analytic review of the relation between antisocial behavior and neuropsychological measures of executive function. *Clinical Psychology Review*, 20, 113-136.
- Morris, R. E., Harrison, E. A., Knox, G. W., Tromanhauser, E., Marquis, D. K., & Watts, L. L. (1995). Health risk behavioral survey from 39 juvenile correctional facilities in the United States. *Journal of Adolescent Health*, 17(6), 334-344.
- Mossman, D. (1994). Assessing predictions of violence: Being accurate about accuracy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 62, 783-792.
- Moura, J. A. (2000). A tutela educativa: fatores de legitimação e objetivos. *Revista do Ministério Público*, 83.
- Mowder, M. H. (2008). *Resiliency factors among juvenile offenders* (Unpublished doctoral thesis). Indiana University.

- Mulvey, E. P., Steinberg, L., Fagan, J., Cauffman, E., Piquero, A. R., Chassin, L., et al. (2004). Theory and research on desistance from antisocial activity among serious adolescent offenders. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 2 (3), 213-236.
- Murrie, D., Cornell, D., Kaplan, S., McConville, S., & Levy, E.A. (2004). Psychopathy scores and violence among juvenile offenders: a multi-measure study. *Behavioral Sciences & the Law*, 22, 49-67.
- Muthén, L. K., & Muthén, B. O. (2004). *Mplus: The comprehensive modeling program for applied research, 3rd Edition*. Los Angeles: Muthén&Muthén.
- Nagin, D. S., & Tremblay, R. E. (1999). Trajectories of boys' physical aggression, opposition, and hyperactivity on the path to physically violent and non-violent juvenile delinquency. *Child Development*, 70, 1181-1196.
- Nathan, P. E., & Langenbucher, J. W. (1999). Psychopathology: Description and classification. *Annual Review of Psychology*, 50, 79-107.
- National Research Committee on Risk Perception and Communication, Commission on Behavioral and Social Sciences and Education, Commission on Physical Sciences, Mathematics, and Resources. (1989). *Improving risk communication*. Washington, DC: National Academy Press.
- Nelson, C. (2005). Neural development and lifelong plasticity. In R. Lerner, F. Jacobs, & D. Wertlieb (Eds.), *The SAGE Program on Applied Developmental Science: Applied developmental science: An advanced textbook*. (pp. 31-61). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, Inc. doi: <http://dx.doi.org/10.4135/9781452233512.n2>
- Novaco, R. W. (1994). Anger as a risk factor for violence among the mentally disordered. In J. Monahan, & H. J. Steadman (Eds.), *Violence and mental disorder: Developments in risk assessment* (pp. 21-59). Chicago: University of Chicago Press.
- O'Malley, P. (1999). *The risk society: Implications for justice and beyond*. Report Commissioned for the Department of Justice. Victoria: La Trobe University.
- Odgers, C., Moretti, M., & Dickon Reppucci, N. (2005a). Examining the science and practice of violence risk assessment with female adolescents. *Law and Human Behavior*, 29(1), 7-27.
- Oliveira, S. (2006). *A avaliação do comportamento antissocial em adolescentes: ensaio de aplicação em Portugal, da Lista de Avaliação de Psicopatia de Hare - versão para adolescentes* (Tese de mestrado não publicada). Faculdade de Medicina, Lisboa.
- Ollendick, T. H., Weist, M. D., Borden, M. C., & Greene, R. W. (1992). Sociometric status and academic, behavioral, and psychological adjustment: A five-year longitudinal study. *Journal*

- of Consulting and Clinical Psychology*, 60, 80-87.
- Otto, R., Borum, R., & Hart, S. (2001). *Professional issues concerning the use of actuarial tests in sexually violent predator evaluations* (Unpublished manuscript). University of South Florida.
- Otto, R. K. (2000). Assessing and managing violence risk in outpatient settings. *Journal of Clinical Psychology*, 56, 1239-1262.
- Otto, R. K., & Heilbrun, K. (2002). The practice of forensic psychology: A look toward the future in the light of the past. *American Psychologist*, 57, 5-18.
- Otto, R. K., Edens, F., & Barcus, E. H. (2000). The use of psychological testing in child custody evaluations. *Family and Conciliation Courts Review*, 38, 312-340.
- Parker, J. G., & Asher, S. R. (1987). Peer relations and later personal adjustment: Are low-accepted children at risk? *Psychological Bulletin*, 102, 357-389.
- Patterson, G. R. (1982). *Coercive family process*. Eugene, OR: Castalia.
- Patterson, G. R., & Dishion, T. J. (1985). Contributions of family and peers to delinquency. *Criminology*, 23, 63-79.
- Patterson, G. R., & Yoerger, K. (1993). Developmental models for delinquent behavior. In S. Hodgins (Ed.), *Mental disorder and crime* (pp. 140-172). Newbury Park, CA: Sage.
- Patterson, G. R., Reid, J. B., & Dishion, T. J. (1992). *Antisocial boys*. Eugene, OR: Castalia.
- Pechorro, P., Vieira, R. X., & Vieira, D. N. (2012). Adaptação e validação preliminar duma versão portuguesa do Dispositivo de Despiste de Processo Antissocial. *Laboratório De Psicologia*, 10(1), 97-110.
- Pedersen, L., Rasmussen, K., & Elsass, P. (2010). Risk assessment: The value of structured professional judgments. *International Journal of Forensic Mental Health*, 9, 74-81.
doi:10.1080/14999013.2010.499556
- Pepler, D. J., & Craig, W. (2005). Aggressive girls on troubled trajectories: A developmental perspective. In D. J. Pepler, K. C. Madsen, C. Webster, & K. S. Levene (Eds.), *The development and treatment of girlhood aggression* (pp. 3-28). Mahwah, NJ: Erlbaum.
- Pepler, D. J., & Sedighdeilarni, F. (1998) *Aggressive girls in Canada*. Ottawa, Ontario: Applied Research Branch of Strategic Policy, Human Resources development Canada.
- Perkins, C. (2003). *Weapon use and violent crime*. Washington, DC: U.S. Department of Justice.
- Pfeffer, C. R., Klerman, G. L., Hurt, S. W., Kakuma, T., Peskin, J. R., & Siefker, C. A. (1993). Suicidal children grow up: Rates and psychosocial risk factors for suicide attempts during follow-up. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 32(1), 106-113.

- Pimentel, A., Quintas, J., Fonseca, E. e Serra, A. (no prelo). A avaliação do risco/necessidades criminógenas de delinquentes juvenis: Dados normativos da adaptação portuguesa do Youth Level Service / Case Management Inventory (YLS/CMI) e dados preliminares de validade preditiva. *Ousar Integrar, Revista de Reinserção Social e Prova*.
- Pinheiro, A. (Ed.). (2004). *Violência juvenil: histórias e percursos*. Lisboa: Fundação da Juventude.
- Plante, N., Daigle, M. S., Gaumont, C., Charbonneau, L., Gibbs, J. C., & Barriga, A. Q. (2012). Validation of the 'How I Think Questionnaire' in a population of French- speaking adolescents with externalizing behaviors. *Behavioral Sciences and the Law*, 30(1), 196-210. doi: 10.1002/bsl.2001.
- Plutchik, R., & van Praag, H. M. (1997). Suicide, impulsivity, and antisocial behavior. In D. M. Stoff, J. Breiling, & J. D. Maser (Eds.), *Handbook of antisocial behavior* (pp. 101-108). New York: Wiley.
- Pope, K. S., Butcher, J. N., & Seelen, J. (2006). *The MMPI, MMPI-2 and MMPI-A in court: A practical guide for expert witnesses and attorneys* (2nd ed.). Washington, DC: American Psychological Association.
- Prins, H. (1999). *Will they do it again?* London: Routledge.
- Prinstein, M., & LaGreca, A. M. (2004). Childhood peer rejection and aggression as predictors of adolescent girls' externalizing and health risk behaviors: A 6-year longitudinal study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 72, 103-112. <http://doi.org/hk8>
- Quay, H. C. (1966). Personality patterns in preadolescent delinquent boys. *Educational and Psychological Measurement*, 16, 99-110.
- Quay, H. C. (1987). Patterns of delinquent behavior. In H. C. Quay (Ed.), *Handbook of juvenile delinquency* (pp.118-138). New York: John Wiley.
- Quinsey, V. L., Harris, G. T., Rice, M. E., & Cornier, C. A. (1998). *Violent offenders: Appraising and managing risk*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Raynor, P. (2004). The probation service 'pathfinders': Finding the path and losing the way?' *Criminology and Criminal Justice*, 4(3), 309-325.
- Raynor, P. (2007). Risk and need assessment in British probation: the contribution of LSI-R. *Psychology, Crime and Law*, 13(2), 125-138.
- Raynor, P., Kynch, J., Roberts, C., & Merrington, S. (2000). *Risk and Need Assessment in Probation Services: An evaluation*. London: Home Office

- Redding, R. E., & Arrigo, B. (2005). Multicultural perspectives on delinquency among African-American youths: Etiology and intervention. In C. L. Frisby, & C. R. Reynolds (Eds.), *A comprehensive handbook of multicultural school psychology* (pp. 710-743). New York: Wiley.
- Regoli, R., M., & Hewit, J. D. (Eds.).(1997). *Delinquency in society* (3rd ed.). New York: McGraw-Hill.
- Regoli, R., M., Hewit, J. D., & Delisi, M. (Eds.).(2014). *Delinquency in society* (9th ed.). Burlington, MA: Jones & Bartlett Learning.
- Reich, W. (2000). Diagnostic Interview Schedule for Children and Adolescents. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 39, 59-66.
- Reisig, M. D., Holtfreter, K., & Morash, M. (2006). Assessing recidivism risk across female pathways to crime. *Justice Quarterly*, 23, 384-405.
- Reynolds, W. M. (1998). *Adolescent Psychopathology Scale*. Lutz, FL: Psychological Assessment Resources,
- Rhee, S. H., & Waldman, R. D. (2002). Genetic and environmental influences on antisocial behavior: A meta-analysis of twin and adoption studies. *Psychological Bulletin*, 128, 490-529.
- Rice, M., & Harris, G. T. (1995). Violent recidivism: Assessing predictive validity. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63, 737-748.
- Rieger, M., Stadtland, C., Freisleder, F. J., & Nedopil, N. (2006, June). *The predictive validity of risk assessment instruments SAVRY and PCL: YV in a German sample of adolescent offenders*. Paper presented to the 6th Annual International Association of Forensic Mental Health Services Conference, Amsterdam, The Netherlands.
- Roberts, C., Baker, K., Merrington, S., & Jones, S. (2001). *Validity and reliability of ASSET: Interim report to the youth justice board*. Oxford: Centre for Criminological Research, Oxford: University of Oxford.
- Robertson, A., Baird-Thomas, C., & Stein, J. (2008). Child victimization and parental monitoring as mediators of youth problem behaviors. *Criminal Justice and Behavior*, 35, 755-771.
- Robins, L. N. (1966). *Deviant children grown up: A sociological and psychiatric study of sociopathic personality*. Baltimore: Williams & Wilkins.
- Robinson, G. (2003). Risk assessment. In W-H. Chui & M. Nellis (Eds.), *Moving probation forward: Evidence, arguments and practice*. Harlow: Pearson Education.

- Rodney, E. H., Tachia, R., & Rodney, L. W. (1997). The effect of family and social support on feelings and past acts of violence among African American college men. *Journal of American College Health*, 46, 103-108.
- Rodrigues, A. M. (1997). Repensar o direito de menores em Portugal: Utopia ou realidade? *Revista Portuguesa de Ciência Criminal*, 7(3), 355-386.
- Rodrigues, A., & Duarte-Fonseca, A. C. (2000). *Comentário da Lei Tutelar-Educativa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Rodrigues, A., & Duarte-Fonseca, A. C. (2003). *Comentário da Lei Tutelar-Educativa*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Rodriguez, C. (1999). Relación y diferencia entre el informe clínico y el informe forense. *Papeles del Psicólogo*, 73, 3-9.
- Rose, N. (1998.) Governing risky individuals: the role of psychiatry in new regimes of control. *Psychiatry, Psychology and Law*, 5(2), 177-195.
- Roth, E. (2005). *Assessment of violence risk and psychopathy in a population of incarcerated adolescent Hispanic males* (Unpublished doctoral dissertation). California School of Professional Psychology, Fresno.
- Rowe, D., Vazsonyi, A., & Flannery, D. (1995). Sex differences in crime: Do means and within-sex variation have similar causes? *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 32, 84-101.
- Rutter, M. (2000). Resilience reconsidered: Conceptual considerations, empirical findings, and policy implications. In J. P. Shonkoff, & S. J. Meisels (Eds.), *Handbook of early childhood intervention* (pp. 651-682). Cambridge, DK: Cambridge University Press.
- Rutter, M. (2003). Crucial paths from risk indicator to causal mechanism. In B. B. Lahey, T. E. Moffitt, & A Caspi (Eds.), *Causes of conduct disorder and juvenile delinquency* (pp. 3-24). New York: Guilford.
- Rutter, M., Giller, H., & Hagell, A (1998). *Antisocial behavior by young people*. Cambridge, DK: Cambridge University Press.
- Ryan, G., & Lane, S. (1997). *Juvenile sexual offending: Causes, consequences, and correction* (2nd ed.). California: Jossey-Bass.
- Ryba, N. L., Cooper, V. G., & Zapf, P. A. (2003). Juvenile competence to stand trial evaluations: A survey of current practices and test usage among psychologists. *Professional Psychology: Research and Practice*, 34, 499-507.
- Ryder, J. (2003). *Antecedents of violent behavior* (Unpublished doctoral thesis). City University of New York.

- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A life-course view of the development of crime. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 602, 12-45.
- Sampson, R., & Lauritsen, J. (1994). Violent victimization and offending: individual-, situational-, and community-level risk factors. In A. J. Reiss, & J. A. Roth (Eds.), *Understanding and preventing violence* (Vol. 3). Washington DC: National Academy Press.
- Santos et al. (2004). *Os caminhos difíceis da “nova” Justiça Tutelar-Educativa: Uma avaliação de dois anos de avaliação da Lei Tutelar-Educativa*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais. Retrieved from <http://opj.ces.uc.pt/pdf/Tutelar.pdf>
- Santos, B. S., Pedroso, J., Gersão, E., Fonseca, G., Lourenço, I., Pinto, P., & Santos, R. (1998). *A Justiça de menores: As crianças entre o risco e o crime*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. Retrieved from <http://opj.ces.uc.pt/pdf/04.pdf>
- Sattler, J. M. (1998). *Clinical and forensic interviewing children and families: Guidelines for the mental health, education, pediatric, and child maltreatment fields*. San Diego, CA: Sattler Publishing Company.
- Sattler, J. M., & Hoge, R. D. (2006). *Assessment of children: Behavioral, social, and clinical foundations* (5th ed.). San Diego, CA: Sattler Publishing Company.
- Schopp, R. F. (1996). Communicating risk assessments: Accuracy, efficacy, and responsibility. *American Psychologist*, 51, 939-944. doi:10.1037/0003-066X.51.9.939
- Schroeder, R. D., Giordano, P. C., & Cernkovich, S. A. (2010). Adult child-parent bonds and life course criminality. *Journal of Criminal Justice*, 38, 562-571.
- Schwalbe, C. S. (2007). Risk assessment for juvenile justice: A meta-analysis. *Law and Human Behavior*, 31, 449-462.
- Schwalbe, C. S. (2008). A meta-analysis of juvenile justice risk assessment instruments: Predictive validity by gender. *Criminal Justice and Behavior*, 35, 1367-1381.
- Scott, E., Reppucci, N., & Woolard, J. (1995). Evaluating adolescent decision making in legal contexts. *Law and Human Behavior*, 19, 221-244.
- Scotti, J. R., Morris, T. L., McNeil, C. B., & Hawkins, R. P. (1996). DSM-IV and disorders of childhood and adolescence: Can structural criteria be functional? *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 64, 1177-1191.
- Seagrave, D., & Grisso, T. (2002). Adolescent development and the measurement of juvenile psychopathy. *Law and Human Behavior*, 26, 219-239.

- Selman, R. L., Schultz, L. H., Nakkula, M., Barr, D., Watts, C., & Richmond, J. (1992). Friendship and fighting: A developmental approach to the study of risk and prevention of violence. *Development and Psychopathology*, 4(4), 529-558.
- Shaffer, D. (1996). *Diagnostic Interview Schedule for Children (DISC-4)*. New York: New York State Psychiatric Institute.
- Sharkey, P. (2010). The acute effect of local homicides on children's cognitive performance. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*. Retrieved from <http://www.pnas.org/content/107/26/11733.full>
- Sheldrick, C. (1999) Practitioner review: the assessment and management of risk in adolescents. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 40(4), 507-518.
- Singh, J. P., Grann, M., & Fazel, S. (2011). A comparative study of violence risk assessment tools: A systematic review and metaregression analysis of 68 studies involving 25,980 participants. *Clinical Psychology Review*, 31(3), 499-513. doi:10.1016/j.cpr.2010.11.009
- Shields, L., & Whitehall, G. C. (1991). *The Pride in Delinquency Scale*. Ottawa, ON: Department of Psychology, Carleton University,
- Shoemaker, D. J. (1996). *Theories of delinquency* (3rd ed.). New York: Oxford University Press.
- Sijtsema, J. J., Kretschmer, T., & van Os, T. (2015). The Structured Assessment of Violence Risk in Youth in a Large Community Sample of Young Adult Males and Females: The TRAILS Study. *Psychological Assessment*. doi:10.1037/a0038520
- Silver, E., & Miller, L. (2002). A cautionary note on the use of actuarial risk assessment tools for social control. *Crime and Delinquency*, 48(1), 138-161.
- Simões, M. R. (2005). Relatórios psicológicos: Exercícios de aproximação ao contexto forense. In R. A. Gonçalves, & C. Machado (Eds.), *Psicologia Forense* (pp. 55-102). Coimbra: Quarteto Editora.
- Simões, M. R. (2005a). O exame dos comportamentos de simulação em avaliação (neuro)psicológica. In C. Vieira, A. M. Seixas, A. Matos, M. P. Lima, M. Vilar, & M. R. Pinheiro (Eds.), *Ensaio sobre o comportamento humano: Do diagnóstico à intervenção. Contributos nacionais e internacionais*. (pp. 453-481). Coimbra: Almedina.
- Simões, M. R. (2006). Testes de validade de sintomas na avaliação de comportamentos de simulação. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. T. Simões, & M. S. Pinho (Eds.), *Psicologia Forense* (pp. 280-309). Coimbra: Almedina.
- Simourd, D. J. (1997). The Criminal Sentiments Scale-Modified and Pride in Delinquency Scale: Psychometric properties and construct validity of two measures of criminal attitudes. *Criminal Justice and Behavior*, 24, 52-70.

- Simourd, D. J., & Mamuza, J. M. (2002). *Hostile Interpretations Questionnaire User's manual*. Kingston, ON: ACES.
- Simourd, D. J., Hoge, R. D., Andrews, D. A., & Leschied, A. W. (1994). An empirically-based typology of male young offenders. *Canadian Journal of Criminology*, 36(4), 447-461
- Simourd, L., & Andrews, D. A. (1994). Correlates of delinquency: A look at gender differences. *Forum on Corrections Research*, 6, 26-31.
- Skodol, A. E., & Karasu, T. B. (1978). Emergency psychiatry and the assaultive patient. *American Journal of Psychiatry*, 135, 202-205.
- Slaby, R. G., & Guerra, N. G. (1988). Cognitive mediators of aggression in adolescent offenders: I. Assessment. *Developmental Psychology*, 24(4), 580-588.
- Smith, C., & Thornberry, T.P. (1995). The relationship between childhood maltreatment and adolescent involvement in delinquency. *Criminology*, 23, 451-477.
- Snyder, H., & Sickmund, M. (1995). *Juvenile offenders and victims: A focus on violence*. Washington, DC: Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention.
- Steinberg, L., & Cauffman, E. (1996). Maturity of judgment in adolescence: Psychosocial factors in adolescent decision making. *Law and Human Behavior*, 20, 249-272.
- Steinberg, L., & Cauffman, E. (1999). A developmental perspective on serious juvenile crime: When should juveniles be treated as adults? *Federal Probation*, 63, 52-57.
- Steinberg, L., & Schwartz, R. G. (2000). Developmental psychology goes to court. In T. Grisso, & R. G. Schwartz (Eds.), *Youth on trial: A developmental perspective on juvenile justice* (pp. 9-31). Chicago: University of Chicago Press.
- Stenson, K., & Sullivan, R. (2001). *Crime, Risk and justice: The politics of crime control in liberal democracies*. Collumpton: Willan.
- Stevenson, H. C. (1998). Raising safe villages: Cultural-ecological factors that influence the emotional adjustment of adolescents. *Journal of Black Psychology*, 24, 44-59.
- Stormont-Spurgin, M., & Zentall, S. S. (1995). Contributing factors in the manifestation of aggression in preschoolers with hyperactivity. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 36, 491-509.
- Sommers, I., & Baskin, D. R. (1994). Factors related to female adolescent initiation into violent street crime. *Youth and Society*, 25, 468-489.
- Swanson, J. W., Swartz, M. S., Wagner, H. R., Burns, B. J., Borum, R., & Hiday, V. A. (2000). Involuntary out-patient commitment and reduction of violent behavior in persons with severe mental illness. *British Journal of Psychiatry*, 176, 324-331.

- Sykes, G. M., & Matza, D. (1957). Techniques of neutralization: A theory of delinquency. *American Sociological Review*, 22(6), 664-670.
- Tate, D. C., Reppucci, N. D., & Mulvey, E. P. (1995). Violent juvenile delinquents: Treatment effectiveness and implications for future action. *American Psychologist*, 50, 777-781.
- Thornberry, T. P., & Jacoby, J. E. (1979). *The Criminally Insane: A Community Follow-up of Mentally Ill Offenders*. Chicago: University of Chicago Press.
- Thornberry, T. P., & Krohn M. D. (2000). The self-report method for measuring delinquency and crime. In Duffee D. (Ed.), *Criminal Justice: Measurement and analysis of crime and justice* (Vol. 4, pp.33-83). Washington DC.
- Thornberry, T. P., Krohn, M. D., Lizotte, A. J., & Chard-Wierschem, D. (1993). The role of juvenile gangs in facilitating delinquent behavior. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 30, 55-87.
- Thornton, D. (2002). Constructing and testing a framework for dynamic risk assessment. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 14(2), 137-151.
- Tiffin, P., & Kaplan, C. (2004). Dangerous children: assessment and management of risk. *Child and Adolescent Mental Health*, 9(2), 56-64.
- Tolan, P. H. (2007). Understanding violence. In Flannery, D. J., Vazsonyi, A. T., & Walman, I. D. (Eds.), *The Cambridge handbook of violent behavior and aggression* (pp. 5-18). New York: Cambridge University Press.
- Tolan, P. H., & Gorman-Smith, D. (2002). What violence prevention research can tell us about developmental psychopathology. *Development and Psychopathology*, 14, 713-729.
- Tolan, P. H., & Gorman-Smith, D. (1998). Development of serious and violent offending careers. In Loeber R., & Farrington, D. P. (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 68-85). Thousand Oaks, CA: Sage.
- Tolan, P. H., Guerra, N. G., & Kendall, P. H. (1995). A developmental ecological perspective on antisocial behavior in children and adolescents: Toward a unified risk and intervention framework. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 63, 577-584.
- Tremblay, R. E., LeBlanc, M., & Schwartzman, A. E. (1988). The predictive power of first-grade peer and teacher ratings of behavior: Sex differences in antisocial behavior and personality at adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 16, 571-583.
- Tuddenham, R. (2000). Beyond defensible decision-making: towards reflexive assessment of risk and dangerousness. *Probation Journal*, 47(3), 173-183. doi: 10.1177/026455050004700302
- U.S. Department of Health and Human Services. (2001). *Youth violence: A report of the Surgeon General*. Retrieved from <http://www.surgeongeneral.gov/library/youthviolence/>

- Valenzuela, Y. (2011). *Predictors of recidivism in a predominantly Hispanic sample of first-time juvenile offenders* (Unpublished master thesis). The University of Texas at el Paso.
- Vazsonyi, A., Trejos-Castillo, E., & Huang, L. (2007). Youth violence across ethnic and national groups: comparisons of rates and developmental processes. In D.Flannery, A. Vazsonyi, & I. Waldman (Eds.), *The Cambridge handbook of violent behavior and aggression* (pp. 418-430). New York: Cambridge University Press.
- Veloso, A. C. (2013). *Validação do How I Think - Questionnaire para a população adulta portuguesa* (Tese de Mestrado não publicada). Instituto Superior De Ciências Da Saúde Egas Moniz, Lisboa.
- Vieira, F. M. (2002). *A violência na sua interface jurídico-psiquiátrica*. Direito da Medicina I. Centro de Direito Biomédico. Coimbra: Coimbra Editora.
- Viljoen, J. L., McLachlan, K., & Vincent, G. M. (2010). Assessing violence risk and psychopathy in juvenile and adult offenders: A survey of clinical practices. *Assessment*, 17, 377-395.
- Viljoen, J., Scalora, M., Cuadra, L., Bader, S., Chavez, V., Ullman, D., & Lawrence, L. (2008). Assessing risk for violence in adolescents who have sexually offended: A comparison of the J-SOAP-II, J-SORRAT-II, and SAVRY. *Criminal Justice and Behavior*, 35(1), 5-23.
- Vincent, G. M., Chapman, J., & Cook, N. E. (2011). Risk-needs assessment in juvenile justice: Predictive validity of the SAVRY, racial differences, and the contribution of needs factors. *Criminal Justice and Behavior*, 38, 42–62. doi: 10.1177/0093854810386000
- Vincent, G. M., Guy, L. S., Fusco, S. L., & Gershenson, B.G. (2012). Field Reliability of the SAVRY with Juvenile Probation Officers: Implications for Training. *Law and Human Behavior*, 36(3), 225-36. doi: 10.1007/s10979-011-9284-2
- Vitaro, F., & Brendgen, M. (2005). Proactive and reactive aggression: A developmental perspective. In R. E. Tremblay, W. W. Hartup, & J. Archer (Eds.), *Developmental origins of aggression* (pp. 178-201). New York: Guilford.
- Waldman, J., & Yare, S. (2003, June). Should dangerousness indicate inpatient psychiatric treatment? *CPA Bulletin de l'APC*. Retrieved from <https://ww1.cpa-apc.org/Publications/Archives/Bulletin/2003/june/waldman.pdf>
- Wallinius, M., Johansson, P., Lardén, M., Dernevik, M. (2011). Self-serving cognitive distortions and antisocial behavior among adults and adolescents. *Criminal Justice and Behavior*, 38(3), 286-301. doi: 10.1177/0093854810396139
- Ward, T., & Maruna, S. (2007). *Rehabilitation: Beyond the risk paradigm*. London. Routledge.
- Webster, C. D., & Jackson, M. A. (Eds.). (1997). *Impulsivity: Theory, assessment, and treatment*. New York: Guilford Press

- Webster, C. D., Douglas, K. S., Eaves, D., & Hart, S. D. (1997). *Assessing risk for violence – version 2*. Vancouver: Mental Health, Law, and Policy Institute, Simon Fraser University.
- Webster, C. D., Hucker, S., & Bloom, H. (2002). Transcending the actuarial versus clinical polemic in assessing risk for violence. *Criminal Justice and Behavior*, 29, 659-665.
- Wechsler, D. (1991). *Wechsler Intelligence Scale for Children-third edition*. San Antonio, TX: Psychological Corporation.
- Wechsler, D. (2004). *Wechsler Intelligence Scale for Children (4th ed.)*. San Antonio, TX: The Psychological Corporation.
- Weiss, D. J., & Davison, M. L. (1981). Test theory and methods. *Annual Review of Psychology*, 32, 629-658.
- Wells, D., & Miller, M. J. (1993). Adolescent affective aggression: An intervention model. *Adolescence*, 28, 781-791.
- Welsh J., Schmidt F, McKinnon L, Chattha H., & Meyers J. (2008). A comparative study of adolescent risk assessment instruments: predictive and incremental validity. *Assessment*, 15, 104-15.
- White, J. L., Moffitt, T. E., Caspi, A., Bartusch, D. J., Needles, D. J., & Stouthamer-Loeber, M. (1994). Measuring impulsivity and examining its relationship to delinquency. *Journal of Abnormal Psychology*, 103(2), 192-205.
- White, J. L., Moffitt, T. E., Earls, F., Robins, L., & Silva, P. A. (1990). How early can we tell? Predictors of childhood conduct disorder and adolescent delinquency. *Criminology*, 28(4), 507-533.
- Widom, C. S. (1994). Does violence beget violence? A critical examination of the literature. *Psychological Bulletin*, 115, 287-305.
- Widom, C. S. (1989). The cycle of violence. *Science*, 244, 160-166.
- Wiener, I., & Otto, R. (Eds.). (2014). *The handbook of forensic psychology (4th ed.)*. Hoboken, NJ: John Wiley.
- Williams, J. (1994). *Understanding substance abuse, delinquency involvement, and juvenile justice system involvement among African American and European American adolescents*. (Unpublished doctoral dissertation). University of Washington, Seattle.
- Winters, K, & Henley, G. (1993). *Adolescent Diagnostic Interview Manual*. Los Angeles, CA: Western Psychological Services.
- Witt, P. (2002). Review of Manual for the Structured Assessment of Violence Risk in Youth (SAVRY). *Journal of Psychiatry & Law*, 30(4), 599-603.

- Wong, S. C. P., & Gordon, A. (2003). *Violence Risk Scale*. Saskatoon, Canada: University of Saskatchewan, Department of Psychology.
- Worling, J. R. (2004). The estimate of risk of adolescent sexual offense recidivism (ERASOR): preliminary psychometric data. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 16(3): 235-254.
- Worling, J. R., & Curwen, T. (2001). Estimate of Risk of Adolescent Sexual Offense Recidivism (Version 2.0: The ERASOR). In M. C. Calder (Ed.), *Juveniles and children who sexually abuse: Frameworks for assessment* (pp. 372-397). Lyme Regis, Dorset, UK: Russell House Publishing.
- Worling, J. R., & Langstrom, N. (2006). Risk of sexual recidivism in adolescents who offend sexually: Correlates and assessment. In H. E. Barbaree & W. L. Marshall (Eds.), *The juvenile sex offender* (2nd Ed.) (pp. 219-247). New York: Guilford.
- Zhang, Q., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (1997). Developmental trends of delinquent attitudes and behaviors: Replications and synthesis across domains, time, and samples. *Journal of Quantitative Criminology*, 13(2), 181-215.
- Zingraff, M.T., Leiter, J., Myers, K.A., & Johnson, M.C. (1993). Child maltreatment and youthful problem behavior. *Criminology*, 31, 173–202.

A Avaliação do Risco de Violência Juvenil: Um Contributo para o seu Estudo
Ana Sofia Ferreira de Castro Oliveira

